



---

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE LETRAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO DE VARIEDADES  
DIALETAIS DO ITALIANO COMO LÍNGUAS DE IMIGRAÇÃO NO  
NORDESTE DO RIO GRANDE DO SUL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras, área de Estudos da Linguagem.

LUCIANA SANTOS PINHEIRO

Prof. Dr. Cléo Vilson Altenhofen  
Orientador

PORTO ALEGRE  
2014

Dedico este trabalho  
a minha *família*, em especial  
ao *Luan* e ao *Jenner*,  
e à *vida*.

Meus agradecimentos para...

A CAPES, pela bolsa de estudos concedida.

O PPG Letras, por todo o suporte e apoio.

O Prof<sup>o</sup> Dr. Cléo Vilson Altenhofen, meu orientador, pela paixão contagiante sobre os estudos das línguas de imigração, pela paciência, estímulo e sabedoria que, sem as quais este trabalho não teria sido realizado.

A Prof<sup>a</sup>. Dra. Vitalina Maria Frosi, cuja dedicação ao conhecimento dos dialetos italianos foi especialmente marcante na minha trajetória como aluna e, me despertou para os estudos sobre as línguas de imigração. Agradeço também por todo o apoio e carinho.

Os pesquisadores Vitalina Frosi e Ciro Mioranza por disponibilizarem os dados de sua pesquisa sobre os *Dialetos Italianos* para esta Tese.

Os colegas do ALMA pelo prazer de tantas descobertas e aventuras compartilhadas.

Os membros da banca de qualificação da Tese, pela riqueza de suas contribuições.

Os membros da banca, Prof<sup>a</sup> Dra. Florence Carboni (UFRGS), Prof<sup>a</sup> Dra. Vitalina M. Frosi (UCS) e Prof<sup>o</sup> Dr. Marcelo J. Krug (UFFS), por aceitarem participar da Banca de Defesa desta Tese, proporcionando discussões e sugestões que servirão para crescimento, aprendizado e incentivo à pesquisa.

A Magda Mônica Cauduro Custódio, pela amizade e por todo o apoio dado durante meu afastamento da UCS.

Por fim, agradeço em especial àqueles que sempre me apoiaram incondicionalmente, e seguramente compartilham de minha alegria:  
*minha família.*

## RESUMO

A presente pesquisa contribui com os estudos de plurilinguismo e contatos linguísticos, enfocando as relações entre língua e espaço pluridimensional. Seu tema são os processos de territorialização do italiano como língua de imigração na Região de Colonização Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul (RCI). Com base em um *corpus* organizado e disponibilizado por Frosi & Mioranza (1975; 1983), e complementado por dados de acervos diversos, pretende-se 1) mapear a diversidade dialetal dos imigrantes italianos que colonizaram a RCI, reconstruindo desta forma o estado de multilinguismo que provavelmente configurou a situação original da fase de bilinguismo italiano-português, e 2) descrever, a partir da interpretação dos mapas elaborados, os processos a) de territorialização (arealização [força centrífuga, de expansão] e insulamento [força centrípeta, de recolhimento]), b) coineização e c) manutenção ou substituição de variedades dialetais no espaço multilíngue considerado. Tal propósito serve de base para uma série de estudos futuros, porque lança luz sobre a situação linguística das antigas colônias (colônias matriciais, al. *Mutterkolonien*) de onde as línguas de imigração italiana, sobretudo da coiné vêneto-sul-rio-grandense, se difundiram para colônias novas (colônias filiais, al. *Tochterkolonien*) no norte e noroeste rio-grandense, centro e oeste catarinense, sudoeste paranaense, bem como em áreas novas do centro-oeste, ou mesmo transpondo as fronteiras em direção a Misiones (Argentina) e Paraguai. Ao mesmo tempo, o estudo contribui para preencher lacunas nos censos demográficos brasileiros. Apesar de alguns esforços localizados de recenseamento, esses não dão conta da identificação, quantificação e distribuição da diversidade linguística brasileira, como reconhece o decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010, ao instituir o Inventário Nacional da Diversidade Linguística. Por outro lado, a compreensão dos processos de ocupação do espaço por populações exógenas e o papel da língua nesse processo representa para a pesquisa do plurilinguismo e dos contatos linguísticos uma contribuição de grande relevância. Para a análise das correlações entre língua e espaço, utilizamos como parâmetro de correlações, as variáveis apontadas por Altenhofen (2014 [no prelo]) como relevantes na descrição de territorialidades e processos de territorialização de línguas, variedades e comunidades de falantes. Incluem-se entre as variáveis observadas as correlações entre espaço e tempo, fronteiras, origem sociocultural, idade da localidade, diversidade étnica local, grau de isolamento e de urbanização, vias de comunicação e de migrações, além de configurações geográficas de ordem física. Como desafios para a cartografia da variação e diversidade linguística coloca-se a necessidade da elaboração de mapas em série, como sugere Thun (2010). Esse procedimento permite uma macroanálise dinâmica das relações sociais e linguísticas no espaço pluridimensional, e não mais estática, como ocorria na dialetologia tradicional. Os resultados mostram a relevância dessas correlações não apenas no mapeamento das áreas de plurilinguismo, mas também na compreensão da dinâmica de ocupação do espaço.

**Palavras-chave:** plurilinguismo; contatos linguísticos; territorialização; línguas de imigração; cartografia linguística.

## ABSTRACT

This research contributes with the studies of multilingualism and language contact, focusing on the relations between language and multi-dimensional space. The territorialization processes of Italian as an immigration language in the Italian Colonization Region in the Northeast of Rio Grande do Sul (RCI) are its main focus. Based on a corpus organized and made available by Frosi & Mioranza (1975; 1983), and supplemented with data from various collections, the objective is 1) to map the dialectal diversity of the Italian immigrants that colonized RCI, thus reconstructing the state of multilingualism that possibly configured the original situation of the Italian-Portuguese bilingualism phase and 2) to describe, based on the interpretation of the elaborated maps, the processes a) of territorialization (arealization [centrifugal force, expansion] and isolation [centripetal force, shrinking]), b) koineization and c) maintenance or substitution of dialectal varieties in the considered multilingual space. Such an aim serves as basis for a series of future studies, because it sheds light on the linguistic situation of the old colonies (mother colonies, ger. *Mutterkolonien*), where the languages of the Italian immigration, above all the commonly used Veneto-south-Rio-Grande language, expanded to new colonies (daughter colonies, ger. *Tochterkolonien*) in the north and north west of Rio Grande do Sul, the central and west Santa Catarina, southwest of Parana, as well as in new central west areas, or even transcending the borders towards Misiones (Argentina) and Paraguay. At the same time, the study contributes to fill in the blanks in Brazilian demographic census. Despite some localized efforts to update census, they cannot fully identify, quantify and distribute the Brazilian linguistic diversity as recognized by Decree n° 7.387, December 9, 2010, instituting the National Inventory of Linguistic Diversity. On the other hand, comprehension of the processes of space occupation by exogenous populations and the importance of language in this process represents for the research of multilingualism and language contact a contribution of great relevance. For the analysis of correlations between language and space we used as correlation parameter the variables pointed out by Altenhofen (2014 [in press]) as relevant in the description of territorialities and language territorialization processes, varieties and speech communities. Among the variables observed, we included the correlations between space and time, frontiers, socio cultural origin, location age, local ethnic diversity, isolation and urbanization degree and communication and migration routes, apart from geographic configurations of physical order. The necessity of the elaboration of a series of maps for the cartography of variation and linguistic diversity as suggested by Thun (2010) is posed as a challenge. This procedure allows a dynamic macro analysis of the social and linguistic relations in the multilingual space, and not a statistic analysis as it occurred in traditional dialectology. The results show the relevance of these correlations not only in mapping the areas of multilingualism but also in understanding the dynamics of space occupation.

**Keywords:** multilingualism; language contact; territorialization; immigrant (minority) languages; linguistic cartography.

## RIASSUNTO

La presente ricerca contribuisce con studi di plurilinguismo e contatti linguistici, concentrandosi sulle relazioni tra lingua e spazio pluridimensionale. L'argomento riguarda i processi di territorializzazione dell'italiano come lingua d'immigrazione nella Regione di Colonizzazione Italiana nel Nordest del Rio Grande del Sud (RCI). Con base su di un corpus organizzato e pubblicato da Frosi & Mioranza (1975; 1983) e completato da dati provenienti da varie altre ricerche, si propone: 1) di mappare la diversità dialettale degli immigrati italiani che s'insediarono nella RCI, ricostruendo, in questo modo, lo stato del multilinguismo che probabilmente configurò la situazione originale della fase di bilinguismo italiano/portoghese e 2) descrivere, partendo dall'interpretazione delle mappe elaborate, i processi (a) di territorializzazione (zonazione [forza centrifuga di espansione] e di insularietà [forza centripeta, del raccoglimento]), (b) koineizzazione e (c) manutenzione o sostituzione delle varietà di dialetto nello spazio multilingue considerato. Tale scopo serve come base per una serie di studi futuri, perché getta luce sulla situazione linguistica delle ex colonie (Colonie madri, al. *Mutterkolonien*) da dove le lingue d'immigrazione italiana, soprattutto la koinè veneta sud-rio-grandense, si diffusero nelle nuove colonie (colonie figlie, al. *Tochterkolonien*) nel Nord e Nordovest del Rio Grande del Sud, nel Centro e Ovest di Santa Catarina, Sudovest del Paraná, così come in nuove zone del Centro-Ovest, o anche oltrepassando i confini verso *Misiones* (Argentina) e Paraguay. Allo stesso tempo, lo studio contribuisce a colmare delle lacune esistenti nei censimenti demografici brasiliani. Nonostante alcuni sforzi localizzati nei censimenti, essi non riescono ad identificare, quantificare e fare la distribuzione della diversità linguistica brasiliana, come riconosce il decreto n° 7.387, del 9 dicembre 2010, istituendo l'Inventario Nazionale della Diversità Linguistica. D'altra parte, la comprensione dei processi di occupazione dello spazio da popolazioni esogene e il ruolo svolto dalla lingua in questo processo rappresenta per la ricerca del plurilinguismo e dei contatti linguistici un contributo di grande rilevanza. Per l'analisi delle correlazioni tra lingua e spazio, abbiamo utilizzato come parametro di correlazioni le variabili indicate da Altenhofen (2014 in corso di stampa) considerate rilevanti nella descrizione delle territorialità e dei processi di territorializzazioni di lingue, di varietà e comunità di parlanti. Si includono tra le variabili osservate le correlazioni tra spazio e tempo, confini, origine socioculturale, età della località, la diversità etnica locale, il grado di isolamento e di urbanizzazione, vie di comunicazione e di migrazioni oltre le configurazioni geografiche di ordine fisico. Come sfide attinenti alla cartografia della variazione e la diversità linguistica si pone la necessità di elaborazione di mappe in serie, come suggerisce Thun (2010). Questa procedura permette un'ampia analisi dinamica delle relazioni sociali e linguistiche nello spazio multi-dimensionale e non più statica, come avveniva nella dialettologia tradizionale. I risultati indicano la rilevanza di queste correlazioni non solo nella mappatura delle zone di plurilinguismo, ma anche nella comprensione della dinamica dell'occupazione dello spazio.

**Parole-chiave:** multilinguismo; contatti linguistici, territorializzazione; lingue di immigrazione; cartografia linguistica.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>IV</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>V</b>
<b>RIASSUNTO.....</b>	<b>VI</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTOS TEÓRICOS .....</b>	<b>28</b>
1.1 Relações entre língua e espaço no processo migratório.....	28
1.1.1 Revisão dos conceitos de “língua” e “dialeto”.....	28
1.1.2 Mudança de <i>status</i> sócio político: língua minoritária; língua de imigração .....	32
1.2 Ampliação da noção de “espaço” .....	33
1.3 Territorialização e territorialidades linguísticas .....	38
1.4 Comunidades de fala ou comunidade linguística.....	41
1.5 Contatos linguísticos e plurilinguismo .....	44
1.5.1 Monolinguismo e multilinguismo/plurilinguismo .....	44
1.5.2 Code-switching, code mixing, diglossia e language shift .....	46
1.5.3 Processo de coineização e nivelamento linguístico .....	47
1.6 Sociologia das línguas .....	52
1.7 O estudo de contatos linguísticos do italiano no RS .....	54
<b>CAPÍTULO 2 - IMIGRAÇÃO ITALIANA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA .....</b>	<b>61</b>
2.1 Imigração de homens e línguas .....	61
2.2 Fluxos migratórios para o Brasil .....	67
2.3 Heterogeneidade dialetal do grupo imigrante italiano .....	71
2.4 Papel da igreja e da escola no contexto da RCI .....	73
2.5 As associações italianas de mútuo socorro e benevolência .....	76
2.6 Áreas de difusão do italiano .....	83
<b>CAPÍTULO 3 – QUESTÕES METODOLÓGICAS. ....</b>	<b>89</b>
3.1 Base de dados para a cartografia .....	90
3.2 O mapa ou carta linguística .....	96
3.3 Cartografia de dados na geolinguística .....	98
3.4 Ferramentas e procedimentos de cartografia .....	99

3.5	Organização e análise dos mapas .....	102
<b>CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DOS MAPAS .....</b>		<b>106</b>
4.1	Quadro geral dos mapas produzidos para análise .....	106
4.2	Observações sobre o espaço físico-geográfico .....	107
4.3	Unidade e heterogeneidade da RCI .....	110
4.4	Grau de Formação da coine vêneto sul-riograndense .....	114
4.5	Grau de multilinguismo: territorialidades monovarietais vs. multivarietais .....	117
4.6	Ilhas dialetais na RCI: focos de resistência .....	119
4.7	Comunidades de fala do italiano: manutenção de territorialidades face ao avanço do português .....	122
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>		<b>126</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>		<b>130</b>
<b>ANEXO .....</b>		<b>142</b>



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	: Quadro dos dialetos presentes na matriz de origem dos imigrantes da RCI, na Itália (cf. FROSI e MIORANZA, 2009, p. 75, quadro 3).....	72
<b>Quadro 2</b>	Associações Italianas de Mútuo Socorro e Benevolência do Rio Grande do Sul, de acordo com levantamento feito por Crocetta (2000 [1926]).....	77
<b>Quadro 3</b>	Associações italianas de mútuo socorro e benevolência da RCI, de acordo com levantamento feito por Crocetta (2000 [1926]).....	79
<b>Quadro 4</b>	Municípios e respectivos distritos com especificação das variedades dialetais faladas na RCI, à época da coleta de dados (1973-1979) conforme levantamentos feitos por Frosi e Mioranza (1975; 1983; 2009).....	90
<b>Quadro 5</b>	Ilhas linguísticas da RCI com especificação do dialeto italiano 1975-1979 .....	93
<b>Quadro 6</b>	Entrevistas dialetológicas realizadas com a respectiva localização dos informantes de cada entrevista, no estudo de Frosi e Mioranza (1983, p. 126).....	94

**LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1</b>	Estágios de desenvolvimento de um <i>continuum</i> de coineização, segundo Siegel (1985, p. 373-374).....	49
<b>Tabela 2</b>	Estágios de formação de um ‘novo’ dialeto –cf. Trudgill (1998).....	51

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b>	Localização do RS na América Latina.....	143
<b>Mapa 2</b>	Mapa localização das colônias italianas na RCI.....	144
<b>Mapa 3</b>	Mapa do Relevo.....	145
<b>Mapa 4.1</b>	Mapa do Grau de diversidade dialetal na RCI.....	146
<b>Mapa 4.2</b>	Mapa das variedades dialetais da RCI.....	147
<b>Mapa 5</b>	Mapa do Grupo Dialetal Vêneto (ilhas dialetais).....	148
<b>Mapa 5.1</b>	Mapa dos Dialetos: Feltrino-belunês.....	149
<b>Mapa 5.2</b>	Mapa dos Dialetos: Vicentino.....	150
<b>Mapa 5.3</b>	Mapa dos Dialetos: Trevisano.....	151
<b>Mapa 5.4</b>	Mapa dos Dialetos: Paduano.....	152
<b>Mapa 5.5</b>	Mapa dos Dialetos: Veronês.....	153
<b>Mapa 5.6</b>	Mapa dos Dialetos: Rovigino.....	154
<b>Mapa 6</b>	Mapa do Grupo Dialetal Lombardo (ilhas dialetais).....	155
<b>Mapa 6.1</b>	Mapa dos Dialetos: Bergamasco.....	156
<b>Mapa 6.2</b>	Mapa dos Dialetos: Cremonês.....	157
<b>Mapa 6.3</b>	Mapa dos Dialetos: Mantuano.....	158
<b>Mapa 6.4</b>	Mapa dos Dialetos: Milanês.....	159
<b>Mapa 7</b>	Mapa do Grupo Dialetal Friulano (ilhas dialetais).....	160
<b>Mapa 7.1</b>	Mapa dos Dialetos: Friulano.....	161
<b>Mapa 8</b>	Mapa do Grupo Dialetal Trentino.....	162
<b>Mapa 9</b>	Mapa dos Dialetos: Coiné.....	163
<b>Mapa 10</b>	Mapa das línguas de base não-italiana e o Cimbrio.....	164
<b>Mapa 11</b>	Mapa das Escolas/Associações italianas no RS.....	165

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Lista de línguas brasileiras de imigração, presentes no espaço brasileiro, de acordo com Altenhofen (2013a, p. 106).....	15
<b>Figura 2</b>	Perguntas sobre as línguas indígenas no Questionário da Amostra, utilizado pelo IBGE (2010) para o Censo Demográfico. ....	17
<b>Figura 3</b>	Área em que foi realizada a coletado de dados (Antigas Colônias I e II), por Frosi e Mioranza (1973), com identificação das ilhas dialetais.	24
<b>Figura 4</b>	Área em que foi realizada a coleta de dados (Nova Colônia) por Frosi e Mioranza (1973), com identificação das ilhas dialetais.....	25
<b>Figura 5</b>	Áreas Indígenas por Grupo Étnico no Rio Grande do Sul.....	63
<b>Figura 6</b>	Processo de ocupação do território delimitado pelo Rio Grande do Sul (cf. SCP/DEPLAN – COREDES [Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul], 2004).....	67
<b>Figura 7</b>	Regiões da Itália de origem dos colonos italianos para o RS.....	68
<b>Figura 8</b>	Regiões da Itália mais representadas na emigração para a RCI.....	69
<b>Figura 9</b>	Colônias ítalo-brasileiras no RS e seus desdobramentos na Região Sul, conforme mapa elaborado para o Relatório final do Inventário das Línguas de Imigração: talian (IPHAN, 2010).....	85
<b>Figura 10</b>	Áreas bilíngues, de acordo com dados do ALERS, conforme Altenhofen (2005).....	86
<b>Figura 11</b>	As regiões Culturais do Rio Grande do Sul.....	88
<b>Figura 12</b>	Etapas do geoprocessamento.....	101
<b>Figura 13</b>	Exemplo de camadas ( <i>layers</i> ), níveis ou coberturas.....	102

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Variedades dialetais registradas nas entrevistas de Frosi e Mioranza (1975; 1983) – v. base de dados (seção 3.1).....	118
------------------	---	-----

## INTRODUÇÃO

Este estudo tem como foco o contexto de multilinguismo decorrente da imigração ao sul do Brasil, iniciada na primeira metade do séc. XIX, com os alemães (1825), aos quais se sucederam italianos (1875), poloneses (1891), japoneses (1905) e muitos outros. Ao todo, vieram com os imigrantes, segundo Altenhofen (2013a, p. 106) cerca de 56 línguas de imigração, como mostra o quadro da fig. 1. Este número, há bem pouco tempo, girava em torno apenas de “30 línguas” (cf. OLIVEIRA 2003, p. 7; OLIVEIRA & ALTENHOFEN 2011, p. 193). O que explicaria essa diferença?

Obviamente que Altenhofen não inventou novas línguas. Elas sempre estiveram presentes no território brasileiro; apenas não eram visibilizadas. Nossa hipótese é de que haja ainda mais línguas de imigração a “incluir”, umas ainda vivas (de falantes isolados ou em comunidades de fala), outras infelizmente reduzidas à memória do passado, como parte constitutiva da história do Brasil.<sup>1</sup>

O que justifica a diferença de 30 para 56 línguas de imigração, nas estimativas, é o modo como se define *língua* e *dialeto*. Ao conceber as variedades dialetais como entidades históricas diferenciadas que possuem uma identidade e comunidade de fala própria – uma territorialidade de uso, como observar-se-á mais adiante – conferir-se-á a elas uma existência particular ou, como acentuam os discursos modernos, garantir-se-á a sua “inclusão” no debate social e na pesquisa. A denominação de uma língua – como bem lembram Oliveira e Altenhofen (2011, p. 188) – traz como consequência a

---

<sup>1</sup> Veja-se, por exemplo, o estudo de Bilhão (2005, p. 103), que retrata a “Babel Operária” que caracterizava os contextos operários de Porto Alegre, entre 1896 e 1920, para onde confluíam descendentes de imigrantes de diversas origens.

visibilização de línguas ou variedades. Mas tal reconhecimento não decorre de uma decisão individual e arbitrária, e sim é resultado de uma análise minuciosa de um “modo de falar” (significado de *diálekto* em grego) no mosaico de línguas em um determinado território. É esta, na essência, a contribuição que a presente Tese de Doutorado busca dar: auxiliar no conhecimento e visibilização do multilinguismo e dos contatos linguísticos no contexto brasileiro, identificando sua diversidade interna, os processos de mudança e adaptação, bem como as condições que favoreceram ou dificultaram a sobrevivência de línguas.

<b>Grupo Alemão</b>		31. Minnan, Taiwanês
1. Alemão, Hochdeutsch		32. Wu, Xangainês
2. Austríaco		<b>Grupo Japonês</b>
3. Bávaro		33. Japonês: <i>kansai-ben</i> (variedades da região <u>ocidental</u> do Japão)
4. Boêmio (†)		34. Japonês: <i>kantô-ben</i> (variedades da região <u>oriental</u> do Japão)
5. Bucovino		35. Japonês: <i>koronia-go</i> (“mescla linguística português-japonês”)
6. Hunsrückisch, Hunsrick, Hunsbucklisch ou hunsriqueano		<b>Grupo Judeu</b>
7. Kaffeeflickersch (pt. língua de catador de café)		36. Hebraico
8. Plautdietsch menonita		37. Ídiche
9. Pomerano		<b>Grupo Cigano</b>
10. Suábio		38. Roma
11. Suíço		39. Sinti
12. Vestfaliano, Plattdüütsch ou sapato-de-pau		<b>Grupos Imigrantes Fronteiriços</b>
13. Wolgadeutsch, alemão do Wolga, russo-alemão		40. Aimara
<b>Grupo Italiano</b>		41. Espanhol
14. Bergamasco		42. Guarani
15. Calabrês		43. Quechua
16. Cimbri (†)		<b>Grupo Imigrante Crioulo</b>
17. Cremonês		44. Crioulo da Ilha Samaracá
18. Friulano		45. Crioulo de Cabo Verde
19. Milanês		46. Crioulo galibi marworno
20. Veronês		47. Crioulo karipuna
21. Vicentino		<b>Demais Grupos</b>
22. Talian, Vêneto Rio-Grandense		48. Árabe
23. Trentino		49. Armênio
24. Trevisano		50. Coreano
<b>Grupo Esloveno</b>		51. Francês
25. Polonês (1869/1890)		52. Grego
26. Russo		53. Holandês
27. Ucrainiano		54. Húngaro
<b>Grupo Chinês</b>		55. Leto ou Letão
28. Cantonês (yue)		56. Sueco
29. Chinês-padrão, Putonghua		
30. Keja, Hakka		

**Figura 1:** Lista de línguas brasileiras de imigração, presentes no espaço brasileiro, de acordo com Altenhofen (2013a, p. 106)

Na visão monolíngue de “um país com uma língua única”, pouco espaço resta às línguas minoritárias. Nesta designação, *língua minoritária*, tem-se agrupado todas as línguas que se encontram à margem da língua majoritária dominante e oficial, das instituições e do país. No Brasil, as políticas linguísticas que vêm sendo implementadas para essas línguas resultaram em uma categorização, em que se procurou respeitar as especificidades e demandas de cada tipo:

- 1) línguas indígenas;
- 2) variedades regionais da língua portuguesa;
- 3) línguas de imigração;
- 4) línguas de comunidades afro-brasileiras;
- 5) línguas brasileiras de sinais;
- 6) línguas crioulas.

Esta categorização, segundo Altenhofen e Morello (2013, p. 20),

tem sido muito útil para adequar as políticas linguísticas às especificidades de cada tipo de língua, além de dividir tarefas e fomentar ações e trocas conjuntas. No fluxo dessa visibilização, registraram-se alguns avanços, sobretudo no âmbito das municipalidades e de algumas comunidades de fala, em particular.

Apesar dos avanços observados nos últimos anos, as línguas de imigração permaneceram muito tempo excluídas, não só da pesquisa, mas também dos debates político-linguísticos, em que só recentemente foram sendo incluídas, em ações que culminaram com a instituição do *Inventário Nacional da Diversidade Linguística*, por meio do Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010. Antes, na tese do tripé branco-índio-africano como base formadora do povo brasileiro (RIBEIRO, 2009), a hegemonia do elemento branco essencialmente luso encobria a participação do imigrante de origem não-lusa, visto contrariamente como um corpo estranho que necessitava ainda se assimilar (ALTENHOFEN, 2013a). As pressões de assimilação e aculturação vão se estender até os dias atuais, mas tiveram seu momento mais crítico no período da nacionalização, durante o Estado Novo (1937-1945)<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Estado Novo – também conhecido por Era Vargas, foi um momento na história do Brasil, iniciado com o golpe político de Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937. O Estado Novo foi, ao lado da política do Marquês de Pombal, um dos períodos de maior repressão linguística vividos no Brasil, com posturas



Apesar dos avanços no âmbito das políticas-linguísticas e do incremento de novos estudos, aos quais já chama atenção Altenhofen (1997), em um artigo sobre *O estudo de línguas de imigrantes no Brasil*, ainda permanecem muitas questões em aberto, seja no que se refere à ausência de estatísticas mais precisas e atualizadas, seja pela falta de um mapeamento mais claro das áreas de ocupação dessas línguas de imigração. Infelizmente, o IBGE restringiu a pergunta sobre “outras línguas faladas no lar” às línguas indígenas, excluindo do censo demográfico de 2010 as línguas de imigração, mesmo que estatisticamente tenhamos mais falantes de línguas de imigração do que de línguas indígenas, no espaço brasileiro. O questionário utilizado ainda vincula a indagação sobre línguas indígenas ao reconhecimento da cor e raça do recenseado, indagando se este “se considera indígena”. É o que mostra a fig. 2.

6.06 - A SUA COR OU RAÇA É:	
<input type="checkbox"/> 1 - BRANCA	<input type="checkbox"/> 2 - PRETA
<input type="checkbox"/> 3 - AMARELA	<input type="checkbox"/> 4 - PARDA
<input type="checkbox"/> 5 - INDÍGENA (Passe ao 6.08)	
(Se terra indígena no tipo de setor e códigos 1 a 4 neste quesito, siga 6.07) (Se Tipo de setor diferente de terra indígena e códigos 1 a 4 neste quesito, passe ao 6.12)	
6.07 - VOCÊ SE CONSIDERA INDÍGENA?	
<input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 6.08)	<input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 6.12)
6.08 - QUAL É A SUA ETNIA OU O POVO A QUE PERTENCE?	
<input type="text"/>	
Siga 6.09	
6.09 - FALA LÍNGUA INDÍGENA NO DOMICÍLIO? (Considere também o uso da língua de sinais)	
<input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 6.10)	<input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 6.11)
6.10 - QUAL(IS)? (ESPECIFIQUE A(S) LÍNGUA(S) INDÍGENA(S) - ATÉ DOIS REGISTROS)	
6101	<input type="text"/>
6103	<input type="text"/>
Siga 6.11	
6.11 - FALA PORTUGUÊS NO DOMICÍLIO? (Considere também o uso da língua de sinais)	
<input type="checkbox"/> 1 - SIM	<input type="checkbox"/> 2 - NÃO
Siga 6.12	
6.12 - QUAL É A SUA RELIGIÃO OU CULTO?	
<input type="text"/>	

**Figura 2:** Perguntas sobre as línguas indígenas no Questionário da Amostra, utilizado pelo IBGE (2010) para o Censo Demográfico. Disponível em: < [http://censo2010.ibge.gov.br/images/pdf/censo2010/questionarios/questionario\\_amostra\\_cd2010.pdf](http://censo2010.ibge.gov.br/images/pdf/censo2010/questionarios/questionario_amostra_cd2010.pdf) >

A última vez em que recensearam, em sua totalidade, as “línguas faladas no lar, ao lado do português” foi no censo de 1950. Porém, ainda no censo de 1940, período em que o Brasil ainda se encontrava politicamente neutro no conflito da Segunda Guerra

que se observam ainda hoje de hostilidade e ideologização de línguas diferentes do português. Veja-se para tanto Altenhofen (2004b).

Mundial, as línguas faladas no Brasil (como hoje o número de televisores e de privadas) foram recenseadas através das seguintes perguntas (MORTARA, 1950, p.39):<sup>3</sup>

18. A pessoa que está preenchendo este formulário fala português fluente?  
19. Que língua ele(a) geralmente fala em casa? (*trad. nossa*)

Já nesta época, as pesquisas visavam conhecer a real situação de assimilação linguística dos imigrantes, pois se acreditava que seria um marco decisivo a adoção, pelo imigrante ou por seus descendentes, da língua local como meio de comunicação, facilitando, com isso, sua adaptação e integração ao novo ambiente social. O tema da assimilação ou aculturação (linguística) constituiu-se, neste sentido, em uma porta de entrada de interesse no estudo dos grupos minoritários, sobretudo por sociólogos e antropólogos como Willems (1940)<sup>4</sup> e Schaden (1942),<sup>5</sup> já que só um pouco mais tarde aparecem pesquisas iniciais que se pode dizer ao menos se aproximam de uma linguística, ou melhor, de uma dialetologia ou sociolinguística (v. ALTENHOFEN, 2011).

Porém, a falta de dados estatísticos sobre a língua falada no lar nos Censos seguintes, impossibilita uma descrição mais precisa da evolução – manutenção ou perda dessas línguas – nos estudos, mesmo que o foco tenha recaído apenas sobre o conceito generalizante da língua alóctone, sem especificação das variedades dialetais em questão, como foi o caso das línguas efetivamente faladas pelos imigrantes alemães e italianos. Junto com o respectivo *standard*, usado para a escrita e as situações formais, vieram uma série de variedades do *substandard*, entre as quais os dialetos das regiões de emigração, na matriz de origem dos imigrantes.<sup>6</sup>

Ao lado do problema da falta de estatísticas e mapeamentos claros e atualizados, coloca-se um segundo problema, qual seja, de uma melhor compreensão “dos processos de territorialização” dessas línguas e de seu papel na manutenção, constituição, variação e difusão no novo meio em contato com o português. Por processos de territorialização entendemos, segundo Altenhofen (2014 [no prelo]), o espaço de uso real ou potencial de uma variedade ou variante linguística. O território é a área (físico-geográfica) onde se

<sup>3</sup> No original: “18. Does the person completing this form speak fluent Portuguese? 19. What language does he usually speak at home?”

<sup>4</sup> O título de seu livro diz tudo: *Assimilação e populações marginais no Brasil*.

<sup>5</sup> Idem: *Aculturação lingüística numa comunidade rural*.

<sup>6</sup> Sobre a noção de *standard* vs. *substandard*, veja-se Lenz (2005).

constituem territorialidades distintas. Consequentemente, a territorialização refere-se à ação de ocupar territórios e definir aí territorialidades que se definem como espaços de representatividade e circulação/uso das línguas. Assim, no território, uma determinada área devidamente delimitada, uma língua pode subsistir em territorialidades que envolvem a família, a igreja, um bairro, uma comunidade de fala, ou mesmo uma associação, onde a língua é usada em interação com outros.

A compreensão do modelo de territorialização que caracteriza a ocupação dos espaços pelas línguas minoritárias ajuda a responder e explicar uma série de perguntas de pesquisa comuns aos estudos de contatos linguísticos, entre as quais se destacam as seguintes:

- a) como as variedades, em contato em um contexto multilíngue, constituem sua territorialidade? O que favorece ou desfavorece determinada territorialidade?
- b) Quais os elementos aglutinadores de cada variedade, em torno dos quais se constituem essas territorialidades? Pense-se no papel da igreja, da família, da vizinhança, da unidade administrativa, da cooperativa, do clube, etc.
- c) Como se dá o contato linguístico entre essas variedades? Ou, em outras palavras, por que meios se dá a intercomunicação ou entrecruzamento das diferentes variedades? Pense-se nos matrimônios, ou linhas de transporte, relações comerciais, etc.
- d) Quais fatores favorecem e desencadeiam o processo de coineização em torno de uma variedade eleita com as condições para assumir essa tarefa? No caso do italiano, por exemplo, sabe-se que se desenvolveu uma coine a partir de uma base vêneto-lombarda; no caso do alemão, o Hunsrückisch (ou hunsriqueano) desenvolveu-se a partir de uma base renano-moselana; no caso do japonês, tem-se registros de uma mescla denominada de *koronia-go*, que teria funções semelhantes à de uma coine.

Partindo da literatura existente sobre o assunto, o assentamento dos imigrantes, de modo geral, ocorreu em linhas, picadas ou travessões. Mas essa forma de assentamento representa apenas um elemento de uma complexidade que ainda inclui a diversidade linguística dos imigrantes, ou seja, o conjunto das variedades faladas por esses e que entram em contato no novo meio. Como afirma Thun (2010b), o que

efetivamente entra em contato são as variedades linguísticas, sendo que os contatos linguísticos fazem parte do cotidiano das comunidades; ocorrem ora no nível microlinguístico (na interação face-a-face), ora na perspectiva macrolinguística, levando em conta a mobilidade no espaço geográfico e, também, a participação dos indivíduos em espaços midiáticos diversos (AUER & SCHMIDT, 2010).

Considerando a carência de dados sobre o multilinguismo brasileiro, e a complexidade desses processos de territorialização, o presente estudo concentra-se em uma área específica de ocupação das línguas de imigração italiana, conhecida na literatura como Região de Colonização Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul (doravante RCI), e equivalente à Antiga Região de Colonização Italiana – ver Frosi e Mioranza (1975),

[...] com este termo designa-se o conjunto dos dois núcleos territoriais de colônias mais antigas, aquelas ao sul e aquelas ao norte do Rio das Antas, fundadas em 1875 e de 1884-1885, na época do Império, enquanto Guaporé, fundada na época da República, constitui uma área de colonização nova. O critério distintivo entre áreas de colonização antiga e nova não deriva, todavia, daquele das épocas políticas acima mencionadas, com as quais pode coincidir, mas, em linhas amplas, tem origem no fato de que se consideram colônias antigas os assentamentos iniciais dos quais partiram, depois, fluxos migratórios internos que povoaram novas áreas. Na verdade, nem mesmo esse critério corresponderia exatamente à divisão, porque as colônias ao norte do Rio das Antas foram constituídas não só por assentamentos originários, mas também por elementos saídos das colônias fundadas uma década antes. Por outro lado, também na colônia Guaporé, fundada em 1892, afluíram imigrantes provenientes diretamente da Itália. (SABBATINI, 1975, p. XXXI)

A localização precisa desta área pode ser vista no mapa 2, em anexo. Vale destacar que a RCI constitui a matriz de origem (ou antiga colônia, ou colônia matricial, al. *Mutterkolonie*) de onde as línguas de imigração italiana, sobretudo da coiné vêneto-sul-rio-grandense (doravante VeRS), se difundiram para colônias novas (ou colônias filiais, al. *Tochterkolonien*)<sup>7</sup> no norte e noroeste rio-grandense, centro e oeste catarinense, sudoeste paranaense, bem como em áreas novas do centro-oeste, ou mesmo transpondo as fronteiras em direção a Misiones (Argentina) e Paraguai. Enquanto as colônias matriciais recebem imigrantes diretamente da Europa e provavelmente monolíngues em sua variedade italiana, as colônias filiais surgem da expansão de

<sup>7</sup> A distinção entre *Mutterkolonie* e *Tochterkolonie* provém de Schirmunski (1926/27), em seu estudo dos alemães do Wolga. Literalmente, significam ‘colônias-mães’ e ‘colônias-filhas’. Como tradução, sugerimos *colônias matriciais* e *colônias filiais*. As segundas são decorrência das primeiras e fundadas com descendentes daquelas.

descendentes das primeiras colônias, que provavelmente já possuem algum conhecimento do português e já fazem uso de uma variedade comum surgida do contato intervarietal nas colônias matriciais.

Daí se explica a relevância da RCI para uma série de estudos futuros, porque lança luz sobre a situação linguística original que antecedeu e moldou as línguas dos imigrantes. A RCI representa, assim, o período mais efervescente de contato de variedades dialetais do italiano e, portanto, o mais próximo da diversidade que veio da Itália.<sup>8</sup> Mas também ela sofreu perdas e ganhos devido ao contato interlingual e à substituição pelo português ou ao contato intervarietal e à adesão a uma coíné de intercomunicação entre variedades distintas.

Em Frosi e Mioranza (1975, p. 53-57), essas Colônias são divididas em Antiga Colônia I e Antiga Colônia II. Essas colônias foram assim definidas por terem se constituído, nas primeiras décadas da colonização, pela emigração externa, isto é, da Itália para o Brasil. A Nova Colônia<sup>9</sup> forma-se a partir da emigração externa e interna e recebe, deste modo, tanto imigrantes procedentes da Itália quanto descendentes nascidos na RCI, enquanto a Novíssima Colônia foi constituída fundamentalmente da emigração interna, vale dizer, movimentos migratórios das Colônias oficiais já existentes na RCI para novas áreas de expansão, além das terras compreendidas pelas Colônias oficiais e que constituíram a Novíssima Colônia. O mapa 2 em anexo delimita a RCI, subdividida nessas quatro subáreas, conforme a ordem de chegada dos imigrantes.

Diante das questões identificadas acima, constituem os **objetivos centrais** desta Tese de Doutorado:

- 1) mapear a diversidade dialetal dos imigrantes italianos que colonizaram a RCI, reconstruindo desta forma o estado de multilinguismo que provavelmente configurou a situação original da fase de bilinguismo italiano-português, e

---

<sup>8</sup> Não se deve esquecer, evidentemente, da chamada Quarta Colônia, no centro do Estado, entre o Rio Jacuí e Santa Maria. Também, aqui, vieram imigrantes diretamente da Itália.

<sup>9</sup> ‘A definição de Região de Colonização Italiana é uma definição de origem histórica, que entrou na linguagem comum e oficial, que propriamente pertence somente aos territórios das ex-colônias de natureza pública fundadas entre 1875 e 1892 e, por extensão, às áreas dos municípios delas derivados. Portanto, exclui-se da definição a área de **Encantado**, mesmo que tenha sido ocupada por italianos na década de 1880, ainda antes de **Guaporé**: trata-se não de uma colônia pública, mas de uma colonização fundamentalmente privada. A característica da região histórica é, com efeito, aquela de ser uma área de colonização essencialmente pública, também se aí podem ser compreendidas algumas zonas internas ou periféricas de terras privadas que foram sucessivamente anexadas à circunscrição dos municípios derivados das ex-colônias’ (SABBATINI, 1975, p. XXXII apud FROSI e MIORANZA, 1983).

- 2) descrever, a partir da interpretação dos mapas elaborados, os processos
  - a) de territorialização,
  - b) coineização e
  - c) manutenção ou substituição de variedades dialetais no espaço multilíngue considerado.

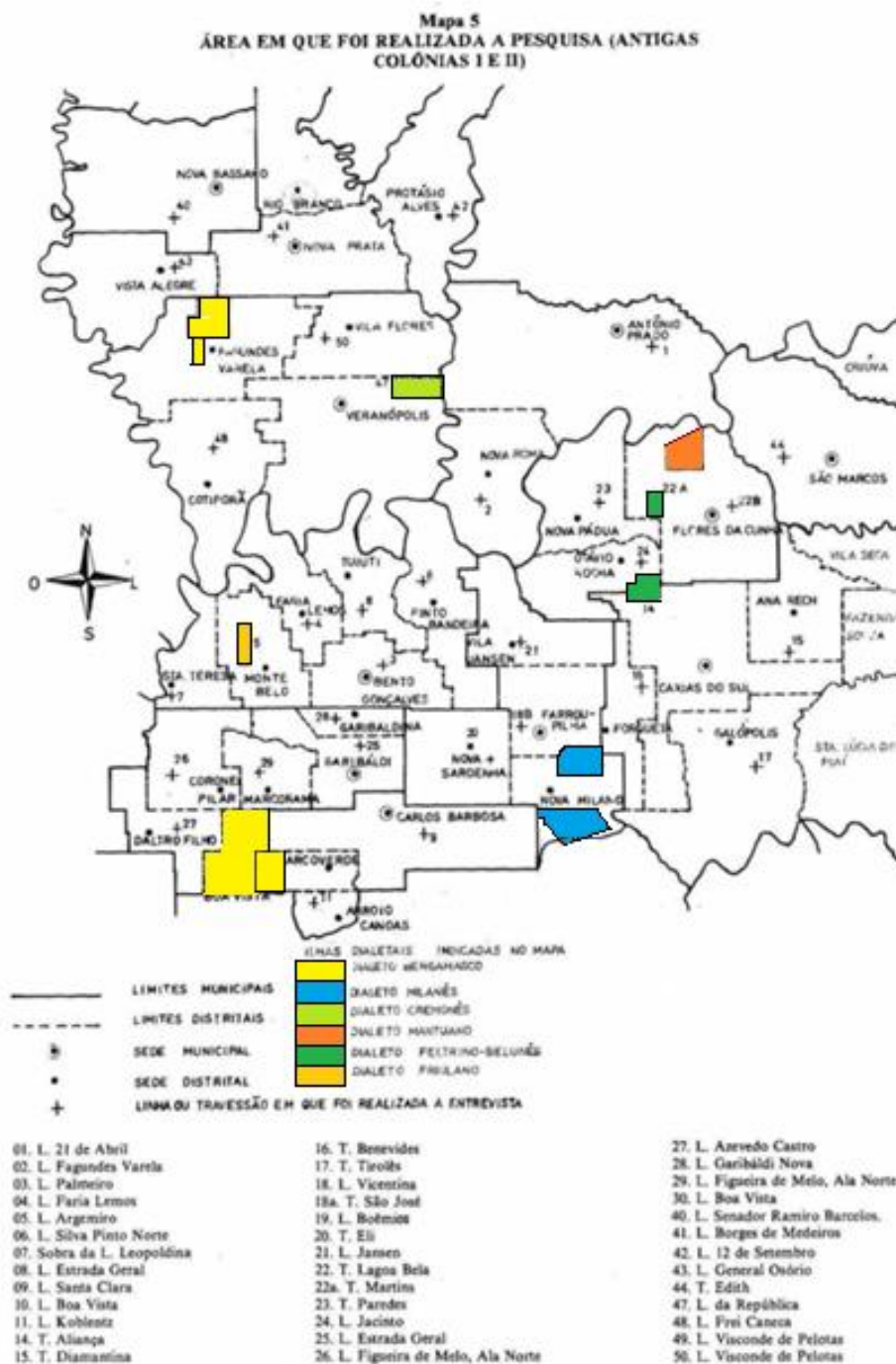
A RCI configura, deste modo, um “laboratório” de pesquisa das relações entre língua e espaço na área das colônias matriciais da chamada RCI. Como se explicitará mais adiante, a territorialização pode se dar, de acordo com Altenhofen (2014), em dois sentidos: seja no sentido da expansão (processo de arealização – que mede sua força centrífuga) e de recolhimento (processo de insulamento, que pressupõe uma força centrípeta). O significado desses processos especificar-se-á mais claramente no cap. 1.3.

Para a análise das correlações entre língua e espaço, utilizam-se como parâmetros de correlações, as variáveis apontadas por Altenhofen (2014 [no prelo]) como relevantes na descrição de territorialidades e processos de territorialização de línguas, variedades e comunidades de falantes. Incluem-se entre as variáveis observadas as correlações entre espaço e tempo, fronteiras, origem sociocultural, idade da localidade, diversidade étnica local, grau de isolamento e de urbanização, vias de comunicação e de migrações, além de configurações geográficas de ordem física.

Como se vê, os objetivos estabelecidos para este estudo prescindem da cartografia para uma análise mais precisa das relações entre língua e espaço. Os mapas linguísticos – e, aqui, abre-se mão da distinção entre *carta* e *mapa* – configuram, neste sentido, um instrumento fundamental de análise. A sua elaboração, contudo, depende de dados fidedignos e que respondam ao propósito do mapa. Neste estudo, contou-se, basicamente, com o *corpus* de Frosi & Mioranza (1975; 1983), disponibilizado pelos autores e complementado por dados de acervos diversos: os dados de questionários enviados por correspondência por Bunse (1969; 1975 e 1978); os dados do projeto Bilinguismo no Rio Grande do Sul (BIRS), igualmente obtidos em inquérito por correspondência a juntas de serviço militar do Rio Grande do Sul, entre 1985 e 1989 (v. ALTENHOFEN, 1990; RASO, MELLO e ALTENHOFEN, 2011, p. 41); o estudo dos provérbios dialetais italianos (FROSI, 1989); os mapeamentos de dados do Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS, 2011a; 2011b); por fim, os estudos de Carboni (2002), Corrà (2001) e de Franceschi (1977).

Há ainda alguns estudos nem sempre baseados em levantamentos sistemáticos de dados e que, por vezes, são resultantes de impressões ou notas de viagens. Um exemplo são as observações feitas por Thales de Azevedo (1975; 1994). Mas também o Relatório da Proposta Metodológica para o Inventário do Talian – Projeto Piloto (2010), do qual esta pesquisadora participou, coloca algumas dificuldades enfrentadas no trabalho de identificação das comunidades resultantes, sobretudo da ausência, no século XXI, de censos e pesquisas científicas que apontem o percentual de descendentes das diferentes etnias que compõem o cenário da pesquisa. Foi necessário (ao lado dos dados já existentes) realizar um levantamento junto às prefeituras dos referidos pontos, a fim de verificar a real situação da presença ou não da etnia italiana, assim como também de outras etnias.

O *corpus* central da presente pesquisa vem, como mencionado, dos estudos de Frosi e Mioranza, realizados entre 1973 e 1979, em toda a RCI (cf. FROSI e MIORANZA, 1983, p. 65-67). Foi feita uma pesquisa com levantamentos sistemáticos, registro e estabelecimento dos percentuais de indivíduos dos grupos étnicos provenientes de cada província italiana de quatro regiões do norte da Itália, isto é, Vêneto, Lombardia, Trentino-Alto Ádige e Friuli-Venécia Júlia. Os dados a serem apresentados no cap. 3, estão organizados minuciosamente por variedade dialetal e sua ocorrência nos distritos, e, inclusive, em capelas. Infelizmente, a cartografia dos dados não chegou ao fim, seu mapeamento feito rudimentarmente pede por uma atualização, utilizando-se de novas tecnologias e atualizações, razão por que esta Tese vem contribuir para preencher essa lacuna e propor uma análise cartográfica da riqueza de dados coletados. Também vem em busca de oferecer dados para um futuro mapeamento desta mesma região e possível comparabilidade dos dados.



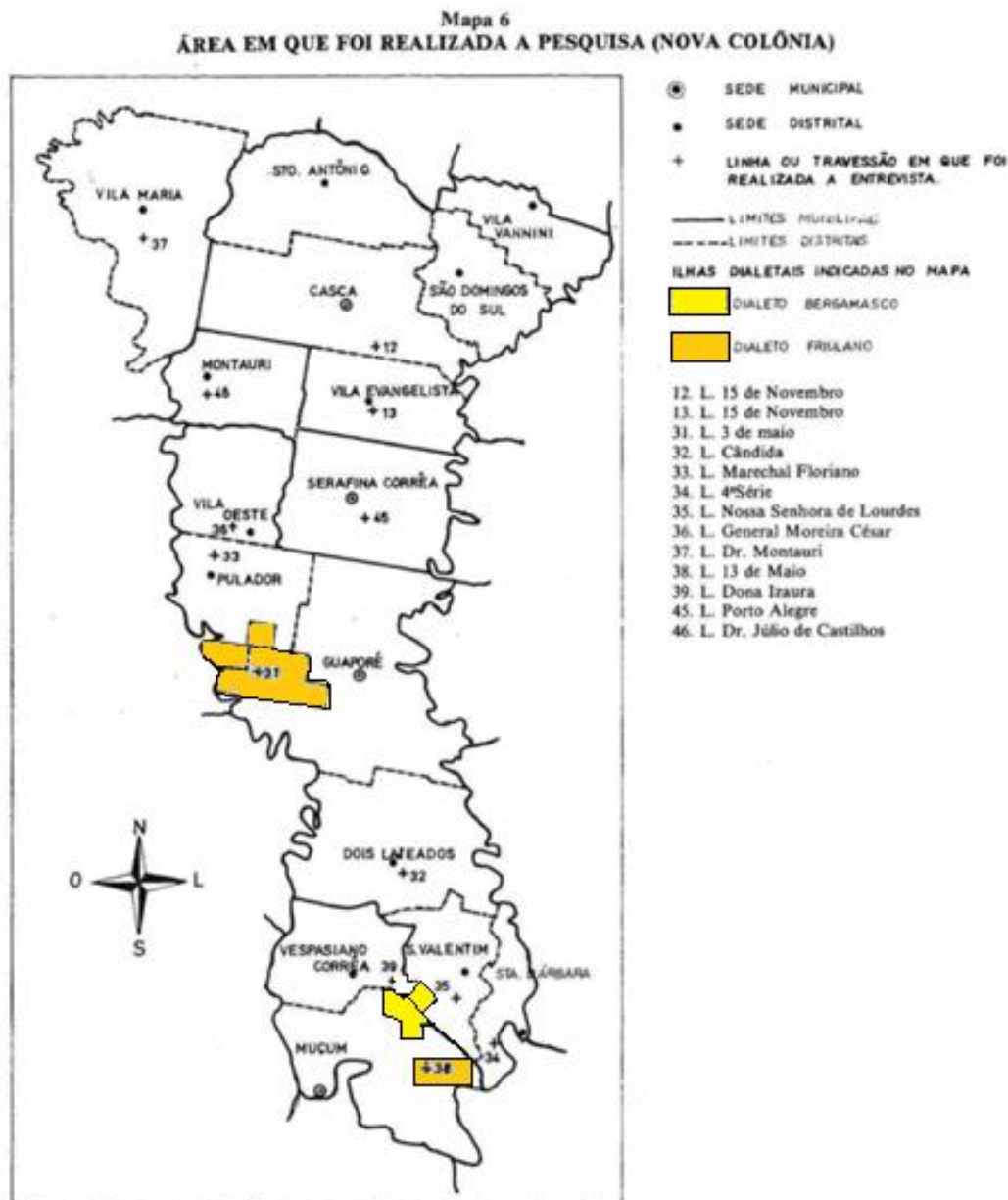
As áreas dialetais indicadas nos Mapas 5 e 6 consistem em:  
 (1) grupo lombardo — dialeto bergamasco, localidades 01, 30, 35, 39 e 49 — dialeto cremonês, localidade 47 — dialeto mantovano, localidade 22 — dialeto milanês, localidades 18a e 19; (2) grupo sênico — dialeto feltrino-belunês, localidade 14a; 22a; (3) friulano, localidades 5, 31 e 38.

Fontes:  
 — Mario Sabatini, *La Regione di Colonizzazione Italiana in Rio Grande do Sul* — *Carte Storiche*, 1975, Firenze, Culture  
 — Resultados da pesquisa de campo realizada no RGS, pelos autores deste livro.  
 — Elaboração Gráfica do arquiteto José Afonso Galvão.

**Figura 3:** Área em que foi realizada a coleta de dados (Antigas Colônias I e II), por Frosi e Mioranza (1973), com identificação das ilhas dialetais<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Adaptação do mapa 5 – área em que foi realizada a pesquisa (antigas colônias I e II) cf. Frosi e Mioranza (1993, p. 86).





As ilhas dialetais indicadas nos Mapas n. 5 e 6 consistem em:  
 (a) grupo lombardo — dialeto bergamasco, localidades 10, 30, 35, 39 e 49 — dialeto cremonez, localidade 47 — dialeto mantovano, localidade 22 — dialeto milanês, localidade 18 e 19; (b) grupo cênico — dialeto friulano-friulano, localidades 14 e 22; (c) friulano, localidades 5, 31 e 38.

Fontes:  
 — Mario Sabbatini, *La Regione di Colonizzazione Italiana in Rio Grande do Sul — Carte Storiche*, 1975, Firenze, Cultura.  
 — Resultados da pesquisa de campo realizada na RCL, pelos autores deste livro.  
 — Elaboração Gráfica do arquiteto José Afonso Galvão.

**Figura 4:** Área em que foi realizada a coleta de dados (Nova Colônia)<sup>11</sup> por Frosi e Mioranza (1973), com identificação das ilhas dialetais

Se pesquisas já levadas a efeito oferecem resultados fidedignos, há também alguns estudos desenvolvidos sem a definição clara dos critérios adotados e que não possibilitam, como decorrência, a comparabilidade de dados e resultados. Por exemplo,

<sup>11</sup> Adaptação do mapa 6 — área em que foi realizada a pesquisa (Nova Colônia), cf. Frosi e Mioranza (1993, p. 87).

alguns estudos, mesmo que louváveis enquanto efetivamente realizados, apresentam grupos de informantes de diferentes perfis, tornando inviável a comparação dos dados entre si; outros foram realizados com diferentes objetivos cartográficos, com representação de informações distintas.

Apesar dos problemas aqui identificados, o presente estudo, se for bem conduzido e levado a bom termo, pode constituir-se num empreendimento de valor e de interesse para outros estudos sobre a diversidade linguística no Brasil. É relevante não só porque trata do conhecimento da diversidade linguística do sul do Brasil, mas porque a representação dessa diversidade por meio de mapas possibilita maior visibilidade do patrimônio linguístico-cultural aí presente. Espera-se, por isso, que o presente estudo forneça dados e subsídios para políticas públicas, educacionais, culturais, sociais, e que venham a enriquecer as discussões no âmbito interdisciplinar sobre língua, espaço e cultura.

Devido à formação interdisciplinar própria da pesquisadora deste trabalho, buscar-se-á, neste estudo, o diálogo entre diversas linhas de conhecimento, em especial a cartografia temática e a linguística para a elucidação de problemas encontrados ao longo dos estudos acima identificados.

Todas essas questões trazem em seu bojo uma série de reflexões sobre nossa relação com o espaço. A um mundo globalizado correspondem comunidades regionalizadas. Queremos ser cidadãos do mundo, preservando, todavia, nossas especificidades. Somos informados de tudo o que ocorre em nosso planeta, através de um processo cada vez mais célere. Não só somos informados, mais do que isso, somos afetados. Nossa linguagem muda, nossa identidade se altera, se reconstrói. O contato entre pessoas, entre povos diversos e suas diferentes culturas, é instantâneo, inevitável. O homem muda, sua língua muda, sua identidade se reestrutura. Estamos em perene processo, tornamo-nos múltiplos e poderosos, mas, ao mesmo tempo, vulneráveis, efêmeros e passageiros. Nossa língua segue o fluxo irreversível de nossa própria existência. Vivemos em constante realinhamento de nós mesmos, de nossas identidades linguísticas, face aos outros que são diferentes e também falam línguas diferentes das nossas. Sentimos, na pele e no espírito, a força universal, niveladora e nos pomos em estado de alerta, vigilantes como minorias étnicas, como grupos singulares, detentores de falas e de culturas específicas.

A organização desta Tese divide-se em quatro capítulos que abordam os fundamentos teóricos (cap. 1), o contexto da imigração italiana (cap. 2), a metodologia da pesquisa (cap. 3) e, por fim, a análise dos dados cartografados e apresentados, nos anexos, como resultados de pesquisa.

Nesta **introdução**, apresenta-se, em linhas gerais, o foco da pesquisa, a problemática abordada, destaca-se a relevância do estudo para reconhecimento do multilinguismo brasileiro e para a pesquisa das línguas minoritárias, apresentam-se os objetivos e as fontes de dados e, por fim, discutem-se brevemente algumas implicações teóricas e metodológicas que envolvem a cartografia de dados linguísticos. Vale ressaltar que se trata de um estudo interdisciplinar entre a geografia humana, a geolinguística e a sociologia das línguas, entre outras áreas, com ênfase no multilinguismo e nos contatos linguísticos.

No **cap. 1**, que trata dos *fundamentos teóricos*, são apresentados os princípios e conceitos que fundamentam as relações entre língua e espaço, língua e dialeto, além de questões inerentes aos contatos linguísticos e ao multilinguismo, à sociologia e política das línguas e, de modo particular, à cartografia. O **cap. 2** apresenta os aspectos históricos e geográficos da RCI que terão de ser considerados na análise de sua ocupação e diversidade linguística. Além disso, faz-se uma revisão da literatura, identificando as principais contribuições de estudos dialetológicos e sociolinguísticos relacionados às variedades transplantados para a área em estudo, por imigrantes provenientes da Europa. O **cap. 3** descreve os procedimentos metodológicos utilizados para o tratamento do *corpus*, a cartografia e a análise dos mapas. Na *análise dos mapas*, **cap. 4**, busca-se interpretar os mapas elaborados a partir do corpus, a fim de descrever os processos de territorialização do italiano como língua de imigração no Nordeste do Rio Grande do Sul.

Nas *considerações finais*, busca-se sistematizar as principais contribuições e conclusões do estudo, tendo em vista os objetivos estabelecidos, lembrando que os mapas produzidos pela pesquisa aparecem em anexo, para consulta e estudos futuros.

## Capítulo 1

### FUNDAMENTOS TEÓRICOS

#### 1.1 Relações entre língua e espaço no processo migratório

##### 1.1.1 Revisão dos conceitos de “língua” e “dialeto”

A relação entre língua e espaço é antiga e relevante na história das línguas. Muitas das noções de variação linguística ficavam vinculadas ao "modo de falar em determinada região". Porém, antes mesmo do século XIX, as línguas estiveram associadas às “nações”, ou grandes civilizações e sua relação com o território. Isto se dava pelo modo com o qual estudavam as línguas, através de textos escritos. Com isso, acreditava-se que somente os povos que dominavam essa técnica, a escrita, poderiam de fato gerar “grandes civilizações”. Como resultado disso, impunham suas “línguas de poder” sobre as terras e povos das novas colônias e de novos domínios. Até então, reconheciam-se como modelos de línguas as línguas clássicas grego e latim (assim como o sânscrito e hebraico também). Nos dias atuais, inclui-se no rol das línguas internacionais, o inglês, como língua hipercêntrica (DE SWAAN, 2001), acompanhado das línguas supercentrais alemão, francês, espanhol e português.

Nos estudos atuais, têm-se dado atenção maior a línguas minoritárias, mostrando sua complexidade e sofisticação. A variação interna das línguas passou a ter um lugar na linguística, seja na dialetologia, seja na sociolinguística. Nesse contexto, a noção de *dialeto* assumiu um papel de destaque. Desde o grego *diálektos*, que, segundo Coseriu

(1982, p. 10) significa simplesmente o “modo de falar interindividual”, a percepção de que algo desvia do modo de falar tido como certo (o modelo de língua da gramática normativa) perpassa as relações entre língua e dialeto. Entretanto, do ponto de vista eminentemente linguístico, a língua, tanto quanto o dialeto, nada mais é que um sistema de isoglossas completo, realizável entre vários indivíduos segundo uma tradição historicamente comum (idem, p. 10). Ou seja, uma língua é um conjunto de dialetos; ou, dito de forma mais neutra, é um conjunto de variedades linguísticas. O dialeto constitui por isso, na visão de Coseriu, um subsistema subordinado a outra língua, de ordem superior, como se fosse um subgrupo de um grupo maior (a língua histórica). Dai, poder-se falar em dialetos de uma língua, mas não línguas de um dialeto. Definir, ou distinguir, *língua* e *dialeto* é sempre uma tarefa bastante complexa e difícil. No senso comum, deparamo-nos, frequentemente, com a afirmação de que dialeto é uma variedade regional de uma língua. Os dialetólogos tradicionais estudavam as variações linguísticas nas comunidades rurais, identificando as diferenças na fala de um lugar a outro. O emprego do termo *dialeto* nem sempre se restringiu à variação diatópica. Por ser um organismo vivo, uma língua está em constante mudança. Varia no espaço geográfico (variação diatópica), no uso distinto que se faz de uma camada social à outra (variação diastrática), de uma geração a outra (variação diageracional), de um gênero a outro (variação diagenérica), de acordo com a situação comunicativa (variação diafásica), etc. (THUN 1996; ALTENHOFEN, 2013b).

Dentre as diversas variedades linguísticas, uma delas goza de prestígio social e político e é chamada de língua *standard* ou padrão. Calvet (2002, p. 168) define *língua-padrão* como a “variedade linguística de prestígio social, usada como norma institucionalizada numa comunidade, quase sempre associada aos usos escritos literários ou mais formalizados”. Por muito tempo, a língua-padrão se baseou no modelo dos grandes escritores. Ao abordar a questão da língua na perspectiva da gramática tradicional, Lyons (1987, p. 24) diz que os gramáticos deram atenção à língua literária, “ocupando-se muito pouco com a língua coloquial cotidiana”. Considera ainda que

A força do preconceito tradicional em favor da língua-padrão em sua forma escrita é tanta, que é muito difícil para os linguistas convencer os leigos de que os dialetos não-padrão em geral têm a mesma regularidade ou sistematicidade que as línguas literárias-padrão, tendo suas próprias normas de correção, imanescentes no uso de seus falantes nativos.”

Na mesma direção, porém com teor político-linguístico e normatizador, pode-se ver a relação entre língua e estados nacionais. Pois, ao distinguir língua de dialeto, repetidas vezes, levam-se em consideração o *status* social e a extensão geográfica de uma e de outro. O dialeto circunscreve-se a uma área menor do que aquela abrangida pela língua. “A distinção entre língua e dialeto baseia-se unicamente em critérios de tipo social” (D’AGOSTINO, 2007, p. 69). Entre língua e dialeto não há nenhuma diferença interna, isto é, no que se refere às suas estruturas.

Retomando Coseriu (1982), todo "dialeto" é uma "língua", mas nem toda "língua" é um "dialeto", pois apresentam diferença de *status* histórico, sendo o "dialeto" subordinado a outra língua de ordem superior - os "dialetos de uma língua histórica". Daí resultam as denominações da maioria das línguas, sobretudo europeias, como o português de Portugal, italiano da Itália, alemão da Alemanha, etc. A língua de um país é um patrimônio de todo cidadão pertencente a esse país. Em sentido amplo, serve à comunicação oral e escrita em todo o território do país, logo, sua abrangência é maior do que a do dialeto, ela é reconhecida internacionalmente como "representante" de um país e é suprarregional. A língua define-se por ser uma variedade linguística não marcada, isto é, falada de modo uniforme, substancialmente semelhante na comunidade inteira. É estandardizada, legitimada através de obras literárias e científicas e na cultura, em geral, em todo o território nacional. Possui compêndios teóricos, gramáticas e dicionários elaborados por linguistas e estudiosos da área específica (GNERRE, 1991). O domínio da variedade *standard* ou padrão dá acesso ao patrimônio preservado nas bibliotecas através de milhares de obras escritas, hoje também em meio eletrônico.

O dialeto, de modo geral, não está sistematizado para fins de ensino, não possui uma tradição escrita literária, não conta, em sua história, com uma tradição de estudos de caráter científico ou linguístico-pedagógico e, finalmente, não goza de prestígio sociocultural. Sua essência, sua alma é a oralidade (FROSI, 2000; PINHEIRO, 2008).

Na perspectiva do linguista, portanto numa visão científica, não há diferença enquanto sistema linguístico entre dialeto e língua; ambos são igualmente válidos e importantes. Lyons (1979, p. 35) afirma que “as diferenças entre línguas e dialetos estreitamente aparentados são, em sua grande maioria, políticas e culturais, ao invés de linguísticas.” Considera ainda que, comumente, “as línguas-padrão de vários países originaram-se dos dialetos falados pelas classes socialmente dominantes ou governantes desses países” (idem, p. 35). Na prática, dialeto e língua diferenciam-se por uma

questão de preconceito social. Neste sentido, uma língua goza de poder político, é institucionalizada e reconhecida oficialmente pela autoridade de um país, é adotada e ensinada nas escolas, é usada nas relações públicas e difundida pelos meios de comunicação de massa. Uma língua possui uma tradição literária, é regulamentada pela Academia de Letras do país em que é falada.

Numa entrevista concedida a uma jovem jornalista de nome Chiara Aranci, em 15 de janeiro de 2011,<sup>12</sup> o professor de dialetologia da *Università La Sapienza* de Roma, Ugo Vignuzzi, disse que “uma língua é um dialeto que fez carreira”; de modo geral, é uma escolha política, a distinção entre esse e aquela é fundamentalmente política. Um dialeto é alçado à categoria de língua pelo poder político. O Estado a reconhece como tal e impõe seu ensino na escola, seu uso nas relações públicas, formais, seja no nível da oralidade, seja no plano da escrita.

Em seu livro *O preconceito linguístico*, Bagno (2002, p. 44) afirma que “não existe nenhuma variedade nacional, regional ou local que seja intrinsecamente “melhor”, “mais pura”, “mais bonita”, “mais correta” que outra.” Pode-se dizer que, na linguística moderna, particularmente na perspectiva da sociolinguística, há um consenso de que, teoricamente, não há diferença entre língua e dialeto. Poderia-se acrescentar que um dialeto é uma variedade linguística usada numa comunidade que também utiliza outra variedade, comumente, chamada padrão. São elementos histórico-sociais que levam a estabelecer diferenciações entre língua e dialeto. Um dialeto dá conta do ambiente coloquial e familiar entre pessoas que se conhecem, “enquanto a língua tem um raio de ação mais amplo, e em particular cobre os espaços públicos, formais, elevados da comunicação linguística” (BERRUTO e BERRETTA, 1980, p. 86).

Com a noção de estado nacional se prevê um território (= área geográfica), delimitado politicamente por um governo centralizador. Poder-se-ia, voltando a Coseriu, identificar p.ex. o português e o italiano – do ponto de vista sistêmico – como dialetos próximos desenvolvidos a partir do latim, pertencentes a uma mesma família – línguas românicas. Do ponto de vista histórico e político, contudo, temos, segundo Coseriu (1982), duas “línguas históricas” com *status* social e político próprio. No contexto global, são línguas internacionais. Porém, na realidade da RCI, verificam-se duas variedades com “valores” significativamente diferentes. Como afirma Gnerre

---

<sup>12</sup> Disponível em: <http://artevizzari.italianoforum.com/t3519-intervista-a-ugo-vignuzzi-sul-tema-del-dialetto>. Acesso em: 28 de outubro de 2013.

(1991, p. 6 e 7), “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais”. E como esse valor também está relacionado à escrita, e na “transmissão de informações de ordem política e ‘cultural’” (idem, p. 7), volta-se à questão do dialeto do italiano possuir uma tradição oral, o que o coloca, segundo Gnerre, em uma posição linguística desfavorecida em relação ao português.

É preciso problematizar, no entanto – e isso é extremamente relevante na presente pesquisa – a concepção de língua única e homogênea que Gnerre descreve em sua obra. Daí deriva uma série de variedades “internas” à língua. É o que ressalta Berruto (2010), quando afirma que os

principais fatores da estrutura social de uma certa comunidade linguística que podem ocorrer com diferenças linguísticas internas e são encontradas em quatro níveis, primeiramente no **tempo e espaço**; na **estratificação social** e por último, em **situações sociais**. [...] formulando quatro axiomas: (i) a língua varia com o passar do tempo; (ii) a língua varia conforme a distribuição geográfica de seus falantes; (iii) a língua varia de acordo com a classe/grupo de seus falantes; (iv) a língua varia de acordo com a situação comunicativa na qual está inserida. [E com isso, destacam-se] as quatro principais dimensões da variação: a temporal, de dimensão histórica; a espacial, de dimensão geográfica; a dimensão social; e a dimensão situacional. (BERRUTO 2010, p. 226-7)<sup>13</sup> (*trad. nossa*)

A dinâmica da variação interna reflete as mudanças que estão em andamento no espaço linguístico. É o que será visto ao longo deste estudo.

### 1.1.2 Mudança de *status* sócio-político: língua minoritária; língua de imigração

Ao deixar o contexto que configura sua *matriz de origem* – normalmente expressa na própria denominação (p.ex. *vêneto*, proveniente da matriz de origem no Vêneto; *calabrês*, originário da Calábria), essas línguas que emigram adquirem, no novo meio, um novo *status* e uma nova configuração linguística devido ao contato não

---

<sup>13</sup> “The main factors in the societal structure of a given linguistic community that can co-occur with (inner) linguistic differences fall into four types. First, time and space; then, social stratification; and last, social situations. Correspondingly, we can formulate four axioms: (i) a language varies with the passing of time; (ii) a language varies with the geographical distribution of its speakers; (iii) a language varies with the social class/group of its speakers; (iv) a language varies with the communicative situations in which it is employed. Consequently, there are four main dimensions of variation: the temporal, historical dimension; the spatial, geographical dimension; the social dimension; and the situational dimension.” (BERRUTO 2010, p. 226-7)



apenas com outras línguas, em especial a língua majoritária do novo meio, mas também em virtude de novas necessidades linguísticas expostas pelo novo meio, tais como plantas, animais, fenômenos naturais, entre outros. Se sua vinculação linguística com a matriz de origem é reconhecível ainda por alguns traços de seu sistema gramatical e de seu léxico, por outro lado essas línguas emigradas saem de uma relação onde existiam como variedade dialetal ou subsistema de uma língua histórica, para assumir uma existência como língua minoritária que existe à margem de outra língua dominante e língua oficial do novo meio.

O termo *língua minoritária* evoca normalmente a associação com comunidades antigas e tradicionais (v. TRASK, 2008, p. 169). Servem como exemplos a língua alemã falada em Bolzano, na Itália; a língua francesa falada em Valle d’Aosta, também na Itália. Para nós, no entanto, *língua minoritária* simplesmente designa línguas que têm sua existência à margem da língua majoritária e dominante, normalmente a língua oficial de um país (v. ALTENHOFEN, 2013a). A *língua de imigração*, como vista na introdução, configura um tipo particular de língua minoritária que surgiu a partir de um processo de imigração (TRASK, 2008, p. 161-162). Por ser língua vinda de fora, é também chamada de *língua alóctone*. O caráter de língua “forasteira” denota, contudo, uma dificuldade e certa hostilidade com o estrangeiro, ou o estranho. Ao analisar os dados do censo de 1940, Côrtes (1958, mapa 2) chega a falar, por exemplo, de uma “influência **alienígena** através do hábito de falar língua estrangeira no lar” (grifo nosso).

## 1.2 Ampliação da noção de “espaço”

O senso comum costuma associar a noção de “espaço” à delimitações de áreas geográficas. Esta restrição ao espaço geográfico deixa de fora, no entanto, espaços centrais de outra ordem. Para descrever e mapear territorialidades, é necessário, antes de tudo, compreender as diversas concepções de espaço adotadas ao longo do tempo, por diversas correntes de pensamento, e ampliar essa perspectiva que, em nossos dias, se torna cada vez mais relevante, tendo em vista a crescente mobilidade “no espaço” e uma “internet cada vez mais vigorosa”.

“A linguística e a geografia têm caminhado pelas mesmas correntes políticas e intelectuais nos últimos dois séculos” (JOHNSTONE, 2010, p. 1). Considerando a vinculação da noção de língua com a da gramática normativa, demorou-se muito para

reconhecer a relevância da variação linguística como uma característica inata de qualquer língua; conseqüentemente, demorou-se a perceber que as variações estavam relacionadas com o espaço e o tempo (em variáveis como sociedade, sexo, idade, região).

A investigação de como os geógrafos imaginam seu objeto de pesquisa enriquece, sem dúvida, a compreensão das diversas possibilidades conceituais sugeridas pela noção de *espaço geográfico*. Por *espaço geográfico* ou simplesmente *espaço*, geralmente se compreende, por sua natureza, “uma porção específica da superfície da Terra”, diferenciada pela forma pela qual o homem “imprimiu suas marcas, ou como simples referência à localização” (CORRÊA, 2000, p. 15).

Segundo Johnstone (2010, p. 1), a principal diferença entre a geografia americana e a britânica dá-se pela divisão da geografia em “humana” e “física”.

A geografia física se sobrepõe aos interesses de áreas como a geologia, ecologia, hidrologia, biologia, química e física, pelo interesse em comum pela geomorfologia, flora e fauna. A geografia humana se sobrepõe aos interesses comuns da arqueologia, antropologia, sociologia, economia e a linguística, nos processos de interação entre homem e seu meio, onde um molda o outro. (op. cit. p.1 - trad. nossa)

Este estudo situa-se na geografia humana, em virtude do objeto de estudo, a ocupação do espaço por línguas/variedades distintas.

Johnstone (2010, p. 2-3) discute em seu artigo *Language and geographical space* o nascimento da geografia na Europa do século XVI, num período onde ocorria a transição do feudalismo para o capitalismo, e com isso as Grandes Navegações, que conectavam a Europa à África e ao “Novo Mundo”, e o papel dos geógrafos, que nessa época, era o “desenvolver técnicas de mapeamento e de descrição da flora, fauna, geologia e dos povos do resto do mundo, para conhecimento das riquezas naturais para servissem de recursos econômicos na exploração desses territórios” (p. 2).

Em seu estudo, destaca que a geografia passou a ser considerada como disciplina acadêmica na Inglaterra a partir dos séc. XVII e início do séc. XVIII. Os trabalhos geográficos começaram a ser apresentados de forma mais científica, assim como passaram a ser assunto nas rodas dos intelectuais da época. Durante o séc. XIX, a geografia foi institucionalizada na academia, em particular na Alemanha e na França.

Associações entre língua e nação podem ser constatadas em depoimentos como o de um geógrafo britânico, no final do séc. XIX, para quem a geografia era “absolutamente

essencial para nosso bem estar, e também para a continuidade da nação britânica como forma de poder entre todos os outros estados (nações) do mundo” (idem, p.3).

De acordo com Johnstone (2010, p. 4), alguns pensadores da época acreditavam que a geografia deveria “mapear a distribuição de artes e artefatos humanos sobre a terra, para aprender como surgiram e como foi sua distribuição”. Foi este tipo de rejeição à “causalidade da geografia” e seu foco na “paisagem” como objeto de estudo, que antes negligenciado por outras ciências, fez com que a geografia ganhasse mais respeito como ciência.

Em síntese, na *geografia tradicional* (1870-1950), o espaço surge como fator secundário nos estudos, passando a preocupação central do geógrafo para a paisagem, região natural e região. Em um período de expansão colonial, a descrição da paisagem tornou-se primordial nos estudos geográficos, tendo em vista a transformação, pela política, do espaço em território. O termo *espaço* é aqui visto como área restrita, absoluta, receptáculo da localização da ação humana, o *espaço absoluto* (HARTSHORNE, 1939 *apud* CORRÊA, 2000, p. 18-19).

A abordagem da ideia “tradicional de região”, da região na qual pessoas nascem e vivem suas vidas, desenvolvendo uma relação simbiótica entre o homem e a terra, através dos séculos, onde pensamentos, modos e ações indígenas são criadas, uma paisagem visível e distinta, e uma forma específica de ecologia humana com o local começa a ser questionada por linguistas, que buscam compreender como realmente a cultura age na sociedade humana e na vida.

No período pós Segunda Guerra, principalmente nas décadas de 1960 e 70, desenvolveu-se a geografia teórico-quantitativa, construída com base no positivismo lógico, calcada na Física, fundamentada nos modelos matemáticos de quantificação, por meio de estatísticas, deveras vinculada ao “sistema de planejamento público e privado” (CORRÊA, 2000, p. 20), passa a ser vista como ciência social. Neste momento, a concepção de espaço é relativizada, valoriza-se a relação entre objetos e custos vinculados proporcionalmente às distâncias. A geografia passa a ser vista definitivamente como uma ciência espacial. Questões tais como redes, movimentos, superfícies, passam a ser estudadas sistematicamente pela geografia.

Uma crítica que surge em relação a esta linha de pensamento é encontrada em Corrêa (2000), ao afirmar que a visão de espaço é aqui limitada,

pois, de um lado, privilegia-se em excesso a distância, vista como variável independente. Nesta concepção, de outro lado, as contradições, os agentes sociais, o tempo e as transformações são inexistentes ou relegadas a um plano secundário. Privilegia-se um presente eterno e, subjacente, encontra-se a noção paradigmática de equilíbrio (espacial), cara ao pensamento burguês. (CORRÊA, 2000, p. 22-23)

Conforme Johnstone (2010), as abordagens quantitativas nas ciências sociais e humanas começaram a ser questionadas entre os anos 60 e 70. Novas linhas de pensamento da filosofia e sociologia vieram à tona, muitos de origem nas teorias políticas e filosóficas do séc. XIX e início do séc. XX, na Europa.

Houve geógrafos que exploraram os conceitos das teorias sociais, marxistas e neomarxistas, com foco no poder, nas brigas e mudanças de classe.

Uma geografia feminista aprofundou seus conceitos baseada no hibridismo, mutação e particularidade da identidade, conduzindo a uma geografia pós-moderna. Outros se voltaram para o discurso filosófico de Michel Foucault, explorando de que modo o lugar e o espaço são construídos socialmente através de uma variedade de práticas de construção do conhecimento (cf. JOHNSTONE, 2010, p. 7).

Neste cenário, surge a geografia crítica, década de 1970, fundamentada no materialismo histórico<sup>14</sup> e dialético, onde o espaço retoma seu papel central de interesse. “O espaço é concebido como o *locus* da reprodução, das relações sociais de produção”. (CORRÊA, 2000, p. 26) Para Milton Santos (2006), o espaço se constitui através da sociedade, portanto, é constituído pela formação sócio-espacial; o espaço organizado pelo homem.

Conforme Santos (1985, *apud* CORRÊA, 2000, p. 28), “o espaço deve ser analisado a partir das categorias estrutura, processo, função e forma, que devem ser consideradas em suas relações dialéticas”. Estas categorias serão revisitadas na análise das territorialidades do italiano na RCI. Para Santos (1985, p. 52), “a forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia.” Quando vistas isoladamente, as realidades representadas não são totais, são realidades “limitadas do mundo”. Contudo, juntas e

---

<sup>14</sup> O materialismo histórico surge como um marco teórico que busca explicar as mudanças, e o desenvolvimento da história, social, política e jurídica, através de mudanças tecnológicas (materiais) e do modo de produção, sendo associado ao marxismo. A dialética, para Karl Marx, é a ciência das leis gerais do movimento, tanto do mundo exterior quanto do pensamento humano. (Lombada livro 1 – O Capital) (MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política. Livro Primeiro: o processo de produção do capital. 8.ed. Tradução de Reginaldo Sant’ana. São Paulo: DIFEL, 1982.)

relacionadas são responsáveis pela construção de uma base teórico-metodológica que possibilita a discussão dos fenômenos espaciais a partir do todo.

Paralelamente ao surgimento da geografia crítica, nascem os ideais da geografia humanística/cultural. Ela procura valorizar a experiência do indivíduo e/ou do grupo, buscando compreender o comportamento e a “relação afetiva” das pessoas com o lugar, digo, a cultura dos grupos sociais. O espaço aparece como algo complexo, dá-se mais pela dimensão afetiva do que pela métrica. Lugares e pessoas fisicamente distantes podem estar afetivamente mais próximos, como é o caso de pertencimento e afetividade do ítalo-gaúcho com suas origens étnicas. Santos (idem, p. 32) complementa, afirmando que “o espaço vivido é fragmentado em função do pertencimento do mesmo povoado, linhagem, tribo, **grupo etnolinguístico** [grifo nosso] [...], que fornecem referenciais básicos para o cotidiano em sua dimensão espacial”.

Encontrar uma definição única para a noção de *espaço*, ou mesmo para *território*, segundo Milton Santos, é tarefa difícil, pois cada categoria possui diversas definições, recebe diferentes elementos, de forma que toda e qualquer significação não é uma acepção imutável, ela é flexível e passível de mudanças. Portanto, estes conceitos têm diferentes significados, historicamente determinados, como ocorreu com a noção de espaço.

A partir da década de 1990, os estudos sobre espaço e território receberam contribuições da geografia cultural, em um momento marcado pela necessidade de compreender que as realidades sociais são influenciadas por elementos histórico-culturais de grupos responsáveis pela apropriação e construção de determinado espaço geográfico, aspecto este, relevante para a compreensão das dinâmicas dos locais em que se destacam os sentimentos, as intuições, os ideais, os anseios, as experiências e os símbolos de vida cotidiana como elementos territorializantes.

É indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território (o território usado, o uso do território).[...] O território (transnacionalizado) se reafirma pelo lugar e não só pelo novo fundamento do espaço e mesmo pelos novos fundamentalismos do território fragmentado, na forma de novos nacionalismos e novos localismos. (SANTOS, 1998, p. 19)

A sucessão de eventos levantados durante uma pesquisa não se apresenta de forma aleatória. Cada acontecimento dá-se numa determinada data, isto é, quando a mudança social e linguística se faz necessária. Essa reconstituição histórica dos povos e

suas línguas é, pois, muito complexa, porém fundamental para o entendimento da totalidade e evolução do espaço ocupado e vivido por pessoas e suas línguas. Segundo Milton Santos (2006, p. 178), “[d]iacronia e sincronia, vistas através do espaço geográfico são, exclusivamente, duas faces de um mesmo fenômeno, ou, ainda melhor, duas formas de perceber um movimento unitário.”

Johnstone (2010) chama a atenção para os estudos da linguagem e do espaço que, cada vez mais vêm incorporando os discursos humanos e geográficos. A autora exemplifica, “pode-se questionar e pesquisar como a contação de histórias, enfim as narrativas e outros gêneros de discurso podem invocar e moldar o significado de lugares e maneiras de falar, encorajando as pessoas a experimentá-las da mesma maneira e aprender com elas” (p.9). O mesmo vale para o modo como dialetos se conectam a lugares e regiões através das práticas discursivas. Cabe, aqui, ao menos uma reflexão.

Chegou-se, assim, a um estágio em que se discute se o lugar ainda é indispensável. Há posições que defendem que o papel do lugar mudou, mas não desapareceu. Para geógrafos contemporâneos como Milton Santos, os lugares são únicos e iguais, globais e locais. “O espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produtos de translação, de transformação e das experiências sociais.” (SOJA, 1993, p. 101)

Percebe-se que o efeito no nivelamento de larga escala dos contatos entre línguas e dialetos pode ser neutralizado por lealdades e padrões de interação regionais, consumo da mídia, que pode levar à manutenção de variantes e ao desenvolvimento de novas diferenças. Na área em estudo, a RCI, as formas de lealdade linguística (*language loyalty*), assim como de pertencimento, ou exposição na mídia, levam à indagação sobre os mecanismos de manutenção de variantes da coine vêneto sul-riograndense.

### **1.3 Territorialização e territorialidades linguísticas**

Ao tratarmos das relações entre língua e espaço e dos contatos linguísticos entre variedades dialetais, faz-se necessário discutir os termos *territorialidade linguística* e *territorialização*, pontos cruciais em nossa pesquisa.

O processo de territorialização linguística é definido por Altenhofen (2014 [no prelo], p. 1) como “o assentamento e delimitação de variantes e variedades linguísticas

em uma determinada área de circunscrição e de domínio no espaço pluridimensional”. Com o termo *territorialidade*, por outro lado, designa-se ”o espaço de uso real ou potencial de uma variedade ou variante linguística” (idem, p. 1).

As territorialidades implicam um espaço de domínio social, onde se pode dizer “aí é possível encontrar falantes dessa língua ou variedade”, “nesse espaço [p.ex. o clube, ou a igreja] há uma probabilidade maior de ouvir determinada variedade linguística”. A territorialização, por sua vez, pressupõe um movimento, um processo no espaço físico-geográfico que constitui um determinado território representado por uma unidade administrativa (p.ex. município ou país) ou por uma região, como no atual estudo a RCI. Mas a RCI pode ser o território, enquanto região delimitada por critérios culturais e históricos, e ao mesmo tempo constituir uma territorialidade, como espaço de domínio de línguas de imigração italiana.

Quando se fala em processos de territorialização, distinguem-se dois tipos de movimento possíveis de ocorrer com uma determinada comunidade de fala minoritária: de um lado, um movimento de expansão (ou difusão) da língua a partir de um núcleo inicial> Esse movimento de expansão, pode-se dizer, mede a força centrífuga e de imposição da língua sobre outras variedades em contato. De outro lado, há especialmente para variedades minoritárias um movimento de recolhimento (ou de retração) que resulta em um processo de insulamento em que uma língua ou variedade se recolhe para usos restritos em uma ilha linguística (*Sprachinsel*), ou ilha dialetal, ou mesmo para territorialidades restritas como a família.<sup>15</sup> O insulamento reflete a força centrípeta da língua sobre si mesma em função da pressão social exercida pelo entorno.

A percepção da dinâmica da variação linguística, tanto quanto a percepção do uso de línguas em diferentes regiões, são fenômenos que têm sido estudados com grande afinco ao longo do tempo. Em contextos de variedades em contato e de multilinguismo, as línguas precisam de territorialidades de uso, de espaços de poder, para garantir sua sobrevivência. O grande desafio para o pesquisador é identificar essas territorialidades e os processos que levaram a elas. Para tanto, são informações relevantes: a) conhecer o tipo de mobilidade da comunidade de fala; b) verificar a

---

<sup>15</sup> Em nossas discussões de orientação, ocorreu o termo *implosão* para designar as situações em que uma determinada língua se recolhe até o ponto de desaparecer/extinguir-se/perder-se/morrer, uma situação normalmente precedida do estágio em que restam apenas alguns falantes isolados da geração velha. Apesar de evocar uma “imagem pouco amistosa”, como aliás muitos outros termos desse campo, é infelizmente um termo possível. Não o utilizamos porque lidamos com dados que apontam a presença de variedades, sem nenhuma referência ao grau de manutenção e uso efetivo dessa variedade.

presença de grupos de outras variedades e se existe c) grupo(s) dominante(s), e, por fim, d) se há “a existência de grupos mais topostáticos, isto é, “que mantém territorialidades próprias e separadas” ou “da existência de comunidades de fala mais topodinâmica”, de maior mobilidade e de interação com outros contatos.

O entendimento desses processos de territorialização, tanto de expansão (difusão) quanto de insulamento (retração) lança luz sobre o modo de ocupação linguística da RCI, de onde as línguas de imigração italiana, sobretudo da coiné vêneto-sul-rio-grandense, se difundiram para colônias novas (colônias filiais, al. *Tochterkolonien*) no norte e noroeste rio-grandense, centro e oeste catarinense, sudoeste paranaense, bem como em áreas novas do centro-oeste, ou mesmo transpondo as fronteiras em direção a Misiones (Argentina) e Paraguai.

Riehl (2010) afirma que o tipo de assentamento escolhido para a imigração, historicamente falando, é fato preponderante na manutenção da língua, principalmente em ilhas linguísticas (insulamentos), seja ele um assentamento fechado e monolíngue, ou de comunidades mistas onde as variedades coexistem no espaço restrito. Outro fator determinante da manutenção linguística diz respeito ao número de falantes, pois sendo a comunidade pequena haverá a necessidade de falar outra(s) língua(s), no comércio e na comunicação entre comunidades. Esse foi o caso da RCI, onde diversas "micro"-comunidades de fala coexistiram numa mesma territorialidade, porém unidas em torno de uma identidade italiana.

Riehl também identificou, como fator de manutenção, o prestígio que uma língua possui na sociedade; o nível de institucionalização dessa língua minoritária e seu *status* jurídico, como ocorre no caso brasileiro, em relação à política de cooficialização de línguas minoritárias ao nível de municipalidades. Altenhofen e Morello (2013, p. 20) citam como exemplos o *Nheegatu*, *Baniwa* e *Tukano*, em São Gabriel da Cachoeira, AM; *guarani*, em Tacuru, MS; *Akwê Xerente*, em Tocantínia, TO; *pomerano*, em Santa Maria de Jetibá, Domingos Martins, Pancas, Laranja da Terra e Vila Pavão, ES, e em Canguçu, RS; o *talian*, em Serafina Corrêa, RS; o *Hunsrückisch*, em Antônio Carlos, SC; e o *alemão*, em Pomerode, SC.

Dois outros fatores de extrema importância são identificados por Riehl (*idem*, p. 345) no comprometimento com a língua através da endogamia<sup>16</sup> e a religião.

---

<sup>16</sup> Neste caso, casamentos intra-étnicos, dentro de uma mesma etnia.



Em domínios religiosos, o uso da língua nativa representa um importante papel, pois em contextos litúrgicos será geralmente utilizada uma variedade padrão. Embora na maioria das ilhas linguísticas, os falantes terão apenas uma competência passiva dessa variedade, o uso da língua minoritária na igreja pode trazer um impacto considerável no prestígio dessa língua. (p. 354, tradução nossa)<sup>17</sup>

Voltar-se-á a tratar dessas relações no cap. 4 da análise.

#### 1.4 Comunidade de fala ou comunidade linguística

O conceito de *comunidade de fala* foi introduzido por Hymes (1972). Em sua definição, uma comunidade de fala “compartilha o conhecimento de regras para produzir e interpretar o falar. O que se tem em comum compreende o conhecimento de pelo menos um tipo de fala, e igualmente o conhecimento dos seus esquemas de uso. As duas condições são necessárias” (HYMES, 1980, p. 42). Hymes adverte, ainda, que “uma pessoa que seja membro de uma comunidade de fala conhece não somente uma língua, mas também o que deve dizer [...] um membro competente da comunidade de fala sabe o que dizer no momento sucessivo ao qual se encontra” (HYMES, 1980, p. 104).

Sendo assim, uma comunidade de fala deve ser descrita como um conjunto de locutores constituído como grupo, porque “tem em comum regras que definem o desenvolvimento e a interpretação de pelo menos uma variedade linguística” (HYMES, 1972, *apud* BEACCO, 2008, p. 106-107). O conceito de comunidade de fala deve “definir formas externas de regulação da comunicação verbal, isto é, não consideradas do ponto de vista do funcionamento de um sistema linguístico” (BEACCO, 2008, p. 106).

Gumperz, por primeiro, chamou de comunidade linguística o que Hymes denominou de comunidade de fala e a definiu, dizendo que é “todo aglomerado humano caracterizado por uma interação regular e frequente por meio de um conjunto de signos verbais compartilhado e distinto de outros aglomerados semelhantes por causa de

---

<sup>17</sup> “The use of the native language in the religious domain plays an important role, because in liturgical contexts a standard variety will mainly be employed. Although in most language islands, speakers will have only a passive competence in this variety, the use of the minority language in church can also have a considerable impact on the prestige of the language.” (p. 345)

diferenças significativas no uso da linguagem” (GUMPERZ, *apud* GIGLIOLI, 1984, p. 269). As comunidades linguísticas assim definidas, pequenas ou grandes, podem ser objeto de estudo, de modo especial, com realce na heterogeneidade e nas regras sociais que instituem comportamentos linguísticos diferenciadores face às de outras comunidades. Para Gumperz (*apud* GIGLIOLI, 1984, p. 275), “as variantes linguísticas são reflexos de fatos sociais”.

Calvet (2002, p. 167) define comunidade linguística como sendo o “conjunto de seres humanos que compartilham o mesmo espaço geográfico-social e o uso de uma mesma língua ou variedade linguística”. Sua definição é clara e precisa, contudo permanece a questão de se saber onde está o limite entre uma variedade linguística e outra, entre um espaço geográfico-social e outro. Além disso, um grupo humano pode fazer uso de mais de uma variedade linguística no interior de um mesmo espaço geocultural.

Berruto (1984, p. 19) pondera que

uma comunidade linguística é formada por todos os falantes que se consideram eles próprios usuários de uma mesma língua, que desenvolvem interações regulares através de um repertório compartilhado de signos linguísticos, que têm em comum uma série de valores normativos em relação à linguagem: ela pode coincidir ou interseccionar-se com, ou incluir, ou estar incluída numa comunidade social.

Mais explícita do que a anterior, a definição dada pelo sociolinguista italiano inclui um traço que se poderia chamar subjetivo, manifesto no verbo “consideram”. Ou seja, não se considera apenas uma variedade em comum, mas também as regras de uso dessa variedade.

A existência de uma comunidade de fala pressupõe que cada membro dispõe do que Gumperz exprime com a noção de repertório (*apud* GIGLIOLI, 1984, p. 265 e 279). Gumperz expõe o conceito com os dizeres “o conjunto global das variantes dialetais e sobrepostas usadas regularmente numa comunidade constitui o *repertório verbal* [grifo do autor] de tal comunidade”. Ele acrescenta que os limites de uma língua, no sentido normalmente entendido pelos linguistas, “não coincidem necessariamente com aqueles do grupo social, os repertórios verbais estão com frequência ligados especificamente a populações particulares.”

O conceito de repertório é revisto por vários sociolinguistas, dentre eles, destaca-se Berruto (1984, p. 61) que a ele se refere, entendendo-o como “o conjunto dos recursos linguísticos à disposição de uma comunidade falante, vale dizer, a soma global

das formas linguísticas (regularmente empregadas e empregáveis por parte dos membros da comunidade)”. Desse modo, evidencia-se que repertório linguístico compreende como mínimo, pelo menos, uma dada língua e suas variedades. Isso não elimina a possibilidade de que repertório linguístico pode também incluir “mais de uma língua e suas respectivas variedades”.

Trask (2008, p. 61) usa a expressão *comunidade de fala* e define-a como “um grupo de pessoas que interagem regularmente por meio da fala. Uma comunidade de fala pode ser grande ou pequena, e pode ser fortemente homogênea ou decididamente heterogênea”. Tem-se a mais, a questão do grau de homogeneidade e de heterogeneidade possível de ser analisado e explicitado em qualquer comunidade de fala.

Kloss (1977, p. 225, *apud* D’AGOSTINO, 2007 p. 103) afirma que “comunidade linguística é a união das pessoas às quais é comum como língua materna um particular diassistema linguístico nas suas variantes dialetais, socioletais e, assim por diante”. Na sua definição, destaca-se um requisito que está ausente nas definições acima apresentadas. Kloss acrescenta que, para fazer parte de uma comunidade linguística, é necessário ser falante nativo da língua dessa comunidade.

O falante nativo é aquele que se identifica numa língua, e que por esta é identificado. O falante nativo conhece, da língua, as convenções pragmáticas, prossêmicas, os valores acrescentados, os duplos sentidos, sabe quando é melhor falar ‘bem’, como num congresso, e quando é oportuno falar ‘mal’, como numa cerveja com os amigos (KLOSS, 1977, *apud* D’AGOSTINO, 2007, p. 103).

Interpretando essa definição, D’Agostino (*idem*) diz que o que é importante “para a constituição e manutenção de uma comunidade de fala, é o compartilhamento de conjuntos de usos linguísticos extremamente refinados, sutis, tais que não podem ser apreendidos se não através de um modo de viver comum”. Compreende-se daí que muito mais do que regras para o bom uso de uma variedade linguística, são as nuances de uma língua que constituem o atributo essencial conferido na aquisição da língua materna, juntamente com o modo de viver, com a cultura própria do grupo. O que, de uma forma ou de outra, se evidencia é que a noção de comunidade de fala tem caráter social, isto é, o que está em realce é o fato sociocultural, o fenômeno sociolinguístico.

Labov (1972, p. 248, nota 40, *apud* DURANTI, 2002, p. 83, nota 15; LABOV, 2008, p. 287-288, nota 40) considera aceitável a definição de

comunidade de fala como um grupo de falantes que compartilham um conjunto de comportamentos sociais a respeito de uma língua. Na cidade de Nova Iorque, os que cresceram fora da cidade nos anos em que se formaram os hábitos linguísticos deles não mostram possuírem algum dos modelos regulares de reação subjetiva que caracterizam os falantes nativos, sempre que se trate de uma variável nova-iorquina típica como, por exemplo, a pronúncia da vogal em *lost*.

Após exposição de estudos de vários autores sobre a variação linguística e a comunidade de fala, Duranti coloca seu próprio entendimento do assunto: “é necessário considerar a comunidade linguística como o *produto das atividades comunicativas nas quais está envolvido um determinado grupo de pessoas*.” Esta definição propõe que se analise comunidade linguística não como um objeto de investigação pré-constituído e, sim, “aceitando a natureza constitutiva da língua enquanto atividade humana que não se limita a pressupor, mas cria de fato a comunidade” (DURANTI, 2002, p. 81).

Voltar-se-á à questão da comunidade de fala, quando for discutida especificamente da RCI.

## **1.5 Contatos linguísticos e plurilinguismo**

### **1.5.1 Monolinguismo e Multilinguismo/Plurilinguismo**

Multilinguismo é um fenômeno corriqueiro em nossas vidas, está presente na comunicação realizada entre comunidades, povos, porém apresenta-se em alguns estudos como algo raro, algumas vezes proibido, estigmatizado. Apesar disso, não é o monolinguismo o estado natural das sociedades, e sim o multilinguismo, já que mais da metade da população mundial é bilíngue, como enfatizam os estudos contemporâneos (CRYSTAL, 2007; HOFFMANN, 1991; NETTLE e ROMAINE, 2001; ROMAINE, 2009). Segundo De Swaan (2001), é o multilinguismo, ou o plurilíngue por assim dizer, que tem mantido a humanidade unida, apesar de separada por tantas línguas.

A espécie humana é dividida em mais de cinco mil grupos onde cada qual fala uma língua diferente muitas vezes incompreensível ao outro. Apesar disso, toda a espécie humana permanece conectada: esta divisão é superada pelas pessoas que falam mais de uma língua e com isso asseguram a comunicação entre os diferentes grupos. As conexões no multilinguismo entre grupos linguísticos não ocorrem de forma arbitrária; pelo contrário, constituem uma rede de comunicação incrivelmente forte e eficiente que

os une, direta ou indiretamente, os quase sete bilhões de habitantes da terra. É este engenhoso padrão de conexões entre os grupos linguísticos que constitui o sistema global de línguas (DE SWAAN, 2001), sistema esse, a que o plurilíngue se conecta com muita destreza.

Segundo o Marco Comum Europeu, *multilinguismo* significa o conhecimento de um determinado número de línguas ou a coexistência de diferentes línguas em uma dada sociedade, instituição ou contexto. Já o *plurilinguismo* destaca-se como o desenvolvimento de repertórios linguísticos, a partir de todas as línguas de um determinado contexto, a postura de ser plural no indivíduo (ALTENHOFEN e BROCH, 2011).

A distinção entre multilinguismo (= diversidade de línguas existentes lado a lado na sociedade) e plurilinguismo (= pluralidade de línguas/variedades faladas por um indivíduo, ou incorporadas ao repertório ativo e passivo de um indivíduo) é fundamental para o campo das decisões sobre línguas, isto é, das políticas linguísticas. Para uma política linguística eficaz das línguas minoritárias não basta garantir o direito de línguas existirem lado a lado no território de jurisdição dessa política. É preciso fomentar a educação para o plurilinguismo, para uma postura plural face à diversidade linguística da sociedade e do mundo (ALTENHOFEN, 2013a; ALTENHOFEN e BROCH, 2011). Essa abertura vale igualmente para os estudos linguísticos, como defende Oliveira (2008) quando afirma que

[p]ara a lingüística brasileira, da forma como ela está estruturada nas nossas universidades hoje, o estudo da diversidade lingüística, isto é, do plurilingüismo, tem um lugar apenas modesto nos esforços de pesquisa. Quando se fala em diversidade lingüística muitas vezes se pensa na diversidade interna à própria língua portuguesa, o que decorre, entre outras razões, do predomínio, no país, de uma sociolingüística de cunho laboviano que poderíamos chamar de ‘sociolingüística do monolingüismo’. Mas este interesse é crescente, e pode ajudar as diversas comunidades lingüísticas do Brasil a manterem e desenvolverem suas línguas. (OLIVEIRA, 2008, p.7)

A definição de bilinguismo, ou plurilinguismo, abarca uma série de aspectos de ordem psicológica e social, que distinguem um indivíduo bilíngue de outro. Dada a complexidade do plurilinguismo, o ponto-chave da questão não consiste em definir se determinado indivíduo é bilíngue ou não, e sim “em que medida é bilíngue” (Altenhofen, 2002, p. 145). Para medir esse bilinguismo, Mackey (1972, p. 556) propõe os seguintes fatores:

- a) Grau de proficiência das línguas envolvidas;
- b) Função ou finalidade para a qual o bilíngue usa as diferentes línguas, e papel que assumem na sua vida;
- c) Alternância entre as línguas envolvidas (como alterna de uma língua para outra e em quais circunstâncias?);
- d) Interferência (em que medida as línguas envolvidas se mantêm separadas ou se mesclam, interferindo umas nas outras?).

Esses fatores, sem dúvida, estiveram sempre presentes na história dos contatos entre os diferentes grupos de imigrantes italianos e seus descendentes na RCI. Vale pensar ainda nas diferenças do meio de emprego de cada variedade (oral ou escrito), a ordem de aquisição (na família, no meio e na escola), a relevância de cada variedade para a comunicação diária, o papel da afetividade e da identidade linguística, o valor de cada língua ou variedade para a promoção social, assim como também seu uso literário-cultural. A soma do conjunto desses fatores determina o valor final de cada língua e sua “força” na sociedade, bem como o grau de dominância de cada uma pelo indivíduo. Daí resultam também diferentes comportamentos de uso das línguas característicos de ambientes plurilíngues, como visto na sequência. (ALTENHOFEN, 2002, p. 156).

### 1.5.2 *Code-switching, code mixing, diglossia e language shift*

Comunidades multilíngues alternam, frequentemente, entre dois ou mais códigos por razões diversas. Para uma breve explanação das alternâncias (*switching*), misturas (*mixing*) e trocas (*shift*), o termo código (*code*) será usado aqui, segundo o senso comum, referindo-se às variedades de línguas, assim como também às variedades internas da mesma língua, os dialetos.

Romaine (2009, p. 120) considera o *code-switching* como uma prática frequente e natural no comportamento de um indivíduo bilíngue. Sua ocorrência em comunidades imigrantes não é, assim, uma exceção ou anomalia. Com base em Gumperz (1982, p. 59, *apud* ROMAINE, 2009, p. 121), define o *code switching* como sendo “a justaposição dentro da mesma mudança de passagens de fala pertencentes a dois sistemas ou subsistemas gramaticais distintos.” Dito de outra maneira, nas palavras de Porto (2007, p.1), é “o uso alternado de dois ou mais códigos por indivíduos bilíngues numa mesma interação conversacional”. Neste caso, o bilíngue pode alternar ou mesmo

misturar códigos durante o processo de comunicação, criando assim, “enunciados híbridos no processo denominado *code-switching*.”

No estudo do plurilinguismo e de contatos linguísticos é preciso, contudo, distinguir entre *code-switching* e *diglossia*, definida por Ferguson (1959) como o espaço onde duas ou mais variedades da língua coexistem e são especializadas de acordo com sua função, seja ela em contexto social, ou de livre escolha linguística, permitindo assim que cada variedade possua um local distinto ou função específica na fala local.

Para a análise do contexto da RCI, sobre o qual recai este estudo, tanto um conceito quanto outro são fundamentais. Embora o foco esteja essencialmente nas relações entre língua e espaço, considerando os processos de territorialização de variedades em contato, pode-se hipotetizar que a alternância de código assim como a diglossia desempenharam papel vital nas relações entre os falantes das distintas variedades, tanto no contato intervareietal (entre variedades do italiano), quanto no contato com o português.

### 1.5.3 Processo de coineização e nivelamento linguístico

Para definir *coineização*, é necessário, primeiramente, compreender o significado de *coiné*. Siegel (1985) identifica problemas na definição de conceito de *coiné*. Em levantamentos bibliográficos, Siegel encontrou uma multiplicidade de significados usados ao longo do tempo, justificando a necessidade de uma uniformização na definição do conceito. O termo *coiné*, de uso corrente entre os estudiosos da língua, deriva do nome *koinè diálektos*, que em grego significa ‘comum’. Nesta acepção, como língua franca, foi difundido a partir de Alexandre Magno aos territórios de cultura helenística, tornando-se, mais tarde, a língua oficial do Império Macedônico. “Os historiadores da língua italiana chamam, portanto, *koiné* uma língua suprarregional, em presença de um fracionamento dialetal”. (MARAZZINI, 2007, p. 427). Portanto, de um lado há a realização dessa língua comum, pela escrita, codificada, presente na literatura, como é o caso da *coiné* helenística; do outro, uma *coiné* oral, sujeita à variação diatópica, diageracional, etc.

Grande parte da literatura vê *coiné* como a contribuição de diversos dialetos em sua formação, de uso comum, como forma de comunicação numa determinada área

geográfica onde ocorra a coexistência destes dialetos. Dillard (1972, p. 302 *apud* SIEGEL, 1985, p. 360) afirma que “coiné é um termo usado para um dialeto ‘comum’, no qual importantes elementos dos dialetos mais convencionais da língua estão ausentes”, tornando-se, com certa frequência, um dialeto padrão para a comunidade de fala, sendo então o último estágio de nivelamento de um dialeto.

Para Siegel (op. cit.), há dois tipos de *coiné*. De um lado, tem-se uma *coiné regional*, resultante do contato de dialetos regionais, que não têm a intenção de substituir nenhum dos dialetos que contribuíram para sua formação, que é, no entanto usada para fins comerciais como língua de trocas com outros grupos linguísticos, dentro ou fora de sua própria região. A original *coiné* grega constitui um exemplo deste primeiro tipo, de *coiné regional*.

Um segundo tipo seria o da *coiné de imigração*,

que pode resultar também do contato entre dialetos regionais, porém, o contato não ocorre na região de origem dos dialetos, mas em outra localidade onde um grande número de falantes de diferentes dialetos regionais imigraram. Além disso, torna-se frequentemente a língua primária da comunidade de imigrantes e, por fim, substitui os dialetos [que contribuíram para a sua formação].<sup>18</sup> (SIEGEL, 1985, p. 364 ) (tradução nossa)

Concorda-se com Siegel quando usa o termo *coiné de imigração* para descrever a língua derivada da interferência entre vários dialetos transportados para um novo ambiente, como no caso dos dialetos de imigração, e, a isto, acrescentar-se-ia a noção de *língua franca*, resultante da necessidade de grupos linguísticos distintos coexistirem e se entenderem mutuamente. Sua difusão, ou melhor, expansão depende dos processos de territorialização dos diferentes grupos em contato e da força de resistência de cada variedade frente à *coiné*.

Uma definição precisa de *coiné*, distinguindo os dois tipos sugeridos por Dillard, é fundamental. A noção helenística prevaleceu ainda por muito tempo. Parece ter sido Blanc (1968, p. 238, *apud* SIEGEL, 1985, p. 361) o primeiro a “usar o termo *coiné*

---

<sup>18</sup> “It may also result from contact between regional dialects; however, the contact takes place not in the region where the dialects originate, but in another location where large numbers of speakers of different regional dialects have migrated. Furthermore, it often becomes the primary language of the immigrant community and eventually supersedes the contributing dialects.” (SIEGEL, 1985, p. 364 )



como resultado da convergência de diversos dialetos transportados a um determinado ponto”<sup>19</sup> (*trad. nossa*).

Trudgill (1986) vê a coineização como um caso particular que ele chama de ‘contato dialetal’, característico da expansão da difusão da área dialetal, ocorrendo em geral, em novos assentamentos. Esse processo é caracterizado pela migração de um contingente para uma área onde a maioria das variedades linguísticas é inteligível entre elas, ou quando falantes de diferentes variedades, porém mutuamente compreensíveis, convergem para um território linguisticamente isolado (KERSWILL, 2006), no caso da RCI, em assentamentos de colonização. Portanto, para Trudgill (1998), a coineização é o processo de formação de novos dialetos, ou coínés de imigração (SIEGEL, 1985, p. 364), que surgem como resposta direta ao efeito linguístico da imigração.

Embora o termo *coiné* já venha sendo usado há muito tempo, o termo *coineização* (*koineizing* e/ou *koineization*) tem história recente na literatura, aparecendo como um processo dinâmico de nivelamento e mistura de traços marcados regionalmente dos dialetos, no qual a formação de uma coiné estável pode ser apenas um dos estágios no processo de coineização. Siegel (1985, p. 373-374) divide os processos de coineização em quatro estágios de desenvolvimento contínuo das coínés, conforme mostra o quadro a seguir:

Processo	Estágio de Desenvolvimento da Coiné
<p style="text-align: center;"><b><i>Contato inicial</i></b></p> <p>Estágio instável do processo, onde várias formas de variedades em contato são usadas de maneira concorrente e inconsequente. Nivelamento e misturas começam a ocorrer, assim como diversos níveis de redução, porém poucas formas emergem de modo estável e duradouro.</p>	pré coiné
<p style="text-align: center;"><b><i>Estabilização</i></b></p> <p>Normas lexicais, morfológicas e fonológicas são extraídas de vários subsistemas em contato, surgindo assim, um novo subsistema em conformidade. Tem como resultado uma complexidade morfológica reduzida comparada aos subsistemas que contribuíram para o processo.</p>	coiné estável
<p style="text-align: center;"><b><i>Expansão</i></b></p> <p>O uso extensivo da coiné estável, para além do uso oral pela comunidade de fala, p. ex., uso literário para a coiné, ou tornar-se a língua padrão de um país, leva ao desenvolvimento e expansão da coiné.</p>	coiné expandida

<sup>19</sup> “to use the term koine to refer to the result of the convergence of several transported dialects at a particular point”. (SIEGEL, 1985, p. 361)

---

<i>Nativização</i>	coiné nativizada
A coiné passa a ser usada como primeira língua por uma comunidade de fala. É caracterizada por uma expansão linguística mais elaborada, ou pelo resultado de inovações linguísticas que não podem ser identificadas em nenhuma de suas variedades coineizadas.	

---

**Tabela 1:** Estágios de desenvolvimento de um *continuum* de coineização, segundo Siegel (1985, p. 373-374)<sup>20</sup>

Um aspecto importante do processo de coineização é que a nativização da coiné pode surgir logo após qualquer um dos estágios descritos por Siegel. Deste modo, as coínés de imigração não se desenvolvem, necessariamente, de forma linear, assim como o estágio depende do tipo de variedade que está em contato; os falantes também podem estar em diferentes estágios do processo de coineização. No caso da *coiné de imigração*, um fenômeno interessante pode ocorrer, onde o imigrante recém chegado fala variedades dialetais no estágio *pré-coiné*; depois de um certo tempo, a maioria dos imigrantes passa a falar uma versão estável da coiné e seus filhos, a *coiné nativizada*.

Portanto, a coineização é formada pela mistura de diversos elementos de diferentes dialetos, seguido pelo processo de *nivelamento linguístico* (do al. *Sprachausgleich*) que elimina as marcas mais intensas que o contato entre essas variedades teria produzido nos dialetos de imigração. Esse processo conduz à redução do número de realizações produzidas com determinados elementos linguísticos, como resultado da mistura inicial. Para Kerswill (2006), as coínés são bastante simplificadas, pois possuem um sistema de morfemas mais simples e seus vocábulos não variam tanto na forma. Até que ponto se pode falar em simplificação, é questionável.

O processo de coineização é visto, portanto, como uma sobreposição de estágios que ocorrem em um período de tempo indeterminado, mas que tem como resultado a formação de um ‘novo dialeto’ (TRUDGILL, 1998), ou coiné. O que novamente é questionável é a pergunta se ainda se reconhece uma base dialetal específica a partir da qual se iniciou a coineização. Basta lembrar que as coínés de imigração Hunsrückisch (de imigração alemã) e vêneto sul-riograndense (de imigração italiana) guardam na própria denominação essa identificação com uma base dialetal de origem. Por fim, uma terceira pergunta que se coloca é o que habilita uma base dialetal específica a se

---

<sup>20</sup> A tabela é uma adaptação do texto original de Siegel (1985).

converter em “candidato forte” para essa função de coiné, no sentido de uma língua comum. São indagações com as quais busca-se contribuir na análise da RCI.

Para contrastar com os estágios de coineização propostos por Siegel (1985), vejamos os estágios identificados por Trudgill (1998), na formação de um “novo dialeto”:

<b>Estágio</b>	<b>Falantes envolvidos</b>	<b>Características linguísticas</b>
<b>I</b>	migrantes adultos	nivelamento rudimentar
<b>II</b>	primeira geração de falantes nativos (filhos de migrantes)	variabilidade extrema e nivelamento adicional
<b>III</b>	gerações subsequentes	<i>focusing</i> , nivelamento e realocação

**Tabela 2:** Estágios de formação de um ‘novo’ dialeto – cf. Trudgill (1998)

Trudgill relaciona, em sua proposta, cada estágio a uma geração, partindo do imigrante recém-chegado à nova pátria, passando pelos filhos nascidos na localidade, portanto com primeira geração de falantes nativos e finalizando com as gerações subsequentes. Considerando que se tem no Rio Grande do Sul, gerações de falantes que já se encontram na 5ª geração (cf. ALTENHOFEN, 1996, p. 58; FROSI, 2010; 2009, 1999, 1998), soa bastante determinista a vinculação de estágios de desenvolvimento de línguas determinados pela geração. Isso muito provavelmente varia. A concepção de um estágio de nativização, como propõe Siegel (1985), sem vinculação à geração, é neste sentido mais clara.

Enfim, para que não haja confusão entre os termos *coineização* e *nivelamento linguístico*, Siegel (1985, p. 365) explica que no caso do nivelamento dialetal o que ocorre são mudanças de um dialeto provocadas pelo outro, porém sem o comprometimento do desenvolvimento de um dialeto. Já a coineização envolve a mistura de traços de diferentes dialetos e é usada, com comprometimento, como língua franca pelos falantes dos dialetos que contribuíram para a formação da coiné.

A migração conduz aos contatos e, conseqüentemente às trocas linguísticas. Apresenta-se como um processo complexo que vem refletir na necessidade de formação de uma nova língua, ou coiné. Este processo dá-se a partir das primeiras gerações de imigrantes ao novo território, que tem como prioridade adaptar-se aos outros grupos de

fala, neste mesmo espaço, pois eles precisam interagir, conviver e reconstruir-se cultural e socialmente.

A questão do processo de coineização e como se deu a sua formação e expansão na área em estudo, a RCI, é um das perguntas centrais deste estudo. Voltar-se-á a esta questão em 4.2, contrastando “o que afirmam os estudos” e “o que apontam os mapas em anexo”, elaborados com base em dados, sobretudo de Frosi & Mioranza (1975, 1983).

## **1.6 Sociologia das línguas**

A sociedade usa a língua para se comunicar de diversas formas, oralmente, na forma escrita, por meio de gestos e sinais, como no caso da Libras, e essa sociedade também segue regras de organização para a sua boa convivência. Logo, a sociologia das línguas, segundo Fishman (1974, p. 25), “examina a interação entre esses dois aspectos do comportamento humano: o uso da língua e a organização social do comportamento linguístico”, analisando então, além do uso da língua, as atitudes em relação ao falante e a própria língua em si.

No caso das línguas minoritárias ainda faladas no Brasil, encontram-se diversos estudos, tanto no uso da língua, quanto às atitudes em relação a essas línguas, como o estigma e o preconceito. Ao falar das línguas de imigração, o estigma que os falantes dessas línguas carregam sobre si ainda é muito grande. Encontram-se atitudes altamente preconceituosas, ainda hoje, sobre o usuário da língua (BOTASSINI, 2013; FROSI; FAGGION; DAL CORNO, 2007, 2010; ALTENHOFEN, 2004a, 2004b; BAGNO, 2002; OLIVEIRA, 2000; SILVA e MOURA, 2002; PAVIANI, 1997).

Outra questão bem discutida nos textos é a necessidade de se dar um tratamento adequado às questões relacionadas à educação em comunidades bilíngues, como por exemplo, as comunidades ítalo-brasileiras (PINHEIRO, 2008) e as comunidades bilíngues alemão-português no sul do Brasil (ALTENHOFEN, 2004b). As questões linguísticas destas comunidades tiveram dois momentos políticos, um de indiferença, o outro, de proibição e imposição de uma educação monolíngue.

Em estudos sobre a língua, duas forças contrárias surgem com frequência, a diferenciação, como poder da resistência e a unificação, como poder centralizador e padronizador da cultura. Ao se analisar o início da era moderna,

muitas vezes, parece que as forças centralizadoras e padronizadoras estão vencendo, tanto por motivos políticos como por razões tecnológicas (com o surgimento da mídia impressa e do Estado centralizador). Parecemos estar numa situação similar atualmente, numa era de globalização. Mesmo assim, não devemos subestimar o poder das forças descentralizadoras, o poder da resistência, nem a resiliência das tradições linguísticas e culturais. (BURKE, 2010, p.30)

É através dos regionalismos, na coesão dos grupos étnicos em busca da legitimação de sua cultura (sistemas simbólicos) que, segundo Bourdieu (2011), serve de instrumento de poder. É por meio deste instrumento que ocorrerá a legitimação, por exemplo, da língua, através de políticas públicas, que venham respeitar essa diversidade que se faz presente no Brasil.

A presença visual da língua vem trazer a tona uma marca do grupo social onde é utilizado. Como destaca Altenhofen (2008, p. 4), estes fragmentos são encontrados na

língua escrita no almanaque do sótão da casa ou em uma carta, em uma foto guardada em uma caixa de sapato; as línguas presentes nas inscrições nos cemitérios; a língua de outras localidades; a língua que a escola ensina e a que os alunos falam na família; a língua sem escrita e a língua individual de cada um, são todas formas de identificação de “modos de falar”.

A língua das comunidades de fala da RCI está presente em diversas situações, como quando num jogos de cartas (bisca, trio ou briscolão), ouve-se expressões do tipo “tchapa, tchapa (pega, pega) e giocare liso, liso (jogar, lixo, lixo)”<sup>21</sup>; estão presentes também em programas de rádio no VeRS (rádio FM de Guaporé e AM de Encantado); em publicações locais com colunas escritas em dialeto; em placas e nomes de estabelecimentos comerciais por toda a região; na própria toponímia (p. ex., Nova Milano) – neste âmbito há o Projeto Toponímia<sup>22</sup>, coordenado pela professora Dr. Vitalina Maria Frosi, que tem como objetivo principal efetuar um estudo dos principais topônimos da Região de Colonização Italiana. Portanto, nota-se a presença da língua em diversos setores da sociedade, mantendo viva e ativa essa diversidade.

<sup>21</sup> Dados fornecidos pelo Relatório Final do projeto piloto para o inventário das línguas de imigração, coordenado pelo Prof. Dr. José Clemente Pozenato, para o IPHAN (2010, p. 12-13).

<sup>22</sup> Projeto do qual a pesquisadora faz parte.

## 1.7 O estudo de contatos linguísticos do italiano no RS

Os estudos de línguas de imigração italiana em contato, no Rio Grande do Sul, surgiram no âmbito de uma dialetologia que ensaiava seus primeiros passos, com Heinrich A. W. Bunse (1969). Em uma pequena publicação intitulada *Estudos de Dialetologia no Rio Grande do Sul; problemas métodos e resultados*, Bunse e Klassmann (1969) incluem amostras de questionários para as duas coínés de imigração, do alemão e do italiano.

A preocupação maior da época, no entanto, recaiu sobre a variação do português brasileiro que se julgava ter de ser conhecido e descrito em toda a sua riqueza popular. Um instrumento de grande eficácia e alcance seria o atlas linguístico. Bunse (1969, p. 8) defende a ideia de que sejam realizados atlas regionais, tendo em vista as dimensões do país, de proporções continentais. É com este posicionamento que propõe a elaboração do Atlas Linguístico e Etnográfico do Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo em que relacionam trabalhos já realizados também destacam os elementos peculiares que caracterizam o território gaúcho, dando realce não só à economia e ao desenvolvimento sociocultural, mas, principalmente, chamando a atenção para as áreas bilíngues como, por exemplo, as que foram colonizadas por alemães e italianos.

Em 1978, Bunse publica *O Vinhateiro*, estudo premiado no Concurso de Monografias sobre a Colonização Italiana no Rio Grande do Sul, por ocasião do Centenário da Colonização Italiana, em 1975. Trata-se de um estudo etnográfico que retoma alguns tópicos alusivos a aspectos socioeconômicos, linguísticos e culturais próprios do Rio Grande do Sul, dando porém ênfase à atividade vinhateira e ao vocabulário específico no italiano falado pelos descendentes dos imigrantes como, por exemplo, no que se refere à lida do parreiral. Os resultados mostram a riqueza vocabular que emerge em cada uma das atividades específicas como a enxertia, a poda, a vindima e a vinificação (BUNSE, 1978, p. 87-111). Os resultados colhidos em sua pesquisa são enriquecidos por uma série de elementos etnográficos que acompanham parte do vocabulário registrado, com descrições precisas da cultura material, em parte, representada através de desenhos de objetos e utensílios.

Menos numerosos do que os historiadores italianos que estiveram na RCI, fazendo estudos sobre o fenômeno imigratório, alguns dialetólogos chegaram a essa região para efetuarem registros e análises das falas dialetais.

Em 1968, Temistocle Franceschi e Antonio Cammelli realizaram um inquérito linguístico na Linha Feijó, município de Caxias do Sul, objetivando um estudo minucioso do dialeto vicentino. Valendo-se do questionário do *Atlante Linguistico Italiano* (ALI), Franceschi e Cammelli aplicaram as questões a uma informante de terceira geração, falante de dialeto vicentino, Gemma Germana Fábris, que, na época, tinha 46 anos de idade. A adoção do questionário do ALI foi interessante, porque possibilitou efetuar o estabelecimento de comparações entre as respostas do ALI e as que foram dadas pela informante escolhida. Os resultados desse estudo foram publicados em 1977, por Franceschi e Cammelli, em um livro intitulado *Dialetti italiani dell'ottocento nel Brasile d'oggi*. No dizer de Cortelazzo, os resultados da pesquisa desses dois estudiosos italianos constituem “o único documento sistemático até hoje disponível de um dialeto vêneta falado no Brasil por uma mulher de terceira geração de imigrantes” (CORTELAZZO, 1987, p. 208).

A contar de 1993, uma equipe formada por estudiosos italianos de várias áreas do conhecimento, sob a coordenação da antropóloga Daniela Perco, deu início ao desenvolvimento de um projeto de pesquisa interdisciplinar de amplas dimensões em dois municípios da RCI: Caxias do Sul e Nova Prata. Os estudos desenvolvidos pelos componentes dessa equipe deram como resultados a publicação de diversos trabalhos, verdadeiras jóias da cultura popular da RCI. O que mais interessa destacar aqui é um artigo assinado pela dialetóloga Loredana Corrà. Publicado em 2001, o texto contém uma análise minuciosa da coiné vêneta da RCI. As entrevistas livres, em número de 60, registram relatos de falantes de dialeto vicentino e de feltrino-belunês. O objetivo fundamental do trabalho foi o de analisar os traços dialetais marcantes que configuram o sistema de fala chamado coiné, resultante do intercruzamento de vários dialetos. Efetivamente, os dialetos predominantes na estrutura da coiné vêneta são os referidos acima. A análise, extensa e minuciosa, apoia-se, sobretudo, em traços morfológicos e fonológicos. Um confronto entre a coiné vêneta de Nova Prata e a de Caxias do Sul revela algumas diferenças, porém, nos dois casos analisados, os traços predominantes são os do dialeto vicentino. Na conclusão de seu artigo, Corrà destaca que, tanto a coiné de Caxias do Sul, quanto a de Nova Prata, é fluida e variável.

A pesquisa dos dialetos italianos do nordeste do Rio Grande do Sul teve seu impulso maior com os estudos de Frosi e Mioranza (1975; 1983). Seus resultados foram reconhecidos e analisados por eminentes dialetólogos da Região do Vêneta, na Itália.

Cortelazzo (1987, p. 209) assegurou que se trata do “mais amplo e minucioso estudo desenvolvido sobre as falas dialetais italianas do Brasil” [...]; diz ainda que “o texto reproduz analiticamente os resultados dos inquéritos com representação das minuciosas variantes fonéticas”. Complementa dizendo que se trata do registro de um “copioso material que possibilita a quem quiser não só verificar o que foi exposto como também enseja extrair dele deduções particulares.”

De igual modo, Vedovelli (1985, p. 504), põe em relevo que “o nível de tecnicismo em que se coloca o livro possibilita efetuar confrontos dos vários dialetos entre si e desses com aqueles que lhes são correspondentes no norte da Itália.” Além disso, esse dialetólogo italiano destaca que “o valor do texto reside no fato de que ele oferece uma base descritiva rigorosamente linguística sobre a qual poderão ser construídos modelos não só dialetológicos, mas também sociolinguísticos das regras de variação que governam os usos comunicativos.” A combinação destas duas “metodologias diferentes e, todavia, afins” é realçada por Vedovelli (1985, p. 504) que chama a atenção da importância, em termos de ciência, para “estes diálogos entre modelos e paradigmas que entrelaçam entre eles jogos complexos de retornos e inovações”.

A pesquisa desenvolvida por Frosi e Mioranza, então docentes de Letras da Universidade de Caxias do Sul, teve seu início em 1973 e estendeu-se até 1979. O trabalho foi realizado nos moldes da dialetologia tradicional. Na primeira etapa, foram percorridos 82 distritos dos 26 municípios em que se dividia a área da colonização italiana, nessa época (FROSI; MIORANZA, 1975, p. 54). Os levantamentos efetuados em contexto de famílias serviram ao reconhecimento da origem étnico-linguística, regional e provincial italiana dos imigrantes, com estabelecimento dos percentuais referentes a cada grupo. Esses contatos preliminares produziram também a elaboração do histórico de cada uma das 82 localidades. Delas foram selecionadas 50, com duplo inquérito em dois pontos, para a aplicação das 300 perguntas do questionário linguístico-dialetológico (FROSI; MIORANZA, 1983, p. 13-53). Os resultados deste estudo foram publicados em 1983, em livro, sob o título *Dialetos italianos: um perfil lingüístico dos ítalo-brasileiros do nordeste do Rio Grande do Sul*, que teve, recentemente (2013), sua edição eletrônica. Nela consta a transcrição fonética de, aproximadamente, 15.600 respostas.



A análise diacrônica contemplou a descrição e explicação dos vários dialetos italianos originários, em nível fonológico e também no da morfologia nominal e na estrutura e flexão verbal. Foram objeto de estudo, nessa perspectiva, os dialetos do norte da Itália que tiveram representação na RCI (FROSI; MIORANZA, 1983, p. 88-108).

A abordagem sincrônica, com base no modelo estruturalista, desenvolveu uma descrição pormenorizada da estrutura fonológica e morfológica de todos os dialetos do grupo vêneto, lombardo, trentino e friulano, registrados na pesquisa (FROSI; MIORANZA, 1983, p. 128-328). Além disso, o trabalho apresenta ainda uma descrição estrutural da *coiné*, sempre acompanhada de exemplos colhidos na pesquisa. A *coiné* é descrita tanto no nível fonológico quanto no morfológico, demonstrando por seus elementos estruturais a representação predominante do dialeto vicentino e do dialeto feltrino-belunês. É também indicada a presença de elementos pertencentes a outros dialetos, embora com menor representatividade (FROSI; MIORANZA, 1983, p. 159 e ss.). Os resultados incluem também dois capítulos específicos, um sobre empréstimos do português nos dialetos italianos (*idem*, p. 329-351), outro sobre as interferências recíprocas do português e dialeto italiano (*idem*, p. 352-362).

O questionário aplicado compreendia 20 questões com o propósito de registrar pontos importantes da fala de língua portuguesa marcada por interferências dos dialetos italianos (*idem*, p. 363-385). Os elementos dialetais, marcadores da fala de português da RCI, situam-se a nível fonológico. Estas características foram retomadas e estudadas em novas pesquisas, principalmente, por mestrandos e doutorandos em Letras de várias universidades do sul do Brasil.

Florence Carboni (2002) apresenta, em um livro intitulado *Eppur si parlano*, um estudo diacrônico de um caso específico de contato linguístico no Rio Grande do Sul. Carboni revisita o processo histórico-político-social que levou um contingente de italianos a emigrar para o Brasil. Reconstrói com isso a história linguística da RCI, desde as condições linguísticas enfrentadas no processo de colonização, passando pela aculturação e finalizando com um capítulo que discute a busca da linguagem perdida. No prefácio do livro, Michel Francard escreve sobre a importância do estudo interdisciplinar do multilinguismo da RCI, enfatizando que

nous disposons donc, pour la première fois, d'une étude interdisciplinaire approfondie du plurilinguisme qui caractérise la region coloniale italienne du Rio Grande do Sul, depuis l'installation des immigrants italiens entre 1875 et

1914 pour l'essentiel, montrant l'interaction entre systèmes linguistiques et structuration sociale. (p.8)<sup>23</sup>

Os estudos de Carboni, assim como de Frosi e outros pesquisadores da RCI, estendem-se para uma série de outros temas e enfoques, entre os quais a questão das atitudes linguísticas (FROSI, 1998, 1999; FROSI et al, 2005, 2006, 2008; PAVIANI, 2001; SANTOS, 2001; Dal PICOL, 2013), da toponímia (FROSI, V. M.; DAL CORNO, G. O. M.; FAGGION. C. M., 2008a; 2008b; 2007) e da identidade linguística na RCI, como em Carboni (1999, *Mi son talian grassie a Dio! Globalização, nacionalidade, identidade étnica e irredentismo lingüístico na Região Colonial Italiana do RS*, ou 1997, *Língua, formação e identidade nacional: algumas considerações sobre a questão linguística na Região Colonial Italiana*).

No âmbito da sintaxe, dois problemas de pesquisa receberam estudo específico. Um, da autoria de Paviani (2004), analisa o uso do pronome *me* enfático do português falado na RCI. O estudo busca inicialmente uma explicação nas gramáticas grega e latina e naquelas do português brasileiro e na da língua italiana. Os dados levantados são descritos tendo como modelo de análise os fundamentos teóricos estabelecidos por Labov. Os resultados permitem o reconhecimento do uso do pronome *me* como um traço característico do português falado na RCI.

Faggion (2004) analisa o uso da partícula *ghe*. Em seu estudo descreve as várias funções dessa partícula, presente em textos escritos em dialeto italiano, observando, em relação a isso, processos de gramaticalização nos usos de *ghe* e de suas variantes complementares *ghen* e *ghin* com lexemas correspondentes no italiano *standard* e em dialetos italianos da Itália setentrional.

Não faltam estudos específicos do português brasileiro em contato com os dialetos italianos da RCI. Alguns se referem a empréstimos lexicais do dialeto italiano presentes no português, outros, ao contrário, tratam de empréstimos do português nos dialetos italianos. Gianni (1998) analisa a transferência de léxicos do português na fala dialetal italiana, observando que 65% desses léxicos não preenchem lacunas dessa fala

---

<sup>23</sup> “portanto, temos, pela primeira vez, um estudo interdisciplinar abrangente do multilinguismo que caracteriza a região colonial italiana do Rio Grande do Sul, desde a instalação de imigrantes italianos entre 1875 e 1914, em sua maior parte, mostrando a interação entre sistemas linguísticos e estrutura social.” (Prefácio escrito por FRANCARD in: CARBONI, 2002, p. 8) (*trad. nossa*).

e, sim, são caracterizados como empréstimos de luxo, resultantes do papel exercido pelo sistema linguístico de língua portuguesa, dominante sobre os dialetos italianos.

Usando o enfoque pluridimensional, Ponso (2007) realizou estudo sobre o contínuo variacional do português resultante do contato com o italiano na comunidade bilíngue de São Marcos, analisando assim, o processo que leva os falantes da comunidade de um estágio monolíngue na língua de imigração, para o bilinguismo, finalizando no monolinguismo em português.

Encontram-se, com frequência, estudos sobre questões de interferências fonéticas e fonológicas como marcadoras da fala da língua portuguesa na RCI. Trata-se, na maioria dos casos, de elementos fônicos decorrentes do substrato dialetal italiano, que se tornaram marcadores da fala regional, instituindo uma variedade linguística típica da RCI, diferenciada do português de outros estados brasileiros. Como exemplo para esses estudos, destacam-se a questão do rótico (consoante líquida, vibrante simples e múltipla) e a da consoante chiante e suas substituições na fala típica de colonização italiana. Em um nível comparativo que transcende a RCI para uma rede de 8 localidades está o estudo de Margotti (2004) que apresenta a dinâmica de difusão do português no espaço pluridimensional de contato com o italiano em SC e RS.

Battisti et al. (2006) realizaram uma pesquisa cujos resultados foram publicados em livro no formato de dicionário. A investigação sobre o português regional centraliza-se no léxico. Os verbetes são apresentados mediante transcrição fonética e são dadas também as referências categoriais. O dicionário, além de revelar vestígios da cultura local, contempla também criações lexicais próprias da RCI. No dizer de Alves (2006, p. 9) “este dicionário, ao mesmo tempo que nos apresenta um retrato do vocabulário falado na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, [...] mostra, ainda, de maneira inequívoca, os aspectos culturais que imigrantes italianos trouxeram ao Brasil no final do século XIX.”

Santos (2004), em sua dissertação de mestrado, desenvolve um estudo sobre as relações entre a língua do personagem Radicci e aquela consequente do contato do imigrante italiano com o ambiente da RCI. A análise desenvolve-se, particularmente, tendo em conta quatro aspectos, a saber, uma análise linguística, uma descrição atitudinal, uma explicação da identidade e, finalmente, uma análise da situação de línguas em contato.

Frosi (1989) efetua um estudo dos provérbios dialetais italianos na área compreendida pelos municípios de Carlos Barbosa e Farroupilha. O trabalho, ao mesmo tempo em que revela a manutenção de provérbios vênéticos e lombardos, demonstra também uma defasagem em termos de transmissão à geração mais jovem. É dada ênfase à função dos provérbios, no âmbito da educação informal. Os provérbios são analisados em sua estrutura linguística, dispostos em dois grandes grupos, o vênético e o lombardo.

Por fim, o tema da manutenção e substituição linguística do italiano pelo português vem merecendo atenção crescente, juntamente com temas da área de políticas linguísticas. Embora não diretamente desenvolvido na RCI, o estudo de Pertile (2009), que se ocupa com a região do Alto Uruguai, serve de base para a discussão da *language shift* e dos mecanismos disponíveis para garantir ainda um futuro às variedades dialetais do italiano.

## **Capítulo 2**

### **IMIGRAÇÃO ITALIANA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA**

#### **2.1 Imigração de homens e línguas**

Um aspecto de grande relevância para o estudo de línguas de imigração é, sem dúvida, sua condição de língua imigrada, resultante da migração de falantes de um contexto para outro. Os atributos de “línguas em movimento” e “línguas em contato”, aos quais chama a atenção Altenhofen (1998), obrigam o pesquisador dessas línguas a uma reconstituição histórica das condições da e-imigração e do contato no espaço e no tempo. E um raciocínio é fundamental nessa reconstituição: onde migram os homens, migram as línguas. A apropriação de novos conhecimentos sobre o novo meio e a interação com outros se dá essencialmente com a intermediação de línguas. O plurilinguismo, assim como os contatos entre variedades linguísticas distintas são parte fundamental desse cenário.

Os movimentos migratórios e com eles os contatos de línguas e culturas são uma marca indissociável do processo histórico que resultou no Brasil. Desde seu “descobrimento”, o contato do elemento europeu, então chamado de colonizador (e não de imigrante) com populações indígenas tem sido extremamente conflitante, levando à perda de centenas de línguas. O Censo de 2010, elaborado pelo IBGE, revelou um total de 305 etnias<sup>24</sup> e 274 línguas indígenas diferentes<sup>25</sup>. Infelizmente, o censo do IBGE

---

<sup>24</sup> “Dentro das terras foram contadas 250 e fora das terras, 300 etnias. Para efeito do Censo Demográfico 2010, considerou-se etnia ou povo a comunidade definida por afinidades linguísticas, culturais e sociais.”

NÃO INCLUIU as línguas de imigração. Mas, como ressaltado na introdução, o levantamento de Altenhofen (2013a) contabiliza um total de 56 línguas trazidas por imigrantes, a partir da primeira metade do séc. XIX.

Segundo dados apresentados por Mattos e Silva (2004, p. 100-103), foram extintas 85% das línguas indígenas nos 500 anos de história do Brasil, atualmente concentradas “na Amazônia e no Brasil norte-central, mas também dispersas por vários pontos de nosso território. Hoje, os indígenas perfazem 0,2% da população brasileira, estimada no Censo de 2000 em 165.544.443 habitantes”. Segundo a Funai (<http://www.funai.gov.br/indios/indios.htm>), é estimado que cerca de 1.300 línguas indígenas diferentes tenham sido faladas no Brasil, na época do “descobrimento”.

Os índios que habitavam o RS, primitivamente, eram os grupos tupis-guaranis, guaicurus e Gês (kaingangues) (ROCHE, 1969, p. 20-21). O Censo do IBGE (2010) estima uma população de 32.989 indígenas que habitam no Rio Grande do Sul: 13.820 vivem em centros urbanos e 19.169, em terras indígenas. A Funasa contabiliza, em 2010, uma população de 19.636 pessoas em terras indígenas no Estado, sendo 17.515 da etnia Kaingang, e 2.121 Guarani, das línguas Nandeva e Mbya, respectivamente. Porém,

o Rio Grande do Sul é o estado do Sul e Sudeste com o maior número de terras com presença Guarani: são 45, das quais apenas 14 foram regularizadas. Das 31 Terras Indígenas não regularizadas, 16 não foram sequer identificadas pela Funai. E três TIs regularizadas passam por um novo processo de identificação do território. (<http://www.cpisp.org.br/indios/html/uf.aspx?ID=RS>. Acesso em 17.09.2013)

Segundo a FUNAI, atualmente, muitos índios falam apenas sua língua, ignorando a existência da língua portuguesa. Outros tantos falam o português como segunda língua. Aryon Rodrigues postulou a seguinte classificação das línguas indígenas faladas no Brasil:

As línguas são agrupadas em famílias, classificadas como pertencentes aos troncos Tupi, Macro-Jê e Aruak. Há Famílias, entretanto, que não puderam ser identificadas como relacionadas a nenhum destes troncos. São elas: Karib, Pano, Maku, Yanoama, Mura, Tukano, Katukina, Txapakura, Nambikwara e Guaikuru.

---

(BRASIL, 2012, p. 85) Fonte: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Caracteristicas\\_Gerais\\_dos\\_Indigenas/pdf/Publicacao\\_completa.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_dos_Indigenas/pdf/Publicacao_completa.pdf), acesso em 10.10.2013.

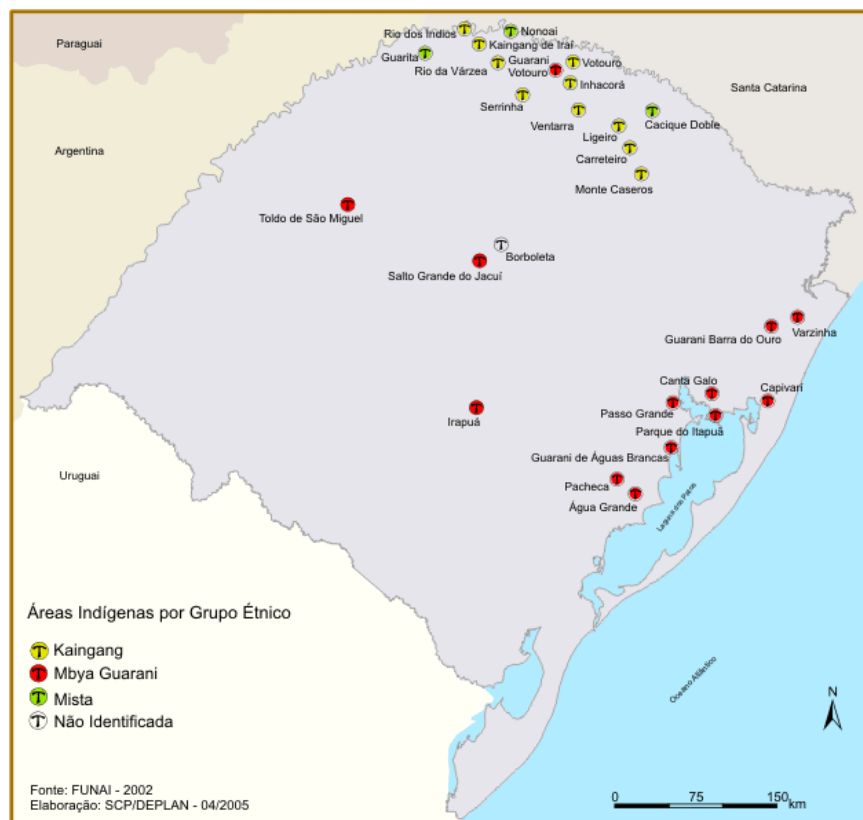
<sup>25</sup> “excluindo aquelas originárias de outros países, denominações genéricas de troncos e famílias linguísticas, entre outras não foram consideradas indígenas.” (BRASIL, 2012, p. 90) Fonte: (idem).

Além disso, outras línguas não puderam ser classificadas pelos lingüistas dentro de nenhuma família, permanecendo não-classificadas ou isoladas, como a língua falada pelos Tükúna, a língua dos Trumái, a dos Irântxe etc.

Ainda existem as línguas que se subdividem em diferentes dialetos, como, por exemplo, os falados pelos Krikatí, Ramkokamekrá (Canela), Apinayé, Krahó, Gavião (do Pará), Pükobyê e Apaniekrá (Canela), que são, todos, dialetos diferentes da língua Timbira. (<http://www.funai.gov.br/>)

Há sociedades indígenas que, por estarem em contato constante com a sociedade brasileira por muito tempo, acabaram por perder sua própria língua. Infelizmente, muitas dessas línguas, por não serem mais usadas, deixaram apenas alguns registros de vocábulos e informações esparsas que nem sempre nos permitem uma classificação. De tantas outras, não sobraram nem vestígios.

Na fig. 5 a seguir, verifica-se a localização das áreas indígenas por grupos étnicos no Rio Grande do Sul, segundo dados da FUNAI:



**Figura 5:** Áreas Indígenas por Grupo Étnico no Rio Grande do Sul. Fonte: FUNAI, 2002

No mapa da fig. 5, chama-se atenção à ausência de reservas indígenas no espaço onde se localiza a RCI, em análise neste estudo. Vale lembrar a tese de que os imigrantes foram utilizados pelo governo brasileiro como um escudo para empurrar as

populações indígenas para o “interior”. Como se vê, é no centro-norte que se concentra boa parte desse contingente. Sua presença, no período da imigração, com certeza se fez notar. Basta lembrar o antigo nome de Caxias do Sul, denominada inicialmente como *Campo dos Bugres*.

Ao lado da participação indígena na historiografia das línguas do Brasil, perceptível em uma infinidade de topônimos, nomes de plantas e animais (cf. DIETRICH, 2010), cabe mencionar também o papel dos africanos escravizados, que alguns identificam como uma “imigração forçada”. Segundo dados apresentados por Mattos e Silva (2004), as línguas africanas começaram a chegar ao Brasil com os navios negreiros, oficialmente em 1549. Com isso, na primeira metade do século XIX a população branca representava 30% da população total, incluindo-se nos demais 70% principalmente os “africanos e afro-descendentes, já que os indígenas morreram ou por extermínio internacional ou por epidemias” (idem, 2004, p. 148-151). Sem dúvida, existiram aqui situações linguísticas de plurilinguismo e contatos linguísticos parecidas com as quais se encontra na imigração alemã e italiana, porém em período anterior e sob condições sociais totalmente diferentes. O extermínio de línguas, ou o linguicídio (SKUTNABB-KANGAS & PHILLIPSON, 1996), é aqui ainda mais brutal. Sequer uma única língua africana sobreviveu. O que se tem são apenas vestígios, palavras soltas, sobretudo em ritos religiosos. Não se pode, por isso, glorificar o poder avassalador do português que conseguiu se impor sobre um território de dimensões continentais, sem lamentar o custo dessa dominação, que não respeitou a diversidade de línguas existente nesse território. Tomou-se tudo que se encontrou pela frente. Não se justificam, neste sentido, posições tendenciosas como a de Darcy Ribeiro sobre as etnias “tão pequenas” presentes no Brasil e sua “pouca” importância na formação do povo brasileiro.

A confluência de tantas e tão variadas matrizes formadoras poderia ter resultado numa sociedade multiétnica, dilacerada pela oposição de componentes diferenciados e imiscíveis. Ocorreu justamente o contrário, uma vez que, apesar de sobreviverem na fisionomia somática e no espírito dos brasileiros os signos de sua múltipla ancestralidade, não se diferenciaram em antagônicas minorias raciais, culturais ou regionais, vinculadas as lealdades étnicas próprias e disputantes de autonomia frente à nação. As únicas exceções são algumas microetnias tribais que sobreviveram como ilhas, cercadas pela população brasileira. Ou que, vivendo para além das fronteiras da civilização, conservam sua identidade étnica. São tão pequenas, porém, que qualquer que seja seu destino, já não podem afetar à macroetnia em que estão contidas. (RIBEIRO, 2008, p. 18)



Se o número de dados e pesquisas sérias quanto aos africanos e seus descendentes no Brasil são escassos, menor ou quase inexistentes são os estudos sobre o negro e sua língua no Rio Grande do Sul. Não obstante essa constatação, a contribuição do negro se faz notar no linguajar corrente do gaúcho, com palavras como *anta*, *caçula*, *quindim*, *dengue*, entre outras.

Sabe-se que o elemento africano fixou-se no RS, no período entre 1737-1853 (BENTO, 1976, p. 187). Esta afirmação contraria posições que defendem que a vinda de escravos para o RS ocorreu apenas no século XIX (cf. MATTOS E SILVA, 2004).

O fenômeno migratório ocorrido entre os séculos XIX e XX que trouxe imigrantes europeus e asiáticos vinculou-se diretamente à expansão capitalista europeia e às transformações estruturais (política, econômica e social) que assolavam tanto a Europa quanto o Brasil. Com o “fim” do feudalismo na Europa e da escravatura no Brasil, segundo Ianni (1979, p. 12), estabeleceu-se no séc. XIX um novo “mercado internacional de força de trabalho que deu origem à imigração de alemães, italianos, poloneses, húngaros, russos, etc.”

A imigração colonizadora<sup>26</sup> iniciou-se, no sul do Brasil, com a intenção de povoar, ocupar território, branquear a população, mas acima de tudo, de transformar a força de trabalho em mercadoria, com a industrialização e o desenvolvimento econômico das colônias do sul (cf. SABBATINI, 1975; IANNI, 1979; CONSTANTINO, 1991; IOTTI, 2001, etc.). Segundo Roche (1969), o Rio Grande do Sul constituiu a fortaleza ao sul do domínio luso-brasileiro, e o colono cumpriu o seu papel, o de resguardar a terra.

No sul do Brasil, o imigrante e colono europeu “imprimiu” valor à terra, antes negligenciada pelos pecuaristas gaúchos, através de seu trabalho,

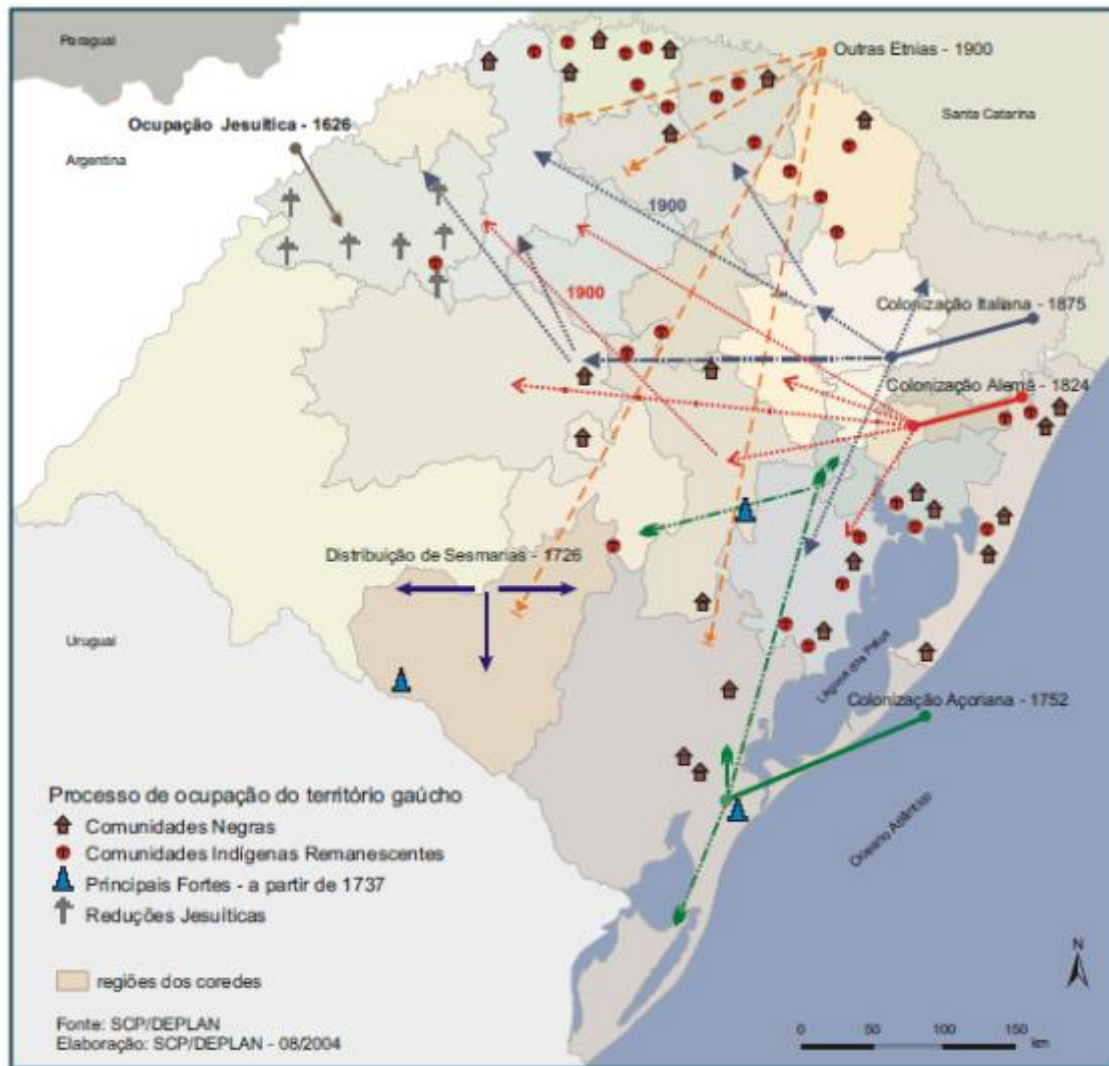
[trabalho este que] é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeças e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim, sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica a sua própria natureza. (MARX, 1982, p. 202)

---

<sup>26</sup> Para Roche (1969, p. 2), “colonizar é, de um lado, introduzir com novos habitantes, mão-de-obra inexistente no lugar, e, do outro lado, emprega-la nos estabelecimentos agrícolas. Em todos os atos administrativos, na tribuna das assembleias parlamentares como na imprensa, a palavra colonização é assim entendida e usada exclusivamente.”

Foi este trabalho diferenciado, porém necessário ao quadro econômico e social brasileiro da época, que uniu, caracterizou e destacou o imigrante europeu no sul. Junto com o trabalho, esses imigrantes trouxeram sua cultura, seu conhecimento de mundo, suas técnicas, tendo como bagagem suas línguas.

Finaliza-se esta seção destacando a diversidade que marcou a ocupação e formação da macroárea do Rio Grande do Sul, onde se situa nossa subárea de pesquisa, a RCI, no nordeste. O mapa da fig. 6 resume os principais fluxos migratórios observáveis nessa macroárea, incluindo também a imigração açoriana, no litoral, a ocupação jesuítica e os primeiros núcleos de proteção da fronteira (a partir de fortes). O que não está claro são as “outras etnias” das quais não se faz ideia, identificadas como vindo na direção oposta, de SC para RS. Além disso, o mapa tem o defeito de apresentar esses fluxos migratórios como se todos se equivalessem na intensidade e quantidade de migrantes envolvidos. E não é assim. O contingente de migrantes das colônias alemãs e italianas é bem superior aos demais, além de se estender até as margens do Rio Uruguai e até transpô-lo para Misiones (Argentina) e migrar na direção norte, chegando ao oeste catarinense, sudoeste do Paraná e áreas da Amazônia (veja-se a respeito ALTENHOFEN, 2013b).



**Figura 6:** Processo de ocupação do território delimitado pelo Rio Grande do Sul (cf. SCP/DEPLAN – COREDES [Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul], 2004)

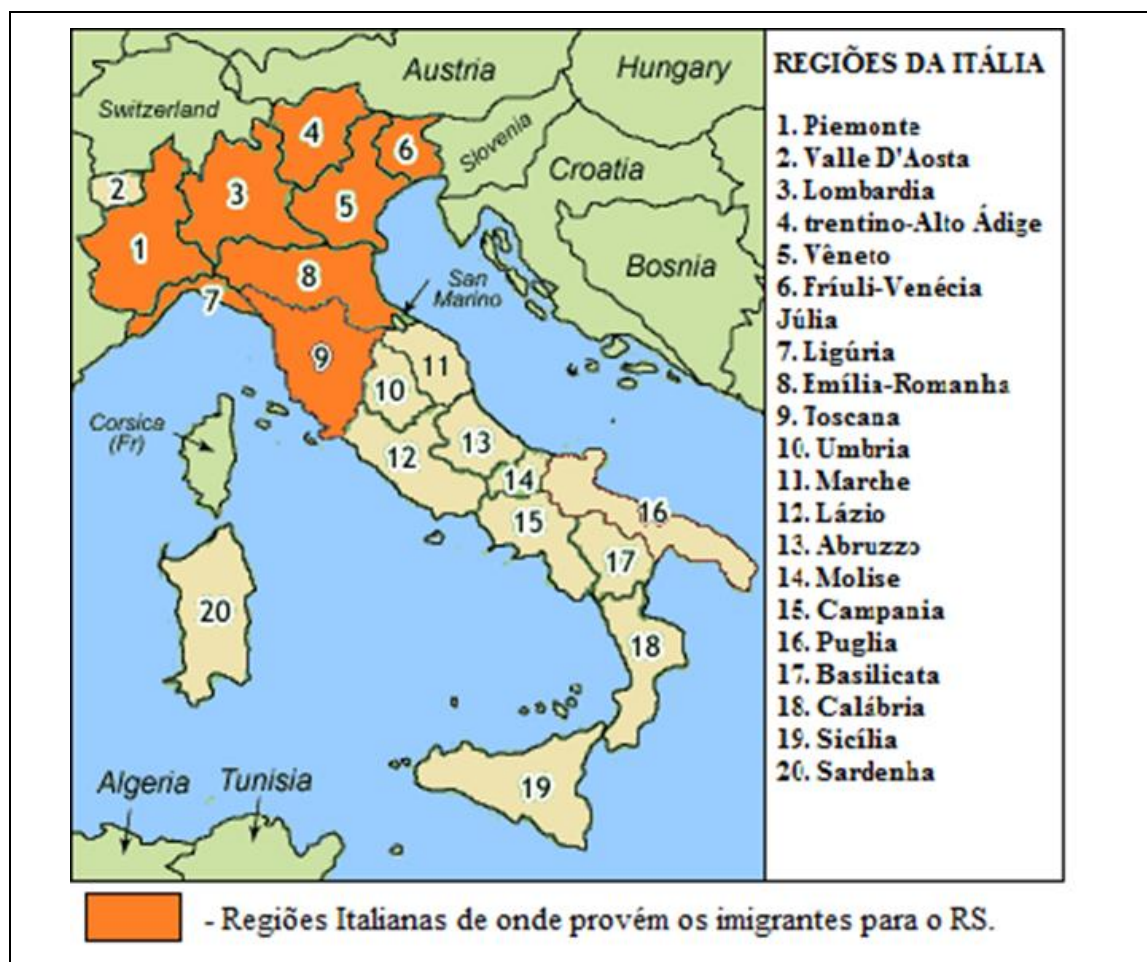
## 2.2 Fluxos migratórios para o Brasil

Passa-se a descrever especificamente os fluxos imigratórios dos imigrantes italianos que vieram à RCI, no nordeste do Rio Grande do Sul, a partir de 1875. Vale ressaltar que os imigrantes alemães já estavam presentes no Rio Grande do Sul há cerca de 50 anos, desde 1824, e já ocupavam um território considerável ao pé da serra, nas chamadas antigas colônias alemãs. O contato entre os novos imigrantes italianos e os pioneiros alemães, que já conheciam o ambiente cultural e já desenvolviam relações comerciais intensas, é um tema que merece mais atenção da pesquisa. Ambas as “áreas coloniais” – da RCI e das antigas colônias alemãs – fazem fronteira entre si, como veremos mais adiante. Como em toda fronteira linguística, a interação entre ambos os grupos foi inevitável. Para chegar ao topo

da Serra e, inversamente à capital, Porto Alegre, os imigrantes italianos e seus descendentes tiveram que passar pelo território de imigração alemã.

Diferentemente dos alemães, os italianos, por iniciarem a imigração em 1875, estiveram menos tempo sob o Governo Imperial. Logo viria a República, que chegou, pode-se dizer, a implementar uma política linguística mais assimilacionista. Basta observar a série de topônimos vinculados a “heróis” do exército ou da Revolução Farroupilha que fazem parte da RCI: são exemplos Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi, Farroupilha, Flores da Cunha, Antônio Prado, entre outros.

Mas quem eram esses imigrantes italianos que chegavam em levadas sucessivas às terras altas do nordeste do Rio Grande do Sul? Segundo estudos de Frosi e Mioranza (1975; 2009), esses italianos eram provenientes sobretudo do norte da Itália, das regiões do Vêneto, Lombardia, Trentino-Alto Ádige, Friúlia-Venécia Júlia, Piemonte, Emília-Romanha, Toscana e Ligúria, como se pode observar no mapa da fig 7.

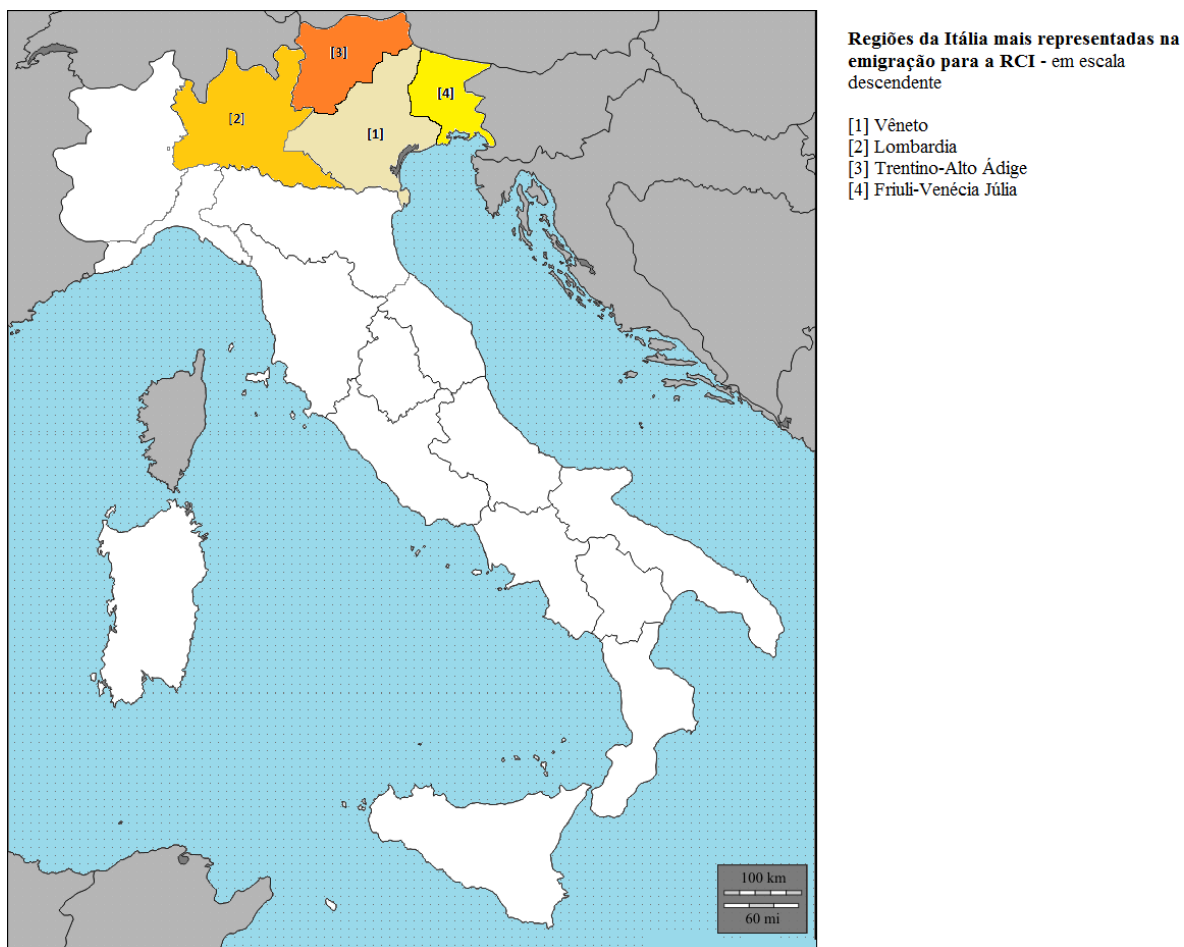


**Figura 7:** Regiões da Itália de origem dos colonos italianos para o RS (imagem de fundo adaptado da internet - <http://viagensvirtuais.com.br/Italia.html>, acesso em 10.10.2013)

Apesar de abrangerem todas as regiões do norte da Itália, o maior contingente que veio a se instalar na RCI provém, segundo Frosi e Mioranza (1975; 2009), do nordeste, sendo:

- 54% de vênnetos,
- 33% de lombardos,
- 7% de trentinos,
- 4,5% de friulanos e
- 1,5% de outras proveniências.

O mapa a seguir, da fig. 8, dá a localização exata dessas regiões.



**Figura 8:** Regiões da Itália mais representadas na emigração para a RCI

É importante ressaltar que o Império tinha controle total do processo imigratório; era ele quem cuidava da legislação e da manutenção das leis, com funcionários

trabalhando para que essa experiência desse certo. Quando o imigrante chegava ao país era abrigado em barracões por alguns dias até que fosse encaminhado para a sua terra, que poderia variar de preço conforme o tamanho e a qualidade atribuída ao lote. A distribuição era feita em travessões, linhas ou léguas que eram formadas pelos lotes.

Voltar-se-á a esta questão do modo de assentamento dos imigrantes, quando os mapas em anexo forem analisados, onde se tentará interpretar os processos de territorialização das variedades dialetais trazidas pelos imigrantes italianos à RCI. Por ora, cabe destacar que a imigração se deu em fluxos sucessivos.

Paralelamente à RCI, não se deve esquecer o processo migratório que deu origem à chamada Quarta Colônia de Imigração Italiana ou, Quarta Colônia Imperial ou, também conhecida por Colônia Silveira Martins, colonizada em sucessivas levas a partir de 1877. Esta região, situada na região central, que faz parte da Serra Geral, recebeu esse nome devido ao fato de ter sido a Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana. Segundo Zanini (2008, p. 141), fazem parte da Colônia Silveira Martins, **atualmente**, os municípios de “Agudo<sup>27</sup>, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins<sup>28</sup>”, Santa Maria, São Sepé, Júlio de Castilhos, “outros grupos estabelecidos em Pelotas, Caçapava do Sul, Jaguari, São Francisco de Assis, etc.” (FROSI e MIORANZA, 2009, p. 16).

Vale lembrar que a unificação da Itália ocorreu ao longo do século XIX, tendo seu ápice ocorrido com a entrada de Veneza e Roma ao Reino da Itália, nos anos de 1866 e 1870, nessa ordem. Porém, essa unificação não conseguiu, *a priori*, criar uma identidade cultural homogênea, devido às diferenças de ordem histórica, linguística, cultural, social e econômica entre as regiões, que por tanto tempo tiveram “vida própria”. “Uma economia tradicional e escravista, aliada à situação política de instabilidade, [colocaram como única opção a] saída do solo pátrio, em busca de outras terras” (idem, p. 22), onde as diferenças socioeconômicas fossem menores do que as enfrentadas na Itália. Foi uma fração desse contingente populacional que veio para o Brasil, em navios, incluindo imigrantes veroneses, mantuanos, lombardos, etc., cada

---

<sup>27</sup> O município de Agudo, apesar de sua colonização ter sido de origem alemã, pertence administrativamente à Região da Quarta Colônia, atualmente. O mesmo ocorre com os municípios de Restinga Seca, Pinhal Grande e Nova Palma, que apesar da distância, também pertencem à colônia.

<sup>28</sup> O atual município de Silveira Martins emancipou-se do município de Santa Maria, em 1987.

qual com uma bagagem cultural própria, contendo costumes, dialetos e noções de pertencimento distintas.

Um último aspecto que é preciso destacar nos fluxos migratórios vindos da Itália é que, na comparação com o imigrante alemão, em parte evangélico luterano e falante de uma língua germânica bem distinta do português, o italiano falava uma variedade de base igualmente românica, pelo menos mais próxima do português e praticava a religião católica, única e majoritária do Estado brasileiro. Essas semelhanças, mesmo que nem sempre tão evidentes, pode-se supor que tenham acelerado a adaptação ao novo meio brasileiro. A religião, por outro lado, também teve um papel muito importante na construção e manutenção de sua identidade. O primeiro símbolo de sua fé e religiosidade de iniciativa popular foram as construções dos capitéis. Por meio de pequenos oratórios, buscavam representar os espaços antes frequentados por eles, em sua terra natal, em cerimônias religiosas. Nesses mesmos capitéis, encontram-se os santos que lhes designam um nome. Muitos destes capitéis deram origem às atuais capelas.

Não obstante as semelhanças e diferenças dos imigrantes em relação ao contexto brasileiro, é preciso prestar atenção à diversidade interna que caracteriza esses grupos e que costuma ser maior do que se supõe originalmente. É o que será visto na seção a seguir.

A historiografia registra um número significativo de imigrantes poloneses inseridos no meio de áreas de domínio dos imigrantes italianos. Segundo D'Apremont e Gillonnay (1976, p. 44-47), entre 1901 e 1906, o número de poloneses no Estado do Rio Grande do Sul era de aproximadamente 20.000. Na RCI, encontram-se imigrantes poloneses em 11 pontos principais: Caxias do Sul, São Marcos, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Garibaldi, Antônio Prado, Nova Bassano, Veranópolis, Casca, Guaporé e Anta Gorda (v. mapa10, em anexo).

### **2.3 Heterogeneidade dialetal do grupo imigrante italiano**

Quando se fala em imigrante italiano, faz-se uma generalização que não condiz com a heterogeneidade interna que caracteriza esse grupo imigrante. A Itália do final do séc. XIX constituía um mosaico de diferenças dialetais. Basta lembrar que a unificação

italiana foi um processo que deu início no começo do séc. XIX e que se findou em 1861. O novo território

compreendia os antigos territórios do Reino de Sardenha (sem Nice e Savóia, entregues à França); a Lombardia (sem Mântova); os ducados de Parma e de Módena; o grão-ducado da Toscana, o Estado Pontifício (sem o Lácio) e o Reino das Duas Sicílias. O novo Estado foi denominado de Reino da Itália. (MERIGGI, 1996, p. 35 *apud* CARBONI, 2000, p. 62)

Este Reino foi formado por uma monarquia constitucionalista, sob o comando de uma aliança entre burgueses e latifundiários, que afastou os setores populares do poder. Com o empobrecimento dos camponeses após a unificação, deu-se início a uma intensa emigração para as Américas, entre 1880 e 1930.

Anterior a isso, a norma culta do italiano adotado do falar de Veneza, durante os mil anos de domínio da Sereníssima República de Veneza (em italiano, *Serenissima Repubblica di Venezia* e, em vêneto, *Serenissima Repubblica Vèneta*) e o modo como esta República impôs a língua-padrão italiana, é um aspecto que precisa ser considerado na descrição e análise do *status* linguístico que o dialeto vêneto assumiu sobre as demais variedades trazidas pelos imigrantes. Esta será melhor discutida no cap. 4.

Para os objetivos deste estudo, é fundamental identificar a heterogeneidade presente na matriz de origem, Itália, que irá se transpor para a área da RCI a ser analisada. O quadro 1 a seguir dá o panorama dos grupos dialetais identificados na matriz de origem, na Itália.

DIVISÃO DOS DIALETOS	
Regiões do norte da Itália	Dialetos
Vêneto	Vicentino, Feltrino-belunês, Trevisano, Paduano, Veronês, Veneziano, Rovigino.
Lombardia	Cremonês, Bergamasco, Mantuano, Milanês, Bresciano, Varesino, Comasco, Paviense
Trentino-Alto Ádige	Trentino (Tirolês)
Friuli-Venécia Júlia	Friulano, Triestino

**Quadro 1:** Quadro dos dialetos presentes na matriz de origem dos imigrantes da RCI, na Itália (cf. FROSI e MIORANZA, 2009, p. 75, quadro 3)

Na seção anterior, viu-se que prevaleceram entre os imigrantes os vênetos (54%) e lombardos (33%), seguidos dos trentinos (7%). Entretanto, como mostra o quadro 1



acima, cada grupo de origem pressupõe mais de uma variedade dialetal. Infelizmente, os dados não permitem uma estatística do número de falantes de cada variedade, apenas um percentual da área/província de origem, representada pela respectiva província, na Itália da época de emigração.

Não é demais, por outro lado, lembrar o objetivo da presente Tese: o que se pretende, na análise do cap. 4, é mapear a partir do *corpus* levantado por Frosi e Mioranza (1974; 1983), a ser apresentado no cap. seguinte que trata da metodologia da pesquisa, as áreas de ocorrência dessas variedades na RCI e, através da correlação com fatores extralinguísticos como período de ocupação, número de localidades com presença de cada variedade, identificação de territorialidades e focos de resistência de variedades específicas, bem como da reconstrução do caminho por onde se expande a coiné VeRS, chegar a um entendimento maior da participação de cada variedade nesse mosaico de dialetos que constituiu a RCI. Nessa reconstituição, quer-se, além disso, entender os processos de territorialização envolvendo a expansão da coiné (força centrífuga) e de eventuais insulamentos de variedades específicas, que se recolheram para territorialidades menores, “no meio de outras línguas”.

#### **2.4 Papel da Igreja e da escola no contexto da RCI**

Entre os condicionadores sociais que moldam e direcionam a “vida das línguas” nas comunidades, dois são fundamentais para a interpretação posterior dos dados: a igreja e a escola. As pequenas comunidades rurais foram se formando, de modo geral, em torno de uma capela. A igreja não era um elemento isolado, fazia parte de um núcleo constituído de capela, escola, cemitério e bodega. Os imigrantes necessitavam de um ponto de encontro. A denominação de capela compreendia esse complexo que, além da função religiosa, também respondia ao entretenimento social e humano.

A formação das pequenas sociedades deu-se nos moldes básicos da matriz de origem vêneta-lombarda. Conforme enfatiza Sabbatini (1975, p. XXI), o isolamento rural “favoreceu a perpetuação de modos de vida baseados materialmente na pequena produção agrícola independente e sobre a economia familiar de subsistência, culturalmente sobre a relação de coesão do mundo do colono com a Igreja”. De acordo com esse historiador, houve, na RCI, “a reprodução orgânica de um tipo de sociedade colonial vêneta [...] tradicionalista e católica”.

Elevado foi o número de capelas erigidas pelos imigrantes na área por eles colonizada. As capelas, além de responder ao “espírito religioso dos imigrantes”, atendiam aos anseios de comunicação social. Os colonos italianos acreditavam que a edificação da capela favorecia a formação de um núcleo urbano e econômico de importância. “A construção de capelas não atendia apenas às necessidades do culto; ligava-se também ao fato socioeconômico. Estavam cientes os colonos de que, com a construção da capela [...] a comunidade teria maior importância no âmbito de desenvolvimento da Região” (FROSI e MIORANZA, 1975, p. 74).

Thales de Azevedo (1975, p. 180-185), em suas observações sobre a construção de capelas e sobre as funções por elas desempenhadas, identifica-as com as dos alemães do sul do Brasil. Informa também sobre a quantidade destes templos erigidos pelos próprios colonos em cada linha ou travessão. Em sua definição, (idem, p. 181), as capelas são “o lugar da missa, da confissão e das consultas ao padre, dos batizados, dos casamentos, dos funerais, das procissões, dos entendimentos com as autoridades, do acerto dos negócios, das compras e trocas na feira, do encontro com amigos e compatriotas”. Além de analisar a função desempenhada pelas capelas, considera ainda o número elevado delas, presentes nos travessões.

Sem muita demora principiam a construir-se pequenas capelas nos *travessões*: dentro em pouco surgem 32 daquelas casas de culto num conjunto de 50 linhas. Cada uma daquelas igrejinhas de madeira, com seu *campanile* separado, como na Itália, é consagrada a um padroeiro da preferência dos colonos. A obediência a estilos arquitetônicos do Norte italiano é uma imposição dos colonos (AZEVEDO, 1975, p. 181).

Em cada Linha ou Travessão, pode-se dizer, formou-se um povoado. A comunidade assim formada tinha sua própria capela. Quando numa Linha ou Travessão havia uma única capela, a comunidade contava com um número de famílias correspondente ao número dos lotes desse Travessão. Não foram poucos, porém, os casos em que num único Travessão, se construíram duas ou mais capelas. Em sua pesquisa realizada de 1973 a 1979, Frosi e Mioranza (1975, p. 62) constataram que a “maior disseminação de capelas tinha ocorrido na Ex-Colônia Guaporé”: a Linha Marechal Floriano possuía sete capelas. A Linha Brasil contava com seis capelas e mais a igreja paroquial de Pulador. A presença de um número elevado de capelas encontra justificativa não só no sentimento religioso, católico. A construção de determinadas capelas é creditada também aos litígios de grupos de família. Havia, às vezes, rivalidade

entre imigrantes provenientes de uma província e os que eram oriundos de outra, ou entre o grupo de famílias localizado numa parte da Linha e o que estava situado na outra parte. O principal motivo era, certamente, o desejo de que a capela fosse rapidamente elevada à categoria de paróquia e, como decorrência disso, o pequeno núcleo colonial se desenvolvesse também velozmente, passando a centro urbano.

Merlotti (1979, p. 47) põe em estreita relação a formação dos primeiros núcleos coloniais com a edificação das capelas. Nas palavras da estudiosa:

foi de primordial importância a escolha do local da capela, sinal de prestígio social e início de nova comunidade, pois em torno da capela sempre eram erguidas algumas casas como também a escola, o cemitério, “a bodega” para o encontro após as fêreas atividades agrícolas.

No que concerne ao local onde devia ser construída a capela e, em relação à escolha do santo padroeiro, Manfroi (1975, p. 163) relata que, muitas vezes, houve desentendimentos, mas, ao mesmo tempo, acabavam sendo motivos de identificação e de união entre os habitantes. Também De Boni e Costa (2000, p. XII) asseguram que, às vezes, “surgiam divisões e querelas na hora de escolher o local da construção, o material a ser usado (se madeira, tijolo ou pedra), ou o santo padroeiro.” No caso de não conseguirem chegar a um acordo, o que acontecia era a construção “de mais uma capela no mesmo travessão.” O templo construído não ficava só, a ele eram agregados o cemitério, o campanário e o salão de festas. “Dentro da capela, por vezes, funcionava a rudimentar escola” (idem, p. XII), enquanto não houvesse uma construção própria para a atividade de ensino.

Como centro de caráter social, religioso e cultural, “a capela foi célula-máter de união que levou o imigrante a fixar-se na colônia”. Assim a interpretaram Frosi e Mioranza, (1975, p. 74). Uma vez construída com a colaboração de todos, as capelas agrupavam famílias, possibilitando o comércio e a pequena indústria. Não obstante a tríplice função da capela a) de centro sócio-religioso-cultural da comunidade; b) centro comercial da comunidade; c) centro de interesses étnico-políticos, a sua função religiosa garantiu a preservação da tradição italiana, transplantada na RCI e revivida em toda a plenitude, com seus santos de devoção e cultos a eles consagrados. A vivência religiosa não só congregou os imigrantes, atuou também como força e conforto para o imigrante, tornando-o um ser resignado face às adversidades da vida.

Nas décadas iniciais da colonização, havia carência de sacerdotes para atendimento aos imigrantes e seus descendentes. Acontecia, às vezes, de se ter construído a igreja e não haver padre para atender aos fiéis. Foi criado, então, “um papel novo para aqueles grupos que tanto desejavam dar sequência à sua vida religiosa.” Era o “padre leigo”, afirma Merlotti (1979, p. 47). Merlotti inclui, em seu livro, a fotografia de “Luigi Bonalume, da 1ª leva de imigrantes italianos, que foi Padre Leigo de 1875 a 1909” (idem, p. 44).

Sobre a questão da falta de padres, De Boni e Costa (2000, p. XII) asseguram que:

O culto comunitário, na falta de padre, tomava características leigas, pois o terço dominical era puxado por um leigo, também escolhido pelo grupo, a catequese era ministrada por alguém mais instruído, o cerimonial da semana santa e de funerais era presidido por quem já tivesse alguma experiência como cantor ou sacristão na Itália. Ao líder religioso, que também preparava as pessoas no momento da morte, levando-as à reconciliação com os familiares e vizinhos e à disposição testamentária dos bens, cabia dar o aconselhamento correspondente ao que faria o sacerdote através do sacramento da confissão.

Nas leituras de textos escritos por vários pesquisadores, evidencia-se o grande sonho, melhor dizendo, o projeto de vida do imigrante italiano, no qual estava registrado um espaço privilegiado para a prática religiosa e para a instrução. O árduo trabalho, a vida difícil e a luta pela sobrevivência não impediram a instrução e formação de seus descendentes.

## **2.5 As associações italianas de mútuo socorro e benevolência**

Já nas primeiras décadas da colonização italiana, foram sendo fundadas, no Rio Grande do Sul as associações de socorros mútuos e benevolência. Conforme os resultados da pesquisa realizada por Crocetta sobre o assunto (2000 [1926] p. 364-397), o marco histórico inicial é 1870, ano em que é fundada, em Bagé, RS, a *Società Italiana di M. S. Beneficenza*, a mais antiga de todas as associações italianas no Rio Grande do Sul. Em 1º de julho de 1877, surgia em Porto Alegre, a associação chamada *Vittorio Emanuele II*. Durante muitos anos, “a *Vittorio Emanuele* manteve também uma escola de língua italiana, subvencionada pelo governo de Roma” (CROCETTA, 2000 [1926], p. 364-365). O quadro 2 abaixo mostra as associações fundadas pelos imigrantes

italianos, com indicação do respectivo local e indicação do ano, quando desse foi encontrado registro.

Nome da Associação	Localização <sup>29</sup>	Ano
<b>Società Italiana di M. S. Beneficenza</b>	Bagé	1870
<b>Vittorio Emanuele II</b>	Porto Alegre	1877
<b>Società Benevolenza</b>	Santa Victoria do Palmar	1879
<b>Unione e Beneficenza</b>	Uruguayana	1879
<b>Regina Margherita</b>	Bento Gonçalves	1882
<b>Stella d'Italia</b>	Garibaldi (Colônia Conde D'Eu)	1883
<b>Unione Italiana</b>	Alegrete	1883
<b>Mutua Cooperazione</b>	Rio Grande	1884
<b>Principe di Napoli</b>	Caxias do Sul	1887
<b>Camillo Cavour</b>	Linea S. Eulalia (Bento Gonçalves)	1888
<b>Circolo Giovane Italia</b>	Porto Alegre	1890
<b>Principe di Piemonte</b>	Villa di Alfredo Chaves	1891
<b>Società Gioacchino Rossini</b>	Rio Grande	1891
<b>Fratellanza Italia</b>	Barão do Triumpho	1892
<b>Principessa Elena di Montenegro</b>	Porto Alegre	1893
<b>Sodalizio Giuseppe Mazzini</b>	Tristeza (Porto Alegre)	1895
<b>Fratellanza ed Unione Italica</b>	Cruz Alta	1895
<b>Giuseppe Garibaldi</b>	Nova Trento	1896
<b>Società Italiana di Mutuo Soccorso</b>	Santa Maria	1896
<b>Umberto I</b>	Porto Alegre	1898
<b>Unione Lucchese</b>	Porto /Alegre	1899
<b>Umberto I</b>	Porto Alegre	1900
<b>Jolanda Margherita di Savoia</b>	Passo Fundo	1901
<b>Circolo Filarmonico Italiano</b>	Porto Alegre	1901
<b>Giovanni Emanuel</b>	Porto Alegre	1902
<b>Club Italiano Danzante</b>	Campo do Bom Fim (Porto Alegre)	1902
<b>Club Italiano Canottieri Duca degli Abruzzi</b>	Porto Alegre	1908
<b>Umberto I</b>	Linea Janem (Bento Gonçalves)	1908
<b>Cristoforo Colombo</b>	Nova Trento	1910
<b>Vittorio Emanuele III</b>	Antônio Prado	1911
<b>Federazione delle Società Italiane dello Stato</b>	Porto Alegre	1911
<b>Dante Alighieri</b>	Porto Alegre	1914
<b>Moranesi Uniti</b>	Porto Alegre	1924
<b>Circolo Filodrammatico Italiano</b>	Porto Alegre	1924
<b>Unione e Filantropia</b>	Pelotas	s/d
<b>Il Fascio</b>	Pelotas	s/d
<b>Società Musicale Giuseppe Verdi</b>	Encantado	s/d
<b>Società Musicale Giuseppe Verdi</b>	Bento Gonçalves	s/d
<b>Cristoforo Colombo</b>	S. Marco di Caxias do Sul	s/d
<b>M. S. Itaquyense</b>	Itaquy	s/d
<b>Umberto I</b>	Silveira Martins	s/d
<b>Unione e Benevolenza</b>	Livramento	s/d
<b>Dante Alighieri</b>	Livramento	s/d
<b>Principessa Giovanna Margherita di Savoia</b>	Ijuhy	s/d
<b>Elena di Montenegro</b>	Jaguary	s/d
<b>XX Settembre</b>	Bagé	s/d
<b>Patria e Lavoro</b>	Bagé	s/d

<sup>29</sup> as localidades estão escritas em italiano como nos originais.

<b>Duca degli Abruzzi</b>	Arr. Grande di S. Maria	s/d
<b>XX Settembre</b>	Esperança	s/d
<b>Vittorio Emanuele III</b>	Nova Padova	s/d
<b>Vittorio Emanuele III</b>	Estação Sertão	s/d
<b>XX Settembre</b>	Guaporé	s/d
<b>San Giuseppe</b>	Guaporé	s/d
<b>Duca d'Aosta</b>	3ª Legua di Caxias	s/d
<b>Vittorio Emanuele III</b>	Montenegro	s/d
<b>Società Istruttiva e Ricreativa</b>	Erechim	s/d
<b>Conte Verde</b>	Bella Vista di Alfredo Chaves	s/d
<b>Umberto II</b>	X Legua di Caxias	s/d
<b>Cristoforo Colombo</b>	S. Maria	s/d
<b>Giuseppe Garibaldi</b>	Jaguarão	s/d
<b>Enrico Millo</b>	Linea Palmeira (Bento Gonçalves)	s/d
<b>Vittorio Emanuele III</b>	Arroio Grande	s/d
<b>XX Settembre</b>	Boa Vista di Erechim	s/d
<b>Principe di Piemonte</b>	Mariana Pimentel	s/d
<b>Principessa Mafalda</b>	Barro	s/d
<b>Società Italiana Croce Rossa</b>	Antônio Prado	s/d

**Quadro 2:** Associações Italianas de Mútuo Socorro e Benevolência do Rio Grande do Sul, de acordo com levantamento feito por Crocetta (2000 [1926])

Ao examinar as 66 associações italianas, Crocetta (2000 [1926], p. 364-397) destaca, para todas elas, além das várias funções desempenhadas, as de ajuda mútua, assistência recíproca, ensino da língua italiana e transmissão da cultura originária. A preocupação das famílias italianas em se prestarem reciprocamente apoio material e moral perpassa o texto de Crocetta, do início ao fim, com manifestação nítida do espírito de solidariedade reinante no âmbito desse grupo étnico. Para exemplificar, citamos uma passagem de seu texto (CROCETTA, 2000 [1926], p. 395):

Característica em seus objetivos há, enfim, a *Società Italiana Croce Rossa* de Antônio Prado que conta um quarto de século de vida próspera e que, talvez, única no Brasil, além de subsidiar o sócio doente, tem o escopo nobilíssimo de providenciar o trabalho de seus campos, e em caso de morte desse mesmo sócio, de cultivar em seu lugar o trigo e o milho para os filhos menores, até atingirem a maioridade.

Entre as 66 associações listadas no quadro 2 acima, apenas 20 se localizam em pontos da RCI. Mas, se algumas das associações, constantes e verificáveis no quadro acima, tinham sede em centros urbanos, como Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Santa Maria, não eram poucas as que se localizavam em pontos que, na época de sua criação e vigência, eram pequenos povoados. Na RCI, o centro urbano mais desenvolvido era Caxias do Sul, os demais núcleos populacionais não passavam de vilas. Apesar disso, não faltaram associações em muitos desses lugares, como o demonstra o quadro 3 a seguir. Lamentavelmente, nem sempre foi indicada, na fonte

original, o ano em que foi criada a associação. Via de regra, dentre as atividades dessas associações, constava, como já se aludiu, o ensino da língua e da cultura italiana.

Nome da Associação	Localização	Ano
<b>Camillo Cavour</b>	Linea S. Eulalia (Bento Gonçalves)	1888
<b>Conte Verde</b>	Bella Vista di Alfredo Chaves	s/d
<b>Cristoforo Colombo</b>	Nova Trento	1910
<b>Cristoforo Colombo</b>	S. Marco di Caxias do Sul	s/d
<b>Duca d'Aosta</b>	3ª Legua di Caxias do Sul	s/d
<b>Enrico Millo</b>	Linea Palmeira di Bento Gonçalves	s/d
<b>Giuseppe Garibaldi</b>	Nova Trento	1896
<b>Principe di Napoli</b>	Caxias do Sul	1887
<b>Principe di Piemonte</b>	Villa di Alfredo Chaves	1891
<b>Regina Margherita</b>	Bento Gonçalves	1882
<b>San Giuseppe</b>	Guaporé	s/d
<b>Società Italiana Croce Rossa</b>	Antonio Prado	s/d
<b>Società Musicale Giuseppe Verdi</b>	Encantado	s/d
<b>Società Musicale Giuseppe Verdi</b>	Bento Gonçalves	s/d
<b>Stella d'Italia</b>	Garibaldi (Colônia Conde D'Eu)	1883
<b>Umberto I</b>	Linea Janssem (Bento Gonçalves)	1908
<b>Umberto II</b>	X Legua di Caxias do Sul	s/d
<b>Vittorio Emanuele III</b>	Antonio Prado	1911
<b>Vittorio Emanuele III</b>	Nova Padova	s/d
<b>XX Settembre</b>	Guaporé	s/d

**Quadro 3:** Associações italianas de mútuo socorro e benevolência da RCI, de acordo com levantamento feito por Crocetta (2000 [1926])

São, no total, vinte associações italianas, fundadas e em funcionamento na RCI, desde os primórdios da colonização. Isso pode ser visto como indicativo do forte interesse que os imigrantes tinham de preservar sua italianidade, sua língua e sua cultura. Vale lembrar que as famílias se constituíam de uma prole numerosa; com isso, impunha-se a necessidade de criar escolas privadas para atendimento “aos núcleos coloniais de menor importância onde não existiam nem as escolas estaduais nem aquelas municipais” (CROCETTA, 2000 [1926], p. 398). Em geral, porém, também no meio rural, desde cedo, foram surgindo escolas de ensino, possibilitando aos descendentes dos imigrantes italianos um acesso maior a elas.

Ribeiro (2004) apresenta resultados de uma pesquisa desenvolvida na RCI com o objetivo de elucidar questões de ensino nessa região referentes às primeiras décadas da colonização. Em sua análise sobre as escolas italianas, identifica três categorias:

- a) escola particular italiana;

- b) escolas italianas apoiadas pelo governo italiano; e
- c) escolas paroquiais italianas” (RIBEIRO, 2004, p. 148).

As escolas foram assim denominadas porque “o ensino era ministrado em língua italiana ou em fala dialetal” (RIBEIRO, 2004, p. 149).

As escolas particulares italianas eram abertas pelos próprios colonos, suprimindo a inexistência de escolas estaduais e municipais. Muitas dessas escolas funcionavam na própria residência do colono que ensinava os filhos com base em algum conhecimento adquirido na Itália e trazido em sua bagagem cultural. Com o passar do tempo, a construção da escola passava a fazer parte do núcleo capela, cemitério, escola e ‘bodega’. Comprovam a existência destas escolas, sustentadas pelos próprios colonos italianos, não só os depoimentos registrados e analisados pela pesquisadora Ribeiro (2004) como também vários relatórios oficiais elaborados e enviados por cônsules do RS ao *Ministero per gli Affari Esteri* da Itália, após percorrerem as áreas habitadas pelos imigrantes italianos. Reportando-se a essas escolas, De Velutiis (1908, p. 345), num de seus relatórios, informava que: “Nas colônias entre as linhas que não contam com escolas brasileiras, os nossos compatriotas procuram sustentar, às próprias custas, uma pequena escola para seus filhos, confiando-a a algum colono mais instruído do lugar”.

De Boni (1983, p. 57, *apud* RIBEIRO, 2004, p. 148) apresenta o relato de Umberto Ancarani, datado de 1905:

Por mais de uma vez fui convidado pelos colonos para visitar as escolas particulares desse município (Caxias do Sul), onde o ensino é feito em língua italiana por colonos de ambos os sexos. São escolas particulares, e foram abertas porque naqueles lugares não há escolas brasileiras [...]. Os alunos e alunas destas escolas atingem o número de 170 e, na falta de salas especiais no local, a instrução é feita na capela.

Em seu Relatório de 1883 sobre a Colônia Conde D’Eu, o cônsul de Porto Alegre informa ao *Ministero per gli Affari Esteri* da Itália a existência de uma escola de nível primário em funcionamento na sede do povoado dessa Colônia, cuja professora era italiana, mas recebia seu pequeno salário do governo brasileiro. Não era suficiente. Nas palavras do cônsul: “Não há nada a se esperar sobre as escolas brasileiras. As queixas e as aflições dos pais de família estrangeiros são gerais na cidade e no interior” (PERROD, 1883, p. 311).



Nessa escola brasileira, iam estudar as crianças cujos pais não possuíam ainda condições econômicas para dar a seus filhos instrução escolar que, numa escola particular, deveria ser paga por eles. Os que já tinham alcançado melhores condições de vida “preferiam confiar a instrução fundamental de seus filhos a um professor da confiança deles, um tal Barni Emilio di Milano” (PERROD, 1883, p. 310). Esse professor possuía formação adequada, correspondente a de um professor de ensino elementar na Itália. A escola era frequentada naquele ano por 44 alunos. Apesar disso, as crianças que moravam muito longe do centro habitado, ficavam sem estudar. O professor tinha de exercer outra atividade, além do ensino, pois a remuneração que recebia era insuficiente para o sustento da sua família.

A segunda categoria de escolas italianas compreende aquelas instituições de ensino subsidiadas pelas associações italianas, relacionadas nos quadros 2 e 3. Azevedo (1975, p. 225-232) apresenta preciosas informações alusivas à escola italiana e à preservação da italianidade. Em seu texto, ele destaca, nesta passagem, a importância atribuída à questão da escola pelos colonos da RCI:

A escola italiana tem relevante papel na socialização e na enculturação dos jovens, quer dizer, na aprendizagem e assimilação dos valores e das instituições que se pretende prolonguem na “colônia” a vida na Itália. A princípio isolada e da iniciativa de grupos de colonos motivados pela intuição de que “aprender” é vantajoso para a competição econômica e o desempenho social, logo a seguir é estabelecida pelas organizações religiosas e pelas associações beneficentes e profissionais, não raro sob o estímulo e mesmo com a ajuda do governo italiano. O ensino é mal curado pelo governo provincial, que tarda a abrir escolas, deixando que se estabeleçam escolas particulares sob a regência de colonos ou de imigrantes com alguma experiência didática da Itália. É deficiente a instrução ministrada nas escolas brasileiras por motivo de falta de preparo dos professores e das grandes distâncias entre as poucas escolas instaladas (AZEVEDO, 1975, p. 225-226).

Em função das dificuldades em contar com escolas brasileiras, prossegue Azevedo (1975, p. 226) “o ensino continua sendo feito predominantemente por imigrantes e em italiano”. Essa situação, consoante Azevedo, “prolonga-se por décadas” e leva o governo de Roma a patrocinar a fundação de “escolas italianas, chegando a haver, [...] em 1911, nada menos de 36 escolas subvencionadas pelo governo italiano”, em áreas compreendidas por várias localidades da RCI.

De acordo com Ribeiro (2004, p. 154-155), o governo italiano apoiou a escola, concedendo apoio financeiro aos professores, facultando um ensino eficaz e contribuindo com a doação de livros e materiais didáticos. Acrescente-se a esse apoio

material o “incentivo moral para a abertura e manutenção de escolas italianas mediante visitas de representantes do governo italiano”. Inúmeros são os depoimentos registrados na pesquisa e apresentados no decorrer do texto (RIBEIRO, 2004, p. 156-160).

A terceira categoria de escolas é a paroquial (RIBEIRO, 2004, p. 160). Trata-se da escola fundada pelos paroquianos, liderados pelo pároco. Unia, em seus objetivos, a instrução católica e a escolar. Coelho (1950, p. 378) afirma que havia “em toda a zona poucas escolas particulares, mantidas pelas paróquias, já nacionalizadas, um ano antes de se iniciar a ação governamental, de ordem do Bispo de Caxias”. Azevedo (1975, p. 227) alerta, entretanto, que a situação “seria outra na opinião de vários antigos residentes da região”. Acrescenta que, em 1930, por exemplo, no estatuto da escola paroquial anexa ao Santuário de Caravaggio, lia-se “em caracteres grandes: *L'insegnamento è dato in lingua italiana perchè italiani siamo noi; e s'insegna la lettura dela lingua portoghese, perchè il Brasile è nostra seconda Patria*”.<sup>30</sup> Ribeiro (2004, p. 161-162) confirma o que se acaba de expor, transcrevendo a ata de criação da escola anexa ao Santuário de Caravaggio, um verdadeiro e importante documento sobre o assunto.

A questão alusiva à língua usada no ensino é bastante problemática. Fica difícil entender, em muitos casos, quando o emprego do termo *italiano* se refere à língua-padrão e quando designa um dialeto. É provável que, em se tratando das escolas particulares criadas e sustentadas pelos próprios colonos, o ensino tenha sido feito em dialeto italiano. O que é dado afirmar, consoante Ribeiro (2004, p. 163), é que o processo de escolarização na zona rural da RCI deve ser creditado às escolas italianas. Por outro lado, as escolas existentes no seio das associações de mútuo socorro beneficiavam-se, via de regra, com a presença de um professor italiano.

Mais difícil torna-se ainda admitir que os colonos rejeitassem a oferta de ensino, com frequência dos filhos à escola por causa do trabalho. Se “mandar os filhos à escola representava um peso para a economia da família” (COSTA et al., 1974, p. 92), como entender o esforço da maioria dos colonos em criar e sustentar as escolas italianas particulares? As leituras efetuadas não serão certamente suficientes para um adequado entendimento, contudo não se pode aceitar uma afirmação categórica como: “A iniciativa e o interesse dos colonos para a instrução não existia” (COSTA et al., 1974, p. 92).

---

<sup>30</sup>. O ensino é dado em língua italiana porque nós somos italianos; e se ensina a leitura da língua portuguesa, porque o Brasil é nossa segunda Pátria. (trad. nossa)

De Boni e Costa (2000, p. XV) ponderam que, não poucas vezes, encontram-se “afirmações que apontam o italiano como contrário à escola, considerada menos importante que o trabalho”. São generalizações que não se aplicam, de fato. O que o colono italiano “não admitia era uma escola que impedisse o trabalho, ou afastasse dele, sobretudo no tempo da plantação e da colheita”. O italiano queria para seus filhos uma escola que se voltasse para a vida, que fosse centralizada em ensinar “a ler, escrever e contar, três elementos necessários à comunicação e à gerência dos próprios negócios” (DE BONI e COSTA, 2000, p. XV).

Um quarto tipo surge na existência de escolas com funcionamento noturno, que nos leva à compreensão de que havia grande interesse dos pais na instrução de seus filhos. As escolas noturnas eram mistas. Elas recebiam alunos de idade e sexo diferentes, que, após uma dura jornada de trabalho na lavoura, reuniam-se para estudar: aprender a ler, a fazer contas, a alfabetizar-se e, deste modo, conquistar um nível, pelo menos, básico de instrução.

“A maior e mais bela herança que um pai pode dar a seus filhos é a escola”. Essa frase, dita e repetida através do tempo, vinda de um tempo distante, foi adquirindo força e verdade cada vez maior na pátria de adoção. Ela não carece de explicações, seu sentido é transparente, imediato. Consubstancia o anseio e a importância atribuídos à educação pelos colonos italianos, “pelos nossos avós, pelos nossos pais, por nós mesmos” (FROSI, 2005, p. 81).

## **2.6 Áreas de difusão do italiano**

Já foi dito que da RCI os descendentes dos primeiros imigrantes se difundiram para novas áreas em busca de terras que, nas antigas colônias, não eram mais suficientes, em virtude da prole numerosa. Nesta seção, para fechar o cap. 2, convém apresentar o contexto geográfico mais amplo no qual se insere a nossa área de estudo.

Um mapeamento preciso das áreas de presença de imigrantes italianos e consequente presença de línguas de imigração italiana, no sul do Brasil, assim como de resto para praticamente todas as línguas minoritárias, não tem sido tarefa fácil, dada a inexistência de um censo linguístico adequado e com abrangência para cobrir amplas áreas de migração. Não obstante essas dificuldades, é possível identificar subáreas de

ocupação, divididas de acordo com o período em que foram colonizadas. O mapa 2 em anexo delimita as colônias – Antiga Colônia I, Antiga Colônia II, Nova Colônia e Novíssima Colônia – oficiais fundadas na RCI e sua difusão a partir da RCI.

Em um 1º plano, estão as colônias que receberam imigrantes diretamente da Itália:

- a) **Antiga Colônia I (1875-1885)**, que engloba as Colônias Caxias, Conde D'Eu e Dona Isabel abrangendo os atuais municípios de Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Carlos Barbosa, Garibaldi e Bento Gonçalves e “São Marcos, núcleo fundado em 1883 e habitado por poloneses, no início, e, posteriormente, por italianos” (FROSI e MIORANZA, 1983, p. 58);
- b) **Antiga Colônia II (1884-1896)**, formada pelas Colônias Alfredo Chaves e Antônio Prado, atuais municípios de Veranópolis, Nova Prata, Nova Bassano e Antônio Prado;

Em um 2º plano, têm-se as colônias resultantes de imigração interna, com descendentes das colônias mais antigas:

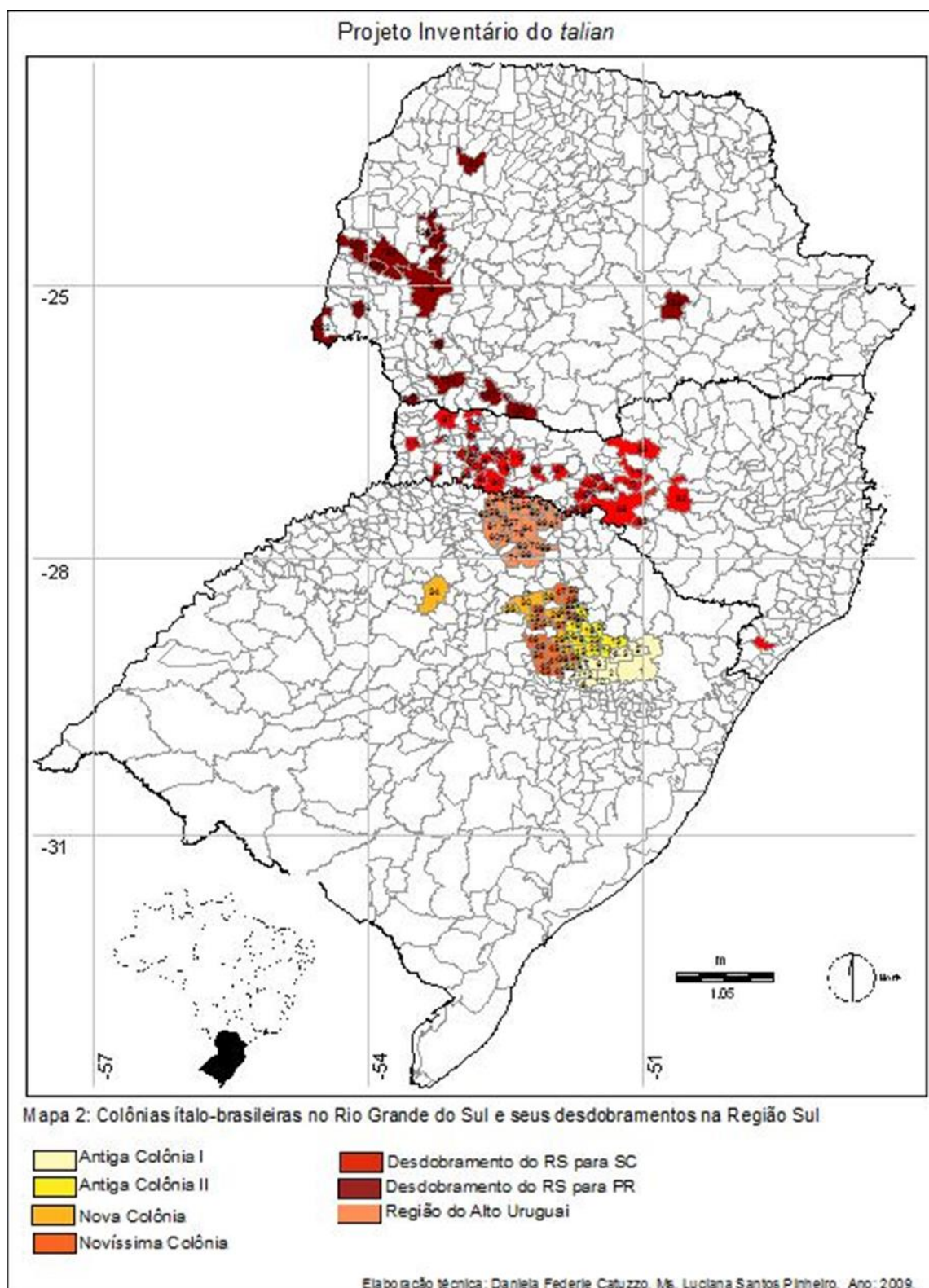
- a) **Nova Colônia de Encantado (1882 em diante)**
- b) **Nova Colônia de Guaporé (1892-1900)**, representada pela Colônia Guaporé, que compreende a área correspondente aos atuais municípios de Casca, Guaporé, Muçum, Serafina Corrêa e parte de Marau.
- c) **Novíssima Colônia (1900 em diante).**

Em um 3º plano, colocam-se **colônias novas** (colônias filiais ou *Tochterkolonien*) surgidas como desdobramentos das primeiras colônias da RCI para áreas de Santa Catarina e do Paraná e, posteriormente, para outras regiões no centro-oeste e norte do País, transpondo inclusive as fronteiras para a Argentina e o Paraguai, conforme se constatou em viagens de campo para o ALMA-H.<sup>31</sup> O mapa da fig. 9, produzido para o *Relatório final do Inventário das Línguas de Imigração: talian*

---

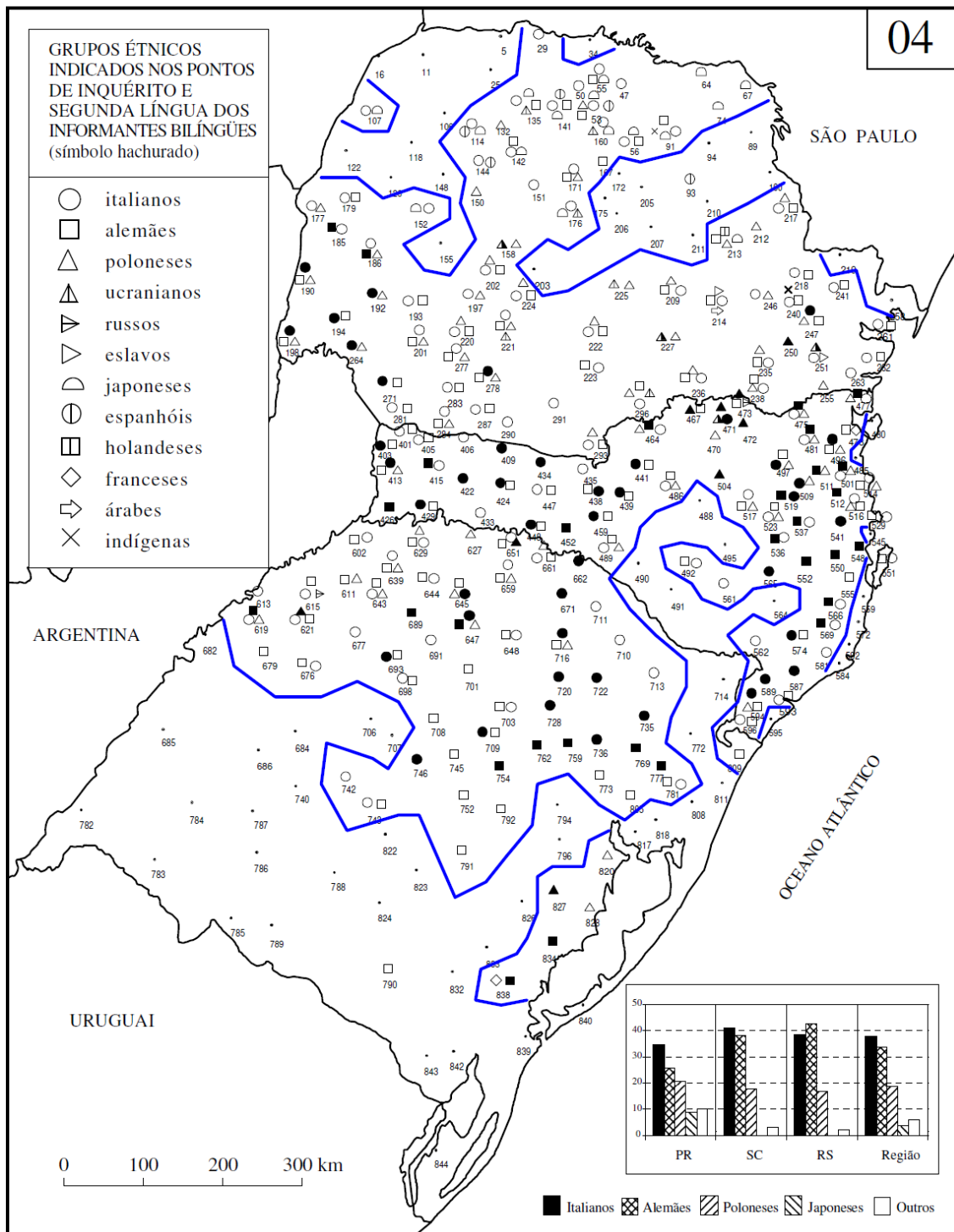
<sup>31</sup> Projeto Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata: Hunsrückisch, em andamento, coordenado pelo Orientador desta Tese, Cléo V. Altenhofen (UFRGS), em parceria com Harald Thun (Univ. Kiel, Alemanha).

(IPHAN, 2010), representa o esforço para mapear a difusão do italiano na região sul do Brasil. Compare-se com o mapa da fig. 10, elaborado a partir de levantamentos do ALERS.



**Figura 9:** Colônias ítalo-brasileiras no RS e seus desdobramentos na Região Sul, conforme mapa elaborado para o *Relatório final do Inventário das Línguas de Imigração: talian* (IPHAN, 2010)

## ATLAS LINGÜÍSTICO-ETNOGRÁFICO DA REGIÃO SUL DO BRASIL (ALERS)



**Figura 10:** Áreas bilíngües, de acordo com dados do ALERS, conforme Altenhofen (2005)

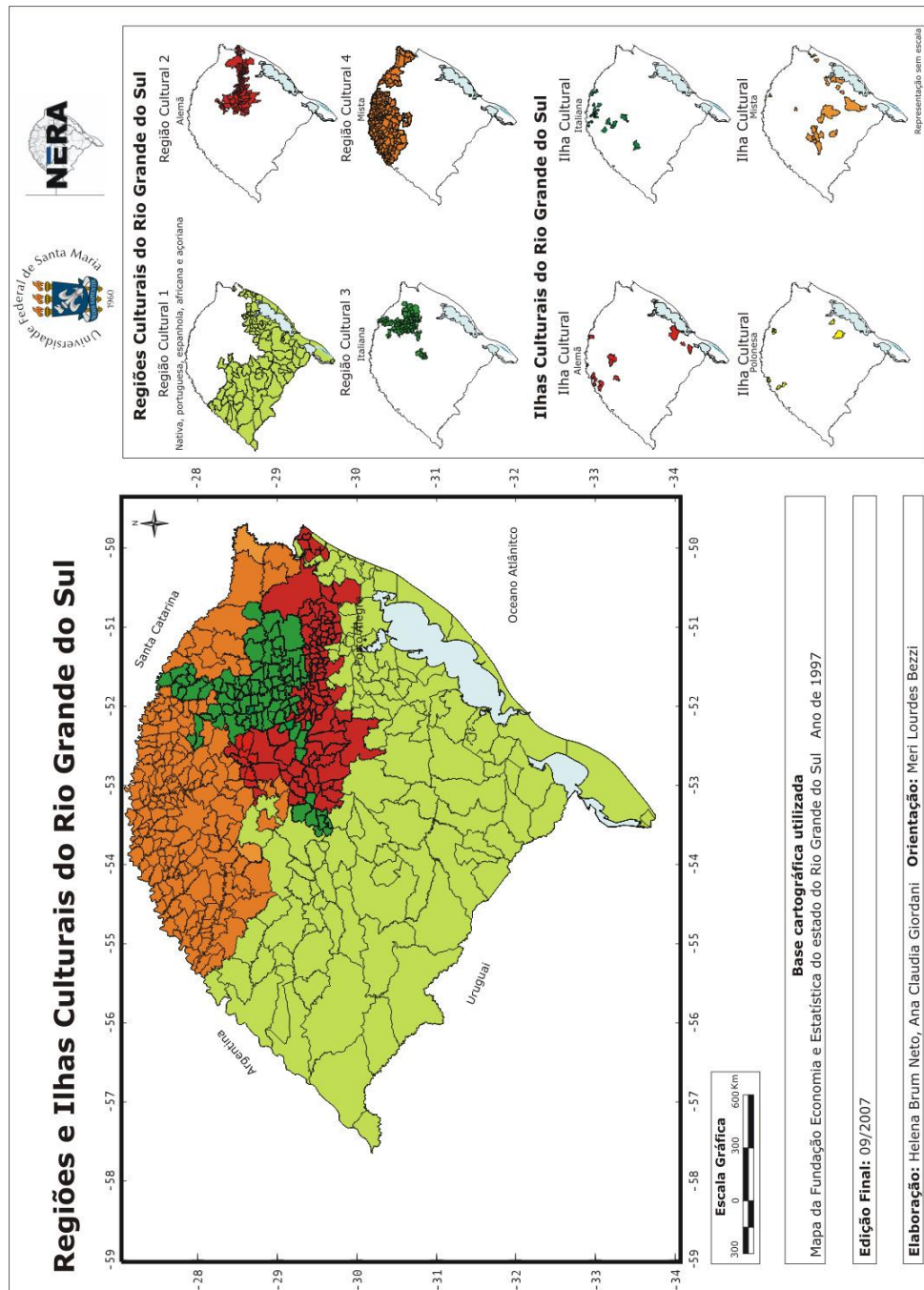
Ao comparar ambos os mapas acima, ficam evidentes as dificuldades para mapear a diversidade presente no sul do Brasil. O mapa da fig. 10 sinaliza que os italianos se espalham para além das áreas delimitadas no mapa da fig. 9. Em todo caso,

o mapa geral elaborado pelo ALERS deixa clara a grande área de influência dos imigrantes, delimitada pela linha azul. Nele, se observa também a diferença entre as antigas colônias etnicamente homogêneas (um grupo predominante, ou alemão, ou italiano), ainda fundadas na época do Império, e a mudança da política linguística do período da República que, nas colônias novas, promove a mistura de grupos étnicos, com a intenção de forçar a assimilação, com a suposição de que esses grupos teriam que usar o português como língua comum. Daí denominar-se essas colônias de *colônias mistas*.

Mistas eram, no entanto, do ponto de vista dialetológico, também as colônias matriciais da RCI. O pluralismo linguístico é, na verdade, o grande marco da comunidade formada no início da imigração para a RCI que vai desde a primeira fase em 1875 até 1910. Vale lembrar que, neste período, a RCI recebeu imigrantes vindos direto da Itália, portanto indivíduos monolíngues ou bidialetais em italiano que não tinham tido provavelmente nenhum contato com o português, anteriormente. Geograficamente, foram ocupando as terras, em sentido leste-oeste, como pode ser visto no mapa 2 em anexo. Como já frisado, ao contrário da imigração alemã, os italianos chegaram ao Brasil, em um período de mudanças políticas (de passagem do Império para a República, abolição da escravidão) com um forte apelo para o desenvolvimento industrial (a nível mundial). Enfim, era um outro tempo, outras técnicas, outras experiências. Os caminhos de ambos os grupos confluem, no entanto, em um ponto que coincide com o que alguns chamam de “conquista do oeste”, porque levou, a partir de 1890, milhares de migrantes gaúchos, excedentes dessas áreas de imigração alemã, italiana e polonesa, para novas áreas do noroeste do RS, oeste de SC e sudoeste do PR, mais tarde também centro-oeste do País.

Uma terceira forma de visualização cartográfica do espaço rio-grandense é encontrada na fig.11 a seguir. Neste mapeamento, a ênfase recai sobre a identificação de regiões culturais, identificando a procedência de cada grupo cultural (imigrante). Têm-se a Região Cultural 1 (nativa, portuguesa, espanhola, africana e açoriana), a Região Cultural 2 (alemã), a Região Cultural 3 (italiana) e a Região Cultural 4 (mista), sendo possível, analisar as fronteiras da RCI com outros grupos culturais, que será analisado mais adiante.





**Figura 11:** As regiões Culturais do Rio Grande do Sul. Fonte: FEE, 1997. Org.: BRUM NETO, H.; GIORDANI, A. C., 2007.



### Capítulo 3

## QUESTÕES METODOLÓGICAS

Ao considerar os objetivos centrais deste estudo de 1) mapear a diversidade dialetal dos imigrantes italianos que colonizaram a RCI, reconstruindo desta forma o estado de multilinguismo que provavelmente configurou a situação original da fase de bilinguismo italiano-português, e 2) descrever, a partir da interpretação dos mapas elaborados, os processos a) de territorialização (arealização [força centrífuga, de expansão] e insulamento [força centrípeta, de recolhimento]), b) coineização e c) manutenção ou substituição de variedades dialetais no espaço multilíngue analisado, tem-se como exigência metodológica essencial, por assim dizer, a elaboração e interpretação de mapas, sobretudo mapas que tenham por tema aspectos da(s) língua(s) ou de seus usuários. Isso significa, em outras palavras, que a cartografia linguística é o procedimento de análise central. Essa análise, por sua vez, ocorre numa perspectiva macrolinguística, em que se busca identificar as relações entre língua e espaço pluridimensional. O objeto de estudo, por sua vez, não são “partes de uma língua”, mas, acima de tudo, as línguas como entidades, ou melhor, variedades faladas em comunidade no território da RCI. Com isso, as áreas nas quais este estudo se desenvolve são, antes de tudo, a geolinguística e a sociologia da linguagem.

Contudo, antes de partir para a execução da tarefa de “elaboração e interpretação de mapas sobre línguas”, é necessário atender a duas tarefas preliminares: 1º) definir e explicitar o *corpus* de dados que servem de base para a cartografia. Sem dados não é possível mapear nada. 2º) Entender as possibilidades e normas que orientam a

elaboração de mapas, tendo por objeto a ser cartografado a diversidade linguística. 3º) Definir os critérios de seleção dos temas de cartografia e as correlações possíveis para responder às perguntas de pesquisa. Começar-se-á pela primeira questão.

### 3.1 Base de dados para a cartografia

Conforme já aludido, este estudo parte essencialmente de um *corpus* organizado e disponibilizado por Frosi & Mioranza (1975; 1983), e complementado por dados de acervos diversos, que incluem os dados de questionários enviados por correspondência por Bunse (1969; 1975 e 1978); os dados do projeto Bilinguismo no Rio Grande do Sul (BIRS), igualmente obtidos em inquérito por correspondência a juntas de serviço militar do Rio Grande do Sul, entre 1985 e 1989 (v. ALTENHOFEN, 1990; RASO, MELLO e ALTENHOFEN, 2011, p. 41); o estudo dos provérbios dialetais italianos (FROSI, 1989); os mapeamentos de dados do Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS, 2011a; 2011b); por fim, os estudos de Carboni (2002), Corrà (2001) e de Franceschi (1977).

Que *corpus* é esse de Frosi e Mioranza (1975; 1983) e como foi levantado? Qual a sua relevância para os objetivos desta Tese? A seguir, apresentam-se os quadros 4, 5 e 6 das localidades, por unidade administrativa de município, distrito e capela, indicadas no *corpus*.

Municípios		Distritos	Dialetos
<b>Anta Gorda</b>	01	Sede	Pt. Cv. alemão, polonês.
<b>Antônio Prado</b>	02	Sede	Pt. Cv. lombardo, cimbro, polonês.
	03	Nova Roma	Pt. Cv. bergamasco, polonês.
<b>Arvorezinha</b>	04	Sede	Pt. Cv. alemão.
	05	Maurício Cardoso	Pt. Cv.
	06	Nova Alvorada	Pt. Cv.
	07	Sede	Pt. Cv. trentino, trevisano, lombardo, friulano.
<b>Bento Gonçalves</b>	08	Faria Lemos	Pt. Cv. trevisano, trentino.
	09	Monte Belo	Pt. Cv. trentino, friulano.
	10	Pinto Bandeira	Pt. Cv. trevisano, lombardo, friulano.
	11	Santa Teresa	Pt. Cv. vicentino, veronês, trentino, polonês.
	12	Tuiuti	Pt. Cv. lombardo, trentino.
<b>Carlos Barbosa</b>	13	Sede	Pt. Cv. trevisano, lombardo, trentino.
	14	Arcoverde	Pt. Cv. bergamasco, trentino, polonês.
	15	Arroio Canoas	Pt. Cv. feltrino-belunês, veronês, alemão.
	16	Sede	Pt. Cv. vicentino, friulano, polonês.
	17	Evangelista	Pt. Cv. trentino, lombardo.

<b>Casca</b>	<b>18</b>	Santo Antônio	Pt. Cv. polonês.
	<b>19</b>	São Domingos do Sul	Pt. Cv. polonês, alemão.
	<b>20</b>	Vila Vanini	Pt. Cv. polonês.
	<b>21</b>	Sede	Pt. Cv. feltrino-belunês, vicentino, lombardo, trentino.
	<b>22</b>	Ana Rech	Pt. Cv. feltrino-belunês, trentino.
	<b>23</b>	Criúva	Pt. Cv.
	<b>24</b>	Fazenda Souza	Pt. Cv.
	<b>25</b>	Forqueta	Pt. Cv. vicentino, mantuano, trentino.
<b>Caxias do Sul</b>	<b>26</b>	Galópolis	Pt. Cv. trentino, polonês, alemão.
	<b>27</b>	Santa Lúcia do Piaí	Pt. Cv. lombardo, alemão, polonês.
	<b>28</b>	Vila Oliva	Pt. Cv.
	<b>29</b>	Vila Seca	Pt. Cv.
<b>Ciríaco</b>	<b>30</b>	Sede	Pt. Cv.
	<b>31</b>	Muliterno	Pt. Cv.
	<b>32</b>	São João Bosco	Pt. Cv.
<b>David Canabarro</b>	<b>33</b>	Sede	Pt. Cv.
<b>Encantado</b>	<b>34</b>	Sede	Pt. Cv. trentino, lombardo, friulano, alemão.
	<b>35</b>	Dr. Ricardo	Pt. Cv.
	<b>36</b>	Relvado	Pt. Cv.
<b>Farroupilha</b>	<b>37</b>	Sede	Pt. Cv. vicentino, feltrino-belunês, milanês.
	<b>38</b>	Nova Milano	Pt. Cv. milanês, vicentino, feltrino-belunês, trentino.
	<b>39</b>	Nova Sardenha	Pt. Cv. paduano, lombardo, trentino.
	<b>40</b>	Vila Jansen	Pt. Cv. cremonês, bergamasco.
<b>Flores da Cunha</b>	<b>41</b>	Sede	Pt. Cv. trentino, feltrino-belunês, mantuano, friulano.
	<b>42</b>	Nova Pádua	Pt. Cv. paduano.
	<b>43</b>	Otávio Rocha	Pt. Cv. vicentino.
	<b>44</b>	Sede	Pt. Cv. vicentino, trentino, polonês, francês.
<b>Garibaldi</b>	<b>45</b>	Coronel Pilar	Pt. Cv. trentino, bergamasco.
	<b>46</b>	Daltro Filho	Pt. Cv. trentino, alemão.
	<b>47</b>	Garibaldina	Pt. Cv. vicentino, trentino.
	<b>48</b>	Marcorama	Pt. Cv. trentino, cremonês.
	<b>49</b>	27 da Boa Vista	Pt. Cv. bergamasco, trentino.
<b>Guaporé</b>	<b>50</b>	Sede	Pt. Cv. friulano, lombardo, polonês, alemão.
	<b>51</b>	Dois Lajeados	Pt. Cv. vicentino, lombardo, polonês, alemão.
	<b>52</b>	Pulador	Pt. Cv. vicentino, trentino, polonês.
	<b>53</b>	Santa Bárbara	Pt. Cv. feltrino-belunês, vicentino, alemão, polonês.
	<b>54</b>	São Valentim	Pt. Cv. bergamasco, cremonês, polonês, alemão.
<b>Ilópolis</b>	<b>55</b>	Vila Oeste	Pt. Cv. rovigino.
	<b>56</b>	Sede	Pt. Cv.
	<b>57</b>	Sede	Pt. Cv. trevisano, alemão.
<b>Marau</b>	<b>58</b>	Camargo	Pt. Cv.
	<b>59</b>	Nicolau Vergueiro	Pt. Cv. alemão.
	<b>60</b>	Vila Frei Gentil	Pt. Cv. alemão.
	<b>61</b>	Vila Maria	Pt. Cv. trevisano, lombardo, friulano.
<b>Muçum</b>	<b>62</b>	Sede	Pt. Cv. bergamasco, friulano.
	<b>63</b>	Vespasiano Corrêa	Pt. Cv. vicentino, bergamasco, friulano, francês..
<b>Nova Araçá</b>	<b>64</b>	Sede	Pt. Cv. lombardo.
<b>Nova Bassano</b>	<b>65</b>	Sede	Pt. Cv. vicentino, trevisano, bergamasco, cremonês, polonês.
<b>Nova Brésia</b>	<b>66</b>	Sede	Pt. Cv. bresciano.
	<b>67</b>	Coqueiro Baixo	Pt. Cv.

	68	Sede	Pt. Cv. feltrino-belunês.
	69	Guabiju	Pt. Cv.
<b>Nova Prata</b>	70	Protásio Alves	Pt. Cv. vicentino.
	71	Rio Branco	Pt. Cv. lombardo, trentino.
	72	São Jorge	Pt. Cv.
	73	Vista Alegre	Pt. Cv. trevisano, polonês.
<b>Paraí</b>	74	Sede	Pt. Cv.
<b>Putinga</b>	75	Sede	Pt. Cv.
<b>São Marcos</b>	76	Sede	Pt. Cv. mantuano, polonês.
<b>Serafina Corrêa</b>	77	Sede	Pt. Cv. trevisano, lombardo, trentino.
	78	Montauri	Pt. Cv. vicentino, lombardo, friulano.
	79	Sede	Pt. Cv. cremonês, trentino, friulano, polonês.
<b>Veranópolis</b>	80	Cotiporã	Pt. Cv. trevisano, lombardo.
	81	Fagundes Varela	Pt. Cv. bergamasco, polonês.
	82	Vila Flores	Pt. Cv. vicentino, cremonês.

**Quadro 4:** Municípios e respectivos distritos com especificação das variedades dialetais faladas na RCI, à época da coleta de dados (1973-1979) conforme levantamentos feitos por Frosi e Mioranza (1975; 1983; 2009)

O levantamento de dados que resultou no quadro 4 acima deu-se no período entre 1973 e 1979. Esses dados foram, inicialmente, registrados em fichas, por distrito onde se efetuaram levantamentos de dados geo-histórico-econômicos e, também, entrevistas linguístico-dialetológicas para a pesquisa dos *Dialetos Italianos*. Além disso, incluíram-se dados registrados nas notas sobre os informantes, em que estes fazem comentários sobre a variedade utilizada por eles na comunicação diária.

Tendo como marco inicial as colônias fundadas pelo Governo – Caxias, Dona Isabel e Conde D’Eu e, em décadas subsequentes, Alfredo Chaves, Antônio Prado e Guaporé –, foram relacionados 26 municípios existentes nessa área, em 1975, ano do Centenário da Imigração Italiana. A pesquisa avançou no sentido das colônias que se sucederam nas décadas posteriores. Muitos dos distritos se emanciparam, aumentando o número de municípios de 26 para 55, nos dias atuais (cf. IBGE, 2010).

Algumas observações são necessárias para analisar adequadamente o quadro 4 acima:

- 1) A relação dos 26 municípios com especificação dos respectivos 82 distritos refere-se à divisão político-administrativa em vigor no período em que foi realizada a pesquisa (1973-1979).
- 2) Não consta, na tabela acima, a indicação da presença de franceses, suíços, toscanos, etc., por serem em número realmente reduzido.
- 3) Onde se lê alemão, a variedade não foi identificada.

- 4) Os dados aqui levantados referem-se à soma de todas as fichas dos 82 distritos onde se realizaram entrevistas para o estudo linguístico-dialetológico de Frosi e Mioranza (1983, p. 14-35 e p. 126-127).

Para todos estes dados levantados, foram ora criados novos quadros, ora revisados e adaptados em novos quadros informativos da situação linguística do recorte temporal dado (1973-1979). A relevância desse *corpus*, para um entendimento da composição linguística que caracterizou a RCI, é inquestionável, não apenas pela abrangência e detalhamento da amostra, como também pelo rigor da coleta. A cartografia vem apenas completar e valorizar ainda mais essa base de dados, visualizando relações no espaço que, até agora, não foram possíveis por meio da simples lista de ocorrências de cada variedade nas comunidades (distritos) selecionadas, pelo menos não com a mesma clareza. O mapa representa, neste sentido, uma ferramenta indispensável de análise dos processos de territorialização do dialeto italiano na RCI.

Na elaboração do quadro 5, mantiveram-se os dados dos grupos dialetais e as variedades que formam as ilhas dialetais com sua respectiva localização, e deste quadro resultou a confecção dos mapas 5, 6 e 7, em anexo, dos grupos dialetais vênето, lombardo e friulano, respectivamente.

Grupo dialetal	Ilhas dialetais	Município	Distrito	Linha ou Travessão	Capela ou Paróquia
<b>V ê n e t o</b>	Feltrino-belunês	Caxias do Sul	Sede	Aliança	Capela Santa Justina
	Feltrino-belunês	Flores da Cunha	Sede	Martins	Capela São Martinho
<b>L o m b a r d o</b>	Bergamasco	Carlos Barbosa	Arco Verde	Boa Vista	Capela São João da Cruz
	Bergamasco	Garibaldi	27 da Boa Vista	Boa Vista	Capela Santo Antônio
	Bergamasco	Veranópolis	Fagundes Varela	Visconde de Pelotas	Paróquia Santo Antônio
	Bergamasco	Guaporé	São Valentim	Nossa Senhora de Lourdes	Capela Santo Antônio
	Cremonês	Veranópolis	Sede	Da República	Capela Nossa Sra. Auxiliadora
	Mantuano	Flores da Cunha	Sede	Lagoa Bela	Paróquia Nossa Sra. de Lourdes

	Milanês	Farroupilha	Sede	São José	Capela São José
	Milanês	Farroupilha	Nova Milano	Boêmios	Capela Nossa Sra. Auxiliadora
<b>Friulano</b>					
	Friulano	Bento Gonçalves	Monte Belo	Argemiro	Capela São Marcos
	Friulano	Guaporé	Sede	3 de Maio	Capela Santo Antônio
	Friulano	Muçum	Sede	13 de Maio	Capela Santo Antônio

**Quadro 5:** Ilhas linguísticas da RCI com especificação do dialeto italiano 1975-1979 (adaptado). Fonte: Frosi, V. M.; Mioranza, C. *Dialetos italianos*. Caxias do Sul: EducS, 1983, p. 127

O quadro 6, das entrevistas dialetológicas, segue a mesma formatação – dialeto, variedades dialetais e localização das entrevistas. Com os dados deste quadro confeccionaram-se os mapas de localização dos dialetos, apresentados nos mapas (5.1, 5.2, 5.3, 5.4, 5.5, 5.6, 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 7.1, 8 e 9), em anexo, com a indicação individual de cada variedade dentro do grupo dialetal.

<b>DIALETOS VÊNETOS</b>			
<b>DIALETO</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>DISTRITO</b>	<b>Linha/Travessão</b>
<b>Feltrino-Belunês</b>	Caxias do Sul	Sede	T. Aliança
	Caxias do Sul	Ana Rech	T. Diamantina
	Carlos Barbosa	Arroio Canoas	L. Koblentz
	Flores da Cunha	Sede	T. Martins
	Guaporé	Santa Bárbara	L. 4ª Série
	Nova Prata	Sede	L. Borges de Medeiros
<b>Paduano</b>	Flores da Cunha	Nova Pádua	T. Paredes
<b>Rovigino</b>	Guaporé	Vila Oeste	L. General Moreira César
<b>Trevisano</b>	Serafina Corrêa	Sede	L. Porto Alegre
	Bento Gonçalves	Pinto Bandeira	L. Silva Pinto Norte
	Carlos Barbosa	Sede	L. Santa Clara
	Veranópolis	Cotiporã	L. Frei Caneca
	Nova Prata	Vista Alegre	L. General Osório
	Marau	Vila Maria	L. Dr. Montauri
<b>Veronês</b>	Bento Gonçalves	Santa Teresa	Sobra da Linha Leopoldina
<b>Vicentino</b>	Farroupilha	Sede	L. Vicentina
	Garibaldi	Sede	L. Estrada Geral
	Nova Prata	Protásio Alves	L. 12 de Setembro
	Guaporé	Pulador	L. Marechal Floriano
	Flores da Cunha	Otávio Rocha	L. Jacinto
<b>DIALETOS LOMBARDOS</b>			
<b>Bergamasco</b>	Garibaldi	27 da Boa Vista	L. Boa Vista
	Garibaldi	Coronel Pilar	L. Figueira de Melo, Ala Norte
	Carlos Barbosa	Arcoverde	L. Boa Vista
	Veranópolis	Fagundes Varela	L. Visconde de Pelotas
	Muçum	Vespasiano Corrêa	L. Dona Izaura
	Guaporé	São Valentim	L. N. Sra. de Lourdes

<b>Cremonês</b>	Veranópolis	Sede	L. da República
	Veranópolis	Vila Flores	L. Visconde de Pelotas
	Farroupilha	Vila Jansen	L. Jansen
<b>Mantuano</b>	São Marcos	Sede	T. Edith
	Flores da Cunha	Sede	T. Lagoa Bela
<b>Milanês</b>	Farroupilha	Sede	T. São José
	Farroupilha	Nova Milano	L. Boêmios
<b>DIALETO FRIULANO</b>			
<b>Friulano</b>	Bento Gonçalves	Monte Bello	L. Argemiro
	Guaporé	Sede	L. 3 de Maio
	Muçum	Sede	L. 13 de Maio
<b>DIALETO TARENTINO</b>			
<b>Trentino</b>	Bento Gonçalves	Tuiuti	L. Estrada Geral
	Caxias do Sul	Galópolis	T. Tirolês
	Farroupilha	Nova Sardenha	L. Eli
	Garibaldi	Daltro Filho	L. Azevedo Castro
	Garibaldi	Marcorama	L. Figueira de Melo, Ala Norte
<b>DIALETO COINÉ</b>			
<b>Coiné</b>	Antônio Prado	Sede	L. 21 de Abril
	Antônio Prado	Nova Roma	L. Fagundes Varela
	Bento Gonçalves	Sede	L. Palmeiro
	Bento Gonçalves	Faria Lemos	L. Faria Lemos
	Casca	Sede	L. 15 de Novembro
	Casca	Evangelista	L. 15 de Novembro
	Caxias do Sul	Forqueta	T. Benevides
	Garibaldi	Garibaldina	L. Garibaldi Nova
	Guaporé	Dois Lageados	L. Cândida
	Nova Bassano	Sede	L. Sanador Ramiro Barcelos
	Serafina Corrêa	Montauri	L. Dr. Júlio de Castilhos

**Quadro 6:** Entrevistas dialetológicas realizadas com a respectiva localização dos informantes de cada entrevista, no estudo de Frosi e Mioranza (1983, p. 126)

O quadro 4, dos municípios e respectivos distritos com especificação dos dialetos falados na RCI, foi elaborado a partir das fichas dos distritos e das notas sobre os informantes, conforme já citado anteriormente. Este quadro trouxe subsídios para a elaboração dos mapas 4.1 e 4.2, em anexo, que caracterizam a multiplicidade linguística e cultural da RCI. Com estes dados foram confeccionados também os gráficos que apresentam o grau de representatividade da variedade dialetal nas entrevistas de cada município.

Nos quadros 2 e 3, encontram-se listadas as Associações Italianas de mútuo Socorro e Benevolência do RS e na RCI, respectivamente, identificando cada associação por nome, localidade e data de fundação, quando esta era citada. Segundo Crocetta (2000 [1926]), estas associações facilitaram o ensino da língua italiana e transmissão da cultura de origem. Com os dados do quadro 2, construiu-se o mapa 11, em anexo.

A seguir, serão apresentados os procedimentos cartográficos adotados para as análises.

### 3.2 O mapa ou carta linguística

Antes de proceder à cartografia propriamente dita, de decidir sobre as técnicas e ferramentas para a elaboração dos mapas, cabe definir alguns pontos que caracterizam um mapa, quais são os seus elementos constituintes e de que modo quais dados são apresentados no mapa. Utilizar-se-á aqui o termo mapa por ser de definição da cartografia. O termo utilizado é motivo de discussões no Brasil, em outros países, como no caso da Alemanha o termo usado é *Karte* para mapas, porém há um prefixo designativo *see* para mar e *land* para terra, sendo assim, diferenciam-se por *seekarte* e *landkarte*. Na França usam apenas o termo carta, e na Inglaterra, carta é usada para designar a porção submersa da terra, enquanto mapa descreve a superfície terrestre.

Na cartografia brasileira, um mapa é a representação gráfica de uma superfície plana e em escala geralmente pequena, com menor número de detalhes se comparado a uma carta, seus limites coincidem com limites político-administrativos, como um país, estado, ou município. A carta é definida, segundo Sanchez (1973), como toda representação de uma parte da superfície terrestre em escalas geralmente grandes, com maior número de detalhes se comparado ao mapa. Essas representações possuem como limites, em geral, as coordenadas geográficas, e dificilmente seguem os limites político-administrativos. São recortes de uma área bem menor do que uma unidade administrativa. Informações como o título, a escala, a fonte, entre outras, ficam fora das linhas que limitam a área objeto de representação espacial. Por fim, Sanchez (op.cit.) define cartograma como um tipo de representação cartográfica, que tem como foco principal a representação das informações que serão objeto da distribuição espacial no interior da carta, deixando para um segundo plano, preocupações com os limites exatos e precisos, bem como das coordenadas geográficas. A elaboração de cartogramas sempre terá como base os mapas, pois os mesmos resultam de levantamentos exatos e precisos, e com isso fornecem a base ideal para a confecção de cartogramas que visam facilitar a verificação do comportamento espacial de fenômenos do objeto de estudo. Portanto, o interesse do cartograma é o conteúdo, ou seja, as informações (localização dos informantes, escolas, temas, etc.) que vão ser distribuídas no mapa.



Uma segunda distinção relevante para os propósitos deste estudo é a que se dá entre o “mapeamento de línguas” e o “mapeamento de elementos/variantes das línguas”. Neste estudo, de ordem da sociologia de línguas, pretende-se o primeiro tipo de mapeamento, de línguas ou variedades como um sistema linguístico completo e entidades socialmente reconhecidas. Exemplo: variedades dialetais do italiano faladas na RCI. O segundo caso, amplamente praticado na geolinguística, equivale ao que se encontra normalmente em atlas linguísticos, definidos *lato sensu* como uma coletânea de mapas (ou cartas) linguísticas em que se mapeiam variantes de uma ou mais línguas, ou seja partes de um sistema linguístico variável. Exemplo: a variação da vibrante em posição intervocálica, tomando por base sua realização na palavra *terra*.

Para concretizar a tarefa de apresentar no mapa dados sobre línguas e variantes de línguas, valem, via de regra, as mesmas técnicas. E várias decisões precisam ser tomadas, como o uso de símbolos, uso de cores ou de hachurados, tipos de linhas para a delimitação de áreas, definição da legenda, escala, quantidade de informação, inclusão de gráfico, numeração dos mapas, ordenação dos mapas, etc. Conforme os critérios adotados, têm-se também tipos de mapas distintos.

Os tipos de mapas apresentados na Tese são produtos da cartografia temática, e subdividem-se em mapas de localização e de sobreposição ao relevo do estado, por arealização das variedades dialetais, do tipo sintético<sup>32</sup> e analítico<sup>33</sup>. Eles têm a função de dar visibilidade às correlações entre os dados selecionados, dentro do espaço delimitado pelo mapa.

Na sobreposição de informações usou-se o princípio dos mapas em série (THUN, 2010a). Para a arealização utilizamos os mapas *corocromáticos*, que têm a função de ilustrar dados (geográficos) nominais utilizando diferenças na cor para representar áreas (NOGUEIRA, 2009). Esse método deve ser aplicado sempre que for necessário apresentar “diferenças nominais em dados qualitativos, sem que sejam sugeridas diferenças em ordem ou hierarquia” (idem, p. 217), porém, não se deve ignorar a teoria da cor<sup>34</sup> e sua aplicabilidade na cartografia.

---

<sup>32</sup> A cartografia de do tipo sintética aborda temas atentando para a fusão de seus elementos constitutivos.

<sup>33</sup> A cartografia do tipo analítica aborda temas atentando para todos os elementos constitutivos através de justaposições ou superposições.

<sup>34</sup> Para mais detalhes sobre regras a serem seguidas nas escolhas das cores ou padrões em mapas, ver Nogueira (2009) capítulo 5 – Comunicação, visualização e fundamentos da representação cartográfica.

O método cartográfico utiliza linhas para caracterizar fenômenos contínuos no espaço delimitado, útil para fazer correlações entre fenômenos, são isolinhas mais conhecidas na geolinguística como isoglossas.

Para os mapas que representam as diferentes línguas (outras que não o italiano) utilizou-se a técnica dos mapas diagramas, que tem a finalidade de ser analítico, este tipo de mapa contém um diagrama (gráfico) dentro de cada unidade de área, no caso atual, possui um gráfico dentro de cada município, e cada diagrama (gráfico) tem o papel de sumarizar inventários realizados em cada uma das áreas em destaque, aqui, onde aparecem línguas de outras etnias durante as entrevistas.

### **3.3 Cartografia de dados na geolinguística**

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), cartografia é a arte de levantamento, construção e edição de mapas e cartas de qualquer natureza. Nesta Tese, tem a intenção de mapear fenômenos da língua e de seus falantes, portanto, visando a construção de mapas temáticos.

Para os estudos geolinguísticos, coloca-se fundamentalmente a tarefa da cartografia da variação linguística. Esta pode se dar em um espaço monodimensional e descrever apenas a variação diatópica (mapas monodimensionais), ou prever em cada ponto mais de um segmento social em mais de uma dimensão de análise (por exemplo, velhos e jovens [dimensão diageracional], ou homens e mulheres [dimensão diagenérica] de estratos sociais distintos quanto à escolaridade [dimensão diastrática]). Neste caso, têm-se mapas pluridimensionais (v. THUN, 2010a). Devido ao grande número de informações que um leitor comum de mapas, ou mesmo um especialista, não conseguem opticamente perceber, aconselha-se a elaboração de mapas em série. Ou seja, evita-se com isso inflacionar o mapa com uma sobrecarga de informações. Por este viés, Thun recomenda não exceder o número de quatro grupos por ponto, representado por uma cruz, em que aparecem acima as classes sociais com mais escolaridade (Ca) e abaixo as com menos escolaridade (Cb); à esquerda na cruz, colocam-se os dados da geração mais velha (GII) e à direita, os dos jovens (GI).

O princípio da pluridimensionalidade, por outro lado, garante uma macroanálise mais dinâmica das relações sociais e linguísticas no espaço pluridimensional, e não mais

estática, como ocorria na dialetologia tradicional. Esta perspectiva incorpora, assim, diversas dimensões de análise (dialingual, diatópica, diastrática, diageracional, diagenérica, etc.) representadas por meio de mapas multiseriados. No entanto, a base de dados utilizada neste estudo não permite fazer esse tipo de comparação e cruzamento de parâmetros e dimensões, simplesmente por não se ter em mãos o perfil sócio-cultural dos falantes das respectivas variedades dialetais elencadas. A ênfase, nesta Tese, recai sobre a ocorrência das variedades dialetais identificadas nos levantamentos feitos entre 1973 e 1979, na área delimitada pela RCI, e tão simplesmente isso. A localização dessas variedades, seu mapeamento, pode ser indício de algum processo de territorialização.

### **3.4 Ferramentas e procedimentos de cartografia**

Para Martinelli (2007, p. 22), “a cartografia não é simplesmente uma técnica [...] indiferente ao conteúdo que está sendo veiculado”. É necessário ressaltar que os mapas temáticos resultam de observações específicas de fenômenos, em nosso caso, a topodinâmica e processos de territorialização da língua, bem como o tratamento de um volume considerável de dados. Estes mapas temáticos, que segundo Yves Lacoste (1976, *apud* MARTINELLI, 2007, p. 22) vêm reportar “certo número de conjuntos espaciais resultantes da classificação dos fenômenos que integram o objeto de estudo de determinado ramo específico, fruto da divisão do trabalho científico”.

Na atual conjuntura, em plena era da informatização da ciência, a melhor definição de cartografia temática é, segundo Taylor (1991; 1994, *apud* MARTINELLI, 2007) “a organização, apresentação, comunicação e utilização da geoinformação nas formas visual, digital ou tátil que inclui todos os processos de preparação de dados, no emprego e estudo de todo e qualquer tipo de mapa”.

Para a produção dos mapas temáticos, seguiram-se os seguintes passos, segundo orienta Nogueira (2009):

- 1º passo: analisar as características dos dados coletados, quais fenômenos apresentam e como foram obtidos;

2º passo: decidir qual a medida de descrição que se quer dar aos dados, identificar a distribuição geográfica do fenômeno pesquisado e escolher a escala a ser usada;

3º passo: preparar os dados (ordenamento, tratamento e agrupamento) e selecionar o método de mapeamento e preparo do mapa de fundo e a escolha de uma legenda (simbolização, cores, textos e dados complementares).

O *software* utilizado para a elaboração dos mapas foi o ArcGIS (ESRI), é um *software* comercial disponível em versões com diferentes níveis de complexidade; possui também as versões *desktop*, móvel e voltadas para aplicações de intranet/internet. Atualmente, os Sistemas de Informações Geográficas (SIG) vêm sendo amplamente utilizados nos trabalhos de mapeamento e análise de dados geoespaciais. Optou-se pelo ArcGIS, pelo acesso que a pesquisadora tinha ao *software*, por este ser líder mundial no mercado GIS e por possuir qualidade superior no critério de geração de mapas para impressão (modo *layout*).

Porém, no SIG, as informações são separadas em categorias lógicas nomeadas de camadas, temas, níveis ou cobertura de mapa, provenientes de um banco de dados, um conjunto de mapas, cartas e/ou dados.

Nesta Tese, as representações construídas a partir do banco de dados serão de cartografias dinâmicas. Segundo Martinelli (2007) e Nogueira (2009), cartografias dinâmicas são cartografias capazes de mostrar o movimento e as mudanças ocorridas em um determinado lugar, através da “manipulação interativa da informação espacial” que possibilita a apreciação do dinamismo dos fenômenos pela visualização dos processos no tempo e no espaço. Com isso, criam-se possibilidades para o pesquisador encontrar em um mapa as informações que mais lhe interessem e, a partir disso, construir suas próprias visualizações.

O geoprocessamento pode ser exemplificado através dos fundamentos básicos de cartografia para o mapeamento das áreas bilíngues e ocupação de línguas minoritárias em contato com o português, como no exemplo da fig. 12 abaixo,

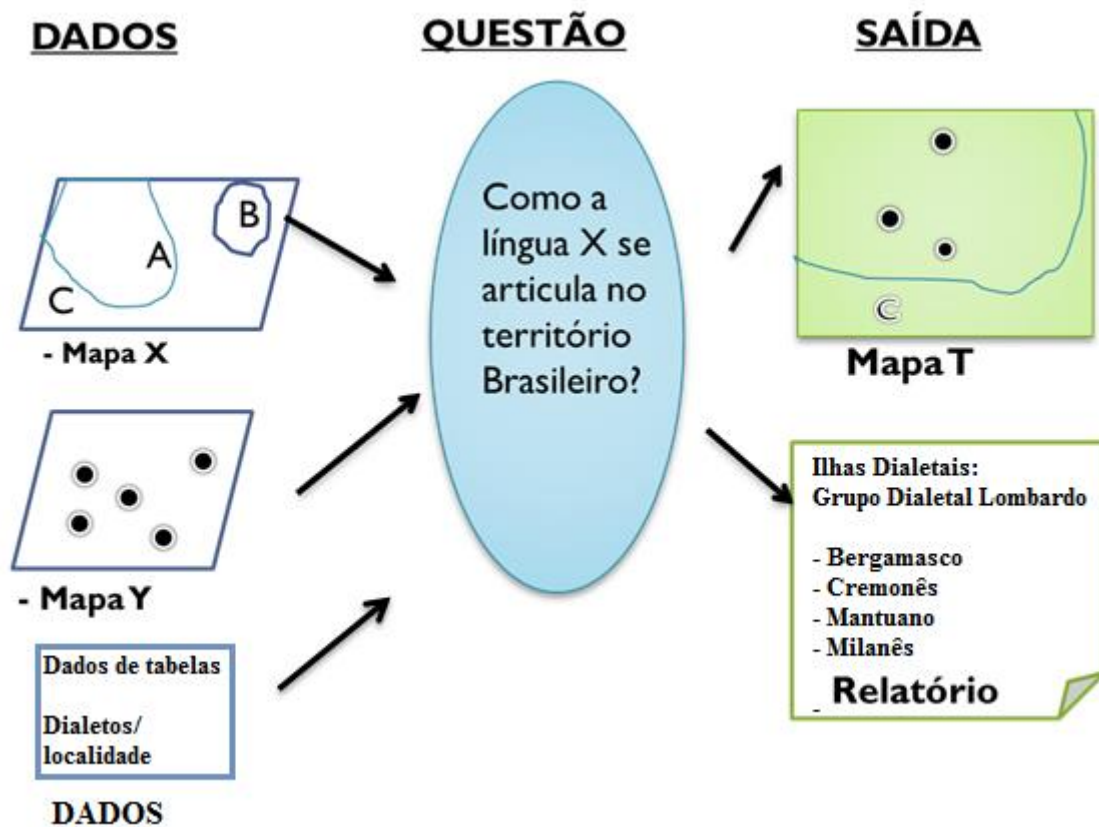
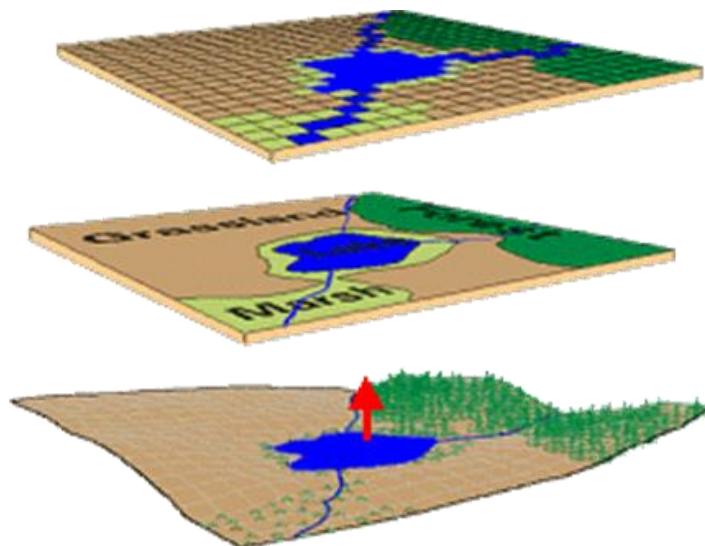


Figura 12: Etapas do geoprocessamento

Vale ressaltar que o Sistema de Informação Geográfica permite, em sua maioria, a separação de informações de um mapa em categorias lógicas chamadas de camadas de mapa. Estas também são conhecidas como temas de mapa, níveis ou coberturas. As camadas geralmente contêm informações sobre um só tipo de característica, ou sobre um pequeno grupo de características relacionadas (diferentes períodos, rotas migratórias, regiões culturais, etc.). Pode-se ilustrar essa sobreposição de informações em camadas, por meio da fig. 13 a seguir:



**Figura 13:** Exemplo de camadas (*layers*), níveis ou coberturas. Fonte: <http://www.cartografia.eng.br/art.php>, acesso em: 21.12.2010

No que diz respeito ao Rio Grande do Sul, utilizou-se como base cartográfica o conjunto de cartas topográficas, em escala de 1:50.000, da base cartográfica vetorial contínua (do tipo *shapefile*) do Rio Grande do Sul, produzida pelo Centro de Ecologia da UFRGS (HASENACK e WEBER, 2010), assim como o banco de dados digitais de mapas do IBGE, Ministério do Meio-Ambiente, LABGEO (UFRGS), entre outros. Foram, deste modo, combinados com estas bases vetoriais dados da localização dos diferentes dialetos encontrados nos municípios da RCI.

### 3.5 Organização e análise dos mapas

Partindo da concepção de território físico, buscou-se mapear aspectos que pudessem jogar luz sobre processos de territorialização e a constituição de possíveis territorialidades para as variedades encontradas. Assim como na análise de processos de territorialização linguística do hunsriqueano (cf. ALTENHOFEN, 2014, no prelo), as seguintes variáveis mereceram atenção especial na elaboração de mapas para análise dos processos de territorialização das variedades linguísticas italianas da RCI:

- a) **<Período de colonização>** (cf. FROSI e MIORANZA, 2009, p. 105-106), considerando a localização da comunidade em uma das quatro subáreas de ocupação do território da RCI (v. mapa 2, em anexo):

- Antigas Colônias I (1875-1885),
  - Antigas Colônias II (1884-1896),
  - Nova Colônia (Encantado - 1882 em diante; Guaporé – 1892 em diante),
  - Novíssima Colônia (1900 em diante).
- b) <**Topodinâmica do grupo de fala**> (cf. THUN, 1996), englobando a relação entre o ponto de partida e de chegada do processo migratório. Dois tipos de migração se distinguem aqui (v. mapa 2, em anexo):
- imigrantes vindos **diretamente da matriz de origem na Itália** (Antigas Colônias I e II) e
  - imigrantes vindos **de outras colônias na RCI** (Nova Colônia e Novíssima Colônia).
- c) <**Origem dos imigrantes italianos**>, a nível provincial e regional, na Itália, lembrando que nem sempre o uso de uma determinada variedade significa origem da matriz de origem dessa variedade (v. figuras 7 e 8, do cap. 2).
- d) <**Variedade dialetal italiana**>, considerando
- coiné vênето sul-riograndense (v. mapas 8 e 4.1, em anexo),
  - grupo dialetal vênето (v. mapas 5.1, 5.2, 5.3, 5.4, 5.5 e 5.6, em anexo),
  - grupo dialetal lombardo (v. mapas 6.1, 6.2, 6.3 e 6.4, em anexo),
  - grupo dialetal friulano (ver mapa 7 e 7.1, em anexo),
  - outras variedades dialetais do italiano (ver mapa 8 em anexo).
- e) <**Presença de imigrantes de origem não-italiana**>. Por ocorrerem em número reduzido, serão tratados como um único grupo, que, no entanto pode incluir, com mais probabilidade, alemão, cimbro, francês e polonês (ver mapa 10, em anexo).
- f) <**Fronteira da RCI**> com áreas de imigração não-italiana, com especial atenção à fronteira com as colônias alemãs, ao sul, e com os Campos de Cima da Serra, com presença predominantemente lusa (ver fig. 11 do mapa das Regiões e ilhas culturais do RS, no cap. 3, p. 88).
- g) <**Grau de diversidade dialetal**> da célula de análise (município). Com isso, foi medido o número de variedades em contato em uma célula, indicando maior homogeneidade ou heterogeneidade linguística (ver mapas 4.1 e 4.2, em anexo).

- h) <**Grau de isolamento da comunidade**>, com base na análise do espaço físico (relevo, hidrografia, vegetação) e da localização no território da RCI (ver mapa 3, em anexo).
- i) <**Grau de urbanização**>, comparando grandes centros urbanos como Caxias do Sul e capelas ou travessões, como por exemplo, Monte Belo, de caráter mais rural.
- j) <**Grau de resistência**> à influência das demais variedades em contato, sobretudo da coiné e da língua majoritária, também indicador da vitalidade linguística de determinada variedade de fala. Não será possível, com os dados de que se dispõe, medir esse grau, mas apenas fazer conjecturas sobre o seu papel na territorialização de determinada variedade.

A partir das variáveis selecionadas, colocam-se as seguintes perguntas de pesquisa:

- a) há correlação entre a ocorrência da variedade X e um fator Y observado no mapa?
- b) há mais ou menos homogeneidade na configuração das territorialidades de cada variedade?
- c) há contatos intervarietais favorecidos por alguma via de comunicação?
- d) há casos de “insulamento linguístico”, ou seja, há formação de ilhas linguísticas?
- e) o que protege/mantém uma variedade?
- f) ou apenas se mantêm resquícios/formas de relicto/remanescentes de variedades menores que foram “engolidas” pelo entorno?

Para a análise e interpretação dos mapas elaborados para cada variável, tendo em vista o objetivo de descrever os processos de territorialização na RCI em um contexto de contato entre variedades dialetais distintas do italiano, considerou-se o seguinte roteiro:



- 1º) descrever a distribuição geográfica de variedades trazidas pelos imigrantes italianos, correlacionando-a com o período de colonização e fatores sociais presentes no entorno;
- 2º) distinguir graus de diversidade dialetal nas diferentes células municipais;
- 3º) identificar possíveis ilhas dialetais ou “focos de resistência”, derivadas de processos de insulamento (onde, conseqüentemente, são de se esperar territorialidades específicas de uma variedade);
- 4º) identificar fatores que possam influenciar na territorialização das variedades mapeadas;
- 5º) avaliar o papel dos contatos linguísticos intervarietais e interlinguais;
- 6º) por fim, reunir subsídios para explicar o processo de coineização da variedade vêneta sul-rio-grandense, identificando a) o núcleo original de sua formação, bem como os fatores que favoreceram b) sua formação e c) expansão para outras colônias.

Passamos, então, ao capítulo da análise, começando por uma análise da unidade e identidade da RCI como um todo linguístico *per se*, em seguida fundamentando o processo de coineização que resultou na difusão do VeRS por toda a área, por fim, passando a um detalhamento do que ainda diverge dessa coine como ilha linguística específica, para finalizar com uma apreciação das “chances de sobrevivência” do italiano e das variedades dialetais que o constituem, face ao avanço do português.

## Capítulo 4

### ANÁLISE DOS MAPAS

#### 4.1 Quadro geral dos mapas produzidos para análise

Antes de buscar qualquer interpretação do conjunto de mapas elaborados com o *corpus* de Frosi e Mioranza (1975; 1983), cabe ter em mente como se organizam esses mapas. Cabe lembrar que a análise desse conjunto de mapas é dinâmica, porque eles interagem entre si como na sucessão de lâminas em uma animação de desenho. Há, no entanto, exigências técnicas e de ordem empírica: de um lado, a unidade de delimitação areal é a célula municipal, e o dado é apresentado como ocorrência ou não nessa célula, que passa a ser hachurada ou não. De outro lado, a diversidade de dialetos identificados no *corpus* obriga-nos a seguir uma classificação dialetal, agrupando ou separando variedades segundo o critério de produção de mapas em série. Diante disso, chegou-se ao seguinte quadro de mapas, agrupados por grupo dialetal:

Mapa 4.1: grau de diversidade dialetal na RCI

Mapa 4.2: variedades dialetais da RCI por célula municipal

Mapa 5: grupo dialetal vênето, incluindo mapas individuais para o

Mapa 5.1: feltrino-belunês,

Mapa 5.2: vicentino

Mapa 5.3: trevisano,

Mapa 5.4: paduano,

Mapa 5.5: veronês,

Mapa 5.6: rovigino.

Mapa 6: grupo dialetal lombardo, incluindo mapas individuais para o

Mapa 6.1: bergamasco,

Mapa 6.2: cremonês,

Mapa 6.3: mantuano

Mapa 6.4: milanês

Mapa 7: grupo dialetal friulano

Mapa 7.1: friulano

Mapa 8: dialeto trentino

Mapa 9: coiné

Mapa 10: línguas de imigração de base não-italiana

Considerando o objetivo central de 1) reconstruir o caminho de expansão da coiné vênето sul-riograndense e 2) identificar possíveis insulamentos de variedades dialetais específicas, é fundamental fazer a correlação desses mapa com os mapas 2 (contexto físico-geográfico) e 3 (colônias por período de chegada). O primeiro dá as condições de mobilidade e intercomunicação no espaço; o segundo aponta o período histórico e o tipo de migração (direto da Itália ou de uma colônia a outra). Estes dois mapas são, por isso, fundamentais para a pergunta sobre coineização (expansão) e insulamento de variedades específicas.

Por isso, dar-se-á início com a análise de alguns aspectos centrais do espaço físico-geográfico e histórico, por assim dizer.

#### **4.2 Observações sobre o espaço físico-geográfico**

A emigração de pessoas ocorre desde tempos remotos. Ao se transferirem de um país a outro ou de um continente a outro, os emigrantes levam em sua bagagem um conjunto de bens, sobretudo bens imateriais, dentre eles, sua língua materna. Neste

estudo, debruçou-se sobre línguas de emigração de grupos de indivíduos, não de indivíduos isolados. O que está em jogo, por isso, são comunidades de fala minoritárias, ou minorias étnicas. Especificamente, restringiu-se à questão dos imigrantes italianos que, a partir de 1875, se assentaram em terras do nordeste do Rio Grande do Sul. Um ponto central que acompanha as migrações – com mudança de “domicílio” – é, sem dúvida, a adaptação às condições do novo meio, ainda desconhecido e estranho, em muitos aspectos. É impossível, neste sentido, falar de territorialização de um grupo étnico sem considerar as variáveis presentes no meio físico-geográfico.

O território destinado aos imigrantes italianos, no nordeste do Rio Grande do Sul, constituiu uma área contínua, isto é, que foi expandida na continuidade das terras imediatamente seguintes e de sua ocupação tanto por descendentes dos imigrantes já assentados, quanto de remigrantes, como Altenhofen (2013b) chama imigrantes posteriores que vêm reforçar o contingente já instalado. Como já observa Roche (1969), os imigrantes, tanto mais os da RCI, se instalaram em uma área de floresta com relevo acidentado (cf. mapa 3, em anexo – no Patamar Oriental da Bacia do Paraná<sup>35</sup> e Planalto das Araucárias<sup>36</sup>) e, portanto, de escassa presença de outros grupos étnicos. Por esta razão, é de se supor que, por mais de uma geração, prevaleceu aí uma homogeneidade étnica e um contato reduzido com o português, já que se encontravam geograficamente “protegidos” do contato com elementos externos.

Na comparação entre os mapas 2, que divide a RCI em quatro áreas conforme os períodos de ocupação, e o mapa 3, referente ao relevo, chama a atenção que as Antigas Colônias I e II seguem uma área contígua no nível da região do Planalto das Araucárias, a leste do Rio Carreiro, o que deve ter facilitado a comunicação entre essas colônias. Em contrapartida, a Nova Colônia Encantado e a Novíssima Colônia se estendem do outro lado desse rio, em uma área do Patamar Oriental da Bacia do Paraná. Nas análises posteriores das condições de expansão da coíné e de insulamento de outras variedades, vale a pena prestar atenção a essa diferença entre Antigas e Novas/Novíssimas Colônias que, como vemos, não é apenas temporal e imigrante/descendente, mas também de aspectos geofísicos/geomorfológicos que contribuíram para o fenômeno.

---

<sup>35</sup> Patamar Oriental da Bacia do Paraná - Os patamares são escarpados, limitam-se com as Planícies e com a Depressão Central Gaúcha. As cotas altimétricas no sopé da Serra Geral estão entre 650 a 750 m.

<sup>36</sup> Planalto das Araucárias - As cotas altimétricas mais elevadas ocorrem na parte leste, ultrapassando 1.200 m próximo à Serra Geral.

O resultado do assentamento de populações exógenas nesse território, com essas características físico-geográficas, é a formação de uma sociedade que segue os moldes da única que até então conheciam, no Velho Mundo, no outro lado do oceano. Ficava, assim, instituída uma pequena Itália, uma minoria étnica italiana, em solo sul-brasileiro. O contexto geográfico era brasileiro, mas o *modus vivendi* era italiano. As primeiras décadas da colonização foram marcadas por um processo de translação, conforme descrito por Frosi (1989, p. 38). A adaptação que se processou foi com a terra, com o ambiente geográfico hostil, enfrentando animais que os imigrantes não conheciam, deparando-se com problemas novos de isolamento da matriz de origem, por um lado, do restante do Brasil, por outro.

No mundo da linguagem, vênets aprenderam a conviver com lombardos e esses com aqueles, acrescentando-se ainda os trentinos e friulanos. O modelo de territorialização favoreceu as trocas recíprocas de falas dialetais italianas diferenciadas. Por ordem de chegada, os imigrantes foram tomando assentamento nos lotes já divididos pelo governo do Estado. O critério adotado foi o geográfico, partindo do sul, em situação limite com a área de colonização alemã, em direção norte, em assentamentos sucessivos, como pode ser visto no mapa 2 em anexo e na fig. 11 (p. 88). Além disso, os imigrantes foram construindo suas casas na cabeça do lote dos Travessões ou Linhas onde, de modo geral, foram abertas as primeiras vias de comunicação entre as famílias. Situavam-se num lado da Linha os lotes pares, do outro, frente a frente com esses, estavam os lotes ímpares. Esse sistema de territorialização ensejou a formação de comunidades híbridas em termos dialetais.

Referindo-se às primeiras décadas da colonização, Azevedo (1975, p. 215) afirma, em suas observações, que a RCI era “um mundo fechado [...] às comunicações com o resto da Província”. O autor refere-se aos “obstáculos criados pela escarpa da Serra de um lado e pelo Rio das Antas, de outro” (o fenômeno de isolamento da colônia pode ser verificado nos mapas 2 com a hidrografia e 3 com o relevo, em anexo). Azevedo (1975, p. 215) prossegue dizendo:

Dispondo do essencial à sua administração e sustentação econômica, pouco se relacionam nos primeiros tempos com as demais regiões da Província, menos ainda com a Campanha, e com o País em geral. O exame perfunctório do noticiário dos jornais da colônia – escritos em língua italiana, o que mais contribui para segregação dos seus leitores – mostra que os colonos, a princípio, vivem no seu mundo, no seu nicho ecológico característico, tendo apenas vagas e esparsas informações de fora.

Azevedo (idem, p. 215) destaca, além disso, o papel das mudanças de ordem político-administrativa, para alterar esse quadro, enfatizando que “os núcleos coloniais ampliam as relações com sua emancipação, primeiro como distritos, depois como municípios, a partir de 1882, porém esses núcleos não perdem a característica de unidades isoladas”. Até que ponto a imagem de Thales de Azevedo, de uma colônia isolada, ou nicho ítalo-brasileiro, de fato se sustenta a ponto de conseguir manter intacta a diversidade dialetal original. Pois, é preciso distinguir entre “homogeneidade étnica”, reforçada pelas condições de assentamento das colônias em uma área de floresta praticamente despovoada (cf. ROCHE, 1969; ALTENHOFEN, 2013b), e isolamento. Pode-se, por isso, contra-argumentar que houve uma comunicação e uma mobilidade ao menos entre as colônias, no interior da RCI, motivada por inúmeras razões, desde familiares, até comerciais ou de expansão das colônias (na busca por novas terras). Um indicativo forte para isso é a própria expansão da *coiné* vêneta sul-riograndense por toda a região (v. mapas 4.1 e 4.2, em anexo).

### 4.3 Unidade e heterogeneidade da RCI

Fazendo uso, ainda que parcial, das definições apresentadas em 1.4, procura-se, agora, efetuar uma releitura do contexto sociolinguístico da RCI. Ela pode ser considerada uma comunidade de fala, se vista numa determinada perspectiva, realçando seu aspecto global como um todo e, não esquecendo a questão da identidade, numa visão ampla que integra, hoje, o *talian* e a língua portuguesa. A RCI, porém, assumirá aspectos de uma comunidade de fala complexa, se ela for analisada tendo em conta os seus desdobramentos e a peculiar configuração de que se reveste nos vários períodos de tempo compreendidos de 1875 aos dias atuais (FROSI, 1996, p. 159-166; FROSI e MIORANZA, 2009, p. 105-116).

Inicialmente, a comunidade de fala, vista em sentido amplo, compreendia um multilinguismo dialetal italiano e, além disso, incluía uma variedade do português brasileiro, incipiente e caracterizada por marcas de variedades do italiano como língua de imigração. Pode-se dizer que todos os imigrantes de origem regional vêneta falavam uma variedade dialetal vêneta (cf. mapas 5 [5.1 a 5.6]), incluindo-se nessa variedade também a do grupo trentino (cf. mapa 8), cujos imigrantes eram provenientes das áreas

limítrofes com Vicenza e Belluno e, portanto, falavam um dialeto trentino venetizado (FROSI e MIORANZA, 1983). Observando o critério da procedência italiana dos imigrantes chegados à RCI, todos os imigrantes oriundos da região da Lombardia falavam uma variedade dialetal lombarda (cf. mapas 6 [6.1 a 6.4]). Além disso, todos os imigrantes originários da Região do Friuli-Venezia-Giulia falavam uma variedade linguística friulana (cf. mapa 7).

Somando as variedades encontradas nos levantamentos de Frosi e Mioranza (1975; 1983), chega-se à identificação de 12 variedades dialetais, divididas em 3 grupos dialetais principais – vêneto, lombardo e friulano – mais a coiné que surge do contato intervareietal. Assim, embora todos se identificassem socialmente pelo mesmo modo de viver e dar sentido ao mundo em que se encontravam, em termos de comunidades de falas, não se pode afirmar que todos falassem a mesma variedade linguística. Vênets, lombardos e friulanos constituíam sistemas de fala rigorosamente diferenciados, seja em sua origem histórica, seja em seus traços estruturais preservados através do tempo.

Neutralizando, para este propósito, a heterogeneidade que existia no âmbito interno das falas dialetais particularizadas (feltrino-belunês, vicentino, trevisano, paduano, veronês e rovigino, do grupo vêneto; bergamasco, mantuano, cremonês e milanês, do grupo lombardo, e mais o friulano), pode-se reconhecer que, nas primeiras décadas da colonização, no espaço geográfico-social da RCI, havia pelo menos **quatro comunidades de fala**: a vêneta, a lombarda, a friulana e a língua portuguesa.

A situação era, em termos de comunidade de fala, bastante complexa, pois, enquanto os imigrantes italianos constituíam um grupo humano caracterizado por uma interação regular e frequente no âmbito das relações sociais, não todos compartilhavam do mesmo “conjunto de signos verbais”. O que se pode, certamente, afirmar é que os lombardos, além de falarem seu próprio dialeto, compreendiam e mesmo se expressavam nos dialetos vênets, todavia esses e os friulanos não possuíam domínio algum dos dialetos falados por aqueles (FROSI e MIORANZA, 1983). Nesse sentido, é válido dizer que a RCI não era constituída por uma única comunidade de fala, pelo menos, nas primeiras décadas de sua história sociolinguística. Fundamentalmente, incluindo a heterogeneidade existente internamente em cada uma, três eram as variedades linguísticas maternas e, por conseguinte, três as comunidades de fala: a vêneta, a lombarda e a friulana.

Se, contudo, se fizer uma análise detalhada de cada uma das variedades linguísticas maternas, o número de comunidades aumenta significativamente. Existir-se-ia, então, dentro do **grupo lombardo** (cf. mapa 6 [6.1 a 6.4]), oito comunidades de fala: quatro comunidades de fala bergamasca, uma cremonesa, uma mantuana e duas milanesas. No **grupo vêneto** (cf. mapas 5 [5.1 a 5.6]) , ter-se-ia uma grande comunidade de fala caracterizada pela coine vêneta e duas comunidades feltrino-belunesas. No **grupo friulano** (cf. mapa 7), encontrar-se-ia três comunidades de fala. O reconhecimento e localização dessas comunidades foram feitos na década de 1970 e estão indicados no estudo desenvolvido por Frosi e Mioranza (1983, p. 127 - Quadro 13), adaptado e representado pelo Quadro 5 (idem, p. 93, desta Tese).

A partir de 1937, período em que foi desencadeada a Campanha de Nacionalização do Ensino, houve conflito interno à RCI. Num estudo especificamente desenvolvido sobre o estigma e atitudes linguísticas em relação às línguas de imigração italiana, Frosi, Faggion e Dal Corno (2010, p. 17-18) afirmam ter sido forte “o impacto que tiveram os acontecimentos político-administrativos relacionados ao contexto nacionalista instaurado no Brasil, na década de 1930, sobre comunidades de estrangeiros e seus descendentes no Estado e no Brasil”. Houve tumulto, houve vergonha, silêncio no grupo étnico minoritário. O contexto sociolinguístico da RCI foi, nessa época, de profunda estigmatização. A fala foi silenciada, contudo a coesão étnica, o sentimento de pertença e de solidariedade entre os membros do grupo italiano foram reforçados.

Frosi, Faggion e Dal Corno (2010, p. 28-38) enumeram três aspectos fundamentais, indicativos da solidariedade existente entre os componentes do grupo étnico italiano. O primeiro aspecto da solidariedade desse grupo é justamente a identificação com os demais ítalo descendentes marcados pelo preconceito contra sua forma de falar, que se evidenciava em ambientes em que eles eram *não iguais* (grifo das autoras). “As marcas que estigmatizam também identificam o grupo” (FROSI; FAGGION e DAL CORNO, 2010, p. 28).

O segundo aspecto da solidariedade situa-se na memória do medo e da repressão. A lembrança desses sentimentos identifica o grupo, aproximando uns aos outros os seus componentes.

Mesmo que não tenham vivenciado pessoalmente experiências negativas, os informantes retêm lembranças semelhantes do que seus antepassados



viveram, a partir de velhas histórias de família. Isso os une como grupo étnico e reforça atitudes e sentimentos comuns. A recordação da proibição de falar italiano é lembrança constante. A lembrança traumática da guerra continua fornecendo uma explicação básica para o fato de o italiano ser marcado negativamente. (FROSI; FAGGION e DAL CORNO, 2010, p. 31).

O terceiro aspecto destacado é o uso da fala na coine vêneta. Esse comportamento traduz empatia, garante proximidade, reforça vínculos. Dito de outra forma, tal hábito de falar na língua de imigração vêneta reforça a solidariedade entre os componentes do grupo étnico (idem, p. 34).

Não há dúvidas de que a RCI encerra em sua história um fenômeno sociolinguístico e dialetal *sui generis*, rico e complexo, propício à realização de inúmeras pesquisas que, hoje, mais do que nunca, se mostram importantes e necessárias. Uma das questões mais envolventes é, por exemplo, a da identidade (FROSI, 2013, no prelo; SANTOS e ZANINI, 2009; HERÉDIA, 2005; CARBONI, 2000, entre outros).

Uma definição de caráter regional, tendo como parâmetro a comunidade de língua portuguesa do Brasil como um todo, poderá fazer sentido, uma vez que o grupo de falantes da RCI se considera e se identifica localmente, em suas organizações sociais, em sua cultura, em seu modo de ser, em perante os demais brasileiros. Permanece, todavia, a questão dos limites sociais, linguísticos e culturais dessa comunidade. “O problema dos limites da comunidade linguística e, portanto, de quantas comunidades linguísticas se encontrem no interior de uma comunidade, torna-se problemático de um ponto de vista estritamente etnográfico” (HYMES, 1984, p. 71). É conveniente acrescentar que, não menos problemático apresenta-se a questão na perspectiva da linguística.

No processo de territorialização dos dialetos italianos na RCI, também foram identificados mais de uma comunidade de fala de origem não-italiana (v. mapa 10), embora em muitos casos imigrados junto com os imigrantes italianos. Além disso, não se pode ignorar a presença de imigrantes poloneses no interior da RCI, portanto no meio dos italianos, (Anta Gorda [45], Antônio Prado [13], Bento Gonçalves [6], São Marcos [5], etc.), além de remanescentes de cimbrós (Antônio Prado [13]) e, principalmente, alemães (Arvorezinha [46], Carlos Barbosa [10], Marau [30], etc.),<sup>37</sup> próximos na fronteira étnica com as colônias alemãs, mas também no meio dos italianos. Em relação

---

<sup>37</sup> Buscando facilitar a identificação dos municípios para o leitor, lembramos que os números entre [ ] representam o número da localidade nos mapas (por ex. [12] reporta-se à célula municipal 12, no mapa, que delimita o município de Garibaldi).

a esses grupos não-italianos, coloca-se a pergunta sobre seu papel na revitalização de outras variedades imigrantes e o seu impacto sobre a manutenção ou perda do plurilinguismo como uma “postura plural”. Voltar-se-á a essa questão nas seções 4.5 e 4.6.

Antes disso, faz-se necessário analisar mais de perto o processo de coineização e seu papel na coesão e expansão da RCI.

#### **4.4 Formação da coiné vêneto sul-riograndense**

Nesta seção, apresentar-se-á “o que afirmam os estudos” e “o que apontam os mapas em anexo”, elaborados com base em dados, sobretudo de Frosi & Mioranza (1975; 1983), a respeito do processo de coineização e de territorialização da coiné surgida do contato intervareietal entre os imigrantes italianos de diversas origens. Em que condições se deu esse processo? Por quais vias? O que favoreceu a variedade escolhida? Como se deu sua expansão?

A coiné surgida na RCI foi, inicialmente, identificada e conceituada por Frosi e Mioranza (1975, p. 70) “como uma mescla básica dos dialetos vênéticos mais representativos, com influências lombardas mais ou menos acentuadas, segundo as localidades de maior ou menor presença de falantes de descendência lombarda”. Frosi e Mioranza referem-se à coiné também como “supradialete” (idem, p. 70) com as seguintes características, assim especificadas:

Do ponto de vista fonético, o quadro geral das realizações fonéticas vênéticas; do ponto de vista morfológico, há uma predominância de características vicentino-paduanas, com realizações típicas dos dialetos feltrino-belunês ou lombardo; do ponto de vista lexical, o predomínio é ainda dos dialetos vênéticos (não excluindo influências dos dialetos lombardos) e verifica-se que esse predomínio ora pende para o vicentino-paduano, ora para o feltrino-belunês.

Na continuidade de sua pesquisa, Frosi e Mioranza (1983, p. 159-162), apresentam uma descrição, em nível fonético-fonológico da coiné, em comparação com as demais línguas de imigração da RCI. A descrição da coiné abrange também o nível morfológico, visto e analisado com formas registradas na pesquisa, em particular, é realizada uma descrição detalhada da flexão nominal, especificamente, de número (idem, p. 272-274) e da flexão de gênero (idem, p. 284-286). Outros elementos estruturais da coiné são abordados com análise ainda de vários aspectos morfológicos

atinentes aos artigos, possessivos, demonstrativos e pronomes pessoais, sempre em confronto desses elementos com os dos demais dialetos. Além disso, o estudo estende-se à conjugação verbal, tendo em conta elementos mórficos de formas verbais em que se situam pontos diferenciadores dos vários dialetos: presente do indicativo dos verbos da primeira conjugação (idem, p. 301-310), presente do indicativo do verbo *ser* (idem, p. 311-320) e *ter* (idem, p. 321-326). De particular interesse, destacam-se as formas do particípio passado dos diferentes variedades dialetais, em confronto com os elementos flexionais da coiné, nessas formas verbais (idem, p. 326-327). Tais elementos estão demonstrados no Quadro 162 (idem, p. 327) que inclui a análise de dezessete verbos, levando em conta os principais dialetos registrados e a coiné. A relevância disso dá-se pela análise feita, posteriormente, com foco na coiné, pela dialetóloga Corrà (2001).

Com o crescimento das trocas comerciais entre as comunidades ítalo-brasileiras na RCI, a partir da primeira década do século XX, o processo de coineização tendo por base a variedade vêneta supõe-se que recebeu um impulso significativo (CARBONI, 2000, p. 207; CORRÀ, 1980, p. 54). Porém, antes do processo inicializar-se, ocorre o desaparecimento das variedades dialetais numericamente menos representados: “piemontês, genovês, emiliano-romanhês, toscano, rovig[ino] e triestino” (FROSI; MIORANZA, 1975, p. 68).

Corrà (2001) apresenta uma análise minuciosa da coiné com base em pesquisa realizada na RCI em duas áreas distintas, uma no interior do município de Nova Prata (cf. localidade [19], verificada nos mapas 5.1 e 5.2, em anexo), outra no interior de Caxias do Sul (cf. localidade [1], verificada no mapa 5.1, em anexo) Sua análise centraliza-se em dados colhidos de falantes vicentinos e feltrino-beluneses, precisamente os dois dialetos predominantes na formação da coiné. Nas palavras da dialetóloga italiana, a “análise linguística dos textos recolhidos confirmou logo a presença de uma coiné, mas também o caráter fluido e variável da mesma”. (CORRÀ, 2001, p. 282-283). Corrà observa, quanto a isso, que “à pouca distância o mesmo informante usa, por exemplo, *i ndéa* e *i ndava*, *vegnést* e *vegnésto*<sup>38</sup>”. Além disso, destaca que “na fala dos descendentes dos imigrantes vênets, numerosos são também os empréstimos do português, quase sempre adaptados ao sistema fonológico e

---

<sup>38</sup> *I ndéa* e *i ndava* significa exatamente a mesma coisa: ‘eles iam’, ‘eles iam’; *vegnést* e *vegnésto*, ‘eles vinham’, ‘eles vinham’, respectivamente, a primeira forma é do dialeto feltrino-belunês, a segunda é do dialeto vicentino. A variação se dá com o mesmo falante, o que denota o caráter de fluidez e variabilidade.

morfológico vêneto” (p. 283). O material analisado é rico, precioso e variável, os exemplos selecionados para confrontar características do feltrino-belunês e do vicentino estendem-se a pontos contrastivos peculiares dos dialetos originários, abrangendo substantivos, pronomes, verbos etc.

Corrà (2001, p. 287) conclui que nas “duas coinés examinadas, os traços da variedade vicentina tendem a predominar sobre aqueles feltrinos”. Por fim, destacando o caráter fluido e variável da coiné, dá realce, na fala dos informantes, “à contínua passagem de uma variedade à outra” (idem, p. 287).

Uma análise mais detalhada do processo de territorialização dos grupos de imigrantes representados nos mapas e sua correlação com a ocorrência das variedades do grupo dialetal vêneto mostra, através da comparação dos mapas 5.1 a 5.6 com o mapa 4.2, que a presença vêneta predomina justamente nos núcleos iniciais mais antigos das localidades [1], [2], [3], [10], [12] e [6]. Isso leva a concluir que a coiné tenha se formado bem cedo, nessa área colonial antiga I e, daí, se difundido para as colônias antigas II, favorecida pelo afluxo de remigrantes igualmente do vêneto (vejam-se vicentinos e feltrino-beluneses nas localidades [19] e [29], trevisanos em [19] e [22]). Vale ressaltar a relevância do imigrante pioneiro, já destacada por Kloss (1966). A ele acorrem normalmente os remigrantes (ALTENHOFEN, 2013b, p. 31). Estes se espelham nos pioneiros como “seus semelhantes” que falam a mesma língua e que já conhecem o ambiente sócio-cultural e dominam as técnicas de trabalho do novo meio. Imigrantes instalados há mais tempo e recém-imigrados estabelecem, assim, pode-se dizer, um primeiro contato linguístico mais duradouro, no Novo Mundo.

A participação lombarda na formação da coiné justifica-se pela presença das variedades desse grupo dialetal (bergamasco, mantuano, milanês e cremonês) justamente nos pontos enumerados acima ([2],[ 3], [10], [12], [22] e [29]), nas colônias antigas I e II. Evidentemente, contudo, é preciso pesar dois fatores determinantes do processo: um é o número de imigrantes lombardos que, se estima em 33%, contra 54% de vênetos, 7% de trentinos e 4,5% de friulanos, segundo Frosi e Mioranza ([1975]; 2009, p. 47). Outro aspecto a considerar é o *status* do vêneto em relação ao lombardo e o papel da intercompreensão que assinalamos na seção anterior. Vale lembrar que a variedade vêneta já veio da Itália exibindo um *status* maior do que as outras variedades.

Como se vê, o processo histórico-linguístico dos contatos entre os imigrantes e seus descendentes juntamente com a ocupação do território foi instituindo, a cada

período, um novo quadro para a RCI, que, no entanto “se ancora a uma base estabelecida, já existente”, dificilmente reinicia uma nova matriz, partindo do zero. Os contatos linguísticos entre seus habitantes foram se alargando e intensificando, à medida que o desenvolvimento socioeconômico e as consequências dele decorrentes foram solapando as fronteiras inicialmente existentes. As diferenciações dialetais foram sendo diminuídas; de modo particular, no quadro dos dialetos vênets foi se estruturando uma *coiné* de características predominantemente vênets. O uso dessa *coiné* como *língua franca* foi se difundindo e ganhando força, no momento em que se estabelece uma base colonial forte, com relações comerciais e uma estrutura social mínima, que já incluía vias de comunicação e pequenos focos de urbanização.

O papel de *língua franca*, para a intercomunicação, levanta a pergunta sobre a influência do multilinguismo local na sua expansão e difusão e na preservação de ilhas linguísticas, ou seja, de variedades menores com uma territorialidade própria. É o que será visto na seção seguinte.

#### **4.5 Grau de multilinguismo: territorialidades monovarietais vs. multivarietais**

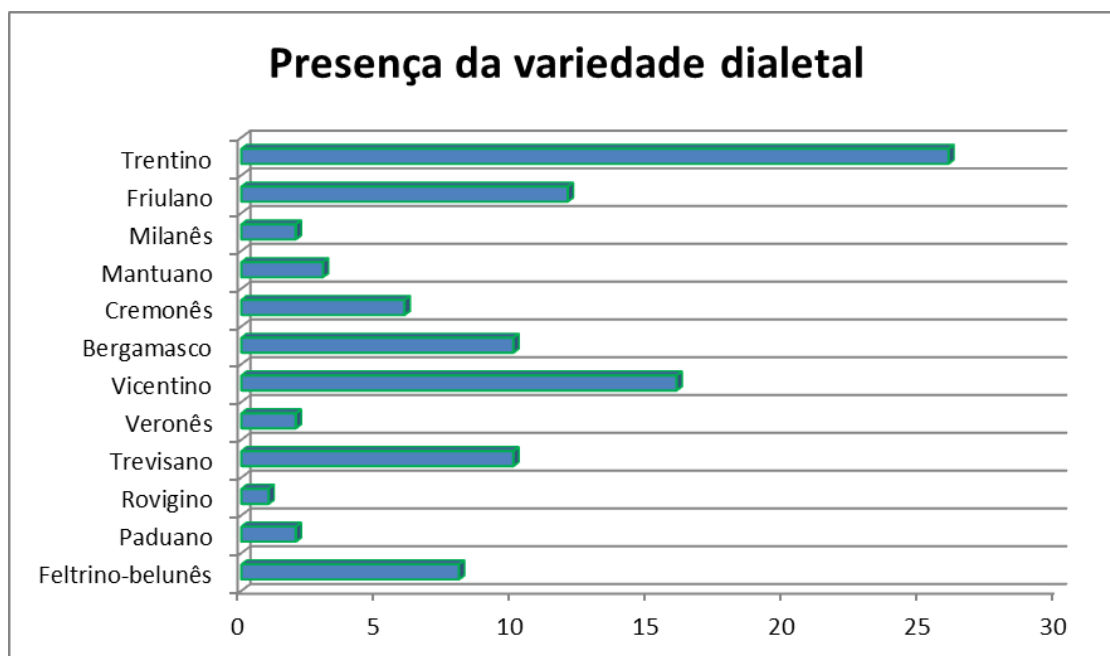
Para analisar mais detalhadamente o grau de diversidade dialetal de cada localidade representada, nos mapas por células municipais, foram elaborados os mapas 4.1 e 4.2. O mapa 4.2 apresenta o número de variedades presentes em cada ponto, numa escala entre mais e menos de quatro. Como se vê, a maior diversidade aparece nos núcleos mais antigos da Antiga Colônia I e na área central em torno dos pontos 19, 29 e 37. As áreas mais periféricas, sobretudo da Novíssima Colônia e das colônias do extremo norte da RCI, já perderam grande parte dessa diversidade em favor da *coiné* VeRS que, a essa altura, já devia ter atingido o estágio de nativização e se expandido por toda a área da RCI.

Vale lembrar que as áreas mais antigas receberam imigrantes dessas variedades dialetais diretamente da matriz de origem na Itália. Como se pode ver nos mapas, estas mesmas áreas resistiram ao tempo e ao desenvolvimento sócio-econômico, preservando suas características individuais e de grupo perante o restante da RCI. Por sua vez, as colônias filiais que surgiram posteriormente receberam já o “produto” resultante do contato intervareietal nas colônias matriciais. Vê-se, por este ângulo, a

relevância da variável <topodinâmica do grupo de fala> para descrição do processo de difusão de variedades e variantes no espaço.

Uma pergunta importante que se coloca em relação à diversidade dialetal é sobre sua influência na manutenção da própria diversidade, se comparados os pontos com menos diversidade, por exemplo de polarização entre duas variedades em contato ou entre mais de duas variedades. A resposta a esta pergunta foge ao âmbito desta Tese, pois exige uma pesquisa suplementar da situação linguística na respectiva comunidade. O que se pode projetar é que a manutenção ou subsistência dessas territorialidades indicam o grau de resistência dessas variedades perante a expansão e difusão da *língua franca* e do português.

Outro ponto que deve ser levado em conta na formação dessa diversidade varietal, pode ser visto no gráfico 1 (abaixo), elaborado a partir dos dados do quadro 4 e que constituem o *corpus* de análise. A presença dos dialetos nas localidades relacionadas no gráfico não deve ser confundida como número de falantes. Além disso, embora não representada no Gráfico 1, a língua portuguesa, já na década de setenta, tinha seu domínio consolidado, sem exceção, em toda a RCI (CARBONI, 2000; FROSI e MIORANZA, 1983).



**Gráfico 1:** Variedades dialetais registradas nas entrevistas de Frosi e Mioranza (1975; 1983) – v. base de dados (seção 3.1)

Uma primeira leitura do Gráfico 1 dá a ilusória impressão de que o dialeto trentino é o dominante em relação aos demais dialetos específicos. Com efeito, ele está presente em 25 localidades, sobressaindo-se ao vicentino que, com essa denominação, só aparece 16 vezes. O mesmo ocorre com o feltrino-belunês que se repete em 7 localidades e, assim por diante, em relação aos demais dialetos, respectivamente.

O que é relevante compreender na relação entre as variedades no gráfico 1 é que o dialeto vicentino e o dialeto feltrino-belunês são os dois sistemas de fala dialetal italiana que, marcadamente, formaram a coiné de tipo vêneto. Assim sendo, eles aparecem menos vezes do que o trentino, mas, além de estarem registrados e especificados com suas características estruturais definidoras, ambos estão presentes em todas as localidades da RCI como base dialetal da coiné vêneto sul-riograndense (VeRS). Em outras palavras, o vicentino e o feltrino-belunês estão representados cada um (oitenta e duas) 82 vezes, das quais, respectivamente, o primeiro em (dezesseis) 16, o segundo em (sete) 7, ainda com características particulares diferenciadas.

#### **4.6 Ilhas dialetais na RCI: focos de resistência**

Fica, por fim, a pergunta sobre as chances de preservação de variedades específicas que sobreviveram em ilhas dialetais, onde constituíram uma territorialidade e identidade próprias. Tendo em vista a exigência natural de integração em um contexto diverso e multilíngue, é de se esperar que os falantes dessas variedades, enquanto ainda possuem um certo grau de proficiência nessa língua, inevitavelmente se constituem em falantes de mais de uma variedade imigrante, incluindo a coiné como língua franca, o português como língua oficial e, conforme a situação linguística local, também uma variedade dialetal específica herdada dos pais.

Vários fatores podem sinalizar a presença de uma minoria linguística dentro de uma minoria: o contingente populacional, a posição de seus falantes, a forma de assentamento do grupo no espaço (de forma esparsa ou territorialmente bem demarcada), ou ainda a sua visibilização no discurso oficial, por exemplo, por meio da autodenominação da língua, de eventos auto-enunciativos, até mesmo da toponímia,

como nos topônimos Nova Milano e Nova Pádua, embora aqui nem sempre se possa confiar em uma referência direta.<sup>39</sup>

O que os dados cartografados aqui revelam são inicialmente a identificação das variedades que participaram do processo de ocupação da RCI. Das 12 variedades identificadas,

I) quatro variedades aparecem em uma única célula municipal, a saber:

- **paduano [mapa 5.4]**, T. Paredes, em Flores da Cunha [3];
- **veronês [mapa 5.5]**, em sobra da Linha Leopoldina, em Bento Gonçalves [6];
- **rovigino [mapa 5.6]**, em L. General Moreira César, em Guaporé [29];
- **milanês [mapa 6.4]**, em T. São João e L. Boêmios em Farroupilha [2];

II) duas variedades ocorrem, no *corpus*, em duas células municipais, a saber:

- **cremonês [mapa 6.2]**, em L. da República e L. Visconde de Pelotas em Veranópolis [22] e L. Jansen, em Farroupilha [2];
- **mantuano [mapa 6.3]**, em T. Edith, em São Marcos [5] e T. Lagoa Bela, em Flores da Cunha [3];

III) seis variedades aparecem em mais de três células municipais:

- **vicentino [mapa 5.2]**, em L. Vicentina, em Farroupilha [2], L. Estrada Geral, em Garibaldi [12], L. 12 de setembro, em Nova Prata [19], L. Marechal Floriano, em Guaporé [29], e L. Jacinto, em Flores da Cunha [3];
- **trevisano [mapa 5.3]**, em L. Porto Alegre, em Serafina Corrêa [37], em L. Silva Pinto Norte, em Bento Gonçalves [6], L. Santa Clara, em Carlos Barbosa [10], L. Frei Caneca, em Veranópolis [22], L. General Osório, em Nova Prata [19] e L. Dr. Montauri, em Marau [30].
- **bergamasco [mapa 6.1]**, em L. Boa Vista e L. Figueira de Melo Ala Norte, em Garibaldi [12], L. Boa Vista, em Carlos Barbosa [10], L. Visconde de Pelotas, em Veranópolis [22], L. Dona Izaura, em Muçum [32] e L. N. Sra. de Lurdes, em Guaporé [29];

---

<sup>39</sup> Por exemplo, um topônimo como Nova Roma do Sul não sinaliza que os primeiros imigrantes sejam originários de Roma, mas também não enuncia que sejam por exemplo alemães, e sim italianos.



- **friulano [mapa 7]**, em L. Argemiro, em Bento Gonçalves [6], L. 3 de maio, em Guaporé [29] e L. 13 de maio, em Muçum [32];
- **trentino [mapa 8]**, em L. Estrada Geral, em Bento Gonçalves [6], T. Tirolês, em Caxias do Sul [1], L. Eli, em Farroupilha [2], L. Azevedo Castro e L. Figueira de Melo – Ala Norte, em Garibaldi [12];
- **feltrino-belunês [mapa 5]**, em em T. Aliança e T. Diamantina, em Caxias do Sul [1], L. Koblenz, em Carlos Barbosa [10], T. Martins, em Flores da Cunha [3], L. 4ª Série, em Guaporé [29] e L. Borges de Medeiros, em Nova Prata.

A divisão dessas comunidades de fala em grupos conforme o número de localidades/unidades municipais onde ocorrem no *corpus* de Frosi e Mioranza (1975; 1983), levanta a pergunta se a recorrência da variedade em mais de uma localidade reforça sua vitalidade linguística. Se for considerado que mais localidades pode significar mais imigrantes dessa origem, pode-se dizer que sim, há mais chances. Mas é preciso distinguir se as localidades são contíguas umas às outras ou esparsas (como num arquipélago) e, neste caso, se se conectam, isto é, possuem uma intercomunicação. No caso de localidades contíguas essa comunicação dá-se naturalmente pela proximidade geográfica. É interessante notar nos mapas que especialmente o trentino, o feltrino-belunês e o vicentino aparecem nessa condição.

São questões que não há como responder a fundo nesta Tese, pois implicam uma coleta de dados específica sobre o estado atual dessas variedades, que se espera que sejam impulsionadas em pesquisas futuras. Por enquanto, limitou-se a identificar, ou mesmo “projetar” possíveis territorialidades dessas línguas de imigração no espaço da RCI.

Vale destacar, neste sentido, que a opção por análise em célula pode ser criticável de um lado, se pensarmos em unidades municipais com uma área mais ampla, como Caxias do Sul [1]. Contudo, ela sinaliza o raio de abrangência da variedade. Isso é ainda mais pertinente, se for levado em consideração que as unidades municipais, sobretudo as menores possuem a sede municipal como núcleo, em torno do qual orbitam comundiades rurais menores. É nesse interior do interior que ainda persistem as condições para a manutenção de ilhas dialetais resistentes à coineização, à lusitanização

e à substituição ou perda. Em outras palavras, aí a língua minoritária ainda possui mais chances de manter sua territorialidade de uso em evidência.

Frosi e Mioranza (1983, p. 116), muitas dessas ilhas dialetais permanecem por questões de

falta de vias de comunicação, distância considerável das comunidades dos troncos principais do sistema viário que interligam as sedes das colônias e/ou centros mais desenvolvidos da RCI [...] falta ou recente instalação da rede elétrica [...] e prática de culturas agrícolas de subsistência.

Embora a *coiné* esteja presente, atualmente, em grande parte da RCI, encontramos dialetos que são exclusivamente utilizados “por famílias em que a proveniência dos seus componentes não desfez as características peculiares de sua fala dialetal, em pequenas comunidades, de idêntica composição étnica, ou ainda em comunidades maiores que subsistem como ilhas dialetais” (FROSI e MIORANZA, 1983, p. 109). Para a classificação das ilhas dialetais pelos pesquisadores citados, levou-se em consideração além do grau de características específicas de cada dialeto, a presença de famílias, em número não menor que dez em cada comunidade de fala.

No mapeamento realizado, foram encontradas, no total, oito células municipais com presença de comunidades de fala recolhidas em possíveis ilhas dialetais derivadas de processos de insulamento. Chama atenção que o conjunto dessas células se situe no eixo que se estende das Antigas Colônias I para o centro-noroeste das Antigas Colônias II, abarcando Guaporé [29]. Ou seja, a maioria das ilhas dialetais do tipo I e II aparece nos núcleos mais antigos. Esta constatação reforça a observação feita já sobre o processo de expansão da *coiné* que predomina nas colônias novas mais afastadas, mostrando evidências de que sua formação já se dá bem cedo, quando esses descendentes saem dos núcleos mais antigos para as Novas e Novíssimas Colônias.

O que será visto a seguir, são os grupos dialetais que apresentaram ilhas linguísticas durante as entrevistas da pesquisa de Frosi e Mioranza (1983).

#### **4.7 Comunidades de fala do italiano: manutenção de territorialidades face ao avanço do português**

Conforme Riehl (2010), podemos distinguir dois tipos de assentamentos relevantes para medir as chances de manutenção de uma língua de imigração, seja ele um assentamento fechado e monolíngue, ou de comunidades mistas onde as variedades coexistem em um espaço restrito. São exemplos do segundo tipo os pontos Farroupilha [2] e Guaporé [29], que no mapa 4.1 em anexo possuem uma coexistência de oito variedades dialetais italianas, adicionadas à coiné e à língua portuguesa, totalizando dez variedades em contato num mesmo território, porém cada uma com uma territorialidade própria.

Outro fator determinante da manutenção linguística, segundo Riehl (2010), refere-se ao número de falantes, pois sendo a comunidade pequena haverá a necessidade de falar outra(s) língua(s), no comércio e na comunicação entre comunidades, e certamente é o que se deu nas áreas identificadas no mapas 4.1 e 4.2 em anexo, que retratam o grau de diversidade dialetal da RCI.

O que observamos na análise anterior não deve criar a ilusão de uma Itália pura no meio da Serra Gaúcha. Pelo contrário, assim como a coiné VeRS se impôs em uma época em que imigrantes sem conhecimento prévio do português se instalaram nessa área, nos dias atuais cada vez mais se faz sentir a substituição desse italiano, seja qual for a variedade falada, pelo português como língua oficial e majoritária do contexto brasileiro.

O *corpus* analisado não permite identificar números de falantes ou medir a força e o grau de manutenção das diferentes variedades do italiano, mesmo assim é possível formular algumas hipóteses centrais a partir do que foi observado nos mapas:

- 1) A urbanização crescente é determinante para o avanço do português. No todo, o italiano se mantém mais forte nas áreas rurais que oferecem condições melhores de uma territorialidade de uso da respectiva variedade, diferentemente do que acontece nos núcleos urbanos, onde o português se impõe de forma crescente como língua franca e oficial das relações sociais.
- 2) As áreas de fronteira étnica da RCI oferecem novas situações de contato linguístico. Tem-se ao norte e nordeste, o contato com o elemento luso dos Campos de Cima da Serra, incluindo aí as rotas dos tropeiros. Cria condições para um avanço do português, assim como ao sul, o contato com as colônias alemãs, se o português for usado como língua comum para a

intercomunicação. Soma-se a isso o papel dos casamentos interétnicos, mais comuns nessas áreas. Este tipo de contexto de contato entre línguas de imigração carece, no entanto, de estudos mais aprofundados. É possível que o multilinguismo contribua, em certo grau, a manutenção da língua minoritária como marcador de identidade do grupo.

- 3) O papel da escola no avanço do português, sem dúvida não pode ser ignorado. Por sua vez, o ensino de línguas, que poderia reforçar a posição do italiano, ainda é muito restrito,<sup>40</sup> apesar de iniciativas diversas, inclusive na promoção do talian como língua de imigração e patrimônio cultural imaterial. Cabe mencionar a sua cooficialização em Serafina Correa [37, nos mapas], que vem acompanhada da elaboração de materiais, incluindo gramática e dicionário.
- 4) Embora a influência da igreja – outrora indissociável da língua de imigração – tenha mudado ao longo dos anos, ampliando o uso do português, ainda perdura como territorialidade de uso do italiano ao menos nas relações informais entre seus membros. A igreja/capela é uma variável que precisa ser considerada em futuros estudos, já que as comunidades de fala foram se formando ao redor de capelas, e com isto, criando um forte marco de identidade entre os grupos.
- 5) Há, por fim, fatores de ordem sociológica que estiveram presentes e não estão mais. Pode-se mencionar a resistência do italiano como um todo, ou a ausência do suporte de literatura escrita (ver SANTOS, 2004). Por outro lado, a presença do italiano na mídia e nas artes (eventos culturais), apesar da forma muitas vezes estilizada de apresentação da língua e cultura imigrante, levanta questões sobre a revitalização do italiano.

Fica a pergunta sobre como o quadro apontado multivarietal ainda perceptível no *corpus* levantado por Frosi e Mioranza (1983) se maném nos dias de hoje, depois de mais de 30 anos. Espera-se que o mapeamento e identificação / territorialização da diversidade do italiano como língua de imigração contribua para impulsionar novos

---

<sup>40</sup> Em relação à oferta de ensino de italiano-padrão, pode-se levantar a hipótese de que haja substituição da variedade dialetal pela norma *standard*, como atesta Pertile (2009), em estudo sobre a manutenção e substituição linguística no Alto Uruguai Gaúcho.

estudos. Em certo sentido, a identificação de territorialidades que se buscou levar a termo também serve para mapear as demandas de pesquisa dessas línguas de imigração. Fica evidente o quanto ainda há por descrever e entender.

Seja como for, a contribuição deste estudo pelo menos vem trazer à tona, novamente, o estudo contemporâneo e pioneiro de Frosi e Mioranza (1975; 1983), dando a devida atenção e valor à riqueza de dados por eles coletados, sobre as competências linguísticas dos imigrantes desbravadores desta região e os processos de ocupação dessa área, bem como o papel da intercomunicação entre as diferentes comunidades de fala que compõem a Região de Colonização Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou mapear a presença das treze variedades dialetais identificadas no *corpus* de Frosi e Mioranza (1983), a presença de ilhas dialetais e, também, de variedades não-italianas no espaço de ocupação da RCI. Ao identificar as variedades e suas territorialidades (cf. ALTENHOFEN, 2014), buscou-se adicionalmente reconstruir a dinâmica dos contatos linguísticos e identificar o que favorece a manutenção/resistência de variedades à influência do português e da coiné vêneta (VeRS). Infelizmente, não há dados sobre a percepção dos falantes de cada uma das variedades presentes na área em estudo, para poder definir melhor o *status* e número de falantes de cada variedade em contato. Para isso, são necessárias revisitas de pesquisa de campo, a serem feitas por futuros estudos, visando um comparativo com o quadro atual da situação linguística da RCI. O mapeamento feito aqui serve, neste sentido, de ponto de comparação para descrever as mudanças ocorridas na área de pesquisa, passado o período equivalente a uma geração (mais de 30 anos). É possível, talvez uma hipótese quase inevitável, que no mapeamento da situação atual muitas das ilhas identificadas no *corpus* de 1973-79 sequer possam ser visualizadas, tendo sido “engolidas” pela coiné VeRS, ou pelo português, sofrendo portanto uma substituição linguística difícil de reverter (*language shift*).

O *corpus* que serviu de base para este estudo mostra, acima de tudo, uma diversidade dialetal muito grande, que chega a 13 diferentes variedades identificadas.

Ao mapear a ocorrência de cada variedade no território em análise, vale destacar alguns pontos-chave da relação entre língua e espaço, observados na análise e interpretação dos mapas elaborados:

- 1) a coiné VeRS que se formou do contato entre diferentes variedades, logo se expandiu por todo o território multi-dialetal. Tal “disseminação” comprova a relevância e necessidade de uma língua comum, de intercomunicação entre variedades dialetais, entendidas como subsistemas de uma língua.
- 2) Esta coiné surgiu já no núcleo inicial da antiga colônia I (ver mapas 2, 9 e 4.2).
- 3) Várias razões podem ser citadas que justificam a escolha do vêneto para o posto de coiné:
  - a) pela quantidade de falantes vindos à RCI, como contingente mais numeroso;
  - b) por ser a base dialetal dos primeiros imigrantes, pioneiros, que se apoderam do novo espaço, e pelos quais vão se orientar os imigrantes posteriores, ou remigrantes (cf. ALTENHOFEN, 2013), para se integrar no novo meio. Sobre o papel dos imigrantes pioneiros na ocupação de espaço e nas relações de poder, veja-se Kloss (1966);
  - c) no *status* que a variedade vêneta trazida da Itália já possuía entre os imigrantes oriundos daquelas áreas;
  - d) na base formadora da coiné VeRS que é formada pelas variedades do vicentino e do feltrino-belunês, ambas pertencentes ao mesmo grupo dialetal, o vêneto.
- 4) As demais variedades dialetais sofrem processos de insulamento. Territorialidades circunscritas a ilhas dialetais predominam nos núcleos mais antigos, ou seja, se estendem das áreas das Colônias Antigas I para o centro-norte. Esta constatação reforça a observação feita já sobre o processo de expansão da coiné que predomina nas colônias novas mais afastadas, mostrando evidências de que sua formação já se dá bem cedo, quando esses descendentes saem dos núcleos mais antigos para as Novas e Novíssimas Colônias. Ilhas contíguas, que podem instaurar uma rede de comunicação mais forte e densa, predominam nas Antigas Colônias I.
- 5) O grau de diversidade dialetal é também maior nesse eixo do território que engloba os núcleos mais antigos. Conforme mostra o mapa 10, também identificados, na RCI, a presença de falantes de línguas de imigração de base não-italiana em meio ao

italiano, incluindo polonês, francês, suíço e alemão, este não apenas ao sul, na fronteira com as colônias de imigração alemã.

Por fim, fica evidente a importância de visibilizar e resgatar a diversidade linguística das línguas de imigração italiana faladas no território brasileiro, e tomadas em seu sentido plural. Independente do número de falantes e do seu *status* social, cada uma dessas línguas desempenhou um papel relevante na história social das comunidades.

E não só isso. O estudo de contextos como o da RCI enfatiza a relevância da conscientização linguística no âmbito escolar para o fomento de uma competência plurilíngue que aproveite e valorize o potencial linguístico ainda presente (ver ALTENHOFEN e BROCH, 2011). Fica evidente a necessidade de romper com o reducionismo de uma perspectiva monopolizada centrada unicamente na competência do inglês e do espanhol.

A partir desta pesquisa de base, abre-se um leque de possibilidades e perspectivas para futuros estudos do italiano como língua de imigração em contato não apenas com o português, como também em possíveis contatos intervaretales, sobretudo entre a coíné e o que chamamos de focos de resistência das diferentes variedades dialetais trazidas pelos imigrantes, p.ex. entre vênето sul-riograndense (VeRS) e trentino e os contatos de fronteira étnica, p. ex. o alemão.

O mapeamento da diversidade dialetal da RCI, assim como o entendimento de como se constituíram as territorialidades para cada variedade, nos levam a redefinir o que representa a vida e a morte de uma língua. O que se pode e se deve ressaltar é que dificilmente uma língua morre completamente, isto é, sempre permanecem vestígios através de inscrições, materiais gráficos, sobrenomes, topônimos, provérbios, práticas culturais, modos de ver o mundo e agir com, mas sobretudo a própria memória da história da constituição da comunidade, tanto a comunidade física (seu *locus*) quanto a comunidade de fala propriamente dita. Isso significa que, mesmo não havendo conhecimento ativo da língua minoritária, esta subsiste e persiste de algum modo. É o que se denomina neste estudo como “focos de resistência”. A língua resiste ao tempo e às próprias línguas.

Em termos dos processos de territorialização que foram analisados por meio da interpretação dos mapas da diversidade dialetal e ocupação da RCI, identificou-se por



isso, o que se chamou de territorialidades históricas, porque independente de estarem ou não, visíveis ou não, ativas ou não, um dia estiveram lá, nestes territórios mapeados. O que somos, somos porque fomos uma vez. O reconhecimento das territorialidades de uma língua no território compartilhado com outras línguas, no sentido que lhe atribui Altenhofen (2014, no prelo), constitui como se comprovou no estudo da RCI uma ferramenta eficaz para a descrição das relações entre língua e espaço.

A identificação de variedades linguísticas é fundamental para a memória do patrimônio cultural e imaterial. Centralizar a análise e política linguística em uma variedade apenas pode ter como efeito colateral o silenciamento de um patrimônio cultural imaterial e de uma diversidade linguística que também estava presente na área em estudo. Enquanto ainda se registram resquícios de determinada variedade minoritária – compare-se o caso do cimbro (cf. MIORANZA, 1979), retratado no documentário *Eco das montanhas*.<sup>41</sup> Como se vê, sempre haverá um “fio de esperança” para revitalizar essas línguas brasileiras de imigração<sup>42</sup>. Basta estar aberto a procurar ao seu redor.

---

<sup>41</sup> “Produzido na Serra Gaúcha, [com direção e roteiro de André Constantin], o filme teve [...] respaldo da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Ministério da Cultura) e co-realização da Universidade de Caxias do Sul (Projeto ECIRS – Instituto Memória Histórica e Cultural) e Projeto Memória de Antônio Prado. Segundo seus realizadores, o filme "retrata relações de identidade entre personagens e terras distantes, ligados por reminiscências de um idioma arcaico". As gravações foram realizadas entre 2006 e 2008, principalmente no município de Antônio Prado e em localidades das províncias de Vicenza e Verona, norte da Itália, lugares onde ainda existem herdeiros de um idioma arcaico e praticamente extinto, denominado **cimbro**.” Fonte: <http://oriundi.net/site/oriundi.php?menu=noticiasdet&id=9655>, acesso em 30.01.2014. [grifo nosso] O documentário pode ser assistido em sua íntegra no link <http://www.youtube.com/watch?v=DkJNjXg9iTk>.

<sup>42</sup> Ver [www.forlibi.blogspot.com.br](http://www.forlibi.blogspot.com.br)

## REFERÊNCIAS

ALERS = ALTENHOFEN, Cléo V. & KLASSMANN, Mário (Orgs.). *Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS): Cartas Semântico-Lexicais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: Editora da UFSC, 2011b.

ALERS = KOCH, Walter; ALTENHOFEN, Cléo V. & KLASSMANN, Mário (Orgs.). *Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS): Introdução, Cartas fonéticas e morfossintáticas*. 2<sup>a</sup>. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: Editora da UFSC, 2011a.

ALTENHOFEN, Cléo V. & BROCH, Ingrid K. Fundamentos para uma “pedagogia do plurilinguismo” baseada no modelo de conscientização linguística (language awareness). In: BEHARES, Luis (org.). *V Encuentro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas*. Montevideo: Universidad de la República e Asociación de Universidades Grupo Montevideo / Núcleo Educación para la Integración, 2011. p. 15-22.

ALTENHOFEN, Cléo V. & MORELLO, Rosângela. Rumos e perspectivas das políticas linguísticas para línguas minoritárias no Brasil: entre a perda e o inventário de línguas. In: *Encontro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas* (6. : 2013 nov. 23-25: Porto Alegre, RS) Nalú FARENZENA (org.). Porto Alegre: UFRGS, 2013. p.19-26.

ALTENHOFEN, Cléo V. *A aprendizagem do português em uma comunidade bilíngüe do Rio Grande do Sul. Um estudo de redes de comunicação em Harmonia*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990. 242 p.

ALTENHOFEN, Cléo V. *Hunsrückisch in Rio Grande do Sul. Ein Beitrag zur Beschreibung einer deutschbrasilianischen Dialektvarietät im Kontakt mit dem Portugiesischen*. Stuttgart : Steiner, 1996.

ALTENHOFEN, Cléo V. O estudo de línguas de imigrantes no Brasil. O exemplo do “Hunsrückisch” no Rio Grande do Sul. In: *Cadernos do Instituto de Letras*, Porto Alegre, n. 18, p. 17-26, 1998.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. *O conceito de língua materna e suas implicações para o bilingüismo* (em alemão e português). In: *Martius-Staden-Jahrbuch* 49, 2002. p 141-161.

ALTENHOFEN, Cléo V. *A constituição do corpus para um “Atlas Lingüístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata”*. In: *Martius-Staden-Jahrbuch*, São Paulo, n. 51, p. 135-165, 2004a.

ALTENHOFEN, Cléo V. Política linguística, mitos e concepções linguísticas em áreas bilíngues de imigrantes (alemães) no sul do Brasil. *Revista Internacional de Linguística Iberoamericana* (RILI), 1(3):83-93. 2004b.

ALTENHOFEN, Cléo V. Áreas lingüísticas do português falado no sul do Brasil: um balanço das fotografias geolingüísticas do ALERS. In: AGUILERA, Vanderci (org.). *A geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina : Eduel, 2005. p. 177-208.

ALTENHOFEN, Cléo V. Os estudos de variação linguística e de línguas em contato com o português: raízes históricas da pesquisa no Instituto de Letras da UFRGS. In: MITTMANN, Solange & SANSEVERINO, Antônio Marcos Vieira (orgs.). *Trilhas de investigação: a pesquisa no I.L. em sua diversidade constitutiva*. Porto Alegre: Instituto de Letras / UFRGS, 2011. p.17-31.

ALTENHOFEN, Cléo V. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, Christine et al. (orgs.). *Política e políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013a. p. 93-116

ALTENHOFEN, Cléo V. Migrações e contatos linguísticos na perspectiva da geolingüística pluridimensional e contatual. In: *Revista de Letras Norte@mentos*, Sinop, n. 12, v. 6, 2013b. p. 19-43. Disponível em: <[http://projetos.unemat-net.br/revistas\\_eletronicas/index.php/norteamentos](http://projetos.unemat-net.br/revistas_eletronicas/index.php/norteamentos)>. Acesso em 05.01.2014

ALTENHOFEN, Cléo V. O “território de uma língua”: ocupação do espaço pluridimensional por variedades em contato na Bacia do Prata. In: FERNÁNDEZ, Ana Lourdes da Rosa N. Brochi; MOZZILLO, Isabella; SCHNEIDER, Maria Nilse & URUGUAY, C. Gonzales (orgs.). *Línguas em contato: onde estão as fronteiras?* Pelotas: Editora UFPel, 2014. [No Prelo].

ALVES, Ieda Maria. Apresentação. In: BATTISTI, Elisa et alii. *Dicionário de italianismos*. Caxias do Sul: Educs, 2006, p. 7-10.

ANCARANI, Umberto. La Colonia Italiana di Caxias in Rio Grande do Sul. *Bollettino Consolare*. Roma: Tipografia Nazionale di G. Bertero, 1905. p. 3-30.

AUER, Peter & SCHMIDT, Jürgen Erich (eds.). *Language and space: theories and methods*. Berlin/New York: de Gruyter, 2010. vol.1.

- AZEVEDO, T. *Os italianos no Rio Grande do Sul*. Cadernos de pesquisa. Caxias do Sul: EDUCS, 1994. 507 p.
- AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IEL, 1975.
- BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 14<sup>a</sup>ed., São Paulo, Loyola, 2002. 186 p.
- BATTISTI, Elisa et alii. *Dicionário de Italianismos*. Caxias do Sul: EducS, 2006.
- BEACCO, Jean-Claude. Comunidade de fala. In: CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique (Orgs.). *Dicionário de análise do discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- BENTO, Cláudio Moreira. *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul (1635-1975)*. Porto Alegre: Grafosul, Instituto Estadual do Livro, 1976.
- BERRUTO, Gaetano. *La Sociolinguistica*. Bologna: Zanichelli, 1984.
- BERRUTO, Gaetano. Identifying dimensions of linguistic variation in a language space. In: AUER, Peter & SCHMIDT, Jürgen Erich (eds.). *Language and space: theories and methods*. Berlin/New York: de Gruyter, 2010. vol.1. p. 226-241.
- BERRUTO, Gaetano; BERRETTA, Monica. *Lezioni di sociolinguística e linguística applicata*. 2. ed. Napoli: Linguori, 1980.
- BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896 a 1920)*. Tese (Doutorado). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.
- BOTASSINI, Jacqueline Ortelan Maia. *Crenças e atitudes linguísticas: um estudo dos róticos em coda silábica no norte do Paraná*. Tese de doutorado, UEL, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 7<sup>a</sup> ed., São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BUNSE, Heinrich A. W. *Dialetos Italianos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IEL; UFRGS, 1975.
- BUNSE, Heinrich A. W. *Estudos de Dialectologia no Rio Grande do Sul: problemas, métodos, resultados*. Porto Alegre: UFRGS, 1969.
- BUNSE, Heinrich A. W. *O Vinhateiro; estudo etnográfico-linguístico sobre o colono italiano no RS*. Porto Alegre: UFRGS; IEL, 1978.
- BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.

CARBONI, Florence & MAESTRI, Mário. Mi son talian grassie a Dio! Globalização, nacionalidade, identidade étnica e irredentismo lingüístico na Região Colonial Italiana do RS. In: LOPEZ, Luiz Roberto et al. *Fios de Ariadne. Ensaios de interpretação marxista*. Passo Fundo: UPF, 1999. p. 409-463.

CARBONI, Florence. *"Eppur si parlano!": Etude diachronique d'un cas de contact linguistique dans le Rio Grande do Sul (Brésil)*. Passo Fundo - RS: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2002.

CARBONI, Florence. *A origem italiana dos falares da Serra gaúcha*. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE IMIGRAÇÃO ITALIANA & FÓRUM DE ESTUDOS ÍTALO-BRASILEIROS (9. : 1996 : Caxias do Sul). *Anais...* Org. Juventino Dal Bó, Luiza Horn Iotti, Maria Beatriz Pinheiro Machado. Caxias do Sul - RS : EDUCS, 1999. p. 281-294.

CARBONI, Florence. *Innesti: L'immigrazione contadina italiana nel sud del Brasile*. In: Zaprunder. *Storie in movimento*. Rivista di storia della conflittualità sociale, Roma, n. 26, p. 110-119, 2011.

CARBONI, Florence. *L'immigrazione italiana nel sud del Brasile: approccio sociolinguístico*. In: VANVOLSEM, Serge; VERMANDERE, Dieter; MUSARRA, Franco; D'HULST, Yves (a cura di). *L'italiano oltre frontiera*, Atti del V Convegno Internazionale del Centro di Studi Italiani. (5. : Leuven : 22-25 abr. 1998). Florença: Franco Cesati Editore; Leuven: Leuven University Press, 2000. v. 2, p. 201-211.

CARBONI, Florence. *Língua, formação e identidade nacional: algumas considerações sobre a questão linguística na Região Colonial Italiana*. In: Centro de Estudos Marxistas. *Luz e sombras: ensaios de interpretação marxista*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS; Centro de Estudos Marxistas, 1997. p. 281-294.

COELHO, J. P. de. A educação na região colonial italiana. In: *Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950, p. 372-378.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de; RIBEIRO, Cleodes Piazza Julio (Orgs.). *De Pioneiros a Cidadãos; Imagens da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul (1875-1960)*. Porto Alegre: Consulado Geral da Itália no Rio Grande do Sul, 2005.

CORRÀ, Loredana. I veneti in Brasile: koinè dialettale come superamento dei confini? In: MARCATO, Gianna (Org.). *I confini del dialetto*. Padova: Unipress, 2001, p. 279-288.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES; Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e Temas*. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15-48

CORTELAZZO Manlio. Lo studio dei dialetti veneti in Brasile. In: MEO ZILIO, G. (Org.). *Presenza, Cultura, Lingua e Tradizioni dei Veneti nel Mondo*. Venezia: Spinea, 1987. p. 207-213.

CÔRTEZ, Ten.-Cel. Geraldo de Menezes. *Migração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1958. 131 p. (Coleção Documentos Brasileiros; 95)

COSERIU, Eugenio. *Sentido y tareas de la dialectología*. México : Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Filológicas, 1982.

COSTA, R. et alii. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul; vida, costumes e tradições*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1974.

CROCETTA, B. Un cinquantennio di vita coloniale; gli esponenti individuali e collettivi della colonia italiana nel Rio Grande del Sud. In: . In: *Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud. 1875-1925*, 2. ed. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000, p. 357-462.

CRYSTAL, David. *How language works*. England: Penguin Books, 2007.

D'AGOSTINO, Mari. *Sociolinguistica dell'Italia contemporânea*. Bologna: Il Mulino, 2007

D'APREMONT, Bernardin; GILLONAY, Bruno. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: UCS/EST, 1976

DAL PICOL, Greyce. *Novo perfil linguístico dos falantes bilíngues da região de colonização italiana do nordeste do rio grande do sul: mudança dialetal e mescla linguística*. In: Web-Revista SOCIODIALETO; Bacharelado e Licenciatura em Letras, UEMS/Campo Grande. Mestrado em Letras, UEMS/Campo Grande . V. 3, nº 9, março, 2013 [ISSN: 2178-1486] [www.sociodialeto.com.br](http://www.sociodialeto.com.br)

DE BONI, Luís Alberto; COSTA, Rovílio. Os italianos no Rio Grande do Sul. In: *Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud. 1875-1925*, 2. ed. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000, p. I-XXII.

DE SWAAN, Abram. *Words of the world. The global language system*. Cambridge: Polity Press, 2001. cap. 1: Introduction: the global language system (p. 1-24)

DE VELUTIIS, Francesco. Lo Stato di Rio Grande del Sud e la Crisi Economica Durante l'Ultimo Quinquennio. *Bollettino Consolare*. Roma: Manuzio, 1908. p. 283-359.

DURANTI, Alessandro. *Antropologia del linguaggio*. Roma: Meltemi, 2002.

FAGGION, Carmen Maria. *O uso de ghe/ghen em registros escritos do dialeto italiano da Serra Gaúcha*. In: BETTONI, Camilla (Org.). *Rivista Italiana di Dialettologia. Lingue dialetti società* a. XXVIII (2004). Bologna: CLUEB, p. 413.

FERGUSON, C. A. *Diglossia*. *Word*, vol. 15, 1959, pp. 325-340.

FISHMAN, Joshua A. A sociologia da linguagem. Trad. Álvaro Cabral. In: FONSECA, Maria Stella V. & NEVES, Moema F. (orgs.): *Sociolinguística*. Rio de Janeiro, Eldorado Tijuca, 1974. p. 25-40.

FRANCESCHI, Temistocle; CAMELLI, Antonio. *Dialetti Italiani dell'ottocento nel Brasile d'Oggi*. Firenze: Cultura, 1977.

FROSI, V. M. ; FAGGION, C. M.; DAL CORNO, G. O. M. *Estigma: Cultura e atitudes linguísticas*. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

FROSI, V. M. A linguagem oral da região de colonização italiana no sul do Brasil. In: MAESTRI, Mário (Coord.). *Nós, os ítalo-gaúchos*. Porto Alegre: UFRGS, 1999, p. 158-167.

FROSI, V. M. Dar Escola aos Filhos. In: CONSTANTINO, Núncia Santoro de; RIBEIRO, Cleodes Piazza Julio (Orgs.). *De Pioneiros a Cidadãos: Imagens da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul (1875-1960)*. Porto Alegre: Consulado Geral da Itália no Rio Grande do Sul, 2005. p. 81-92.

FROSI, V. M. *Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul; processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira*. 2. ed. Caxias do Sul: EducS, 2009.

FROSI, V. M. Os dialetos italianos no Rio Grande do Sul: convivência e mescla linguística. In: CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário (Coords.). *Raízes Italianas do Rio Grande do Sul 1875-1997*. Passo Fundo: UPF. 2000, p. 83-98.

FROSI, V. M. *Provérbios dialetais italianos: uma linguagem em extinção*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre – PUCRS, Porto Alegre, 1989.

FROSI, V. M.; DAL CORNO, G. O. M.; FAGGION, C. M. Bilinguismo, identidade étnica e atitudes linguísticas. In: CHAVES, Flávio L.; BATTISTI, Elisa (orgs.). *Cultura regional 2: língua, história e literatura*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2006.

FROSI, V. M.; DAL CORNO, G. O. M.; FAGGION, C. M. *Da estigmatização à solidariedade: atitudes linguísticas na RCI*. MétiS: história e cultura. Caxias do Sul, RS: EDUCS, v. 4, n. 8, jul-dez 2005.

FROSI, V. M.; DAL CORNO, G. O. M.; FAGGION, C. M. Prestígio e estigmatização: dialeto italiano e língua portuguesa da Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul. *Revista da ABRALIN*, v. 7, n. 2, jul-dez 2008. p. 139-167.

FROSI, V. M.; DAL CORNO, G. O. M.; FAGGION, C. M. Topônimos na RCI: resgate da identidade cultural. In: MAGALHÃES, José Suelide; TRAVAGLIA, Luiz Carlos (orgs.). *Múltiplas perspectivas em lingüística*. Uberlândia: EDUFU, 2008b. CD-Rom. p. 3017-3029

FROSI, V. M.; FAGGION, C. M.; DAL CORNO, G. O. M. A Linguagem da região de colonização italiana do nordeste do Rio Grande do Sul: prestígio e estigmatização. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. Vol. 5, n. 9, agosto de 2007.

FROSI, V. M.; FAGGION, C. M.; DAL CORNO, G. O. M. Profissões na denominação de ruas no município de Caxias do Sul: homenagem aos construtores da riqueza da RCI.

In: Simpósio Mundial de Estudos da Língua Portuguesa, 2008, São Paulo. In: *A Língua Portuguesa no Mundo*. São Paulo: USP, 2008a.

FROSI, Vitalina Maria. Os dialetos italianos no Rio Grande do Sul: convivência e mescla linguística. In: CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário (Coords.). *Raízes Italianas do Rio Grande do Sul 1875-1997*. Passo Fundo: UPF. 2000, p. 83-98.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Dialetos italianos: um perfil linguístico dos ítalo-brasileiros do Nordeste do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Educs, 1983. [2013 – ed. eletrônica]

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana do nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Movimento; Caxias do Sul: Educs, 1975; 2009.

GIANNI, Eliana. Transferências lexicais da língua portuguesa para a fala dialetal italiana em uma comunidade bilíngue do Nordeste do Rio Grande do Sul. In: BERTUSSI, Lisana. (Org.) *Mestres em Letras*. Caxias do Sul: EDUCS, 1998, p. 175-191.

GIGLIOLI, Paolo (A cura di). *Linguaggio e società*. Bologna: il Mulino, 1984.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 3. ed. São Paulo : Martins Fontes, 1991. 115 p.

HASENACK, H.; WEBER, E. (org.) *Base cartográfica vetorial continua do Rio Grande do Sul – ESCALA 1:50.000*. Porto Alegre, UFRGS-1B- Centro de Ecologia. 2010. 1 DVD-ROM (série Geoprocessamento, 3)

HERÉDIA, Vania. *O mito do imigrante no imaginário da cultura*. In: MÉTIS: história & cultura – v. 4, n. 8, p. 233-244, jul./dez. 2005

HOFFMAN, Charlotte. *An introduction to bilingualism*. England: Pearson education limited, 1991.

HYMES, Dell. *Fondamenti di sociolinguística; un approccio etnografico*. Bologna: Zanichelli, 1980.

IANNI, Octávio. Conferência – Aspectos políticos e econômicos da imigração italiana. In: Instituto Superior Brasileiro –Italiano de Estudos e Pesquisa. *Imigração Italiana: estudos – Conferências e debates apresentados durante o 1º e 2º fórum de estudos ítalo-brasileiros, 1975 e 1976*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brides; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979. p. 11 – 28.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse do censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2011.

IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: *Estudos sobre as línguas estrangeiras e aborígenes faladas no Brasil*. Rio de Janeiro : Serviço Gráfico do IBGE, 1950. 114 p. (Estatística cultural; 2.)



IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: *Os indígenas no censo demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. Rio de Janeiro, 2012. 31 p. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena\\_censo2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf)

IOTTI, Luiza Horn (org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

JOHNSTONE, Barbara. Language and Geographical Space. In: AUER, Peter & SCHMIDT, Jürgen Erich (eds.). *Language and space: theories and methods*. Berlin/New York: de Gruyter, 2010. vol.1. p. 1-18

KERSWILL, Paul. Migration and language. In: Mattheier, Klaus; Ammon, Ulrich e Trudgill, Peter (eds.) *Sociolinguistics/Soziolinguistik*. An international handbook of the science of language and society. Berlin: De Gruyter, 2006. , 2nd ed., Vol 3.

KLOSS, Heinz. German-american language maintenance efforts. In: FISHMAN, Joshua A. (ed.). *Language loyalty in the United States*. The Hague : Mouton, 1966. p. 206-252.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. trad. Bagno, Scherre e Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LAMELI; KEHREIN; RABANUS (Eds.). *Language and Space*. An International Handbook of Linguistic Variation: Language Mapping. Berlin/New York: De Gruyter Mouton, 2010. vol. 2 (HSK; 30.2)

LENZ, Alexandra N. Zur Struktur des Westmitteldeutschen Substandards – Dynamik von Varietäten. In: EGGERS, Eckhard; SCHMIDT, Jürgen Erich; STELLMACHER, Dieter (Hrsgs.). *Moderne Dialekte – Neue Dialektologie*. Akten des 1. Kongresses der Internationalen Gesellschaft für Dialektologie des Deutschen (IGDD). Stuttgart: Franz Steiner, 2005. p. 229-252. [CVA; digital; em trad.]

LYONS, John. *Introdução à Linguística Teórica*. São Paulo: Nacional, 1979.

LYONS, John. *Linguagem e Linguística; uma introdução*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

MACKEY, William F. The description of bilingualism. In: FISHMAN, Joshua A. [ed.]. *Reading in the sociology of language*. 3. ed. The Hague : Mouton, 1972. p. 554-584.

MANFROI, Olívio. *A Colonização Italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1975.

MARAZZINI, Claudio. Koinè. In: BECCARIA, Gian Luigi (Org.). *Dizionario di linguística e di filologia, métrica, retórica*. Torino: Einaudi, 2007, p. 427-428.

MARGOTTI, Felício Wessling. *Difusão sócio-geográfica do português em contato com o italiano no sul do Brasil*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Letras/UFRGS, 2004. (Disponível em <http://www.ufrgs.br/ppglettras/defesas/2004/FelicioWesslingMargotti.pdf>.)

MARTINELLI, M. *Mapas da geografia e cartografia temática*. São Paulo: Contexto, 2007. 112 p.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política*. Livro Primeiro: o processo de produção do capital. 8.ed. Tradução de Reginaldo Sant'ana. São Paulo: DIFEL, 1982.

MATTOS E SILVA, R.V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

MERLOTTI, Vania B. P. *O mito do padre entre descendentes italianos*. 2. ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Educs, 1979.

MIORANZA, Ciro. *Os Cimbros de Antônio Prado* (dialeto alemão falado por imigrantes italianos) em: Imigração italiana: estudos. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes. Caxias do Sul: Educs, 1979. p. 247. (Anais do I e do II Fórum de estudos italo-brasileiros).

MORTARA, Giorgio. *Immigration to Brazil: some observations on the linguistic assimilation of immigrants and their descendants in Brazil*. In: Cultural Assimilation of Immigrants. Supplement to Population Studies. London / New York, Cambridge University Press, 1950. p. 39-44.

NETTLE, Daniel and ROMAINE, Suzanne. *Vanishing Voices: The Extinction of the World's Languages*. New York: Oxford University Press, 2002.

NOGUEIRA, R. E. *Cartografia: Representação, Comunicação e Visualização de Dados Espaciais*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009 (3ª ed.). 327 p.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de & ALTENHOFEN, Cléo V. O in vitro e o in vivo na política da diversidade lingüística do Brasil: inserção e exclusão do plurilingüismo na educação e na sociedade. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso (orgs.). *Os contatos lingüísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p.187-216.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. As línguas brasileiras e os direitos lingüísticos. In: OLIVEIRA, Gilvan Müller de (org.). *Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos: novas perspectivas em política lingüística*. Campinas (SP): Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); Florianópolis : IPOL, 2003. p. 7-12.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito lingüístico. IN: SILVA, Fábio Lopes da & MOURA, Heronides Maurílio de Melo (orgs.). *O direito à fala: a questão do preconceito lingüístico*. Florianópolis : Insular, 2000. p. 83-92

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. *Plurilingüismo no Brasil*. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística (IPOL), 2008.

PAVIANI, Neires M. S. *Atuação do professor de português em situações de bilingüismo*. Tese Doutoral. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1997.

PAVIANI, Neires Maria Soldatelli. Estigma social da pronúncia no ensino do Português. In: FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes e ZILLES, Urbano (Org.). *Filosofia: diálogo de horizontes*. Caxias do Sul: Educus; Porto Alegre: Edipucrs, 2001. p. 627-634.

PAVIANI, Neires Maria Soldatelli. *O pronome ético: uma característica dialetal*. Caxias do Sul: Educus, 2004.

PERROD, Enrico. Le colonie brasiliane Conte D'Eu e Donna Isabella. *Bollettino Consolare*. Roma: Fratelli Bocca, 1883. p. 297-320.

PERTILE, Marley T. *O talian entre o italiano-padrão e o português brasileiro: manutenção e substituição linguística no Alto Uruguai Gaúcho*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Letras/UFRGS, 2009.

PINHEIRO, Luciana Santos. *Bases conceituais para uma política linguística do português / italiano nas escolas: Caxias do Sul – RS*. Caxias do Sul: UCS, 2008. (dissertação de mestrado)

PONSO, Letícia Cao. A variação pluridimensional como filtro em uma situação de contato linguístico. In: ALTENHOFEN, Cléo V. et al. (Orgs.). *Anais do I Fórum Internacional da Diversidade Lingüística: por uma política para a diversidade lingüística no ensino de línguas*. (1. : Porto Alegre : 2007). Porto Alegre : Evangraf / Instituto de Letras (UFRGS), 2008 . p. 709-719.

PORTO, Renata Sobrino. *Os estudos sociolingüísticos sobre o code-switching: uma revisão bibliográfica*. Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL. Vol. 5, n. 9, agosto de 2007. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

RASO, Tommaso; MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V. Os contatos linguísticos e o Brasil: Dinâmicas pré-históricas, sócio-históricas e políticas. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso (orgs.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 13-56.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES (2006-2007), encaminhado pelo Grupo de Trabalho da Diversidade Lingüística do Brasil (GTDL), através do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), 2007.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 436 p.

RIBEIRO, Liane Beatriz Moretto. Escolas italianas em zona rural do Rio Grande do Sul. In: RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio; POZENATO, José Clemente (Orgs.). *Cultura, Imigração e memória: percursos & horizontes*. Caxias do Sul RS: Educus, 2004, p. 147-164.

RIEHL, Claudia Maria. Discontinuous language spaces (Sprachinseln). In: AUER, Peter & SCHMIDT, Jürgen Erich (eds.). *Language and space: theories and methods*. Berlin/New York: de Gruyter, 2010. vol. 1. p. 332 – 354.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROMAINE, Suzanne e NETTLE, Daniel. 2001. The Last Survivors. *Cultural Survival Quarterly*. Summer Issue. Vol. 25(2):44-47. *Endangered Languages. Endangered Lives*. edited by Eileen Moore Quinn. 2001. In: <http://users.ox.ac.uk/~romaine/The%20Last%20Survivors.htm>, acesso em: 20.12.2010

ROMAINE, Suzanne. *Preserving endangered languages*. Blackwells Language and Linguistic. Compass, 2007. 1/1–2:115–132.

ROMAINE, Suzanne. *Bilingualism*. 2nd. ed. Oxford, England: Blackwell Publishing, 2009.

SABBATINI, Mario. *La regione di colonizzazione italiana in Rio Grande do Sul; gli insediamenti nelle aree rurali*. Estrato. Firenze: Cultura, 1975.

SANCHEZ, M. C. *A cartografia como técnica auxiliar da geografia*. Boletim de. Geografia Teorética, 3(6): 31-46, 1973.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. – 4ª. ed., 2ª. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. *Território, Globalização e Fragmentação*. 4a edição. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Salette Rosa Pezzi dos. O Radicci no contato italiano-português da região de Caxias do Sul: identidade, atitudes linguísticas e manutenção do bilinguismo. In: BETTONI, Camila (Org.). *Rivista Italiana di Dialettologia. Lingue dialetti società a*. XXVIII (2004). Bologna: CLUEB, p. 409-410.

SCHADEN, Egon. *Aculturação lingüística numa comunidade rural*. In: *Revista de Sociologia*, São Paulo, n. 4(3), p. 268-285, 1942.

SCHIRMUNSKI, Victor. *Deutsche Mundarten an der Nawa. (Mit 1 Karte.) II. Heimatbestimmung der ältesten deutschen Siedlungs-mundarten im Nawa-Gebiete*. In: *Teuthonista*, Bonn a. R., Klopp, n. 3, Heft 2/3, p. 153-165. 1926/27.

SIEGEL, Jeff. *Koines and koineization*. In: *Language in Society*, v. 14, p. 357-378, 1985.

SILVA, Fábio L. da. MOURA, Heronides M. de M. (eds.). *O direito à fala: a questão do preconceito lingüístico*. Florianópolis: Insular, 2002.

SKUTNABB-KANGAS, Tove & PHILLIPSON, Robert. Linguicide and linguicism. In: GOEBEL, Hans et al. (eds.). *Contact linguistics: an international handbook of contemporary research*. Handbooks of linguistics and communication science. Berlin: Walter de Gruyter & Co., 1996. p. 667-675.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas. A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.

THUN, Harald. Movilidad demográfica y dimensión topodinámica. Los montevideanos en Rivera. In: Radtke, Edgar & Thun, Harald [orgs.]. *Neue Wege der romanischen Geolinguistik: Akten des Symposiums zur empirischen Dialektologie*. Kiel : Westensee-Verl., 1996. p. 210-269.

THUN, Harald. Pluridimensional cartography. In: LAMELI, Alfred; KEHREIN, Roland & RABANUS, Christian (eds.). *Language mapping*. Berlin: de Gruyter Mouton, 2010a. p. 506-523.

THUN, Harald. Variety complexes in contact: A study on Uruguayan and Brazilian Fronterizo. In: AUER, Peter & SCHMIDT, Erich (eds.). *Language and space: An International Handbook of Linguistic Variation. Vol. 1: Theories and methods*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2010b. p. 706-723.

TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.

TRUDGILL, P. J. *Dialects in contact*. Oxford: Blackwell, 1986.

TRUDGILL, P. J. *The chaos before the order: New Zealand English and the second stage of new-dialect formation*. In E. H. Jahr (ed). *Advances in historical sociolinguistics* (pp. 1-11). Berlin: Mouton de Gruyter, 1998.

VEDOVELLI, Massimo. Recensione di Dialetos italianos. In: ROSOLI, Gianfausto (Org.). *Rivista Studi Emigrazione/Etudes Migrations*. Roma: CSER, 1985, p. 502-504.

VIGNUZZI, Ugo. *Una lingua è un dialetto che ha fatto carriera l'unificazione è stata un scelta politica* In: <<http://www.reporternuovo.it/2011/01/15/una-lingua-e-un-dialetto-che-ha-fatto-carriera-lunificazione-e-stata-un-scelta-politica/>>, acesso em: 21.11.2013

WILLEMS, Emílio. *Assimilação e populações marginais no Brasil: estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. XIX, 343 p.

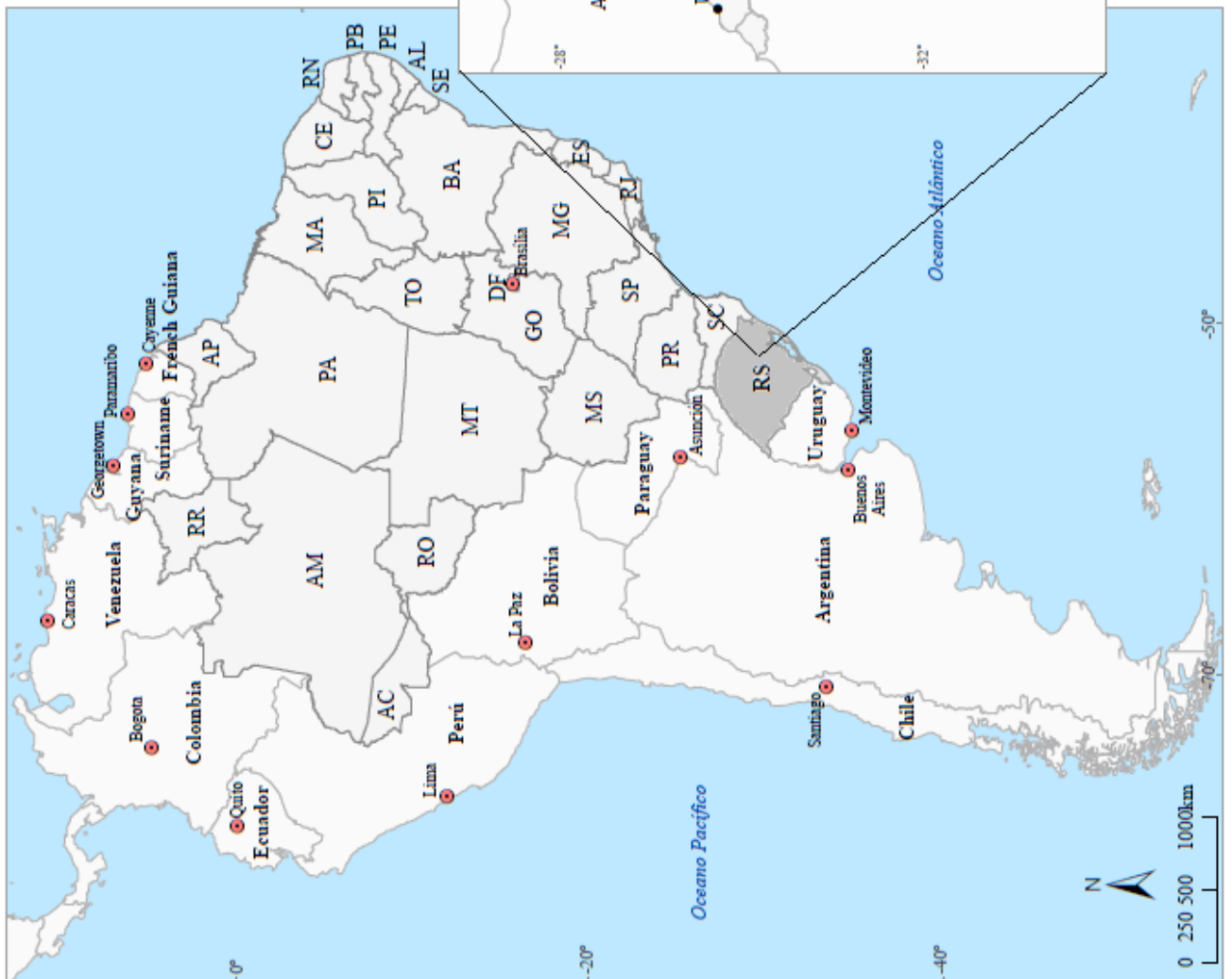
ZANINI, Maria C. C. *Pertencimento étnico e territorialidade: italianos na região central do Rio Grande do Sul (Brasil)*. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 3, 2008. p. 140 – 163.

ANEXO

Mapas

mapa 1

# Localização do Rio Grande do Sul na América do Sul



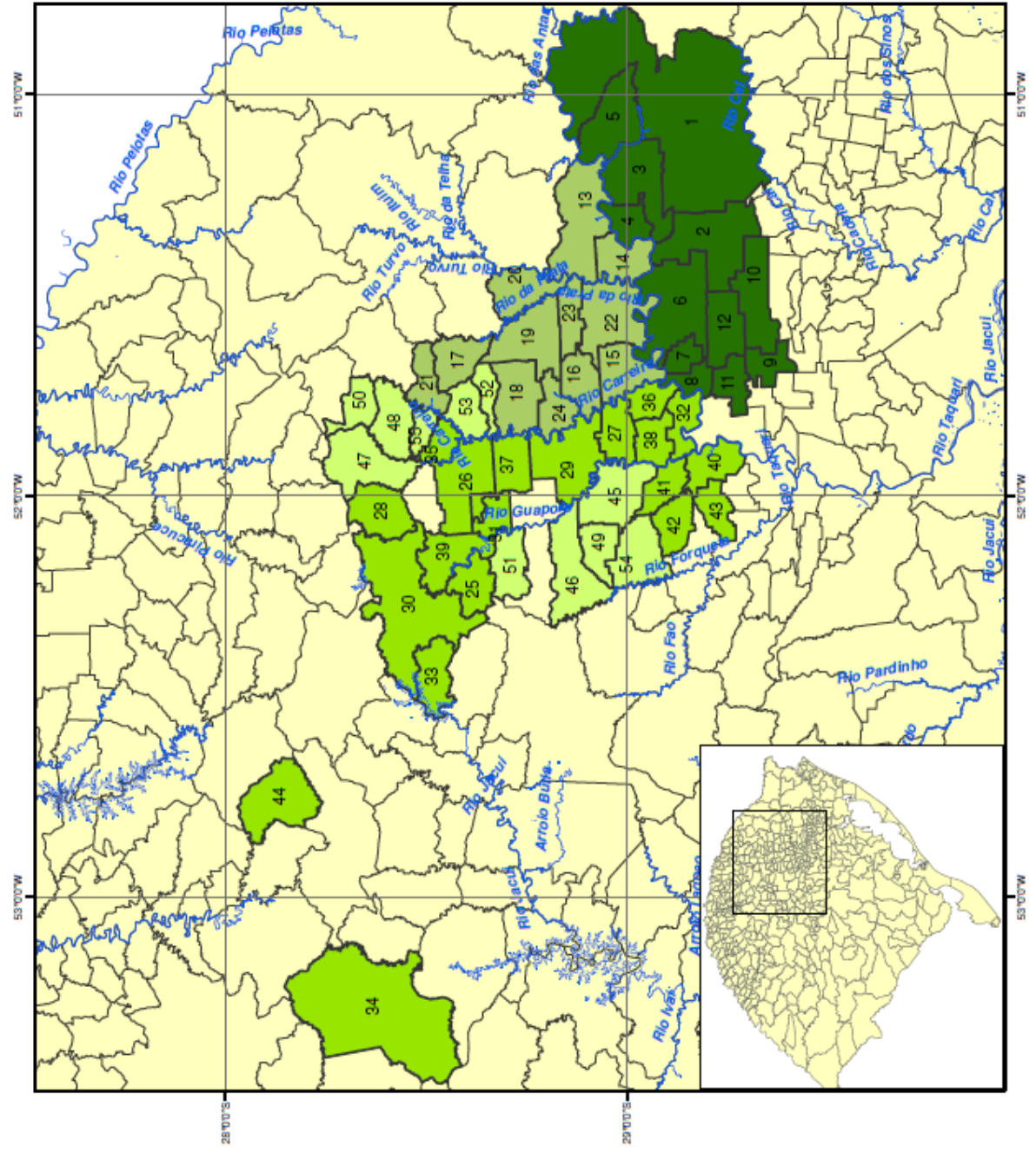
Base cartográfica: IBGE, ESRI  
Cartografia: FEE/NERU

2

**COLÔNIAS ITALIANAS NO RIO GRANDE DO SUL - RCI**

- Antiga Colônia I (1875 - 1885)
- Antiga Colônia II (1884 - 1896)
- Nova Colônia (1882 - 1900)
- Novíssima Colônia (1900 em diante)
- Principais cursos d'água

- 1 Caxias do Sul
- 2 Farroupilha
- 3 Flores da Cunha
- 4 Nova Pádua
- 5 São Marcos
- 6 Bento Gonçalves
- 7 Monte Belo do Sul
- 8 Santa Tereza
- 9 Boa Vista do Sul
- 10 Carlos Barbosa
- 11 Coronel Pilar
- 12 Garibaldi
- 13 Antônio Prado
- 14 Nova Roma do Sul
- 15 Cotiporã
- 16 Fagundes Varela
- 17 Guabiju
- 18 Nova Bassano
- 19 Nova Prata
- 20 Protásio Alves
- 21 São Jorge
- 22 Veranópolis
- 23 Vila Flores
- 24 Vista Alegre do Prata
- 25 Camargo
- 26 Casca
- 27 Dois Lajeados
- 28 Gentil
- 29 Guaporé
- 30 Marau
- 31 Montauri
- 32 Mupum
- 33 Nicolau Vergueiro
- 34 Santa Bárbara do Sul
- 35 São Domingos do Sul
- 36 São Valentim do Sul
- 37 Serafina Correa
- 38 Vespasiano Correa
- 39 Vila Maria
- 40 Encantado
- 41 Doutor Ricardo
- 42 Relvado
- 43 Nova Brésia
- 44 Coqueiros do Sul
- 45 Anita Gorda
- 46 Anvórezinha
- 47 Ciriaco
- 48 David Canabarro
- 49 Iúpois
- 50 Muliterno
- 51 Nova Alvorada
- 52 Nova Araçá
- 53 Parai
- 54 Putinga
- 55 Vantini

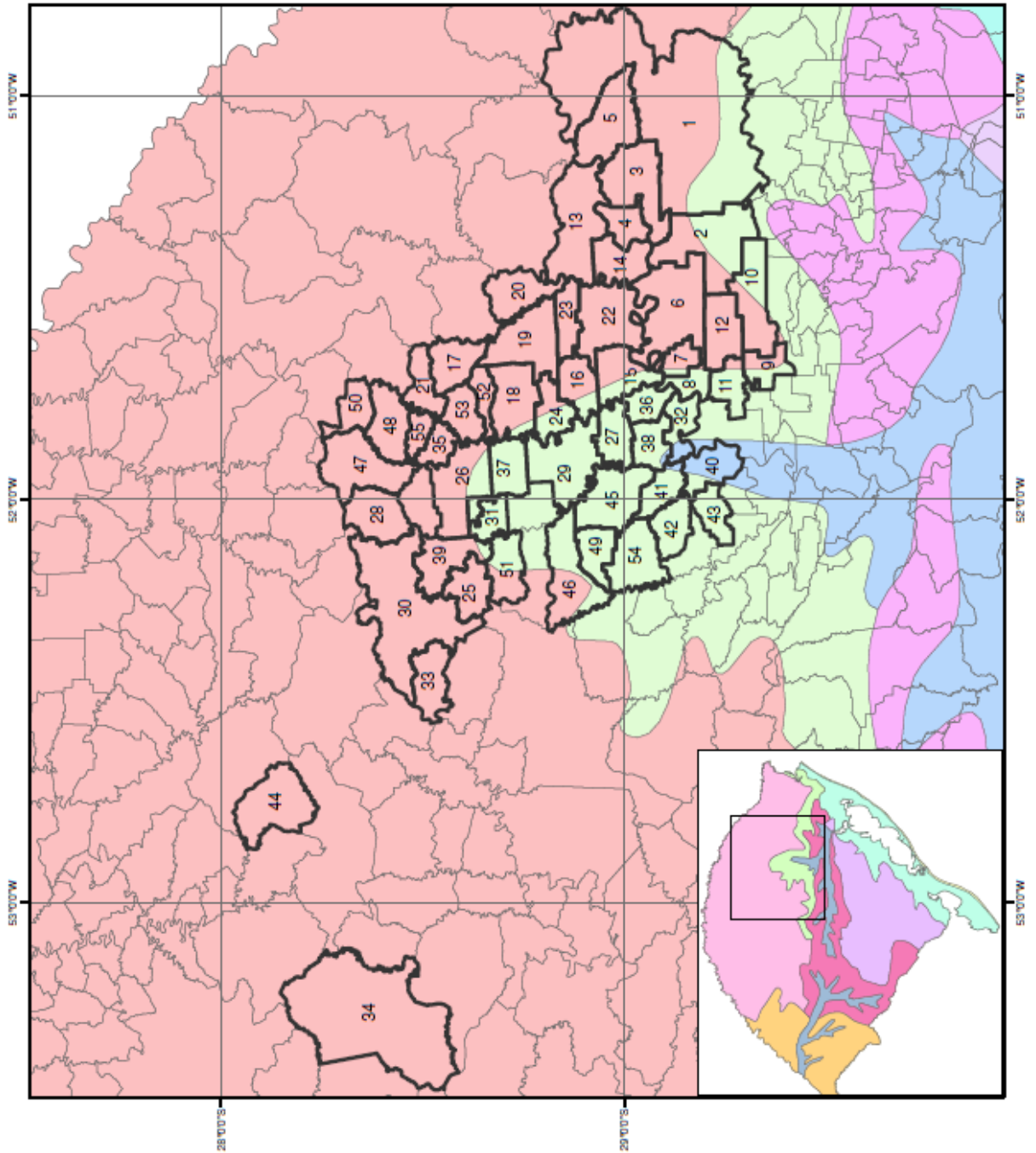




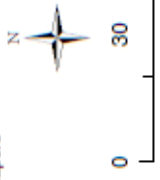
3

**RELEVO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NA REGIÃO DE COLONIZAÇÃO ITALIANA**

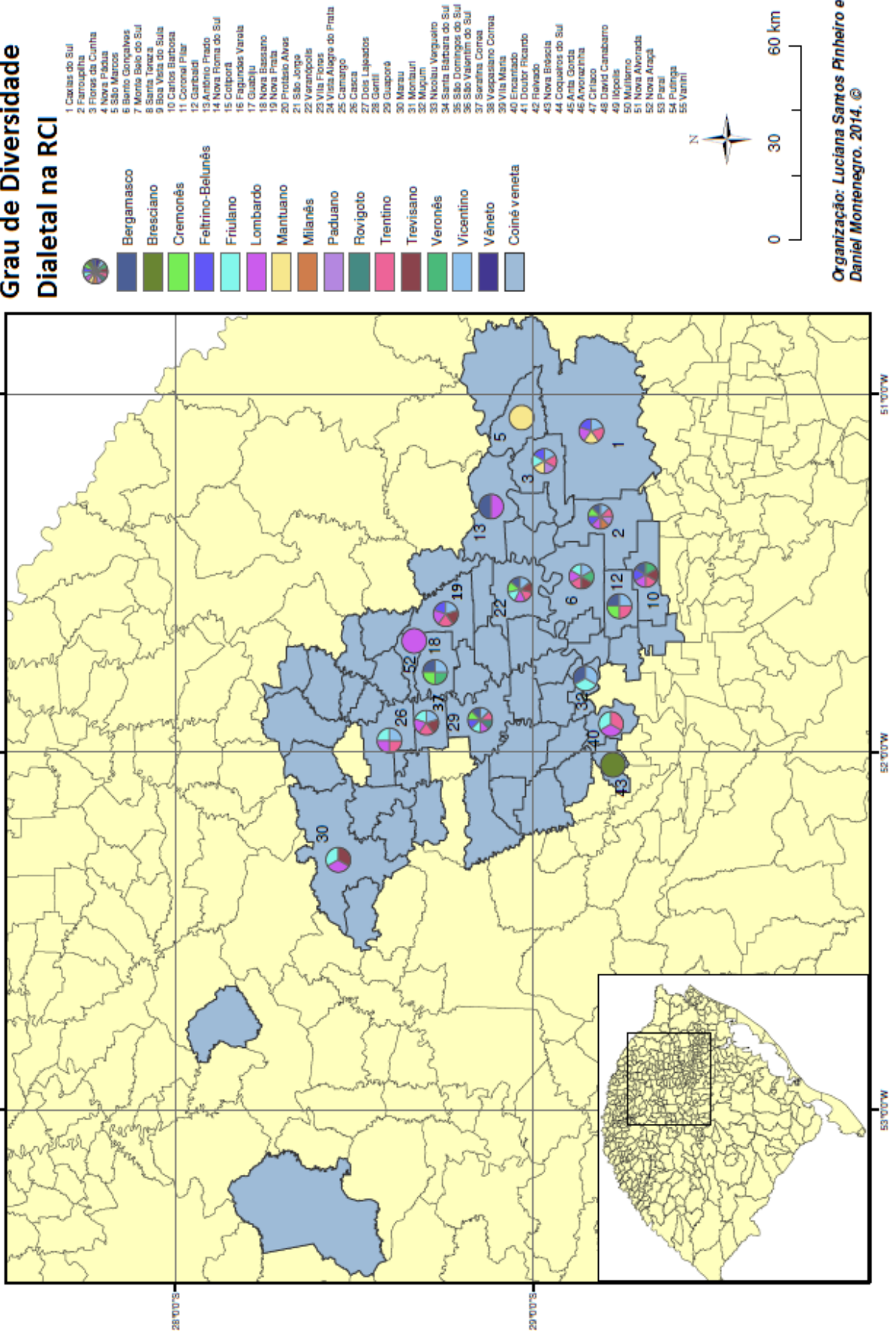
-  colônias
-  Depressão Central Gaúcha
-  Patamar Oriental da Bacia do Paraná
-  Planalto Sul-Riograndense
-  Planalto da Campanha Gaúcha
-  Planalto das Araucárias
-  Planícies Fluviais e/ou Fluvio-lacustres
-  Planícies Marinhas, Fluvio-marinhas e/ou Fluvio-lacustres



- 1 Cavilhas do Sul
- 2 Farroupilha
- 3 Flores da Cunha
- 4 Nova Pádua
- 5 São Marcos
- 6 Bento Gonçalves
- 7 Monte Belo do Sul
- 8 Santa Tereza
- 9 Boa Vista do Sul
- 10 Carlos Barbosa
- 11 Coronel Pilar
- 12 Garibaldi
- 13 Antônio Prado
- 14 Nova Roma do Sul
- 15 Coliporá
- 16 Fagundes Varela
- 17 Guabiju
- 18 Nova Bassano
- 19 Nova Prata
- 20 Profáasio Alves
- 21 São Jorge
- 22 Veranópolis
- 23 Vila Flores
- 24 Vista Alegre do Prata
- 25 Camargo
- 26 Casca
- 27 Dois Lajeados
- 28 Gentil
- 29 Guaporé
- 30 Marau
- 31 Montauri
- 32 Muçum
- 33 Nicolau Vergueiro
- 34 Santa Bárbara do Sul
- 35 São Domingos do Sul
- 36 São Valentim do Sul
- 37 Serrafina Correa
- 38 Vespasiano Correa
- 39 Vila Maria
- 40 Encantado
- 41 Doutor Ricardo
- 42 Relvado
- 43 Nova Bréscea
- 44 Coqueiros do Sul
- 45 Anta Gorda
- 46 Anorezinha
- 47 Ciriaco
- 48 David Canabarro
- 49 Ilopolis
- 50 Multierno
- 51 Nova Alvorada
- 52 Nova Araçá
- 53 Parai
- 54 Puringa
- 55 Vanini



# 4.1 Grau de Diversidade Dialetoal na RCI



# 4.2

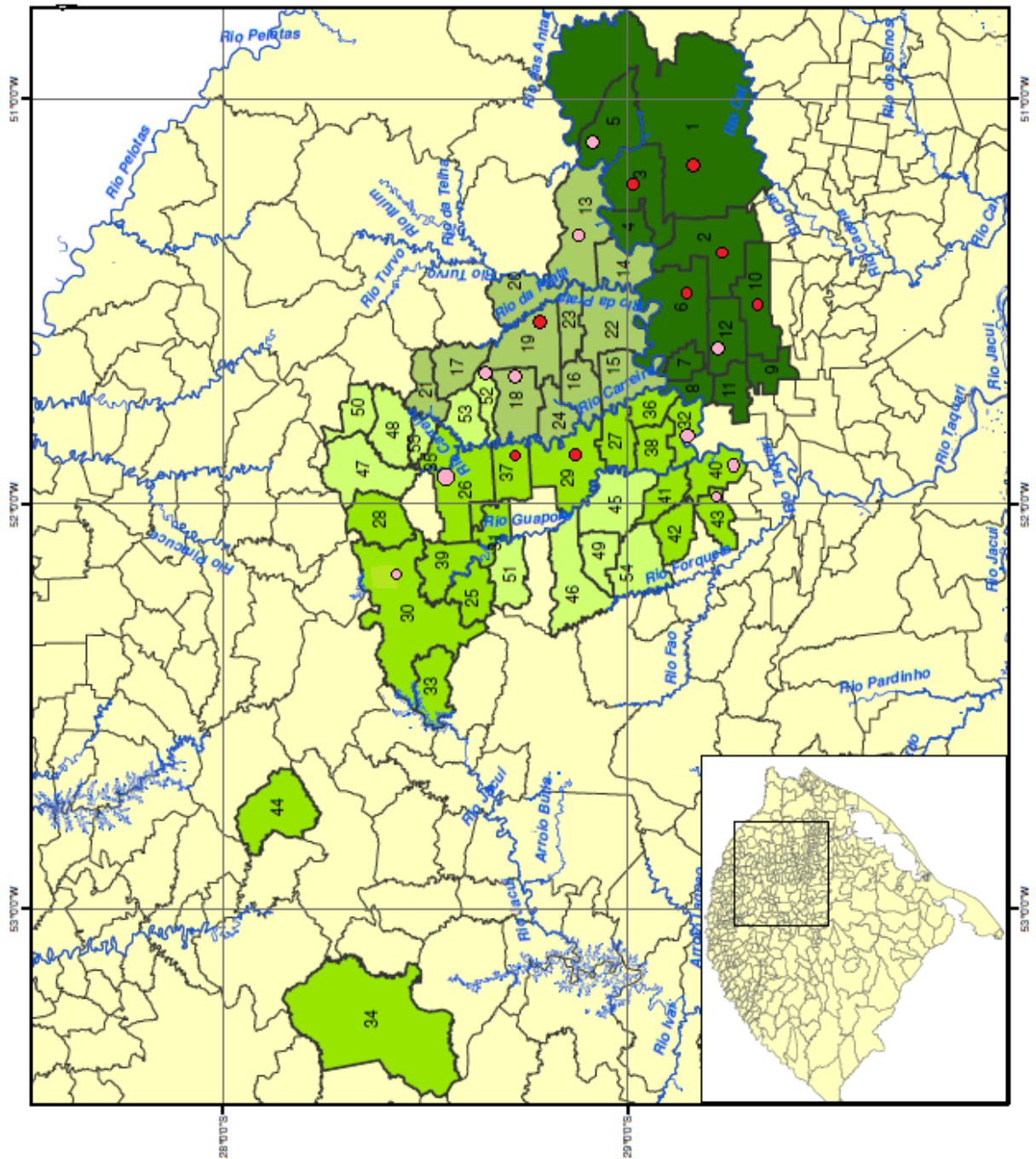
## DIVERSIDADE DE VARIEDADES DIALETAIS DO ITALIANO NA RCI

- Antiga Colônia I (1875 - 1885)
- Antiga Colônia II (1884 - 1896)
- Nova Colônia (1882 - 1900)
- Novíssima Colônia (1900 em diante)

- Principais cursos d'água
- + de 4 variedades
- até 4 variedades

A coine está presente em toda a área da RCI

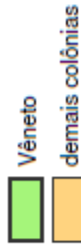
- 1 Caxias do Sul
- 2 Fairouplilha
- 3 Flores da Cunha
- 4 Nova Pádua
- 5 São Marcos
- 6 Bento Gonçalves
- 7 Monte Belo do Sul
- 8 Santa Tereza
- 9 Boa Vista do Sul
- 10 Carlos Barbosa
- 11 Coronel Pilar
- 12 Garibaldi
- 13 Antônio Prado
- 14 Nova Roma do Sul
- 15 Coqueiros do Sul
- 16 Fagundes Varela
- 17 Guabiju
- 18 Nova Bassano
- 19 Nova Prata
- 20 Profissão Alves
- 21 São Jorge
- 22 Veranópolis
- 23 Vila Flores
- 24 Vista Alegre do Prata
- 25 Camargo
- 26 Casca
- 27 Dois Leixeados
- 28 Gentil
- 29 Guaporé
- 30 Marau
- 31 Montauri
- 32 Mucum
- 33 Nicolau Vergueiro
- 34 Santa Bárbara do Sul
- 35 São Domingos do Sul
- 36 São Valentim do Sul
- 37 Serafina Correa
- 38 Vespasiano Correa
- 39 Vila Maria
- 40 Encantado
- 41 Doutor Ricardo
- 42 Relvado
- 43 Nova Brésia
- 44 Coqueiros do Sul
- 45 Anta Gorda
- 46 Arvorezinha
- 47 Ciriaco
- 48 David Canabarro
- 49 Ilopolis
- 50 Multierno
- 51 Nova Alvorada
- 52 Nova Araçá
- 53 Parati
- 54 Putinga
- 55 Vanini





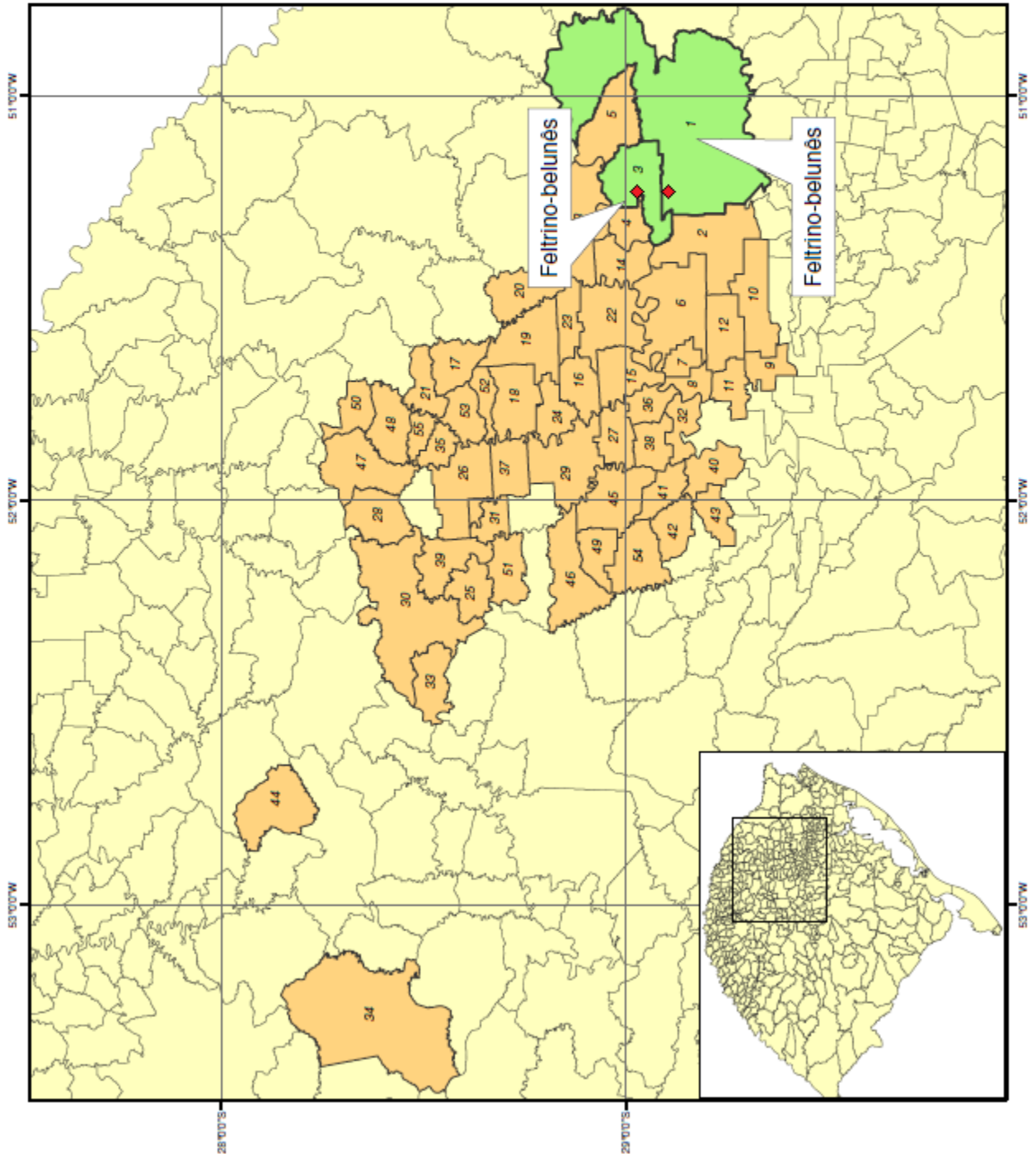
5

**ILHAS DIALETAIS**  
**Grupo Dialectal Vêneto**



◆ localização aprox. da ilha dialectal

- 1 Coxias do Sul
- 2 Farroupilha
- 3 Flores da Cunha
- 4 Nova Pádua
- 5 São Marcos
- 6 Bento Gonçalves
- 7 Monte Belo do Sul
- 8 Santa Tereza
- 9 Boa Vista do Sul
- 10 Carlos Barbosa
- 11 Coronel Pilar
- 12 Garibaldi
- 13 Antônio Prado
- 14 Nova Roma do Sul
- 15 Cotipora
- 16 Fagundes Varela
- 17 Guabiju
- 18 Nova Bassano
- 19 Nova Prata
- 20 Protásio Alves
- 21 São Jorge
- 22 Veranópolis
- 23 Vila Flores
- 24 Vista Alegre do Prata
- 25 Camargo
- 26 Casca
- 27 Dois Lejeados
- 28 Gentil
- 29 Guaporé
- 30 Marau
- 31 Montauri
- 32 Muçum
- 33 Nicolau Vergueiro
- 34 Santa Bárbara do Sul
- 35 São Domingos do Sul
- 36 São Valentim do Sul
- 37 Serafina Correa
- 38 Vespasiano Correa
- 39 Vila Maria
- 40 Encantado
- 41 Doutor Ricardo
- 42 Relvado
- 43 Nova Erésia
- 44 Coqueiros do Sul
- 45 Anta Gorda
- 46 Anorezinha
- 47 Ciriaco
- 48 David Canabarro
- 49 Itópolis
- 50 Muliterno
- 51 Nova Alvorada
- 52 Nova Araçá
- 53 Parai
- 54 Putinga
- 55 Vanini

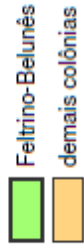


Organização: *Luciana Santos Pinheiro e Daniel Montenegro. 2014. ©*

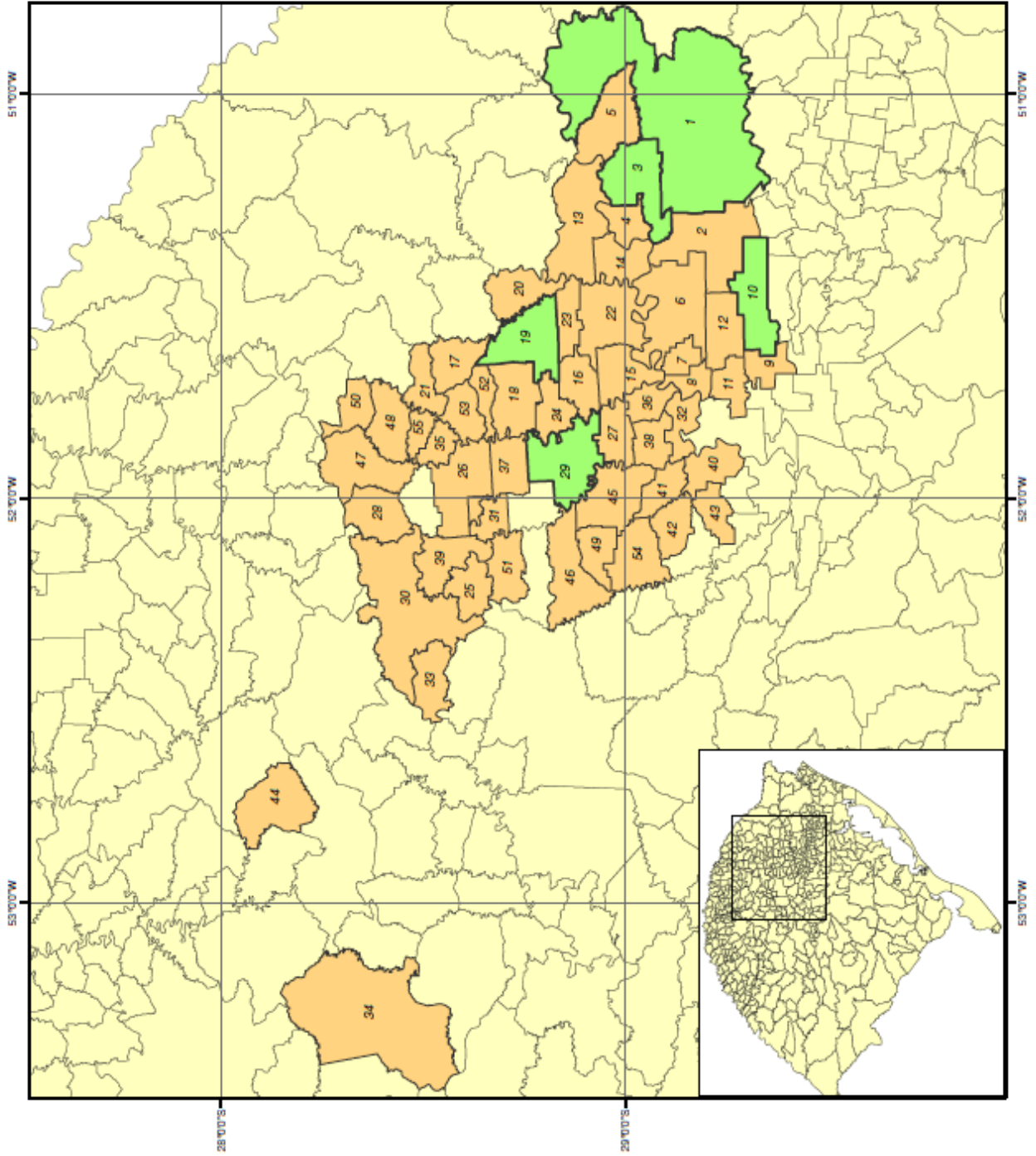
# 5.1

## DIALETOS VÊNETOS

### Dialetos Feltrino-Belunês

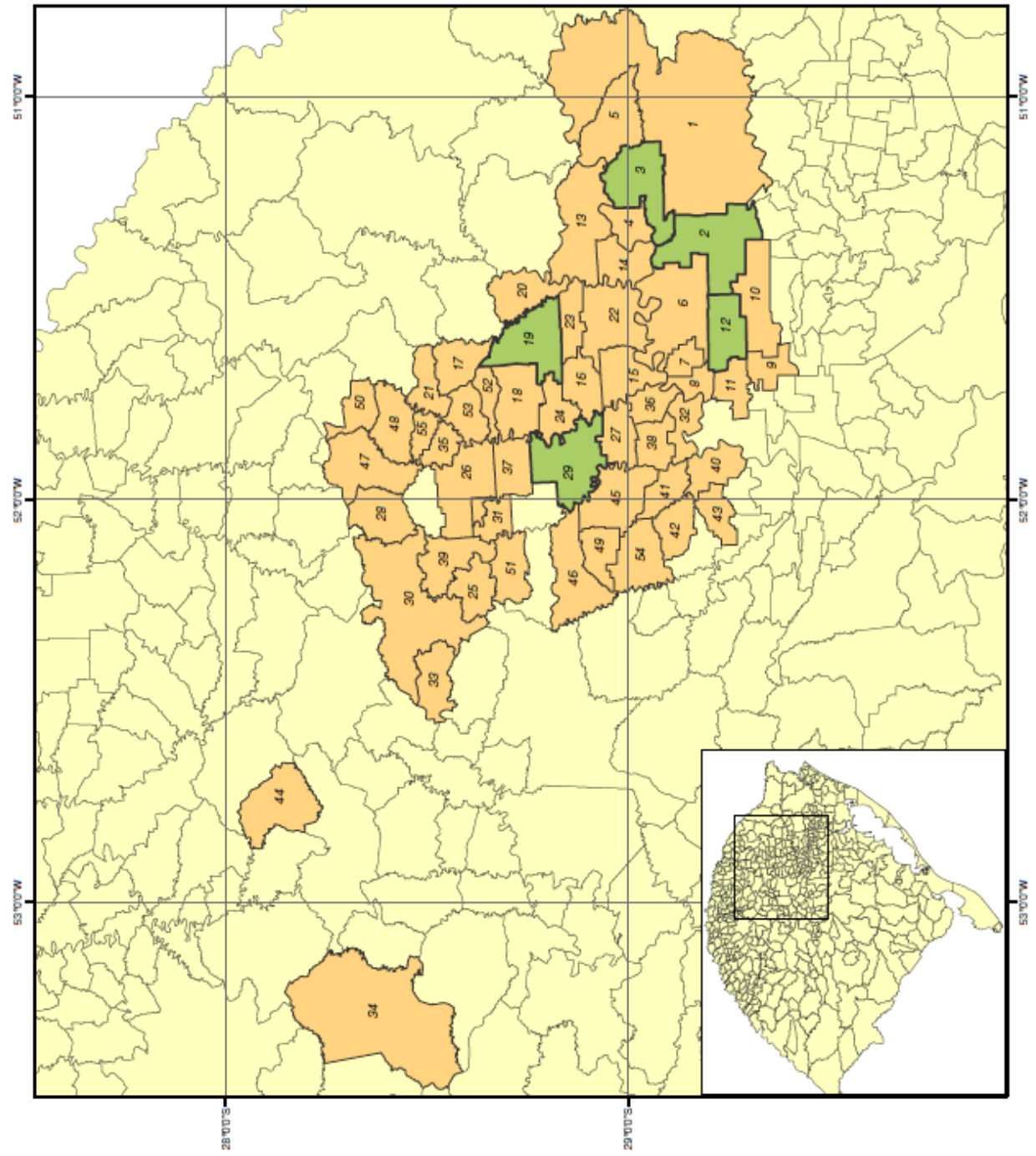


- |    |                       |    |                      |
|----|-----------------------|----|----------------------|
| 1  | Caxias do Sul         | 30 | Marau                |
| 2  | Farrapilha            | 31 | Montauri             |
| 3  | Flores da Cunha       | 32 | Muquim               |
| 4  | Nova Pádua            | 33 | Nicolau Vergueiro    |
| 5  | São Marcos            | 34 | Santa Bárbara do Sul |
| 6  | Bento Gonçalves       | 35 | São Domingos do Sul  |
| 7  | Monte Belo do Sul     | 36 | São Valentim do Sul  |
| 8  | Santa Tereza          | 37 | Serafina Correa      |
| 9  | Boa Vista do Sul      | 38 | Vespasiano Correa    |
| 10 | Carlos Barbosa        | 39 | Vila Maria           |
| 11 | Coronel Pilar         | 40 | Encantado            |
| 12 | Garibaldi             | 41 | Doutor Ricardo       |
| 13 | Antônio Prado         | 42 | Reivado              |
| 14 | Nova Roma do Sul      | 43 | Nova Brésia          |
| 15 | Cotiporã              | 44 | Coqueiros do Sul     |
| 16 | Fagundes Varela       | 45 | Anta Gorda           |
| 17 | Guabiju               | 46 | Anverezinha          |
| 18 | Nova Bassano          | 47 | Ciriaco              |
| 19 | Nova Prata            | 48 | David Canabarro      |
| 20 | Profissão Alves       | 49 | Ilopolis             |
| 21 | São Jorge             | 50 | Muliterno            |
| 22 | Veranópolis           | 51 | Nova Alvorada        |
| 23 | Vila Flores           | 52 | Nova Araçá           |
| 24 | Vista Alegre do Prata | 53 | Parai                |
| 25 | Camargo               | 54 | Putinga              |
| 26 | Casca                 | 55 | Vanini               |
| 27 | Dois Lajeados         |    |                      |
| 28 | Gentil                |    |                      |
| 29 | Guaporé               |    |                      |



Organização: Luciana Santos Pinheiro e Daniel Montenegro. 2014. ©

## 5.2 DIALETOS VÊNETOS Dialeto Vicentino



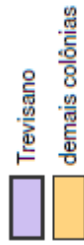
Organização: Luciana Santos Pinheiro e Daniel Montenegro, 2014. ©



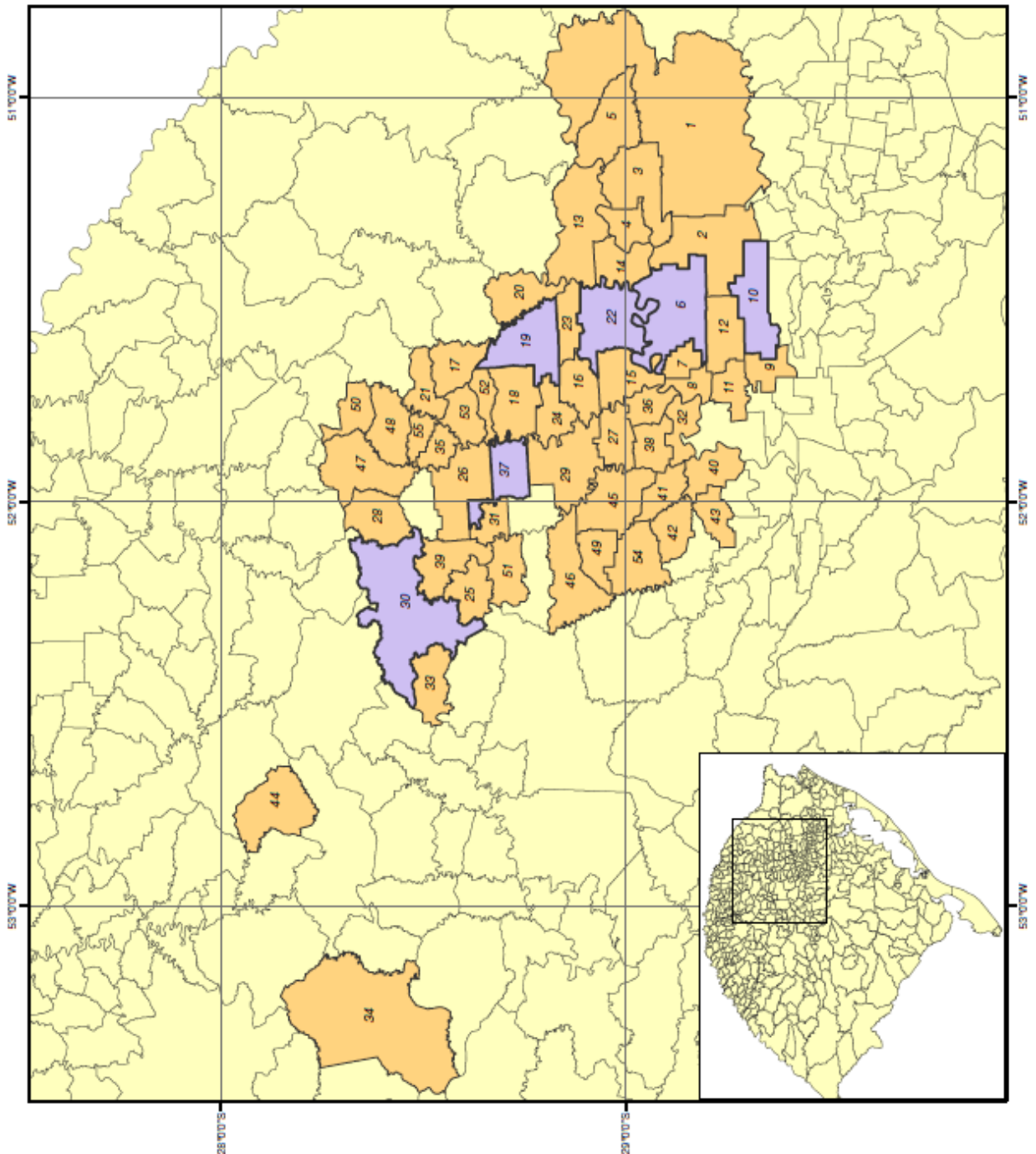
# 5.3

## DIALETOS VÊNETOS

### Dialeto Trevisano

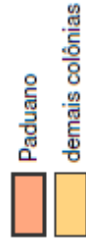


- 1 Caxias do Sul
- 2 Farroupilha
- 3 Flores da Cunha
- 4 Nova Fátua
- 5 São Marcos
- 6 Bento Gonçalves
- 7 Monte Belo do Sul
- 8 Santa Tereza
- 9 Boa Vista do Sul
- 10 Carlos Barbosa
- 11 Coronel Pilar
- 12 Garibaldi
- 13 Antônio Prado
- 14 Nova Roma do Sul
- 15 Coliporã
- 16 Fagundes Varela
- 17 Guabiju
- 18 Nova Bassano
- 19 Nova Prata
- 20 Protásio Alves
- 21 São Jorge
- 22 Veranópolis
- 23 Vila Flores
- 24 Vista Alegre do Prata
- 25 Carmargo
- 26 Casca
- 27 Dois Lajeados
- 28 Gentil
- 29 Guaporé
- 30 Marau
- 31 Montauri
- 32 Muçum
- 33 Nicolau Vergueiro
- 34 Santa Bárbara do Sul
- 35 São Domingos do Sul
- 36 São Valentim do Sul
- 37 Serafina Correa
- 38 Vespasiano Correa
- 39 Vila Maria
- 40 Encantado
- 41 Doutor Ricardo
- 42 Relvado
- 43 Nova Brásia
- 44 Coqueiros do Sul
- 45 Anita Gorda
- 46 Anorezinha
- 47 Criaco
- 48 David Canabarro
- 49 Ilópolis
- 50 Muliterno
- 51 Nova Alvorada
- 52 Nova Araçá
- 53 Parai
- 54 Putinga
- 55 Vanini

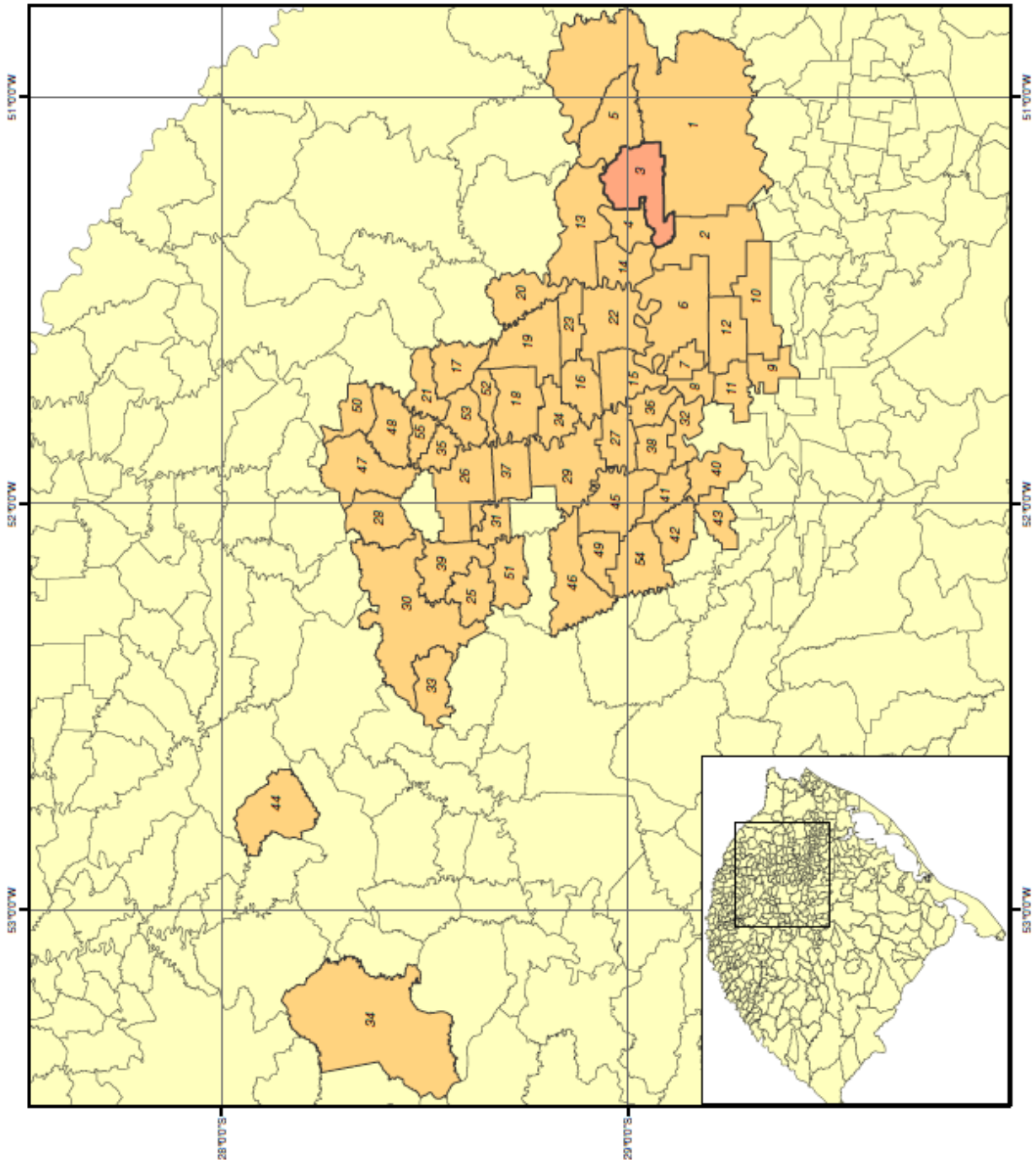
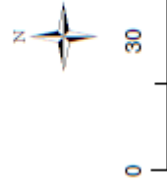


# 5.4 DIALETOS VÊNETOS

## Dialeto Paduano



- 1 Caxias do Sul
- 2 Farroupilha
- 3 Flores da Cunha
- 4 Nova Pádua
- 5 São Marcos
- 6 Bento Gonçalves
- 7 Monte Belo do Sul
- 8 Santa Tereza
- 9 Boa Vista do Sull
- 10 Carlos Barbosa
- 11 Coronel Pilar
- 12 Garibaldi
- 13 Antônio Prado
- 14 Nova Roma do Sul
- 15 Coliporá
- 16 Fagundes Varela
- 17 Guabiju
- 18 Nova Bassano
- 19 Nova Prata
- 20 Protásio Alves
- 21 São Jorge
- 22 Veranópolis
- 23 Vila Flores
- 24 Vista Alegre do Prata
- 25 Camargo
- 26 Casca
- 27 Dois Lajeados
- 28 Gentil
- 29 Guaporé
- 30 Marau
- 31 Montauri
- 32 Murgum
- 33 Nicolau Vergueiro
- 34 Santa Bárbara do Sul
- 35 São Domingos do Sul
- 36 São Valentim do Sul
- 37 Serafina Correa
- 38 Vespasiano Correa
- 39 Vila Maria
- 40 Encantado
- 41 Doutor Ricardo
- 42 Relvado
- 43 Nova Brésia
- 44 Coqueiros do Sul
- 45 Anita Gonda
- 46 Avorezinha
- 47 Cricaco
- 48 David Canabarro
- 49 Itópolis
- 50 Muliterno
- 51 Nova Alvorada
- 52 Nova Araçá
- 53 Parai
- 54 Putinga
- 55 Vanini



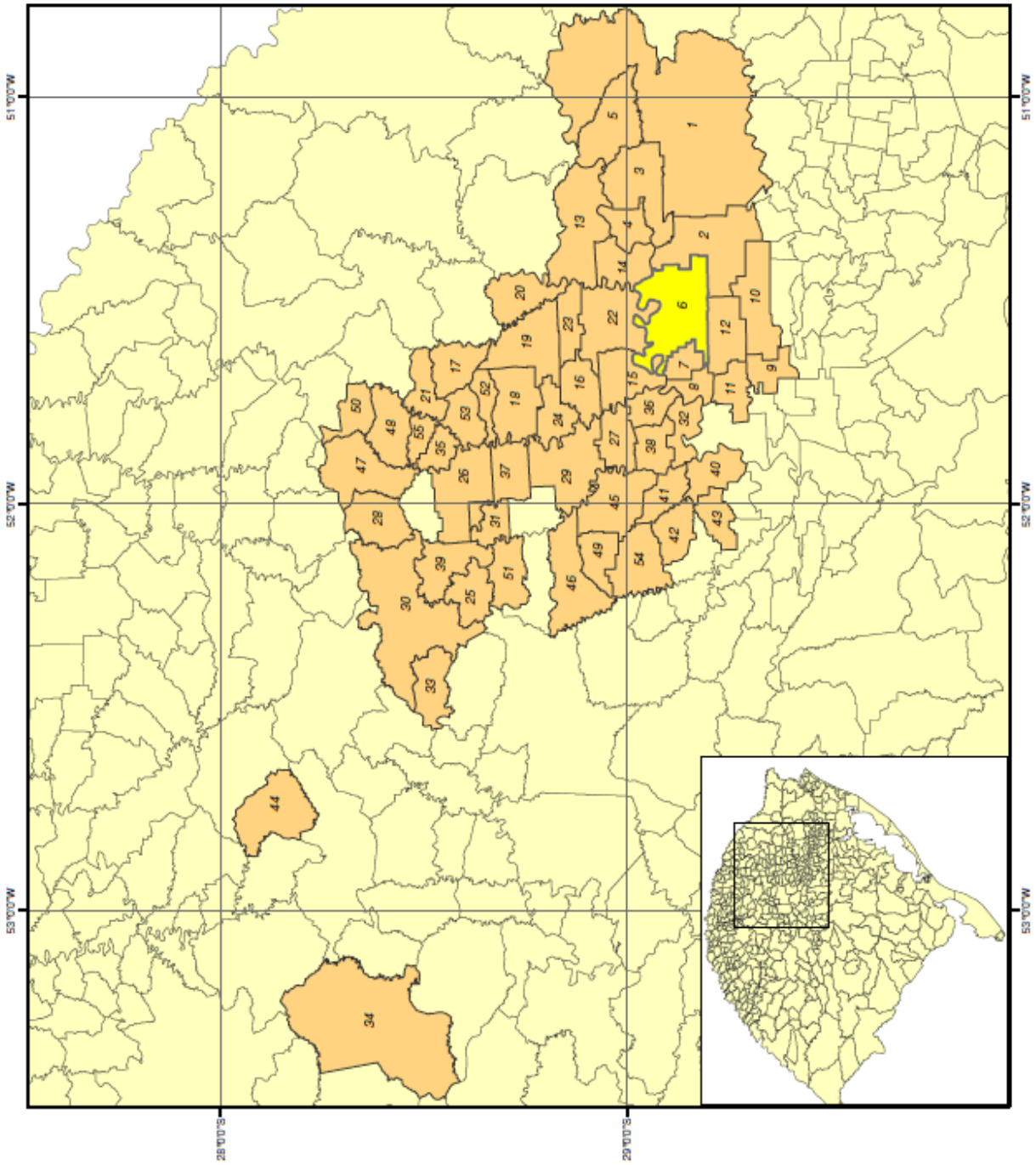
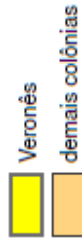
Organização: Luciana Santos Pinheiro e Daniel Montenegro. 2014. ©



# 5.5

## DIALETOS VÊNETOS

### Dialeto Veronês



- 1 Caxias do Sul
- 2 Farroupilha
- 3 Flores da Cunha
- 4 Nova Pádua
- 5 São Marcos
- 6 Bento Gonçalves
- 7 Monte Belo do Sul
- 8 Santa Tereza
- 9 Boa Vista do Sul
- 10 Carlos Barbosa
- 11 Coronel Pilar
- 12 Garibaldi
- 13 Antônio Prado
- 14 Nova Roma do Sul
- 15 Colpoira
- 16 Fagundes Varela
- 17 Guabiju
- 18 Nova Bassano
- 19 Nova Prata
- 20 Protásio Alves
- 21 São Jorge
- 22 Veranópolis
- 23 Vila Flores
- 24 Vista Alegre do Prata
- 25 Camargo
- 26 Casca
- 27 Dois Lajeados
- 28 Gentil
- 29 Guaporé
- 30 Marau
- 31 Montauri
- 32 Mugum
- 33 Nicolau Vergueiro
- 34 Santa Bárbara do Sul
- 35 São Domingos do Sul
- 36 São Valentim do Sul
- 37 Serafina Correa
- 38 Vespasiano Correa
- 39 Vila Maria
- 40 Encantado
- 41 Doutor Ricardo
- 42 Relvado
- 43 Nova Brésia
- 44 Coqueiros do Sul
- 45 Anita Garibaldi
- 46 Arvorezinha
- 47 Ciriaco
- 48 David Canabarro
- 49 Ilópolis
- 50 Muliterno
- 51 Nova Alvorada
- 52 Nova Araçá
- 53 Parai
- 54 Putinga
- 55 Vanini

Organização: *Luciana Santos Pinheiro e Daniel Montenegro*. 2014. ©

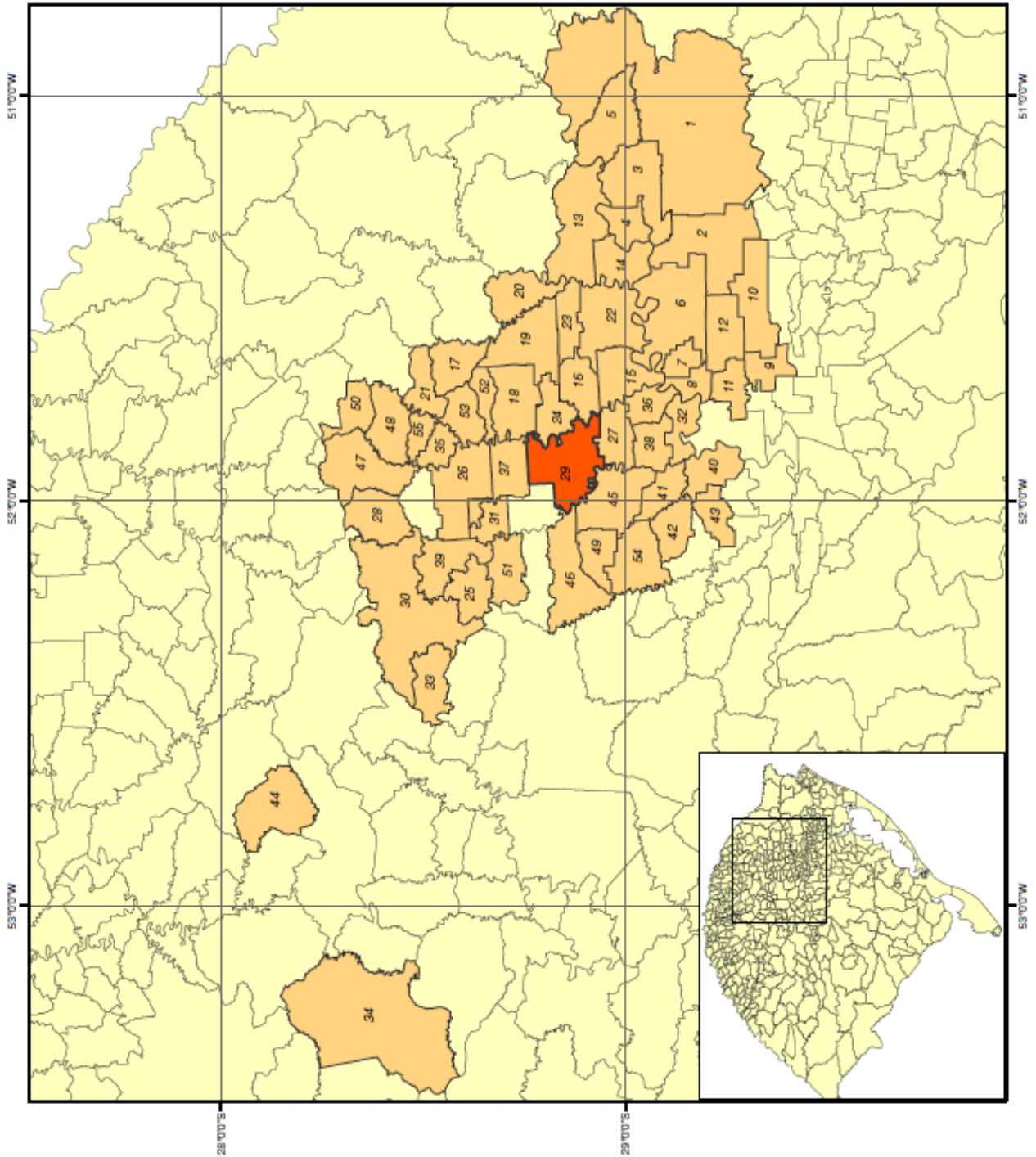
# 5.6

## DIALETOS VÊNETOS

### Dialeto Rovigino



- 1 Caxias do Sul
- 2 Farroupilha
- 3 Flores da Cunha
- 4 Nova Pádua
- 5 São Marcos
- 6 Bento Gonçalves
- 7 Monte Belo do Sul
- 8 Santa Tereza
- 9 Boa Vista do Sul
- 10 Carlos Barbosa
- 11 Coronel Pilar
- 12 Garibaldi
- 13 Antônio Prado
- 14 Nova Roma do Sul
- 15 Cotiporã
- 16 Fagundes Varela
- 17 Guabiju
- 18 Nova Bassano
- 19 Nova Prata
- 20 Protásio Alves
- 21 São Jorge
- 22 Veranópolis
- 23 Vila Flores
- 24 Vista Alegre do Prata
- 25 Camargo
- 26 Casca
- 27 Dois Lajeados
- 28 Gentil
- 29 Guaporé
- 30 Marau
- 31 Montauri
- 32 Mucum
- 33 Nicolau Vergueiro
- 34 Santa Bárbara do Sul
- 35 São Domingos do Sul
- 36 São Valentim do Sul
- 37 Serafina Correa
- 38 Vespasiano Correa
- 39 Vila Maria
- 40 Encantado
- 41 Doutor Ricardo
- 42 Relvado
- 43 Nova Brésia
- 44 Coqueiros do Sul
- 45 Anta Gorda
- 46 Anverezinha
- 47 Ciriaco
- 48 David Canabarro
- 49 Ilopolis
- 50 Muliterno
- 51 Nova Alvorada
- 52 Nova Araçá
- 53 Parai
- 54 Putinga
- 55 Vanini



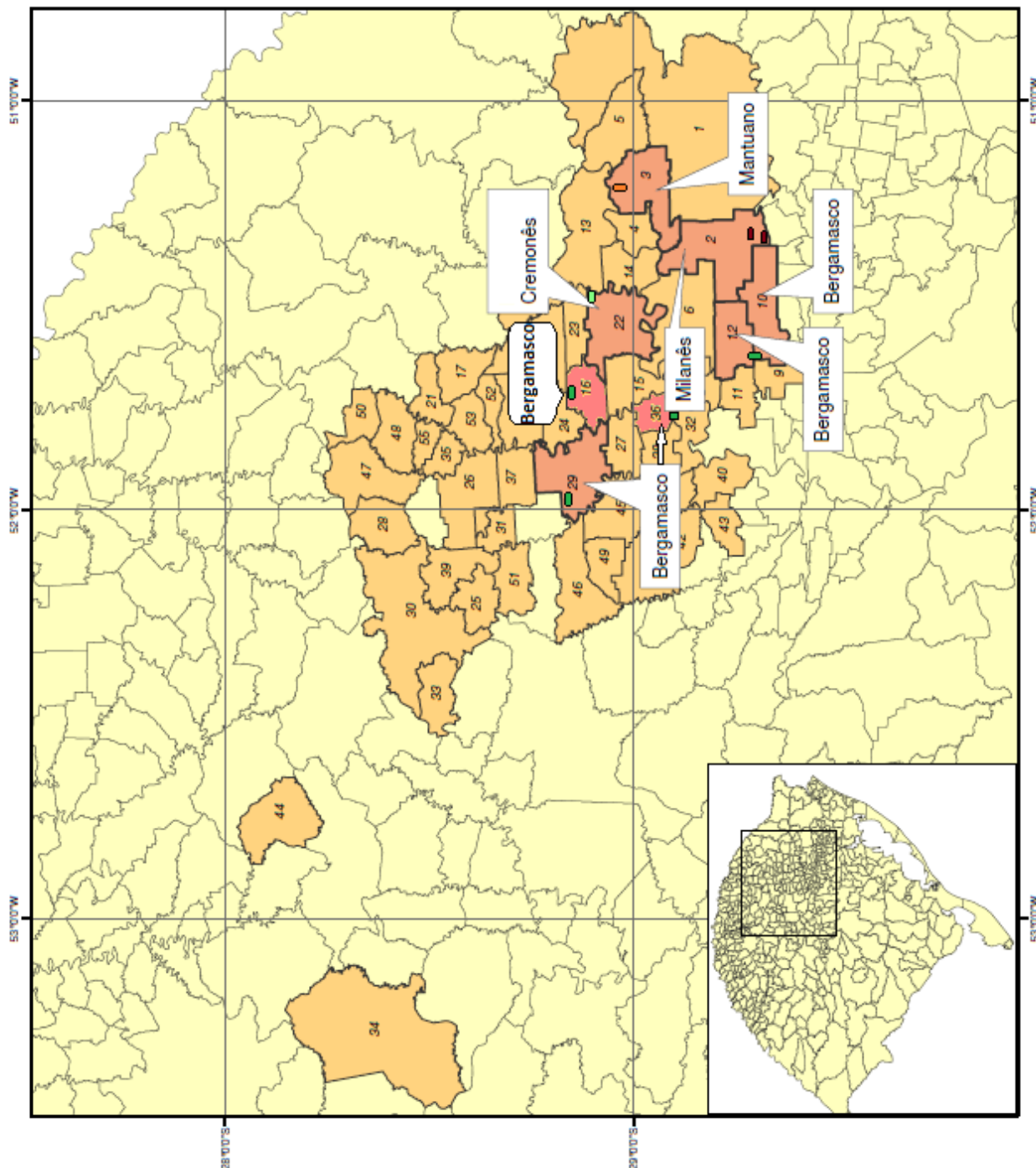
# 6

## ILHAS DIALETAIS

### Grupo Dialectal Lombardo

- Lombardo
- demais colônias
- localização aprox. das ilhas dialetais

- 1 Caxias do Sul
- 2 Farroupilha
- 3 Flores da Cunha
- 4 Nova Pádua
- 5 São Marcos
- 6 Bento Gonçalves
- 7 Monte Belo do Sul
- 8 Santa Tereza
- 9 Boa Vista do Sul
- 10 Carlos Barbosa
- 11 Coronel Pilar
- 12 Garibaldi
- 13 Antônio Prado
- 14 Nova Roma do Sul
- 15 Cotipora
- 16 Fagundes Varela
- 17 Guabiju
- 18 Nova Bassano
- 19 Nova Prata
- 20 Profissão Alves
- 21 São Jorge
- 22 Veranópolis
- 23 Vila Flores
- 24 Vista Alegre do Prata
- 25 Camargo
- 26 Casca
- 27 Dois Lajeados
- 28 Gentil
- 29 Guaporé
- 30 Marau
- 31 Montauri
- 32 Muçum
- 33 Nicolau Vergueiro
- 34 Santa Bárbara do Sul
- 35 São Domingos do Sul
- 36 São Valentim do Sul
- 37 Serafina Correa
- 38 Vespasiano Correa
- 39 Vila Maria
- 40 Encantado
- 41 Doutor Ricardo
- 42 Relvado
- 43 Nova Brésia
- 44 Coqueiros do Sul
- 45 Anta Gorda
- 46 Avorezinha
- 47 Ciriaco
- 48 David Canabarro
- 49 Ilopolis
- 50 Muliterno
- 51 Nova Alvorada
- 52 Nova Araçá
- 53 Parai
- 54 Putinga
- 55 Vanini

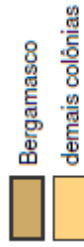


Organização: Luciana Santos Pinheiro e Daniel Montenegro. 2014. ©

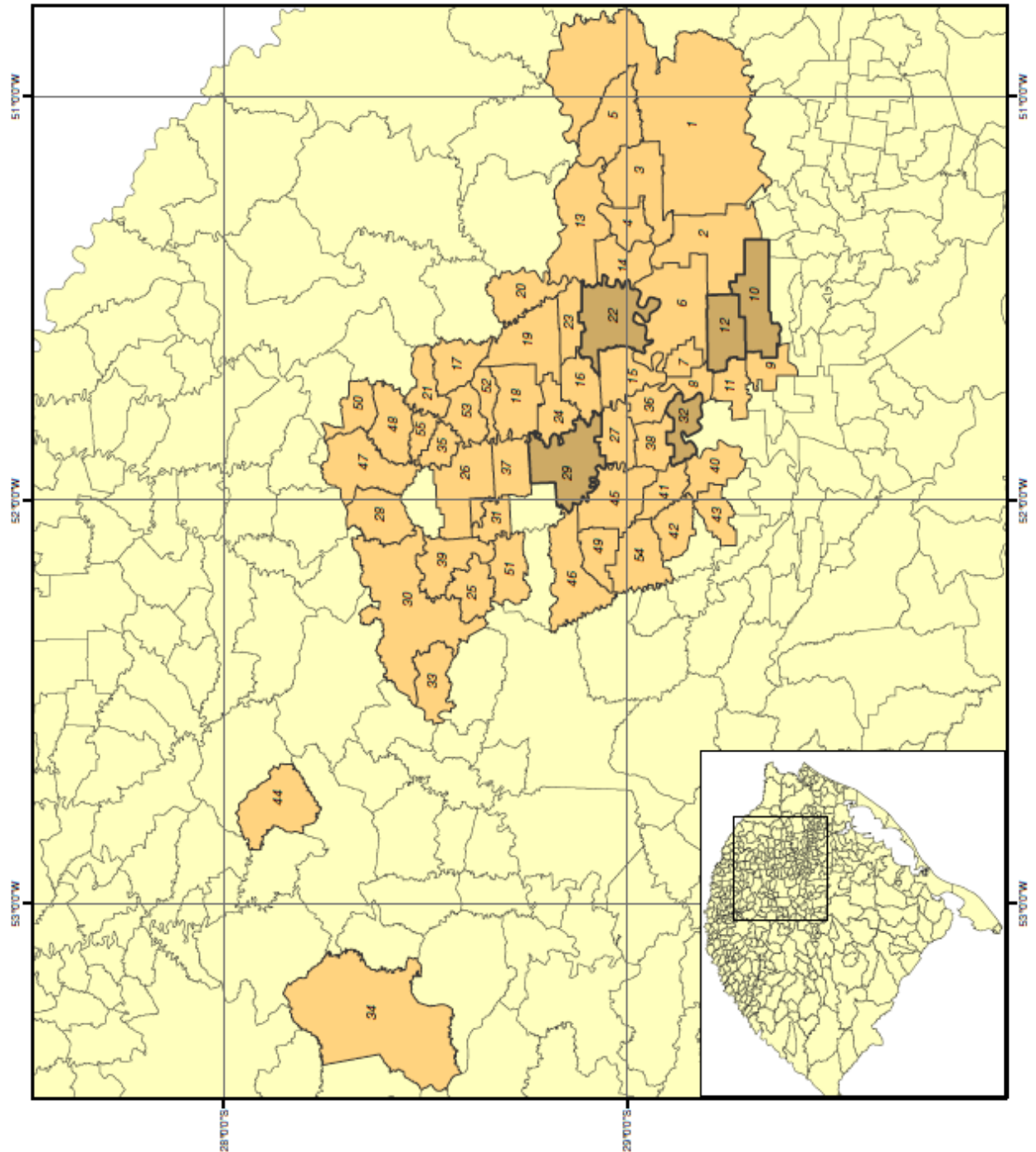


# 6.1 DIALETOS LOMBARDOS

## Dialeto Bergamasco



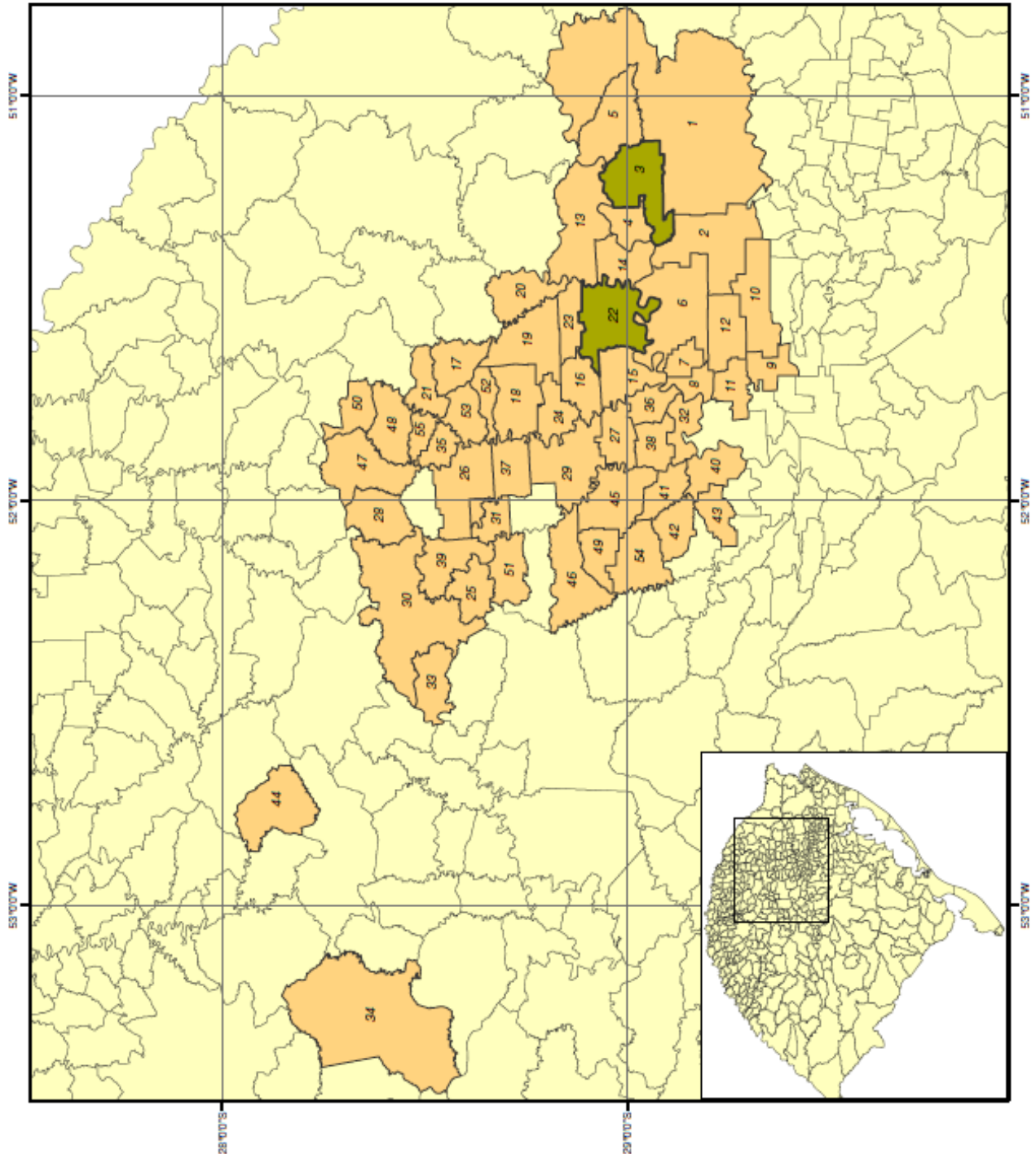
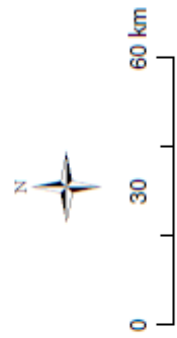
- 1 Caxias do Sul
- 2 Farroupilha
- 3 Flores da Cunha
- 4 Nova Padua
- 5 São Marcos
- 6 Bento Gonçalves
- 7 Monte Belo do Sul
- 8 Santa Tereza
- 9 Boa Vista do Sula
- 10 Carlos Barbosa
- 11 Coronel Pilar
- 12 Garibaldi
- 13 Antônio Prado
- 14 Nova Roma do Sul
- 15 Cotiporã
- 16 Fagundes Varela
- 17 Guabiju
- 18 Nova Bassano
- 19 Nova Prata
- 20 Protásio Alves
- 21 São Jorge
- 22 Veranópolis
- 23 Vila Flores
- 24 Vista Alegre do Prata
- 25 Camargo
- 26 Casca
- 27 Dois Lajeados
- 28 Gentil
- 29 Guaporé
- 30 Marau
- 31 Montauri
- 32 Mupum
- 33 Nicolau Vergueiro
- 34 Santa Bárbara do Sul
- 35 São Domingos do Sul
- 36 São Valentim do Sul
- 37 Serafina Correa
- 38 Vespasiano Correa
- 39 Vila Maria
- 40 Encantado
- 41 Doutor Ricardo
- 42 Rivelado
- 43 Nova Brésia
- 44 Coqueiros do Sul
- 45 Anita Garibaldi
- 46 Anverezinha
- 47 Carliaco
- 48 David Canabarro
- 49 Itópolis
- 50 Muliterno
- 51 Nova Alvorada
- 52 Nova Araçá
- 53 Parai
- 54 Putinga
- 55 Vanini



## 6.2 DIALETOS LOMBARDOS Dialeto Cremonês

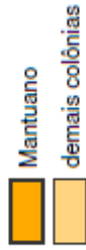


- |                          |                         |
|--------------------------|-------------------------|
| 1 Caxias do Sul          | 30 Marau                |
| 2 Farroupilha            | 31 Montauri             |
| 3 Flores da Cunha        | 32 Muçum                |
| 4 Nova Pádua             | 33 Nicolau Vergueiro    |
| 5 São Marcos             | 34 Santa Bárbara do Sul |
| 6 Banta Gonçalves        | 35 São Domingos do Sul  |
| 7 Monte Belo do Sul      | 36 São Valentim do Sul  |
| 8 Santa Tereza           | 37 Serafina Correa      |
| 9 Boa Vista do Sul       | 38 Vespasiano Correa    |
| 10 Carlos Barbosa        | 39 Vila Maria           |
| 11 Coronel Pilar         | 40 Encantado            |
| 12 Garibaldi             | 41 Doutor Ricardo       |
| 13 Antônio Prado         | 42 Relvado              |
| 14 Nova Roma do Sul      | 43 Nova Brésca          |
| 15 Cotiporã              | 44 Coqueiros do Sul     |
| 16 Fagundes Varela       | 45 Anta Gorda           |
| 17 Guabiju               | 46 Arvorezinha          |
| 18 Nova Bassano          | 47 Ciriaco              |
| 19 Nova Prata            | 48 David Canabarro      |
| 20 Protásio Alves        | 49 Ilópolis             |
| 21 São Jorge             | 50 Muliterno            |
| 22 Veranópolis           | 51 Nova Alvorada        |
| 23 Vila Flores           | 52 Nova Araçá           |
| 24 Vista Alegre do Prata | 53 Parai                |
| 25 Camargo               | 54 Putinga              |
| 26 Casca                 | 55 Vanini               |
| 27 Dois Lajeados         |                         |
| 28 Gentil                |                         |
| 29 Guaporê               |                         |

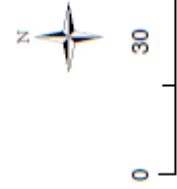
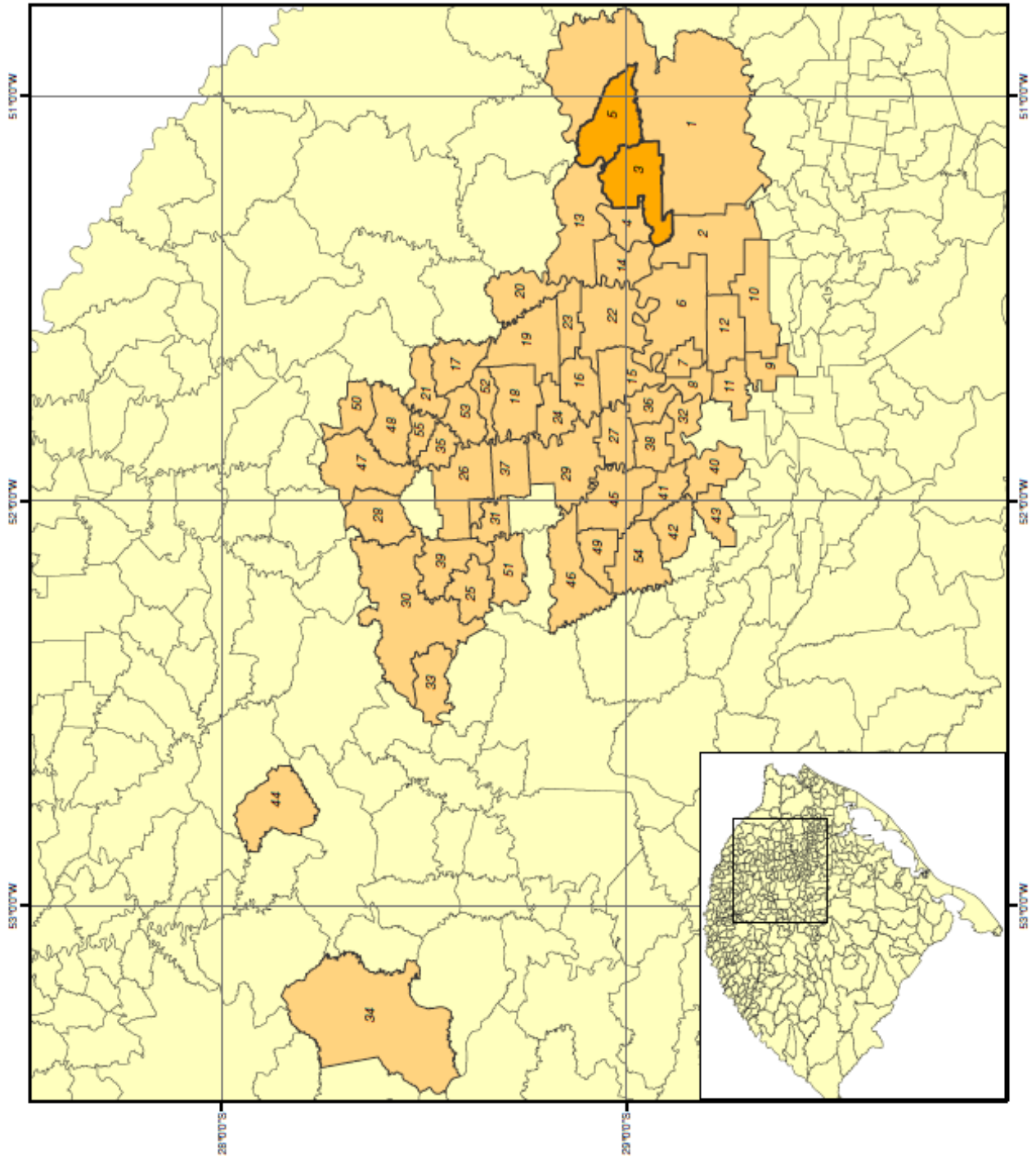


# 6.3 DIALETOS LOMBARDOS

## Dialeto Mantuano



- 1 Caxias do Sul
- 2 Farroupilha
- 3 Flores da Cunha
- 4 Nova Pádua
- 5 São Marcos
- 6 Bento Gonçalves
- 7 Monte Belo do Sul
- 8 Santa Tereza
- 9 Boa Vista do Sula
- 10 Carlos Barbosa
- 11 Coronel Pilar
- 12 Garibaldi
- 13 Antônio Prado
- 14 Nova Roma do Sul
- 15 Cotiporã
- 16 Fagundes Varela
- 17 Guabiju
- 18 Nova Bassano
- 19 Nova Prata
- 20 Protásio Alves
- 21 São Jorge
- 22 Varanópolis
- 23 Vila Flores
- 24 Vista Alegre do Prata
- 25 Camargo
- 26 Casca
- 27 Dois Lajeados
- 28 Gentil
- 29 Guaporé
- 30 Marau
- 31 Montauri
- 32 Muçum
- 33 Nicolau Vergueiro
- 34 Santa Bárbara do Sul
- 35 São Domingos do Sul
- 36 São Valentim do Sul
- 37 Serafina Correa
- 38 Vespasiano Correa
- 39 Vila Maria
- 40 Encantado
- 41 Doutor Ricardo
- 42 Relvado
- 43 Nova Brésia
- 44 Coqueiros do Sul
- 45 Anta Gorda
- 46 Arvorezinha
- 47 Ciríaco
- 48 David Canabarro
- 49 Ilopolis
- 50 Muliterno
- 51 Nova Alvorada
- 52 Nova Araçá
- 53 Parai
- 54 Putinga
- 55 Vanini



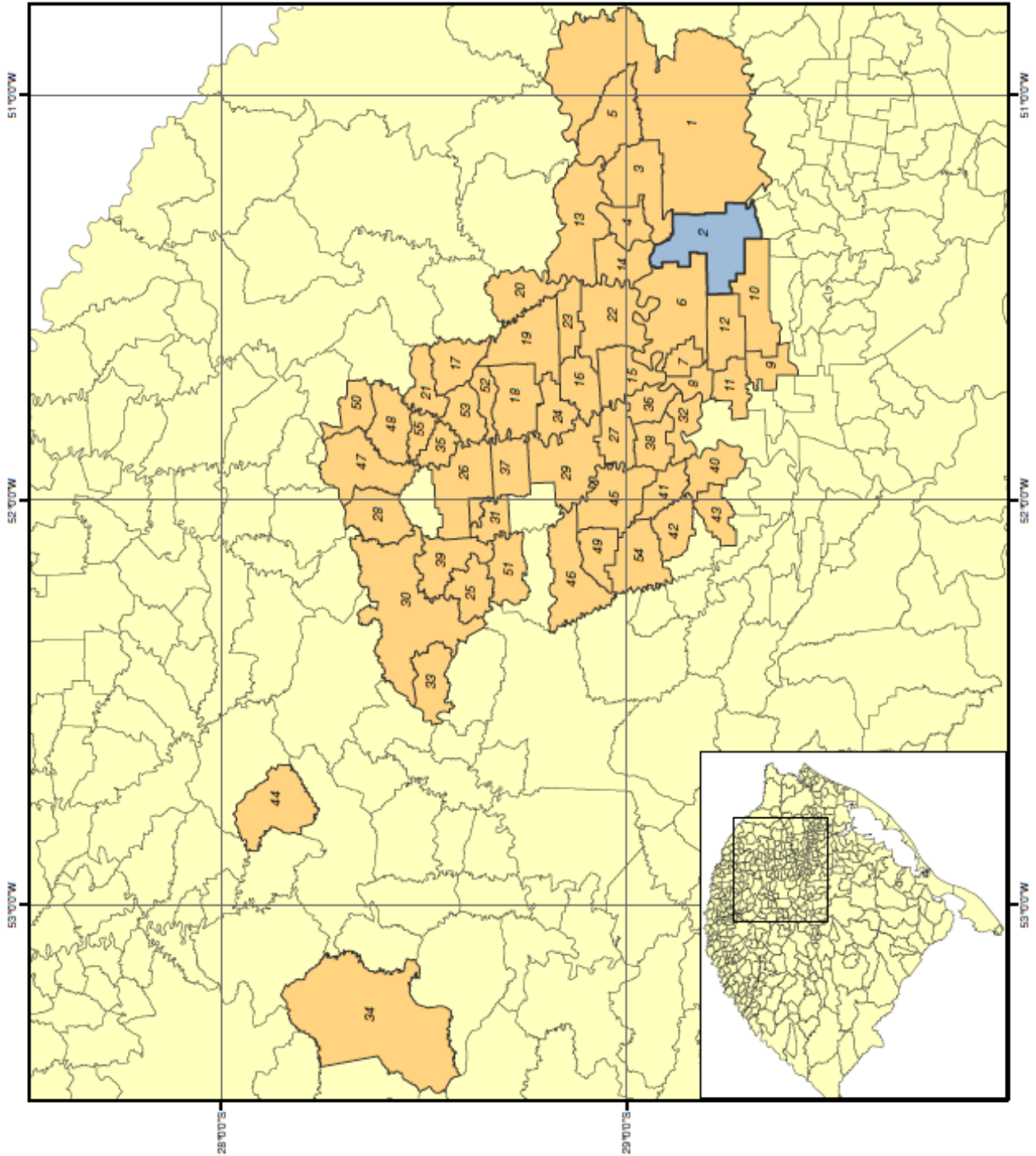


# 6.4 DIALETOS LOMBARDOS

## Dialeto Milanês

■ Milanês  
 ■ demais colônias

- 1 Cavias do Sul
- 2 Farroupilha
- 3 Flores da Cunha
- 4 Nova Pádua
- 5 São Marcos
- 6 Bento Gonçalves
- 7 Monte Belo do Sul
- 8 Santa Tereza
- 9 Boa Vista do Sula
- 10 Carlos Barbosa
- 11 Coronel Pilar
- 12 Garibaldi
- 13 Antônio Prado
- 14 Nova Roma do Sul
- 15 Cotiporã
- 16 Fagundes Varela
- 17 Guabiju
- 18 Nova Bassano
- 19 Nova Prata
- 20 Protásio Alves
- 21 São Jorge
- 22 Veranópolis
- 23 Vila Flores
- 24 Vista Alegre do Prata
- 25 Camargo
- 26 Casca
- 27 Dois Lajeados
- 28 Gentil
- 29 Guaporé
- 30 Marau
- 31 Montauri
- 32 Mupum
- 33 Nicolau Vergueiro
- 34 Santa Bárbara do Sul
- 35 São Domingos do Sul
- 36 São Valentim do Sul
- 37 Serafina Correa
- 38 Vespasiano Correa
- 39 Vila Maria
- 40 Encantado
- 41 Doutor Ricardo
- 42 Relvado
- 43 Nova Brésia
- 44 Coqueiros do Sul
- 45 Anita Garda
- 46 Arvorezinha
- 47 Ciriaco
- 48 David Canabarro
- 49 Ilopolis
- 50 Muliterno
- 51 Nova Alvorada
- 52 Nova Araçá
- 53 Parai
- 54 Putinga
- 55 Vanini



Organização: Luciana Santos Pinheiro e Daniel Montenegro. 2014. ©

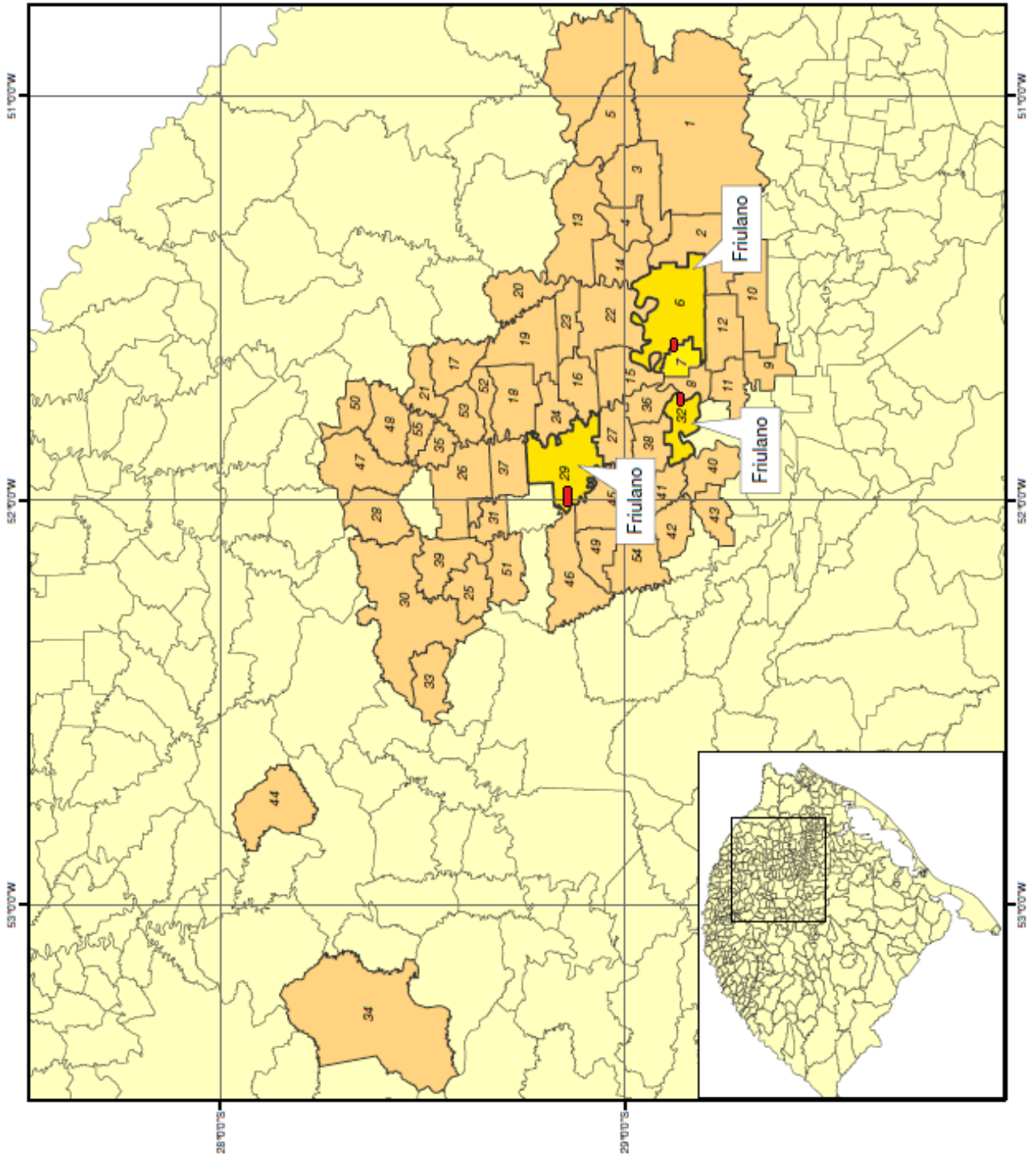
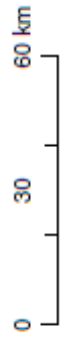
7

# ILHAS DIALETAIS

## Grupo Dialectal Friulano

- Friulano
- demais colônias
- localização aprox. da ilha linguística

- |                          |                         |
|--------------------------|-------------------------|
| 1 Caxias do Sul          | 30 Marau                |
| 2 Farroupilha            | 31 Montauri             |
| 3 Flores da Cunha        | 32 Mucum                |
| 4 Nova Pádua             | 33 Nicolau Vergueiro    |
| 5 São Marcos             | 34 Santa Bárbara do Sul |
| 6 Bento Gonçalves        | 35 São Domingos do Sul  |
| 7 Monte Belo do Sul      | 36 São Valentim do Sul  |
| 8 Santa Tereza           | 37 Serafina Correa      |
| 9 Boa Vista do Sula      | 38 Vespasiano Correa    |
| 10 Carlos Barbosa        | 39 Vila Maria           |
| 11 Coronel Pilar         | 40 Encantado            |
| 12 Garibaldi             | 41 Doutor Ricardo       |
| 13 Antônio Prado         | 42 Relvado              |
| 14 Nova Roma do Sul      | 43 Nova Brésia          |
| 15 Coliporá              | 44 Coqueiros do Sul     |
| 16 Fagundes Varela       | 45 Anta Gorda           |
| 17 Guabiju               | 46 Avorezinha           |
| 18 Nova Bassano          | 47 Ciríaco              |
| 19 Nova Prata            | 48 David Canabarro      |
| 20 Protásio Alves        | 49 Ilópolis             |
| 21 São Jorge             | 50 Muliterno            |
| 22 Veranópolis           | 51 Nova Alvorada        |
| 23 Vila Flores           | 52 Nova Araçá           |
| 24 Vista Alegre do Prata | 53 Parai                |
| 25 Camargo               | 54 Putinga              |
| 26 Casca                 | 55 Vanini               |
| 27 Dois Lajeados         |                         |
| 28 Gentil                |                         |
| 29 Guaporé               |                         |



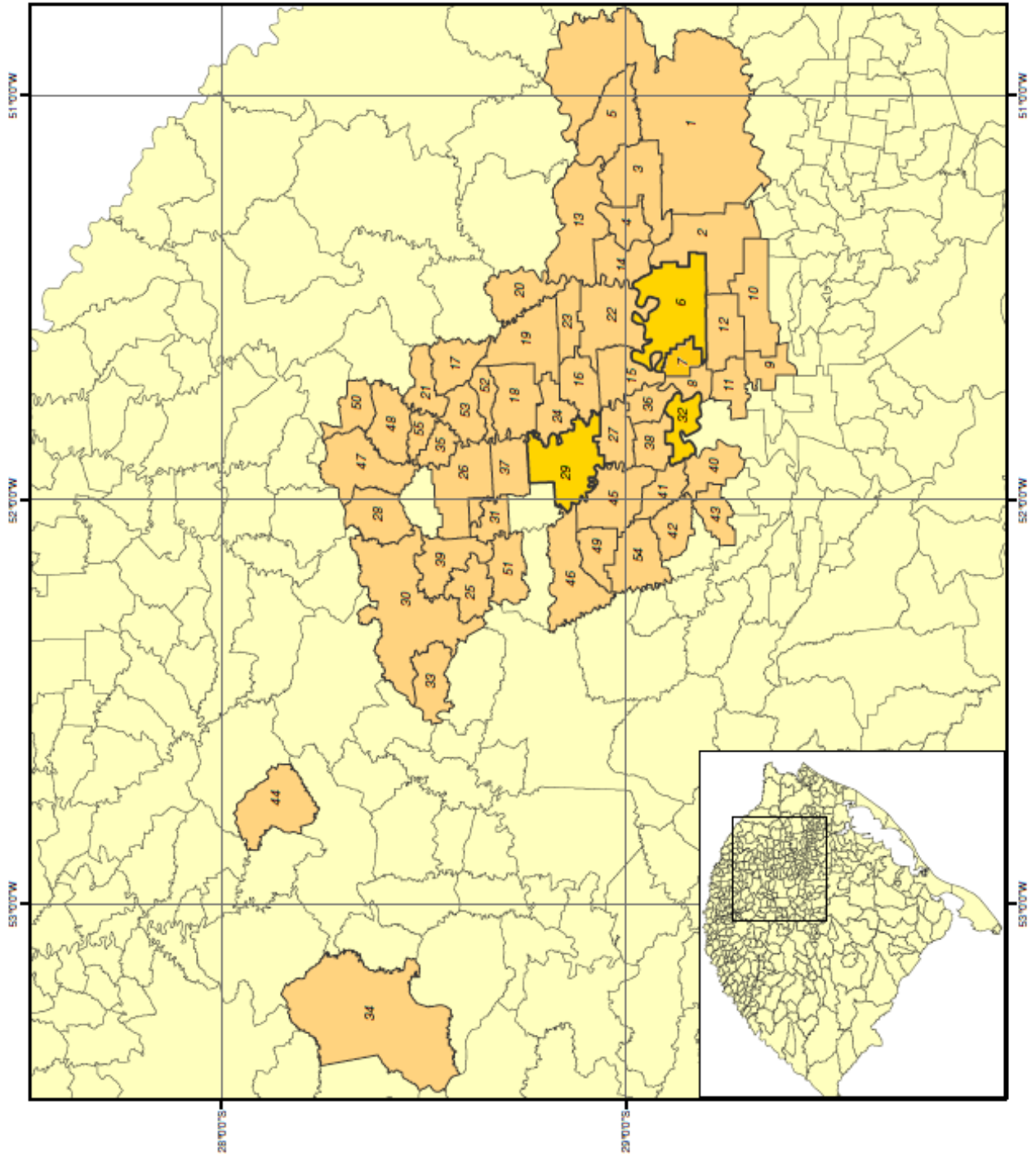
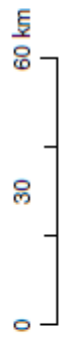


# 7.1

## DIALETO FRIULANO Dialeto Friulano



- 1 Caxias do Sul
- 2 Farroupilha
- 3 Flores da Cunha
- 4 Nova Pádua
- 5 São Marcos
- 6 Banta Gonçalves
- 7 Monte Belo do Sul
- 8 Santa Tereza
- 9 Boa Vista do Sul
- 10 Carlos Barbosa
- 11 Coronel Pilar
- 12 Garibaldi
- 13 Antônio Prado
- 14 Nova Roma do Sul
- 15 Cotiporã
- 16 Fagundes Varela
- 17 Guabiju
- 18 Nova Bassano
- 19 Nova Prata
- 20 Protásio Alves
- 21 São Jorge
- 22 Veranópolis
- 23 Vila Flores
- 24 Vista Alegre do Prata
- 25 Camargo
- 26 Casca
- 27 Dois Lajeados
- 28 Gentil
- 29 Guaporé
- 30 Marau
- 31 Montauri
- 32 Muçum
- 33 Nicolau Vergueiro
- 34 Santa Bárbara do Sul
- 35 São Domingos do Sul
- 36 São Valentim do Sul
- 37 Serafina Correa
- 38 Vespasiano Correa
- 39 Vila Maria
- 40 Encantado
- 41 Doutor Ricardo
- 42 Relvado
- 43 Nova Brésia
- 44 Coqueiros do Sul
- 45 Anta Gorda
- 46 Arvorezinha
- 47 Ciriaco
- 48 David Canabarro
- 49 Ilópolis
- 50 Muliterno
- 51 Nova Alvorada
- 52 Nova Araçá
- 53 Parai
- 54 Putinga
- 55 Vanini

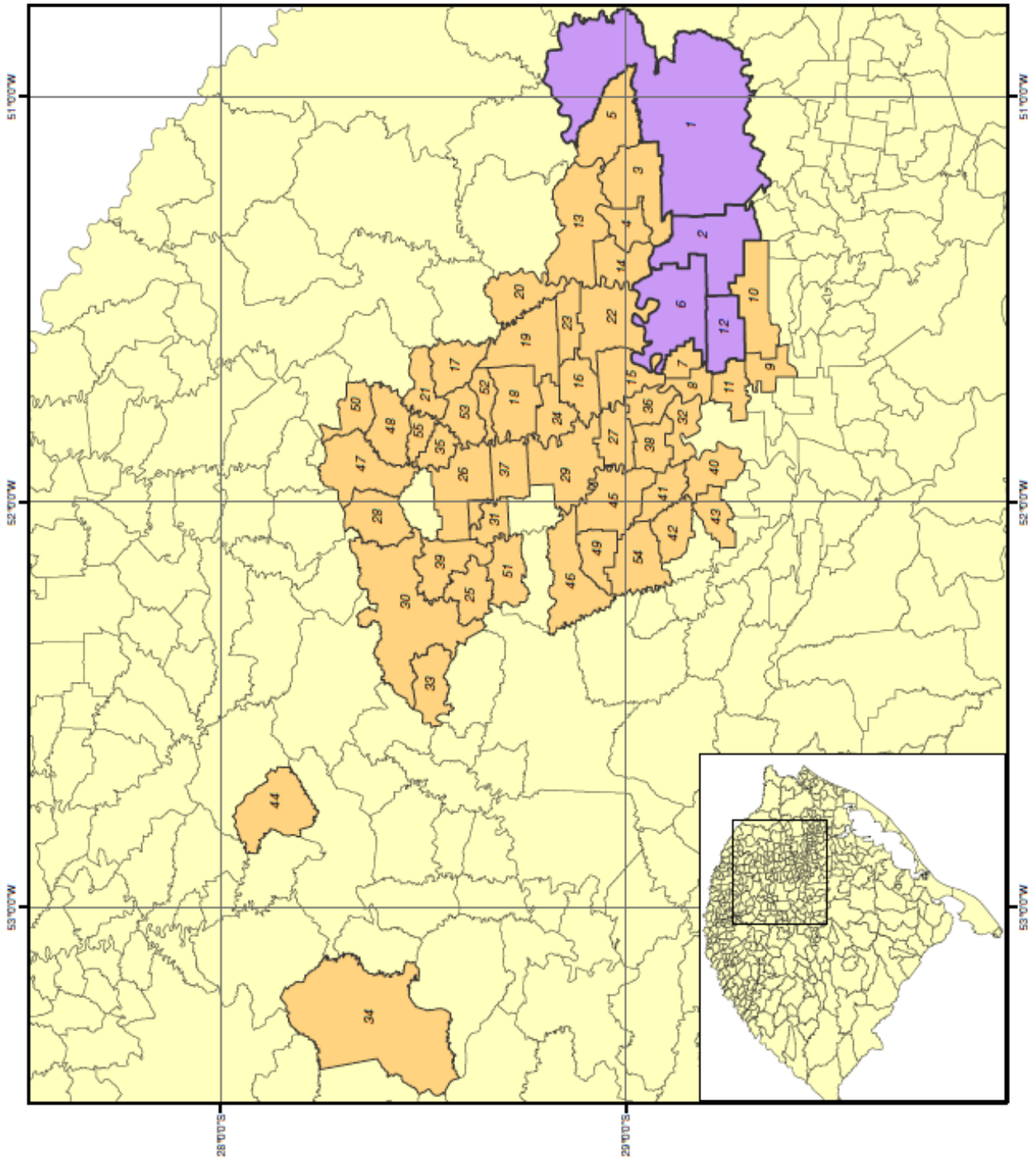


8

**DIALETO TRENTINO**  
Dialeto Trentino

 Trentino  
 demais colônias

- 1 Caxias do Sul
- 2 Farroupilha
- 3 Flores da Cunha
- 4 Nova Padua
- 5 São Marcos
- 6 Bento Gonçalves
- 7 Monte Belo do Sul
- 8 Santa Teresa
- 9 Boa Vista do Sul
- 10 Carlos Barbosa
- 11 Coronel Pilar
- 12 Garibaldi
- 13 Antônio Prado
- 14 Nova Roma do Sul
- 15 Coliporã
- 16 Fagundes Varela
- 17 Guabiju
- 18 Nova Bassano
- 19 Nova Prata
- 20 Protásio Alves
- 21 São Jorge
- 22 Veranópolis
- 23 Vila Flores
- 24 Vista Alegre do Prata
- 25 Camargo
- 26 Casca
- 27 Dois Lajeados
- 28 Gentil
- 29 Guaporé
- 30 Marau
- 31 Montauri
- 32 Mugum
- 33 Nicolau Vergueiro
- 34 Santa Bárbara do Sul
- 35 São Domingos do Sul
- 36 São Valentim do Sul
- 37 Serafina Correa
- 38 Vespasiano Correa
- 39 Vila Maria
- 40 Encantado
- 41 Doutor Ricardo
- 42 Reivado
- 43 Nova Brésia
- 44 Coqueiros do Sul
- 45 Anita Garibaldi
- 46 Arvorezinha
- 47 Ciriaco
- 48 David Canabarro
- 49 Ilópolis
- 50 Muliterno
- 51 Nova Alvorada
- 52 Nova Araçá
- 53 Parai
- 54 Putinga
- 55 Vanini

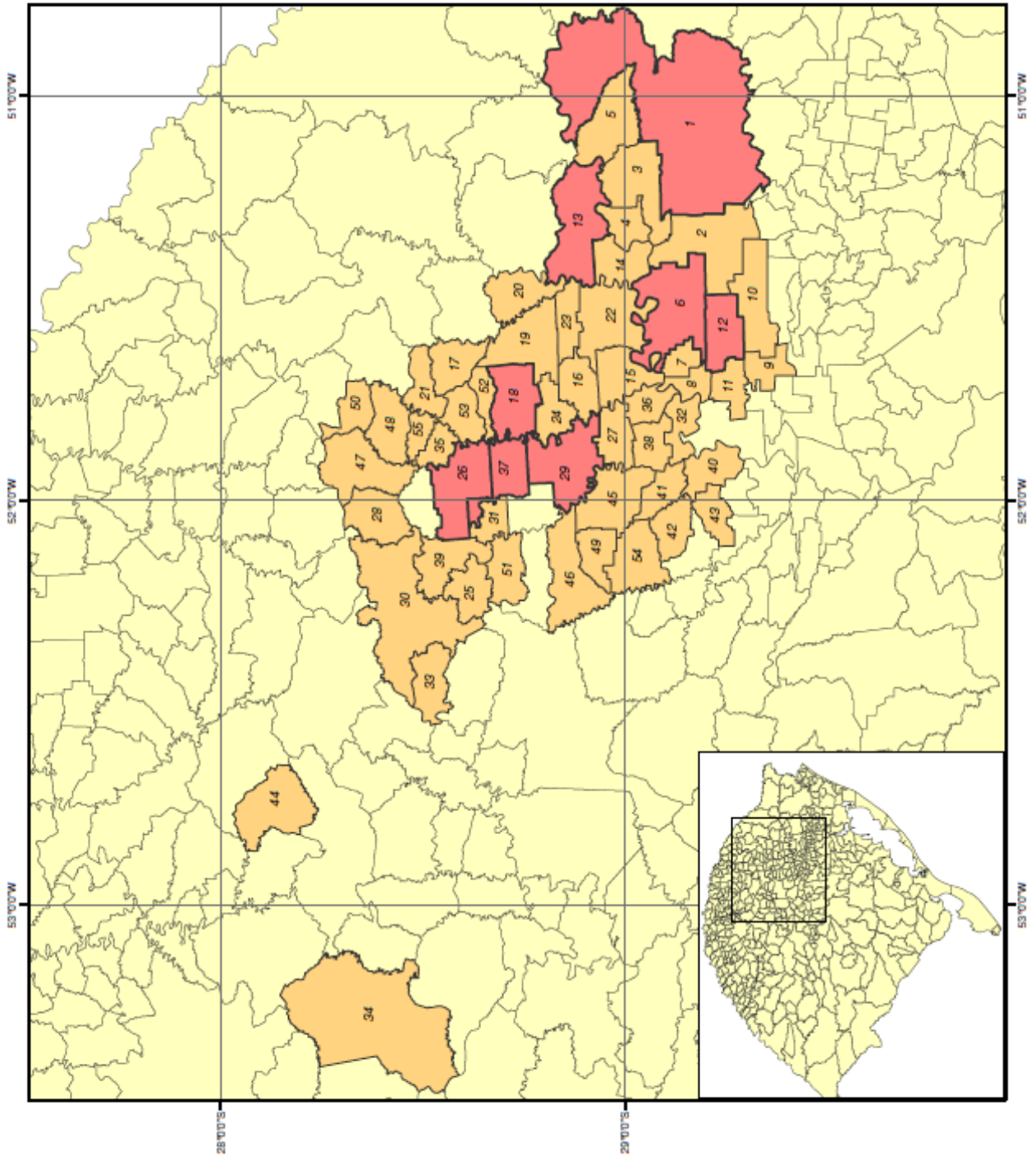
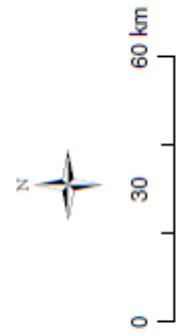


9

**DIALETO COINÉ**  
Dialeto Coiné



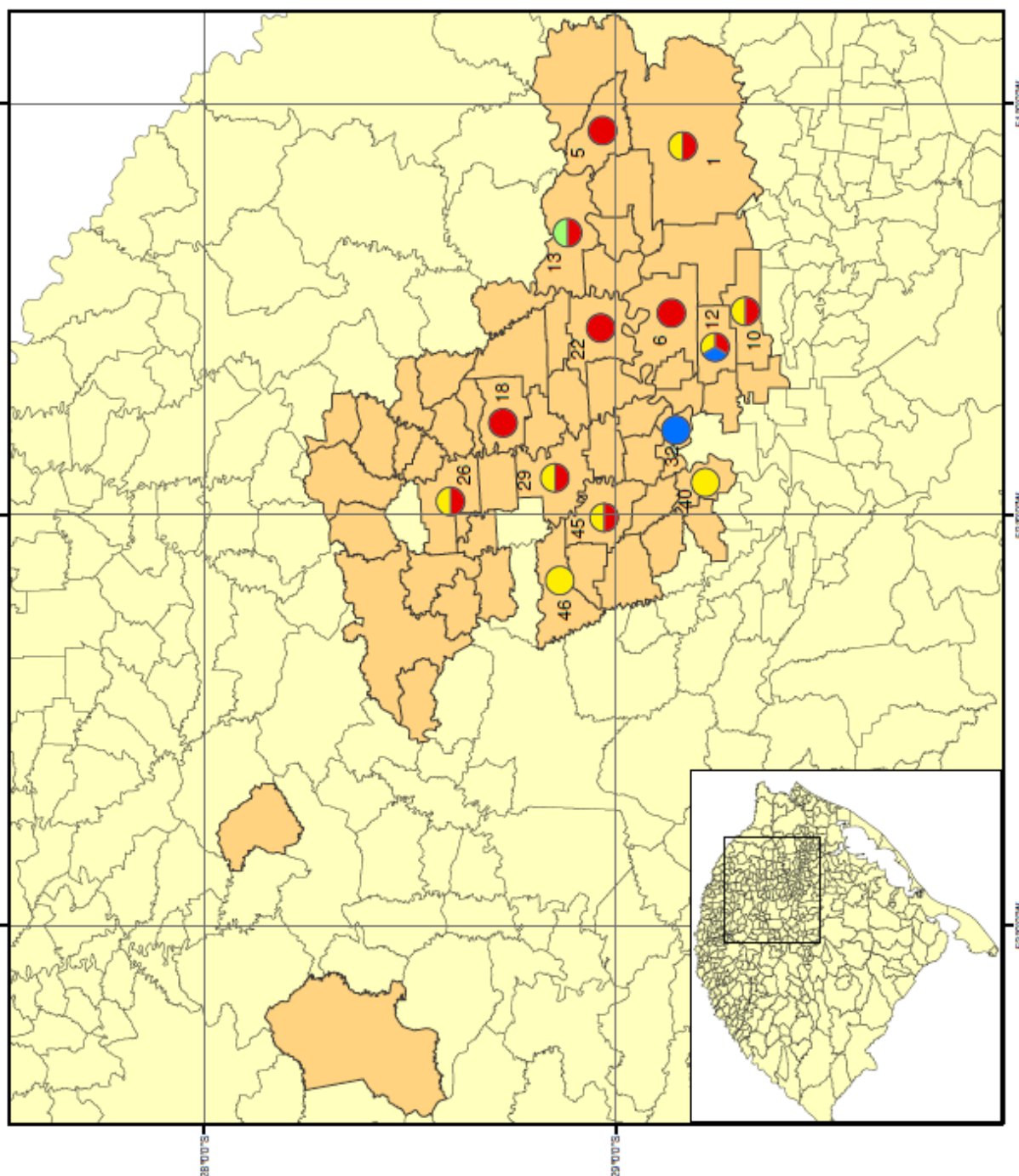
- 1 Caxias do Sul
- 2 Ferrupilha
- 3 Flores da Cunha
- 4 Nova Padua
- 5 São Marcos
- 6 Bento Gonçalves
- 7 Monte Belo do Sul
- 8 Santa Tereza
- 9 Boa Vista do Sul
- 10 Carlos Barbosa
- 11 Coronel Pilar
- 12 Garibaldi
- 13 Antônio Prado
- 14 Nova Roma do Sul
- 15 Cotiporã
- 16 Fagundes Varela
- 17 Guabiju
- 18 Nova Bassano
- 19 Nova Prata
- 20 Protásio Alves
- 21 São Jorge
- 22 Veranópolis
- 23 Vila Flores
- 24 Vista Alegre do Prata
- 25 Camargo
- 26 Casca
- 27 Dois Lajeados
- 28 Gentil
- 29 Guaporé
- 30 Marau
- 31 Montauri
- 32 Muggum
- 33 Nicolau Vergueiro
- 34 Santa Bárbara do Sul
- 35 São Domingos do Sul
- 36 São Valentim do Sul
- 37 Serafina Correa
- 38 Vespasiano Correa
- 39 Vila Maria
- 40 Encantado
- 41 Doutor Ricardo
- 42 Retvado
- 43 Nova Brésica
- 44 Coqueiros do Sul
- 45 Anta Gorda
- 46 Arvorezinha
- 47 Ciriaco
- 48 David Canabarro
- 49 Ilopolis
- 50 Muliterno
- 51 Nova Alvorada
- 52 Nova Araçá
- 53 Parai
- 54 Putinga
- 55 Vanini





# 10

## Línguas de base não-italiana



Organização: Luciana Santos Pinheiro e Daniel Montenegro. 2014. ©

# ESCOLAS/ASSOCIAÇÕES ITALIANAS NO RIO GRANDE DO SUL

- Società Italiana di M. S. Beneficenza - Bagé (1870)
- Vittorio Emanuele II - Porto Alegre (1977)
- Società Benevolenza - Santa Vitória do Palmar (1879)
- Unione e Beneficenza - Uruguiana (1879)
- Regina Margherita - Bento Gonçalves (1882)
- Stella d'Italia - Garibaldi (1883)
- Unione Italiana - Alegrete (1883)
- Mutua Cooperazione - Rio Grande (1884)
- Principe di Napoli - Caxias do Sul (1887)
- Camillo Cavour - Linea S. Eulalia (Bento Gonçalves) (1888)
- Circolo Giovane Italia - Porto Alegre (1890)
- Società Giacchino Rossini - Rio Grande (1891)
- Fratellanza Italia - Barão do Triunfo (1892)
- Principessa Elena di Montenegro - Porto Alegre (1893)
- Socialzo Giuseppe Mazzini - Trissleza (Porto Alegre) (1895)
- Fratellanza ed Unione Italic - Cruz Alta (1895)
- Società Italiana di Mutuo Soccorso - Santa Maria (1896)
- Umberto I - Porto Alegre (1898)
- Unione Lucchese - Porto Alegre (1899)
- Umberto I - Porto Alegre (1900)
- Jolanda Margherita di Savoia - Passo Fundo (1901)
- Circolo Filarmónico Italiano - Porto Alegre (1901)
- Giovanni Emmanuel - Porto Alegre (1902)
- Clube Italiano Danzante - Campo do Bom Fim (Porto Alegre) (1902)
- Clube Italiano Canottieri Duca degli Abruzzi - Porto Alegre (1908)
- Umberto I - Linea Jannin (Bento Gonçalves) (1908)
- Vittorio Emanuele III - Antonio Prado (1911)
- Federazione delle Società Italiane dello Stato - Porto Alegre (1911)
- Dante Alighieri - Porto Alegre (1914)
- Moranesi Uniti - Porto Alegre (1924)
- Circolo Filodrammatico Italiano - Porto Alegre (1924)
- Unione e Filantropia - Pelotas (s/d)
- Il Fascio - Pelotas (s/d)
- Società Musicale Giuseppe Verdi - Encantado (s/d)
- Società Musicale Giuseppe Verdi - Bento Gonçalves (s/d)
- Cristoforo Colombo - Caxias do Sul (s/d)
- M.S. Itaquyense - Itaquí (s/d)
- Umberto I - Silveira Martins (s/d)
- Unione e Benevolenza - Santana do Livramento (s/d)
- Dante Alighieri - Santana do Livramento (s/d)
- Principessa Giovanna Margherita di Savoia - Ijuí (s/d)
- Elena di Montenegro - Jaguarí (s/d)
- XX Settembre - Bagé (s/d)
- Patria e Lavoro - Bagé (s/d)
- Duca degli Abruzzi - Santa Maria (s/d)
- XX Settembre - Esperança do Sul (s/d)
- Vittorio Emanuele III - Nova Pádua (s/d)
- XX Settembre - Guaporé (s/d)
- San Giuseppe - Guaporé
- Duca d'Aosta - Caxias do Sul (s/d)
- Vittorio Emanuele III - Montenegro (s/d)
- Società Istruttiva e Ricreativa - Erechim (s/d)
- Umberto II - Caxias do Sul (s/d)
- Cristoforo Colombo - Santa Maria (s/d)
- Giuseppe Garibaldi - Jaguarí (s/d)
- Enrico Millo - Bento Gonçalves (s/d)
- Vittorio Emanuele III - Arroio Grande (s/d)
- Principe di Piemonte - Mariana Pimentel (s/d)
- Società Italiana Croce Rossa - Antonio Prado (s/d)

